



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NAS TRAMAS DA COLONIZAÇÃO:
Uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz
(Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)**

HENRIQUE DIAS SOBRAL SILVA

Sob a orientação do professor
Dr. Álvaro Pereira do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História** no Programa de Pós-Graduação em História. Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ
Maio de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t Silva, Henrique Dias Sobral, 1992-
Nas tramas da colonização: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro / 1930-1968) / Henrique Dias Sobral Silva. - 2017.
212 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento .
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Colonização. 2. Colonos. 3. Núcleo Colonial de Santa Cruz. 4. Teatro do Poder. 5. Contrateatro. I. Nascimento, Álvaro Pereira do, 1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

Nas Tramas da Colonização: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro/1930-1968)

HENRIQUE DIAS SOBRAL SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/06/2017

Banca Examinadora:



Professor Doutor **ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO (UFRRJ)**
Orientador e Presidente da Banca



Professora Doutora **FABIANE POPINIGIS (UFRRJ)**



Professor Doutor **VANDERLEI VAZELESK RIBEIRO (UNIRIO)**



Professora Doutora **MANOELA DA SILVA PEDROZA (UFRJ)**

Para Arlete (in memorian)
e Raquel (in memorian)

AGRADECIMENTOS

“SOLIDÃO QUE NADA” E UM PLANETÁRIO DE AGRADECIMENTOS

“Reconhecer que quem sabe nada há de ser
Há espaço para quem quiser viver
muito obrigado,
muito obrigado,
muito obrigado,
Por tudo que eu tenho passado”

Essa dissertação gerou em seu autor uma grande Sagarana: em seu significado na obra de Guimarães Rosa, “coisa que parece uma saga” o que, de fato, foi. Foram muitos meses, muitas páginas, risos, torcida pelos atores sociais aqui relatados, conflitos (pessoais e acadêmicos) e aqui está: dissertação finalizada. Escrita longa, escrita animada (como eu queria mais tempo!), mas é tempo de concluir, de terminar. O Word me diz que foram 1573 minutos, no último arquivo dos muitos abertos desde o início de 2015. Como a Sagarana dessa vida não se faz sozinha, algumas (muitas) pessoas estiveram ao meu lado nessa batalha; a vocês, algumas palavras minhas e o muito carinho que trago por vocês em minha caminhada.

A Carol e a Cristina, companheiras dessa vida, com quem sofri algumas das dores mais atrozess dessa caminhada. Valentes e guerreiras, ao lado de vocês eu cresço e aprendo cada vez mais. É bom saber que vocês ainda estão por aqui, obrigado.

Ao meu querido irmão Rafael, que mesmo com as longas distâncias acompanhou, via WhatsApp, as lutas e o crescimento desse trabalho. Agradeço também à minha cunhada, Daniele, que ao lado dos meus cinco sobrinhos/as (Sheylane, Igor, Vitória, Mateus e João Henrique) souberam como ninguém encher a casa e fazer esse tio mais feliz a cada visita e a cada história. Obrigado a vocês pelo apoio.

Ainda na minha família, agradeço profundamente aos meus tios/pais Cláudia e Carlos, animadores e incentivadores dessa vida acadêmica, desde quando ela era só um projeto. Obrigado por todas as conversas, domingos de almoço e lanche e pelo carinho. Nunca serei capaz de retribuir todo o carinho, amizade e força. Ao lado deles agradeço minha querida prima/irmã Fernanda, amiga, colega de trabalho, companheira. Obrigado por acreditarem em mim, até quando eu já não acreditava mais, de verdade. Vocês três são a melhor família que alguém poderia ter.

A José Henrique, que, apesar de um presente catastrófico, emocional e metal, foi financiador emocional e financeiro dessa e de outras pesquisas em um passado que hoje é só memória. Obrigado e cuide-se!

A Álvaro Nascimento Pereira que acreditou, respeitou e incentivou a construção desse trabalho sempre me oferecendo liberdade e autonomia nessa caminhada acadêmica. Te agradeço a acolhida na Rural e, sem dúvidas, suas lições para a dissertação e nas aulas do estágio docente vão permanecer como marcas em minhas práticas enquanto homem negro, pesquisador e docente. Obrigado, *malungo!*

Ao pessoal do LEHS, representados por Manoela Pedroza, Felipe Damasceno e João Fernando que, ao vivo ou por Skype, não deixaram que a solidão da pós-graduação e do ensaísmo tomasse conta desse trabalho, constantemente contribuindo, me intrigando com suas perguntas e me empurrando para que esse trabalho crescesse. Agradeço em especial à professora Manoela Pedroza por ter sido a incentivadora, desde a graduação, desses espaços de construção coletiva da dissertação e das teses e também de colaboração no mundo acadêmico. Obrigado pela amizade e por tanto aprendizado.

À minha querida família de amigos, sem dúvidas, uma das melhores partes que a graduação na UFRJ deixou em mim. A Bia, que é toda carinho e gentileza e que soube como ninguém dar a palavra amiga, dividir a mesa na biblioteca da Veiga de Almeida no início de 2016, e que hoje me ensina o quanto a luta por uma saúde melhor vale a pena: te admiro, minha amiga; ao Thiago, amigo para todas as horas, nos concursos e processos seletivos do outro lado do Estado, nos cursos, na vida; ao Lucas, amigo/irmão que, no segundo ano desse mestrado, me fez sempre lembrar do lugar em que eu quero sempre estar: na sala de aula; ao Caio, amigo querido e que mesmo com a distância não deixa de estar junto ao coração; Felipe, um oceano de amizade e carinho, eterno psicólogo dos amigos, obrigado pela força e incentivo constantes. Por esse planetário de emoções, por tudo e com tudo, agradeço a vocês.

Além deles, agradeço a Ana Carolina. Companheira na difícil empreitada do mestrado, desde quando ele era só um projeto em nossas vidas, ao longo desses anos crescemos, lemos, estudamos, escrevemos, lutamos e sofremos. Como bons confrades de signos de terra, deixamos a semente da amizade germinar e crescemos fortes e duros, e seguimos, sempre juntos. Desde os idos de 2010, companheira de trabalho, das primeiras incursões na educação, cursos, de incentivo, de sonhos, problemas, cervejas, dos desbundes gastronômicos (porque eles existiram), além de melhor revisora de textos, amiga com quem tive a sorte de compartilhar essa dissertação e essa vida. Obrigado por ontem, por hoje e por estar aqui, sempre. E, claro, à sua querida família, aqui representada por Sérgio e Patrícia que, desde a inscrição, em que o receio e o temor de uma nova seleção me afligiam, foram companheiros e me deram forças, sempre carinhosos e amigos, eternamente, obrigado.

À Raquel e ao Sérgio, que por duas vezes me receberam em sua casa no interior para que eu tentasse organizar as ideias, descansar desse desgastante processo e matar as saudades. À Raquel em especial, que me fez ter ainda mais certeza que lutar é necessário, lutar pela vida, com força e um sorriso no rosto. Vocês trouxeram bons momentos de descanso, conversa boa e construíram grandes memórias nos capítulos dessa vida. Como a vida tem muitas surpresas e descaminhos, e quis que Raquel não chegasse até a conclusão desse trabalho, bem, quem perdeu foi a vida, e hoje ela está onde sempre esteve: no coração.

Destaco ainda a minha turma dos leitores/colaboradores, que não foram poucos, entre eles os amigos Felipe Melo, Henrique de Bem Lignani e Matheus Leibão, companheiros forjados ainda no tempo da graduação que hoje constroem percursos de formação diversos, mas sem nos esquecermos do carinho e respeito um pelo outro. Ao Matheus em especial pelo auxílio constante com as traduções dos resumos em inglês, pelo compartilhamento de login/senha de bases de dados privadas, pelas boas reflexões políticas e acadêmicas e pelas piadas (só pelas boas, ok?). Vocês três são pessoas necessárias, não parem! Obrigado por me incentivarem e colaborarem com este trabalho!

No mesmo sentido, agradeço aos companheiros Max Felipe e Max Fabiano. Ambos toparam minhas investidas na construção de trabalhos acadêmicos coletivos, ainda pouco frequentes em nossas áreas. Ao lado de vocês renovo minhas expectativas de um trabalho historiográfico mais colaborativo, sincero e, acima de tudo, capaz de influenciar a mudança de posturas acadêmicas em nós e em outros pesquisadores/as.

Em minhas andanças – exploratórias e “pesquisatórias” – agradeço profundamente pela colaboração de todas e todos os antigos colonos e seus descendentes, em especial aos membros da comunidade japonesa da Reta do Rio Grande e da Reta do Piranema. Essas muitas pessoas que, caso nomeasse, me esqueceria de alguma, desde 2011 têm colaborado com essa pesquisa através de suas palavras, conversas e documentos, risos, andanças de trator e sacos de aipim.

Dedico um agradecimento pessoal à querida Karenina Sudo, que trouxe algumas das maiores e melhores experiências narradas nessa dissertação: à senhora, todo o meu respeito, carinho e honra em ter aberto sua história e a de seus antepassados para esse jovem

pesquisador. Sem dúvida ela e outros não concordariam com tudo que escrevi, mas tenham a certeza de que foi escrito com todo o cuidado teórico e responsabilidade com as histórias e memórias de cada um que compôs o Núcleo Colonial de Santa Cruz.

Ao PPHR-UFRRJ, que trouxe a oportunidade de debater e trocar experiências de trabalho e de pesquisa com professores formidáveis como Fabiane Popinigis, Carlos Eduardo Araújo, Alexandre Fortes, Felipe Ribeiro, João Márcio Mendes Pereira, Rebeca Gontijo e Maria da Glória Oliveira. Sem dúvidas, a formação e sugestões de cada um deles foram valiosas a esses e outros trabalhos e me formaram enquanto historiador.

Em Seropédica e em Nova Iguaçu, onde criei vínculos e raízes com queridos colegas, a eles o meu enorme agradecimento e ressentimento por não ter podido participar de maiores integrações, fosse pelo trabalho ou pelas distâncias. Assim, agradeço a Ana Lunara, Nara, Pamela, Juliana, Natanael, Felipe e Fred e, dos alunos do doutorado, Wendell e Eduardo Ângelo. Todas e todos, em maior ou menor grau, me ensinaram que as agruras do mestrado podem ser compartilhadas, e que delas podem nascer relações afetuosas e de auxílio acadêmico sincero. Obrigado por me ensinarem tanto!

Gostaria também de agradecer a atuação do servidor e secretário Paulo Longarini que, com seu trabalho esmerado e atencioso para com os alunos do PPHR, sempre nos manteve informados, relevou atrasos de matrícula e auxiliou nos meandros da burocracia. Você não me deixou esquecer também o real sentido do serviço público sério e comprometido. Por isso, também, obrigado.

Além disso, gostaria de agradecer aos alunos e colegas com quem atuei e militei enquanto professor de História no PVS-CEDERJ em São Francisco do Itabapoana (2015), na escola rural Doutor Getúlio Vargas em Magé (2017) e no Pré-vestibular Solidariedade (MOB) em Vila Isabel (2017). Todas e todos, em meio a greves, paralisações e carências construíram ao meu lado caminhos para se entender mais sobre a sala de aula e contribuíram, cada qual de uma forma, para que a sensibilidade e capacidade de reflexão crítica desse professor que escreve se fizessem presentes nessa dissertação. Obrigado por me ensinarem tanto, e que nossas lutas e sonhos continuem florescendo em meio a tempos tão sombrios na Educação.

Por último, gostaria de destacar o apoio do programa no financiamento de diárias e passagens do PPHR/UFRRJ que viabilizou a exposição deste trabalho em universidades de outros estados, em se tratando de um mestrando sem bolsa, esse custeio foi fundamental para sua manutenção. Meu mais respeitoso agradecimento.

Vila Isabel, 01 de maio de 2017.
Dia do trabalhador

RESUMO

SILVA, Henrique Dias Sobral. **Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)**. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

Esta dissertação analisa as experiências vividas por colonos no decurso da execução da colonização no Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC), Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1930 e 1960. Movidos pela inquietação de compreender como aquele projeto se transformou em processo, a análise aqui realizada se dedica aos aspectos sócio-políticos da vida dos colonos de Santa Cruz, na tentativa de apreender as diversas formas de recepção, tradução e transformação das ordens federais nas terras da colônia. Destacando-se nesse processo as relações dialógicas dos colonos com os diferentes agentes sociais estabelecidos no núcleo, como administradores e empregados, investigamos ainda as relações desses camponeses com mediadores políticos como os jornais, parlamentares e presidentes. Cada um desses grupos com distintas compreensões e finalidades para a colonização protagonizaram intensos debates sobre colonização, e aspectos dela como a garantia de assistência social, técnica e pelo direito à propriedade da terra. Nos ocuparemos da análise desses conflitos sociais a partir da perspectiva do Teatro e o Contrateatro do Poder nos termos propostos por Edward Palmer Thompson. Sob essa perspectiva, investigaremos as formas de dominação e imposição do Estado e dos seus agentes na condução do projeto colonizacional, bem como as formas de luta e resistência dos colonos na execução de seus projetos pessoais de colonização, destacando as múltiplas formas de pressão e mobilização realizadas por esses sujeitos. Assim, procuramos também compreender as particularidades da luta desses camponeses a partir de suas realidades e modos de organização, coletivos e individuais, nas terras de Santa Cruz e Itaguaí. Por fim, se discutem os elementos geradores da ruptura dessa política e dessas relações, que implicaram em processos socioeconômicos de reconfiguração da região e de seus habitantes. As fontes utilizadas para essa pesquisa são: documentação oficial, jornais, cartas e entrevistas.

Palavras-chave: Colonos. Teatro do Poder. Contrateatro.

ABSTRACT

SILVA, Henrique Dias Sobral. **Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)**. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

This thesis analyzes the experiences of settlers during the colonization of Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC), in the state of Rio de Janeiro, between 1930 and 1960. As we were eager to comprehend how the project of colonization has turned into a process, our analysis is dedicated to discuss the social and political aspects of the colonists' lives in Santa Cruz, looking forward to explain the various kinds of reception, rendition and transformation of federal orders on those lands. As the settlers' dialogic relations with the different agents of the Núcleo, such as administrators and employees, stand out, we investigate the relations of these peasants with political buffers, such as the newspapers, the congressmen and the presidents. Each of these groups with different understandings and ends for the colonization have led intense debates about it and its aspects as a guarantee of social and technical assistance and for the right of land property. We will focus on the analysis of these social conflicts through Thompson's perspective of Theater and Counter Theater. Then, we investigate the types of domination and the State and its agents' impositions that conducted the project of colonization, as well as the struggles and processes of resistance of the settlers on the path of their personal projects of colonization, highlighting the diversity of kinds of mobilization and pressure they made. Hence, we also look forward to comprehend the peasants' struggles in their specific nature through their reality and forms of organization (personal or in-group) on the lands of Santa Cruz and Itaguaí. Lastly, we discuss the elements that generated the rupture of this politics and these relations, which resulted in social economical processes of transformation of the region and of its inhabitants. We used official documents, newspapers, letters and interviews as sources for this research.

Keywords: Settlers. Power Theater. Counter Theater.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: A baixada de Sepetiba	41
Mapa 2: Mapa do município de Itaguaí com destaque para o núcleo colonial de Santa Cruz - 1952. Escala: 1:100.000.....	201
Mapa 3: Mapa dos núcleos coloniais na Baixada Fluminense – Escala 1: 2000.000.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formação e atuação profissional dos administradores do núcleo colonial de Santa Cruz	104
Tabela 2: Lista com a situação das empresas instaladas no Distrito Industrial de Santa Cruz.	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede Hidrográfica de Santa Cruz por Magalhães Corrêa (1939)	46
Figura 2: Tabela de Nacionalidades e Raças dos colonos do núcleo colonial de Santa Cruz (1940)	65
Figura 3: Rapazes japoneses preparam-se para uma das provas do Undokai no NCSC. (data desconhecida).....	87
Figura 4: Prefeito de Itaguaí José Morais Dias, em comemoração no Núcleo Colonial de Santa Cruz (1945).	88
Figura 5: Uma fotografia de Santa Cruz que parece tirada na Manchúria.	91
Figura 6: Operária de fábrica? Não, agricultora.	92
Figura 7: Enchente de 1936, Canal do Guandu, Santa Cruz.	133
Figura 8: O senhor Ubaldino e seu filho Hélio, quando narravam ao nosso redator as violências e arbitrariedades de que foi vítima a sua família.....	141
Figura 9: Manchete do jornal Correio da Manhã	146
Figura 10: Manchete do jornal O Paiz.....	146
Figura 11: A comissão de colonos de Santa Cruz na redação do Diário Carioca. Foto de 23 de março de 1936, P&B.	148
Figura 12: Os colonos de Piranema quando falavam ao A Manhã.	167
Figura 13: Eis a máquina de terraplenagem pertencente ao Instituto e que se encontra abandonada no matagal. Enquanto camponeses dela estão necessitando, o trator de lâmina fica enferrujado ao tempo, e só serve para os divertimentos das crianças.	169
Figura 14: Transportes JK.	169

LISTA DE SIGLAS

- CAC** - Cooperativa Agrícola de Cotia
- CSBF** - Companhia de Saneamento da Baixada Fluminense
- DASP** - Departamento Administrativo do Serviço Público
- DNOS** - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- DNPV** - Departamento Nacional de Produção Vegetal
- DTC** - Divisão de Terras e Colonização
- ESAMV** - Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária
- FNSC** - Fazenda Nacional de Santa Cruz
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- INIC** - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERJ** - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
- MNPT** - Movimento Nacional Popular Trabalhista
- NCSC** - Núcleo Colonial de Santa Cruz
- NOPH** - Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica
- PCRTT** - Primeira Comissão Revisora de Títulos de Terra
- PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
- PSD** - Partido Social Democrático
- SAPS** - Serviço de Alimentação da Previdência Social
- SNA** - Sociedade Nacional de Agricultura
- SIRC** - Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização.
- UDN** - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO OU QUANDO ARACNE E ATENA RESOLVERAM DISPUTAR	17
ARACNE E SUAS ENCENAÇÕES: REVISITANDO OS CONCEITOS DE CAMPESINATO E TEATRO DO PODER	20
EM BUSCA DOS DESENHOS DE ARACNE: AS FONTES E A PESQUISA DO HISTORIADOR	23
ORGANIZANDO FIOS E LINHAS: REVISITANDO A HISTÓRIA DO NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ E SEUS COMENTADORES	26
TEMPO DA TRAMA: O PERÍODO EM APRECIÇÃO	33
CAPÍTULO I: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA? A GENÊSE TERRITORIAL E POLÍTICA DO NÚCLEO COLONIAL.....	35
I. ITINERÁRIOS DO TERRITÓRIO: SANTA CRUZ E ITAGUAÍ ANTES DO NÚCLEO	35
II. A COLONIZAÇÃO COMO CAJADADA PARA MUITOS COELHOS: A CRIAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ.....	43
I. I. ABASTECIMENTO AGRÍCOLA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	43
I. II. SANEAMENTO DA BAIXADA DE SEPETIBA.....	45
I. III. PROPRIEDADE DA TERRA.....	49
III. AFOGADOS EM PROJETOS: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA LEGISLATIVA PARA A COLONIZAÇÃO.....	52
CAPÍTULO II: “FLORESCERÃO EM MIL CULTURAS” : AS EXPERIÊNCIAS DO FAZER-SE COLONO (A) NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO.....	61
II. I. A EXPERIÊNCIA I OU A EXPERIÊNCIA VIVIDA: MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS ATÉ A COLONIZAÇÃO.....	62
II. II. POR QUE NÃO COLONAS? APONTAMENTOS ACERCA DO PAPEL DAS MULHERES NO NÚCLEO COLONIAL.....	74
II. II. A EXPERIÊNCIA II OU A EXPERIÊNCIA PERCEBIDA: “MAIORIAS NEGADAS” E “MINORIAS POSITIVADAS” NA COLÔNIA	81
CAPÍTULO III: NEM SÓ DE COLONOS SE FAZ UMA COLÔNIA: O MUNDO DO TRABALHO E OS CONFLITOS NA GESTÃO DO NÚCLEO	100
III. I. ENTRE O <i>TÉCNICO</i> E O <i>PATERNAL</i> : RAÍZES DA ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL.....	102
III. II. FAZENDO DA AUSÊNCIA PRESENÇA: OS EMPREGADOS DA COLÔNIA.....	109
III. III. A LEI E A PRÁTICA.....	112
CAPÍTULO IV: ENTRE NEVES E PALHARES: QUANDO A LUTA É INDIVIDUAL.....	125
IV. I. O COLONO DOMINGOS NEVES, O SANEAMENTO E O MINISTRO SALGADO FILHO.....	128
IV. II. O COLONO UBALDINO PALHARES, AS ENCHENTES E O MINISTRO ODILON BRAGA.....	133
IV. III. NOVAMENTE UBALDINO PALHARES, O DESPEJO E O MINISTRO FERNANDO COSTA.....	139
CAPÍTULO V: DA UNIDADE VAI NASCER A NOVIDADE: AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DOS COLONOS	145
V. I. A COMISSÃO DE COLONOS CONTRA A COMISSÃO OFICIAL.....	145
V. II. PLURALIZANDO A ORGANIZAÇÃO: AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DOS COLONOS.....	149
V. III. ESCREVENDO SUAS QUEIXAS: OS MEMORIAIS COMO FORMA DE LUTA POLÍTICA.....	163

CONCLUSÃO: ENCERRANDO AS DISPUTAS ENTRE ARACNE E ATENA: PÓS-LÚDIO DA COLONIZAÇÃO	175
REFERÊNCIAS.....	181
BIBLIOGRAFIA	184
ANEXOS.....	193

“O que nos interessava eram os homens reais com seu trabalho e sofrimentos; exigíamos uma filosofia que levasse em consideração tudo, sem nos apercebermos de que ela já existia e era ela, justamente, que provocava em nós essa exigência”.

Jean Paul Sartre, *Crítica da razão dialética*, 2002.

APRESENTAÇÃO OU QUANDO ARACNE E ATENA RESOLVERAM DISPUTAR

“A moça insultou a anciã, e disse que a deusa não apareceria [...] porque sabia que perderia. Indignada, Atena se revelou em toda a sua imponência de deusa e declarou aceitar o desafio. Dispuseram-se as linhas e começaram a bordar e a tecer. Cada uma delas desenhou histórias. Atena fixou em lindos coloridos a sua disputa com Poseidon, em torno do nome que deveria ser usado pela cidade de Atena. Aracne pôs-se a desenhar histórias maliciosas a respeito dos deuses. Desenhou-lhes as metamorfoses, as intrigas, os descarados amores; era um trabalho de sutil maledicência e reprovação. Terminados os trabalhos, a deusa examinou detidamente o trabalho da moça Lídia. Estava uma perfeição. Não lhe achou a menor irregularidade, nem desarmonia de tons, era tudo um capricho, uma delicadeza, uma beleza. Vendo-se, senão vencida, ao menos igualada por um simples mortal, Atena rasgou o delicado trabalho, e ainda por cima feriu a rival com a agulha”.¹

A epígrafe acima traz a história de Aracne, mito grego que narra o desafio de uma tecelã à deusa Atena na arte da costura. Ao longo do desafio, a mortal se dedica a desenhos menos inglorios, que narravam histórias “reprováveis” enquanto a deusa relembra momentos imponentes e os feitos de seus pares. O que nos interessa nesse mito? A disputa entre personagens de condições distintas. Perceber como a mulher subalterna encarou o desafio e conhecermos suas estratégias de tessitura, marcada por “intrigas (...) maledicência e reprovação”². Enquanto, ao seu lado, assentava-se uma “História dos grandes feitos”³ da deusa Atena.

Acreditamos que essa metáfora pode colaborar com o processo de apresentação de nossos personagens e de nossa História. O conflito e suas formas de expressão são nossos espaços prediletos na tessitura dessa dissertação. Observar a ação e resistência dos colonos de Santa Cruz, em um devir de Aracne, nos mostra a força de camponeses quando, de agulhas em punho, tecem a história a ser contada era de luta. Entretanto, não o fazem sozinhos e têm ao seu lado os administradores e a burocracia estatal que, melhores paramentados, cozem na tentativa de fixar “lindo coloridos” a projetos de colorações duvidosas.

No mito, percebemos o poder divino como tecelão do destino dos homens, intervindo e modificando-o de acordo com os seus caprichos, tendo a jovem tecelã a sorte decidida pela deusa. Apesar da forte tendência de que os deuses rasguem o tecido de Aracne, em sua forma camponesa, felizmente, na composição da trama da vida, as escolhas feitas, as linhas traçadas e suas formas, carregam disputas e lutas cotidianamente, sendo elas de responsabilidade de seus autores.

Nesse sentido, à semelhança do mito, nossa história pretende enredar os fios da existência e da luta de homens e mulheres na execução de um plano de colonização estatal e, no limite, na manutenção de suas vidas. Nossas Aracnes e Atenas mobilizam universos próprios, carregados por memórias e experiências na costura das suas tramas. Trançam suas identidades nas cores da luta e de seus projetos, conscientes ou inconscientes, silenciosos ou não.

Dessa maneira, sublinhamos que nossos interlocutores privilegiados serão os colonos de Santa Cruz, e com suas experiências e histórias pretendemos focar as temáticas arroladas.

¹ FRONTISI-DUCROUX, Françoise. *El hombre ciervo y la mujer araña: Figuras griegas de la metamorfosis*. Abada, Madrid, 2006.

² Idem, p.35.

³ BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo, Editora UNESP, 1991, p.17.

Suas histórias bordadas compõem narrativas e seus desdobramentos constituem a matriz de nossa análise.

Assim, optamos por escrever uma história de como os colonos de Santa Cruz operaram estratégias de contra poder, seja através das cartas, das organizações de comissões ou, anos mais tarde, através dos relatos ao pesquisador. Pretendendo verificar uma crescente da luta e da organização dos colonos, e, para isso, acompanharemos o período de vigência do projeto de colonização em seus trinta e oito anos.

Ponderando a multiplicidade de assuntos a que nos propomos focar neste trabalho, que são necessários na abordagem exaustiva dos cenários da colonização agrícola oficial⁴ no Brasil de 1930-1960, e no recorte temporal adotado, restringimos o olhar a um núcleo colonial, sem por isso deixar de ter a pretensão de que algumas de minhas conclusões possam ser desdobradas para outros contextos de resistência camponesa, guardadas as devidas proporções. Debateremos, quando for conveniente, as características passíveis de generalização ao campesinato brasileiro e quais são as particularidades do Núcleo Colonial de Santa Cruz⁵.

Uma empresa dessa envergadura está sempre fadada a complexidades – e a perguntas: “é sobre os colonos ou sobre a colonização?” –. Nosso desafio é balancear o panorâmico e a densidade das abordagens. Quanto ao caráter panorâmico, no que compete à multiplicidade de questões, entendemos o mesmo como necessário, visto o recorte temporal adotado; todavia, o que se perde nesse aspecto se ganha na densidade, percebendo de forma mais apurada como os referenciais em análise foram experienciados por personagens envolvidos na colonização⁶. Essa escolha metodológica revelou-se profícua e nos ajudou a trilhar resultados ricos e aprofundados.

Ao focarmos nossa análise da colonização e das lutas dos colonos e suas famílias em um jogo de escalas, temos a responsabilidade de detalhar os processos de forma que as “trocas de lente” não se façam de maneira brusca e heterogênea para o leitor e a leitora. Nossa intenção, munidos da lente macroscópica, é propor novas análises sobre o tema da colonização dirigida pelo Estado⁷ no Brasil, problematizando visões tradicionais, distante de nos opormos aos problemas microssociais. Além disso, intentaremos também lançar luz sobre os problemas históricos ainda não tratados nesse contexto – levando em consideração os

⁴ Situamos o período de 1930 a 1960 como o primeiro momento da colonização oficial, na República, no qual a União, em nível federal, sistematizou propostas e buscou implantar um projeto mais amplo de colonização dirigida, com atenção especial à Baixada Fluminense e à região Centro-Oeste, sendo essa opção de colonização replicada ao longo da Ditadura civil-militar (1964-1985) em áreas da Amazônia Brasileira. Esse projeto conviveu com outro, egresso da Primeira República, que se tratava da colonização gerida pelos Estados, sendo São Paulo e Paraná os grandes exemplares dessa opção política estadual. Além dessas modalidades, ao longo de todo o período republicano empresas privadas ocuparam-se de projetos de colonização particular, que se dedicavam à atividade extrativista, especulação de terras e loteamentos. Possíveis análises sobre cada uma dessas modalidades devem ser executadas com base em suas especificidades, observadas as mudanças político-institucionais de seu período de vigência e tendo em perspectiva os interesses dos diferentes agentes sociais envolvidos.

⁵ Doravante, NCSC.

⁶ Agradeço ao pesquisador e doutorando Eduardo Ângelo pelo comentário objetivo e pontual feito durante as aulas de Tutoria I acerca do balanceamento entre o recorte temporal e as questões de fundo da pesquisa.

⁷ Frente à pluralidade de formas de avaliação sobre o que vem a ser a colonização dirigida pelo Estado, nossa concepção parte da noção de uma modalidade de ocupação e distribuição de lotes para pequenos agricultores. Estes lotes em conjunto formam glebas, onde a interferência do Estado se dá de forma mais direta e abrangente através de auxílio técnico na plantação e distribuição, atuando também em níveis educacionais e médicos. Durante as décadas em análise nesse trabalho, os órgãos responsáveis pela colonização dirigida foram o Ministério do Trabalho até 1934, o Ministério da Agricultura e, a partir de 1938, uma divisão específica deste passou a cuidar das questões da colonização: a Divisão de Terras e Colonização; no ano de 1952 a direção passou ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Outra interpretação pode ser encontrada em LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p.25.

camponeses –, que não se revelam do mesmo modo se analisados somente pelas lentes das dimensões macrossociais⁸. Dessa maneira, não perderemos de vista, também, a possibilidade de recorrer a exemplos de outras práticas de colonização e de colonos de outros núcleos em situações similares quando as fontes permitirem ou, ainda, quando faltarem comprovações a respeito da referida colônia⁹. Esta dissertação, em algumas passagens, pretende também, como uma experiência de verificação das conclusões obtidas a partir de visões generalizantes executadas por outros pesquisadores, através de tentativa, comprovar se as conclusões a que chegaram contrastam ou não frente à lupa da História Social.

Para isso, partimos do princípio de que a colonização, distante de ter caminhos e uma finalidade predefinida por projetos governamentais, foi uma experiência de política agrícola e agrária em que foram postulados problemas cujas respostas estiveram abertas à atuação dos indivíduos e não somente aos poderes de comando governamental. Imbuídos de um questionamento sobre a onipotência do Estado sob uma sociedade fraca trataremos aqui de um palco de dilemas e conflitos cujos desfechos não estavam dados com a emancipação do núcleo¹⁰, mas dependiam de arranjos subjetivos, ora individuais ora coletivos. Sendo assim, um olhar minucioso das ações dos personagens do núcleo aponta para o estudo das encenações de poder e contrapoder que, tal como em uma peça de teatro, revelam distintas formas da atuação desses sujeitos sobre suas vidas e suas lutas pela garantia de suas condições de colonos e pequenos proprietários.

Se a incerteza de iniciar uma nova vida em sítios em Santa Cruz/Itaguaí e a condição de colono se via prejudicada pela má gestão dos administradores e pela força das inundações, esse cenário criava ao mesmo tempo um horizonte de possibilidades e estratégias a serem encampadas e desempenhadas pelos colonos e suas famílias. Sendo assim, mais uma vez, acreditamos que os melhores condutores para nos levarem a conhecer as veredas da colonização são os colonos, através da documentação e de suas memórias.

Para além de questões teóricas e políticas, decidimos pela escolha dos colonos como foco dessa história, pois através deles será possível verificar os pormenores do projeto e do processo de colonização em uma região desprestigiada social e economicamente da cidade do Rio de Janeiro. Por conta dos infortúnios da vida, está para além do alcance deste trabalho a possibilidade de acompanhar as trajetórias da grande maioria dos ex colonos. Muitos dos descendentes evadiram da região sem deixar maiores rastros nas fontes desde a emancipação final do núcleo, quarenta e nove anos atrás¹¹.

Os leitores devem indagar o porquê de os colonos de Santa Cruz serem tão representativos. Pois bem, eles o são porque compuseram o maior projeto agrícola e agrário na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense depois de 1930¹². Os rendimentos de

⁸ REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ Serão utilizadas nessa dissertação, como recurso de escrita que visa à não repetição de palavras, as seguintes formas de tratamento para o núcleo colonial de Santa Cruz: colônia e núcleo. Como citado em nota anterior, a menção do termo completo passa a ser identificada pela sigla NCSC.

¹⁰ Segundo Luiz Carlos Brandão, os projetos de colonização organizados, entre o período de 1930 e 1985, previam a organização de núcleos de colonização baseados em três etapas: consolidação, desenvolvimento e emancipação. BRANDÃO, Luiz Carlos Kopes. A Colonização Brasileira, do Descobrimento ao Estatuto da Terra. In: *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, vol. 1, nº1, 2009.

¹¹ Esse processo contou com duas etapas, a primeira em 1949, sendo a última etapa de emancipação no ano de 1968.

¹² Apesar da prática de colonização agrícola contar com múltiplos exemplos na História do Brasil, não há referências bibliográficas de casos de colonização dirigida pela União no Estado do Rio de Janeiro ao longo da Primeira República. No Império, tal modalidade de ocupação produtiva da terra ocorreu no Estado em projetos colonizacionais de capital público-privado, como nos casos da chegada de imigrantes na região serrana fluminense através de acordos políticos entre Brasil e países europeus, com vias de substituição de mão de obra,

suas plantações foram dignos de nota em pesquisas internacionais¹³ e o projeto de colonização servido de exemplo na *Marcha para Oeste*, executada pelo governo Vargas com a finalidade de ocupação e integração do Centro-Oeste ao restante do país. Nesse sentido, escrever uma história da colonização através do balanceamento entre o projeto e o processo de colonização nos ajuda a trazer à tona experiências e memórias caladas que são reveladas a partir de casos de pessoas comuns, possibilitando-nos um recorte do passado povoado de experiências singulares.

Além disso, a compreensão dos descabros da atual realidade fundiária, somada a um contexto de abandono do Estado e palco da violência urbana nas grandes metrópoles, as regiões de Santa Cruz e Itaguaí configuram-se como áreas representativas dos percalços atuais dessas questões e, por isso, a nossa atenção e urgência em fazer emergir sua história e de suas gentes tanto na universidade quanto no campo acadêmico.

O título escolhido, “nas tramas da colonização”, foi uma metáfora elegida para pensar os colonos como fios de uma trama que dá forma à tapeçaria desse projeto de colonização. Segundo Eliane Campello, há mitos que se destacam pelo ato da tecelagem, suas apropriações como um meio de definir destinos de outras pessoas e, até mesmo, o próprio futuro¹⁴. Importam-nos pouco os mitos, mas sim saber que a história que se conta aqui foi feita por sujeitos que empunharam linhas (ações) e agulhas (contrapoder) na tecelagem de suas vidas camponesas e teceram contornos da sobrevivência.

Isto posto, começemos pela tela em que se organizaram os fios da tapeçaria, os conceitos que trabalharemos ao longo desse trabalho. Evidentemente, não é possível produzirmos uma história vista de baixo dos colonos que deixe de levar em conta a situação macrossocial do período, e acreditamos que, ao analisarmos essas questões, colaboramos com o entendimento da situação política e da centralidade da questão da colonização no período. Por fim, diríamos ao leitor que estamos começando a construir a tapeçaria guiados por lentes de aumento que, no fazer historiográfico, serão descritas na forma de conceitos.

Aracne e suas encenações: revisitando os conceitos de campesinato e teatro do poder

“[...] em outras palavras, *cuanto más amenazante sea el poder, mas gruesa será la máscara*”.¹⁵

Uma vez que optamos por estudar as relações entre colonos e as instâncias da burocracia da União durante a vigência do NCSC é preciso definir, em primeiro lugar, o que se entende por colono. Na mesma perspectiva, para dar um sentido às “relações” entre estes e o governo, também será necessário entender o que significa outro termo, qual seja: teatro do poder e contrateatro. Começemos por colonos, ou melhor, por camponês, termo que generaliza etnograficamente a categoria colono e outros distintos grupos no meio rural.

Nesse seguimento, compartilhamos o conceito de campesinato dos editores e autores da coleção *História Social do Campesinato no Brasil*. Para esses historiadores e cientistas sociais, campesinato se trata de um signo de comportamentos que, distintos e peculiares, se

povoamento e embranquecimento racial. Ainda carecem de investigação as motivações para o não desenvolvimento da colonização no Estado do Rio de Janeiro na Primeira República.

¹³ GALJART, Benno. *Itaguaí: Old Habits and New Patterns in a Brazilian Land Settlement*. Wageningen, The Netherlands: Centre for Agricultural Publishing and Documentation, 1967.

¹⁴ CAMPELLO, Eliane. A Tessitura da Escrita: Do Mito à Expressão pela Arte, In: *XI Congresso Internacional da ABRALIC: “Tessituras, Interações, Convergências”*, 13 a 17 de julho de 2008, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.45.

¹⁵ SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Traducción de Jorge Aguillar. México: Ediciones Era, 2004. p.26.

configura como um conceito generalizável para formas heterogêneas de ocupação e trabalho no campo¹⁶. Segundo Clifford Welch et al., o termo funciona como um investimento organizativo da condição de existência de trabalhadores rurais e de seu patrimônio material, reprodução familiar, socialização, capacidade produtiva em suas diferentes matizes e formas de inserção no campo brasileiro¹⁷. Pluralidade útil à nossa pesquisa, motivo pelo qual é mobilizado aqui na tentativa de iluminar nossas discussões sobre os colonos de Santa Cruz/Itaguaí.

Por esses termos, o uso do subtipo colono incorpora circunstâncias políticas de enquadramento a um projeto governamental, mas não somente se volta exclusivamente a estas. Os concessionários receberam o termo colono como chamamento dentro da estrutura da política pública de colonização e o reinventaram a partir da experiência que vivenciaram ao longo do processo de colonização.

Nesse sentido, havia um projeto estatal do que deveria ser o colono padrão em um núcleo de colonização dirigida pelo Governo Federal que era colocado para homens e mulheres pobres de diferentes origens socioeconômicas. Em meio a essa aproximação entre o projeto e o processo do estabelecimento do conceito de colono, forjaram-se embates feitos de avanços e recuos entre os distintos atores sociais envolvidos, que terminaram por redefinir o próprio significado de colono.

A partir dessa tensão entre projetos pessoais e institucionais realiza-se, assim, o conceito de camponês como fator de unicidade para as diferentes frentes de luta que convergem no projeto e, muitas vezes, no sonho de manter sua condição camponesa, para dar prosseguimento às suas demais aspirações. Projeta-se a conquista e a manutenção da terra do trabalho, independente do conceito incumbido. Desse modo, reconhecemos o conceito por passar a entendê-lo também como palavra política, nos termos de José de Souza Martins, para quem tal vocábulo procura dar unidade às lutas dos camponeses¹⁸.

Apesar disso, uma dúvida frequentou nossa reflexão. Como se autodenominavam os concessionários de terras no NCSC? Eis que novamente chegamos ao termo colono. Primeiramente seu emprego é – em especial na propaganda do regime Vargas – uma tentativa de construir um tipo específico de camponês. O colono ventilado na publicidade do período, muitas vezes imigrante não ibérico, seria o indivíduo que, com sua família, se dedicaria ao cuidado com a terra sob uma perspectiva de afeição a ela, traduzida no cuidado, no trabalho contínuo e na fixação ao lote. Afinal, um tipo ideal que não criaria entraves ao Estado e garantiria o abastecimento do mercado interno na execução do cinturão verde fluminense.

Contudo, por se tratar de um conceito amplo e historicamente produzido, como foi assinalado no exame de qualificação, seu tratamento possibilitaria pensar as lutas camponesas numa perspectiva que ultrapassa os limites geográficos do NCSC por ratificar experiências equivalentes em diversas regiões brasileiras, a exemplo das experiências do Centro-Oeste brasileiro e regiões como o norte do Paraná¹⁹.

¹⁶ WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.09-17.

¹⁷ Idem.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁹ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1996; NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados: UFGD, 2007; PESSOA, Jadir de Moraes. *A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância*. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, v.2, 1 edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009; SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil*. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, v.2, 1edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Também, na prática trata-se de uma forma de tratamento presente nas fontes de época e entrevistas com os remanescentes dos trabalhadores rurais aqui analisados, independentemente de suas origens étnicas ou nacionais, sendo essa sua forma de autodenominação e dos grupos aos quais pertencem. Dessa maneira, adotaremos aqui a denominação colono como forma de reconhecer a legitimidade da enunciação dos remanescentes e suas especificidades. Percebemos ser esse um conceito derivado de camponês fértil para se conhecer melhor o campesinato do NCSC em sua especificidade, isto é, descobrir no que ele se aproxima e no que se afasta de outras experiências camponesas no Brasil. No limite, o que buscamos aqui é contribuir com um novo estudo de caso sobre o campesinato brasileiro, na tentativa de enriquecer o debate e levar ao conhecimento acadêmico a vida e as lutas destes colonos tão esquecidos. É provável que este seja um mérito de nossa pesquisa: uma ideia mais detalhada das atividades destes colonos, cuja atuação social por vezes se nos revela fugidia.

Sabedores do significado utilizado aqui para o termo colono, nos importa agora vasculharmos quais as estratégias empregadas por eles e pelos agentes do Estado, na organização das forças de tensão no NCSC. Assim, nossa opção é por uma análise que privilegie a noção de Teatro do Poder e Contrateatro.

Materializado como um teatro microscópico estruturado pelos donos do Poder, trata-se de uma estratégia encontrada no âmbito do cotidiano em relação aos subalternos na qual os opressores criam uma série de códigos de conduta, exposição e formas de agir. Quando interpretadas pelos oprimidos, tal Teatro faz nascer uma expressão própria desses, através de falas, escritos, exposições públicas enquanto uma forma de resistência diante da dominação do poder hegemônico²⁰. Por se tratar de uma relação dialógica, aquela exercida pelos subalternos é denominada Contrateatro enquanto a sua forma antagonica, preponderante e, em muitos casos, oficial, é chamada de Teatro do Poder.

Para Jonh Scott, enquanto o Teatro estruturou-se como um sistema de apropriação do trabalho e coerção de uma determinada população subordinada, ao Contrateatro cabia uma resposta à ação dos opressores, em uma relação do discurso com o poder, na qual as estratégias deveriam ser calculadas sob a pena do recrudescimento das ações dos poderosos na forma da brutalidade, prisões e humilhações²¹.

Tal dualidade fez nascer uma conduta que, ditada pelo Poder, produz formas de atuação pública, na qual ficam claras as possibilidades de atuação hegemônicas e contra hegemônicas. Dessa maneira, Scott nos sugere atenção às entrevistas, cartas e demais exposições dos colonos como formas de veicular suas impressões com relação à colonização, podendo essas fontes sugerir a insubordinação ideológica desses sujeitos. Em igual sentido, cabe ao historiador interpretar as formas de exibição dos opressores, tais como visitas, propagandas, dentre outros recursos de afirmação de seu poder e hegemonia²².

A partir dessas análises, a intensidade, frequência e formas de exposição de descontentamentos de ambos os lados colaboram com uma leitura dialógica dessa relação de poder, na qual diferentes grupos sociais podem ser mapeados em suas relações sociais assimétricas. Nesse sentido, compartilhamos com Berger a noção do Teatro e Contrateatro como um ritual político que, repleto de teatralidade, se realiza na forma de gestos, falas e atos de resistência social²³.

²⁰ SCOTT, 2004.

²¹ Idem, p.18.

²² Idem, p.21 e 22.

²³ BERGER, Willian. *O Teatro do Poder e o Teatro do Oprimido: formas de resistência e intervenção social em Caieiras Velhas*. Aracruz, ES (2006-2011). 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p.42.

Retornando aos escritos de Thompson, para o marxista inglês, em suas análises sobre os grupos subalternos da Inglaterra do século XVIII e XIX, o Contrateatro do poder apresentava-se enquanto estratégia de ação popular, na qual mobilizavam ameaças e sedições como forma de afirmação de sua presença no ritual político do poder. A análise de Thompson dava atenção em especial às formas como as classes relacionavam-se na conformação desse poder.

Nesse sentido, o que estava em disputa era a hegemonia que, enquanto um processo em permanente transformação, fazia com que as distintas classes presentes no teatro devessem renovar e/ou modificar suas práticas de poder e contrapoder constantemente²⁴. Partindo dessa reflexão, Thompson pôde mapear o simbolismo presente no controle político e nos protestos junto à sociedade inglesa, conforme analisado em *Patrícios e Plebeus*.

O simbolismo apontado era resultado de um intenso aprofundamento do historiador na discussão acerca da cultura, dos saberes e práticas dos grupos subalternos em perspectiva com os agentes do poder, interpretação da qual emergiam um conjunto de ações planejadas pelos donos do poder na construção de um sistema de disciplinamento social que, ritualizado e exposto publicamente, movimentava esse teatro político e social. Como resposta, os subalternos respondiam com sedições, envio de cartas, revoltas e toda a sorte de práticas que garantissem seu espaço contra hegemônico frente aos poderosos. No NCSC também podemos perceber traços do Teatro e Contrateatro do Poder na execução do projeto de dominação e nas alternativas contra hegemônicas construídas pelos colonos. Esse teatro era encenado em um grande palco (o NCSC), no qual se movimentavam colonos e agentes do Estado, cada qual buscando encenar conforme seu *script* – individual ou coletivo – a melhor cena que garantisse sua estabilidade e continuidade dessa encenação. Todavia, para melhor interpretarmos esses elementos, carecemos do aporte das fontes sobre as quais veremos a seguir.

Em busca dos desenhos de Aracne: As fontes e a pesquisa do historiador

“Eu perguntei. Eles responderam. Eu escrevi”.
Sebastian Junger

A densa empreitada de se construir um retrato da História Social dos colonos e da colonização partiu de uma alargada pesquisa documental em diferentes espaços e arquivos. A oralidade dos colonos aqui protagonistas nos conduziu ao estabelecimento das fontes orais baseado em depoimentos. Ao lado dessas fontes, foram explorados arquivos das instituições públicas ligadas à colonização, arquivos regionais, censos, cartas de pessoas que direta ou indiretamente se aproximaram das questões e debates sobre a colonização em Santa Cruz e Itaguaí.

Começamos pelas fontes orais. Para compor um quadro das memórias dos colonos e seus descendentes, poderíamos apelar, em primeiro lugar, para os dados ditos “duros”, ou seja, levantamentos ministeriais, censos, dentre outros. Essas fontes permitiriam desenhar um quadro hermético das condições da política de colonização, enriquecendo com testemunhos de intelectuais que conheceram o projeto – em especial os geógrafos – em razão de seu trabalho. Os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os levantamentos dissonantes entre as seções do Ministério da Agricultura não trazem detalhes que forneçam mais do que dados generalistas.

Entre os muitos desafios do fazer historiográfico, sem dúvida, um dos maiores foi o trabalho com relatos orais. O uso de tais fontes nos permitiu o registro de formas inalcançáveis ao historiador; retirar o véu dos colonos de Santa Cruz era necessário, era

²⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

preciso que eles ocupassem o palco da historiografia com voz própria, com múltiplas informações e elementos novos e particulares às experiências da colonização.

Concordamos com Antônio Montenegro quando este afirma que “os depoimentos podem nos trazer outra compreensão” de fatos supostamente conhecidos e analisados em nossos gabinetes. Assim, acreditamos no caráter reintegrador da História Oral quando coligada a uma opção nova e talvez, revolucionária, de construir a História sob o ponto de vista dos excluídos²⁵.

Entretanto, este exercício exige sérios cuidados que apontam para novas dimensões do trabalho do historiador, entre eles a relação interlocutor/testemunho, uma vez que o pesquisador também compõe a construção do documento oral. No caso aqui analisado, a distância da realidade evocada, somada ao desconhecimento de muitos sobre os trâmites da colonização, bem como as implicações presentes destes, obrigaram ajustes e releituras constantes para que fosse construída, de fato, uma história dos colonos e da colonização.

Nesse sentido, concordamos com Joutard, que nos diz ser a partir do reconhecimento da subjetividade do historiador que se torna possível reconhecer uma abordagem que de conta da confrontação das fontes, da crítica, da adoção de uma perspectiva e do limite sua projeção na entrevista de história oral²⁶.

Os testemunhos, em geral feitos com filhos de ex colonos, proveram a pesquisa com o essencial acerca das condições de trabalho dos colonos quanto aos aspectos que os dados oficiais sublimaram. A partir das entrevistas floresceram dados ligados à família e ao mundo do trabalho, à experiência das intempéries, às relações étnicas, aos costumes; à educação; aos serviços de saúde; às experiências de organização nas cooperativas e à vida em uma das regiões mais pobres da capital fluminense. Com isso, mostra-se um mosaico de dimensões da vida e da colonização, algumas vezes anedótica, em outras se apresentando na forma de experiências duras e sofridas. Talvez a máxima de Ricoeur se confirme: “para nos lembrarmos, precisamos dos outros”²⁷.

Felizmente foram encontradas cartas e outros documentos em arquivo, especialmente no Arquivo Nacional e nos jornais do acervo da Biblioteca Nacional, que deixavam ecoar as vozes dos colonos, o que no limite, colaborou com a construção de relatos “mais audíveis” e as posições dos colonos mais claras – ou não – ao longo do tempo. Pelas cartas e depoimentos, os ex colonos e seus descendentes fizeram não somente uma descrição de suas condições de vida e trabalho, mas também nos levaram a conhecer o cotidiano e as mudanças surgidas no período considerado.

Embora pertençam a um dos bairros cariocas que mais cultua seu passado histórico, orgulhoso dos seus momentos históricos²⁸, os colonos não alcançaram as políticas de valorização a não ser de maneira pontual e selecionada²⁹. A celebração do passado regional corresponde a uma escolha dos ancestrais alinhada a uma valorização do período imperial e estritamente ligada ao patrimônio material.

Assim, nos parece necessário dar vez e voz a *todos* os colonos e suas famílias, sem cortes étnicos. Também nesse sentido, as entrevistas foram conduzidas a partir de um

²⁵ JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaina Amado (Org.). *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 57.

²⁶ Idem, p.54.

²⁷ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

²⁸ A região conta com um Eco Museu atrelado ao Núcleo de Orientação a Pesquisa História que dedica-se especialmente a divulgação e conscientização dos moradores sobre a importância do bairro e do patrimônio material, este caudatário do período imperial em que a região servia de casa de campo da família real e depois imperial do Brasil.

²⁹ Selecionada à medida que as celebrações à memória dos colonos atingem somente os colonos de origem japonesa, sendo negada a participação brasileira no processo da colonização.

roteiro³⁰, cujo *script* não foi sempre seguido, visto que a liberdade do relato foi preservada e a concatenação das ideias foi feita pelo entrevistado da forma que lhe pareceu mais adequada. Além disso, correríamos o risco da perda da originalidade e a lógica do encadeamento dos temas caso utilizássemos um questionário fechado. Deparamo-nos com momentos de eloquência e situações em que a cultura do silêncio se sobrepôs às perguntas, sendo, por isso, o conteúdo reformulado segundo as necessidades de comunicação da entrevista.

Como *outsider* na região, infelizmente o autor do presente trabalho não teve a oportunidade de alcançar todos os entrevistados através da mediação de outros agentes, situação que pode ter consequências sobre as primeiras entrevistas. Por isso, possíveis dessimetrias sociais³¹ e falta de perspicácia cultural podem ter gerado alguns momentos de apartamento entre entrevistador e entrevistado, situação essa que pode ser perceptível em alguns relatos e que se modificou ao longo do tempo com a construção das redes e de uma cumplicidade que mobilizou os primeiros entrevistados a nos indicarem a possíveis novos entrevistados.

Naturalmente, talvez todas essas precauções e preocupações não sejam suficientes para obtermos todas as informações desejadas. Haja vista que, para muitos deles e delas, o gravador, o roteiro e o pesquisador eram experiências completamente novas, tendo alguns mostrado dificuldades de expressão. Acreditamos que a opção metodológica pela “escuta ativa metódica”³² causou empatia entre entrevistador e entrevistados e permitiu captar uma forma original de formular as informações, sem engessar os relatos e as experiências de trabalho, suas opiniões, gestos, tristezas e indignações.

Preservamos com fidelidade suas palavras e expressões no momento da transcrição com a indicação atenta de Tânia Maria Fernandes, para quem o procedimento da versão oral para a transcrição transforma o texto, alterando-o na sua “forma original, porém não necessariamente modificando seu conteúdo, pois a edição [...] não deve levar à sua desestruturação e sim à sua reestruturação gramatical”³³.

Outras fontes bastante utilizadas foram as correspondências dos colonos e dos agentes de Estado, ora endereçadas aos presidentes – em especial a Vargas –, ora endereçadas a jornais cariocas, quando não a ambos. Esse acervo, nascido de intensos cruzamentos de fontes encontra-se depositado no Arquivo Nacional³⁴ e na Biblioteca Nacional³⁵. Este não é um acervo inédito, os primeiros trabalhos que se dedicaram ao uso das correspondências, situam-se principalmente no entendimento das relações entre os trabalhadores urbanos e o presidente Vargas³⁶. Outros autores dedicaram-se às comunicações feitas por pais e mães ao “Pai da

³⁰ Pode-se consultar o roteiro executado nas entrevistas na seção Anexo.

³¹ BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007. p.693-713.

³² A variante da “escuta ativa e metódica” aplicada por Bourdieu e sua equipe articulava a entrevista aberta e a semiestruturada (questionário fechado). Com isso, intentava-se a construir uma relação de pesquisa que fosse qualitativamente produtiva, para tal, administrava-se a interação em níveis linguísticos (verbais e não verbais) e a estrutura da relação pela escolha dos entrevistados e do entrevistador. Além disso, a proposta contemplava um nível de alteridade em que o pesquisador tenta situar-se no lugar do entrevistado/pesquisado. Podem-se consultar maiores informações em: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007 p. 906.

³³ FERNANDES, Tania Maria. “Edição de entrevistas”. In: MONTENEGRO, Antônio Torres & FERNANDES, Tânia Maria (Org.) *História oral*. Um espaço plural. Recife: Editora Universitária, 2001.

³⁴ Especificamente no Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. O fundo é composto por 800 latas de documentos. Encontram-se especialmente cartas, telegramas e processos administrativos gerados a partir das correspondências.

³⁵ Em especial na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁶ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; REIS, José Roberto Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). UNICAMP, Campinas, tese de doutorado, Unicamp, 2002.

nação”³⁷, e considerações sobre os trabalhadores rurais também foram temas de pesquisas recentes³⁸.

Em larga medida, os autores apontam para motivações ligadas à expectativa de que houvesse um canal de comunicação e interlocução com o presidente. As missivas, em larga medida, foram analisadas como um desafio à ordem assimétrica entre o Governo e os governados, sendo parte delas comportada por recursos retóricos ligados aos pedidos, proteção, necessidade, lealdade e justiça como argumentos legitimadores da intervenção abnegada do chefe da nação.

Todavia, um número significativo de cartas enviadas pelos colonos de Santa Cruz foi encontrado também publicado em jornais. Ao todo, as 14 correspondências nos colocaram a necessidade de aguçar as leituras sobre essa fonte. Dessa maneira, se os colonos, assim como os demais trabalhadores, utilizavam tal meio de comunicação com Vargas e parlamentares de jurisdição municipal e federal³⁹, acreditamos que esses homens também a utilizavam como parte de sua encenação de Contrapoder: desviando da ação dos administradores, eles alcançavam as instâncias superiores do poder com suas queixas e demandas. Resta ao historiador o exercício interpretativo dessas correspondências e de seu teor na construção da história social da colonização e dos colonos como acompanharemos na sequência.

Por último, nosso trabalho de historiador, que exigiu longas horas de arquivo e os longos 67 quilômetros de casa ao antigo núcleo colonial demandaram, acima de tudo, uma posição crítica e o compromisso com mais do que situações agradáveis e úteis de um itinerário já traçado pelo pesquisador: o compromisso indispensável de colocar em evidência a vida e as lutas daqueles homens e mulheres do campo.

Organizando fios e linhas: Revisitando a história do núcleo colonial de Santa Cruz e seus comentadores

“Temos as pesquisas dos ricos sobre os pobres. Os pobres são violentos, viciosos etc. É preciso fazer resposta dos pobres”⁴⁰.

Em um cenário de poucas referências à colonização agrícola em Santa Cruz/Itaguaí – e porque não dizer no Estado do Rio de Janeiro –, fizemos a busca e a interpretação de uma construção histórica, dispersa e pulverizada em distintas áreas de conhecimento a fim de inserirmos nossa análise da colonização sob a ótica dos colonos de Santa Cruz.

Focando principalmente nas obras produzidas a partir dos anos de 1950, por meio dos títulos das obras ou pelo fato de incorporarem em seu texto a análise sobre o NCSC. Interessamos realizar, aqui, um trabalho ainda não feito, que consiste na sistematização e problematização das formas como foi abordada pela intelectualidade brasileira e estrangeira a colonização agrícola na região.

Um dos primeiros pesquisadores sobre a região foi Benedito Freitas, com obras produzidas em meados dos anos de 1950, que compõem um atraente esforço de construção de

³⁷ MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar no Estado Novo. In: Rev. *Diálogos*. V. 12, n. 2/ n. 3. Maringá: 2008. p. 209-235.

³⁸ RIBEIRO, Vanderlei Vaselesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

³⁹ Em especial, figuras como os deputados Júlio Cesário de Melo e Guilherme da Silveira, mas também os diversos ministros da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, esses últimos com menor frequência. Ao longo da dissertação, foi possível avaliar melhor a construção das relações entre essas figuras de poder e os colonos.

⁴⁰ MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

uma História de Santa Cruz⁴¹. A primeira obra do jornalista foi "História de Santa Cruz"⁴² que, dividida em três volumes, atende ao esforço de uma narrativa do período jesuítico, real, imperial e republicano em Santa Cruz. Contudo, embora tenha o período republicano em seu escopo, o autor não abarca a problemática da colonização.

Orientado por fontes de diversas naturezas, este autor elaborou importantes notas sobre o passado de Santa Cruz. Entre outros temas, dedicou-se a uma abordagem linear e tradicional de um passado agrário, dos homens importantes, prédios e da vida pública, exaltando a grandeza e as memórias dessa localidade.

Todavia, a parte de sua produção que nos mobiliza são os números do periódico "*Imprensa Rural*", do qual o referido autor foi diretor durante todo o período de publicação, do ano de 1949 a 1959⁴³. Foi nesse espaço que Freitas teceu uma ferrenha defesa ao projeto de colonização em Santa Cruz que, por vezes, contrastava com longas reclamações ao mesmo, ressaltando as benesses do presidente Vargas para a região e com o endosso à propaganda política do encontro idílico entre o colono e a terra.

No que compete à experiência de colonização em Santa Cruz, as considerações dos geógrafos se estruturaram na forma de críticas e sugestões às políticas governamentais em relação à execução do projeto de colonização, voltados basicamente para dois problemas: a assistência técnica e as cooperativas. Em relação à assistência, para os geógrafos, ela deveria ser incentivada enquanto medida de valorização econômica da produção hortigranjeira que, na época tratada, já era deficitária e rarefeita⁴⁴. A falta de assistência era motivo de reclamação dos colonos, que solicitavam atenção dos técnicos ao fornecimento de sementes e reprodutores de raça para o Ministério da Agricultura⁴⁵. Além disso, o segundo segmento dos debates geográficos sobre os núcleos coloniais é a questão da constituição de cooperativas⁴⁶. Servindo para a melhor organização e integração do colono ao ambiente econômico, Faissol indicava que a cooperativa deveria ser organizada pela própria DTC⁴⁷, e que deveria ser

⁴¹ Importa-nos nesse trabalho não repetirmos os equívocos, hoje clássicos, de hierarquização da escrita da História, em que comumente valoriza-se o exercício de pesquisa e escrita dos acadêmicos e descredencia-se a mesma operação quando não executada pelos mesmos. Além disso, sob o estigma do termo memorialista, consolidou-se uma visão pejorativa em que o factual, evolutivo e anedótico encerra diferentes intelectuais sob um mesmo conceito, simplificando suas potencialidades e produções. Assim, nossa análise e abordagem lida com a produção acerca da colonização e da região de Santa Cruz/Itaguaí sob um olhar horizontal e que privilegia e discute as contribuições e caminhos apontados pelos diversos autores e autoras. Podem-se consultar as bases dessa reflexão em: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2009.

⁴² FREITAS, Benedito. *Santa Cruz: Fazenda jesuítica, real, imperial* (3 volumes). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1985.

⁴³ Jornal produzido em Santa Cruz entre os anos de 1949-1959, sob a direção e edição geral de Benedito de Freitas. Atualmente o acervo desse periódico encontra-se sobre a guarda do Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica (NOPH) em Santa Cruz.

⁴⁴ Sobre a produção hortigranjeira no núcleo colonial de Santa Cruz, pode-se consultar: CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. *Boletim Carioca de Geografia*, ano XV, 1962; FAISSOL, Speridião. Notas sobre o Núcleo Colonial de Santa Cruz. *Boletim Geográfico*: janeiro, ano VII, número 82, 1950. GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Mirian. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional de Geografia, CNG/ IBGE, 1956.

⁴⁵ ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. In: *Rev. Bras. de Geografia*: jul./set, 1960.

⁴⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. In: *Boletim Carioca de Geografia*, ano XV, 1962. p.50.

⁴⁷ Na organização institucional do Núcleo Colonial, a DTC era o órgão gestor do processo de criação do núcleo, desde a organização dos registros de terras para colonização até o assentamento dos colonos. Fazia parte do Departamento Nacional de Produção Vegetal, ligado ao Ministério da Agricultura. Pode-se consultar, Decreto - lei 25.291, de 30 de julho de 1943.

entregue aos colonos quando ocorresse a emancipação do núcleo, tal como previa-se no projeto de colonização de 1943.

No cenário mais recente, a temática do núcleo colonial retorna ao debate acadêmico no início dos anos 2000. A responsável por recolocar essa questão, ainda que de maneira transversal, foi a professora Fania Fridman, em artigo de 2002, intitulado *De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz*. No referido trabalho, é feito um rico levantamento de fontes sobre a história da Fazenda de Santa Cruz, em que a discussão sobre o NCSC é orientada exclusivamente por nomes e datas⁴⁸.

Apesar disso, a autora faz diversos apontamentos, retrato de uma pesquisa minuciosa, que articulam diferentes dados que ajudam a compor um importante panorama quantitativo, seja na quantidade de colonos por período ou nas dimensões dos lotes distribuídos. A autora recupera e concorda com as análises dos geógrafos Speridião Faissol, Pedro Geiger e Miriam Mesquita acerca dos motivos para a decadência do projeto de colonização, problematizando pouco as causas reais e não atentando para a situação dos colonos já citadas acima.

Apesar disso, Fridman expõe uma preciosa lista elaborada pelo Ministério da Agricultura, em 1952, com os proprietários de terra de Itaguaí⁴⁹. Entre estes, havia 141 proprietários de terras no NCSC, sendo 31,02% de companhias imobiliárias, com sede no Rio de Janeiro, detentoras de 75% de propriedades rurais no município de Itaguaí⁵⁰. Retornaremos com mais atenção aos dados apresentados pela autora na tentativa de traçar um escopo quantitativo e o cenário da apropriação de terras na região, em especial nos lotes na porção de Itaguaí.

Na dissertação *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*, defendida em 2005, Sinvaldo Souza relacionou seu interesse pela comunidade japonesa do bairro em que passou a infância e sua atuação como pesquisador no Núcleo de Orientação à Pesquisa Histórica (NOPH) a fim de construir um dos poucos trabalhos sobre a colonização em Santa Cruz⁵¹.

Partindo de uma análise da História da Educação, o autor analisou as singularidades da educação e da cultura na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz, na busca do significado do lugar da formação no sistema de assimilação e aculturação dos nipônicos e seus descendentes, a partir do contato com o Brasil e, em especial, com Santa Cruz. Sinvaldo Souza utilizou-se, para a pesquisa da dissertação, juntamente com as fontes escritas, do arcabouço da História Oral para desenvolver oito entrevistas com filhos de colonos e com professores e professoras que lecionaram para membros das famílias japonesas contempladas pelo projeto de colonização.

Com um discurso valorativo da educação dos colonos japoneses e suas formas de acesso e integração/assimilação nas escolas brasileiras em Santa Cruz, é preciso notar as limitações desse trabalho. Discute-se aqui a forma como se chancelava uma visão vitoriosa dos colonos japoneses refeita no reconhecimento da ascensão dos japoneses na sociedade brasileira. Apoiava-se esse argumento na importância dada pela comunidade aos estudos em instituições de ensino e ao prestígio conquistado no Brasil.

A discussão presente na obra de Souza é de extrema relevância para os trabalhos sobre colonização na Baixada Fluminense, constituindo-se como um trabalho acadêmico pioneiro.

⁴⁸ FRIDMAN, F. De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 311-343, 2002.

⁴⁹ Idem, p.340.

⁵⁰ Não foram consideradas as terras do NCSC localizadas em Santa Cruz no computo desses dados. Conforme nota em: FRIDMAN, F. De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 311-343, 2002. p. 340.

⁵¹ SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado). PPG – UFF, Niterói, 2005.

Contudo, não se pode deixar de lado o apagamento da presença dos colonos brasileiros nessa construção da história e, por que não, da memória dessa experiência de colonização.

Defendemos que se trata de uma consideração apressada do autor condecorar a colonização japonesa com a adjetivação de “bem-sucedida sob os aspectos econômico e social, pois se manteve relativamente coesa e ativa na preservação de suas memórias até a atualidade”⁵². Alçar a comunidade japonesa à condição de “exemplo e estímulo aos lavradores brasileiros das vizinhanças”⁵³ é minorar a participação ativa dos colonos nacionais na constituição da colônia.

A análise da dissertação de Sinvaldo Souza nos causa a impressão, sob um olhar historiográfico, de uma expressiva ausência da colonização por nacionais em terras de Santa Cruz. Acompanhemos sua afirmação: “maioria [dos colonos nacionais e estrangeiros não nipônicos] vendeu seus lotes para criadores de bois e de cavalos. Não se pode dizer, assim, que essas comunidades tenham constituído colônias agrícolas”.

Trata-se de uma prova de pouca atenção ou carência de fontes documentais, acerca dessa comunidade e insisto, um silenciamento desses homens e mulheres que lutaram pela tentativa de consolidação de sua condição de colonos proprietários.

Não podemos deixar de dar créditos a essa que é uma historiografia que tentou reagir às conturbações experimentadas nesse ambiente rural que vivia seus primeiros surtos de urbanização. Surgiam ali novos problemas e reforçavam-se antigas questões como o rápido crescimento populacional, a subalternização, o crescimento da violência, a persistência da questão de terras e a visão de um lugar carente de identidade e de História. Pretendia-se negar a imagem subalterna de periferia e depósito de gentes, imagem tão comum sobre a região desde o fim dos anos de 1970 até a atualidade.

Contudo, se o autor fez a opção de destacar os “múltiplos motivos para que um empreendimento dê resultados positivos”⁵⁴; é sobre os resultados ditos negativos, em meio às lutas, debates e ações verticais e horizontais que o presente trabalho pretende dedicar-se, tendo como escala analítica, o microcosmo de homens e mulheres envolvidos na colonização.

Na área da Antropologia, a tese de doutorado de Elisa Guaraná de Castro surge como uma destacada contribuição para nossa discussão⁵⁵. Defendida em 2005, a tese trata fundamentalmente de questões ligadas a aspectos da juventude em dois assentamentos de reforma agrária, Eldorado e Morro das Pedrinhas, ambos na cidade de Seropédica na Baixada Fluminense⁵⁶. Como parte da construção de seu método, a autora se dedica a entrevistar remanescentes de colonos brasileiros do NCSC⁵⁷. As entrevistas comportam um conteúdo precioso que dialoga diretamente com nossas inquietações e indagações sobre o projeto de colonização. Entre os temas recorrentes nas entrevistas está a relação dos remanescentes de colonos com a terra, a chegada ao lote, as dificuldades na região, as plantações, as criações e as relações criadas no bojo da colonização.

Considerando a dispersão espacial e o intenso apagamento da memória dos colonos brasileiros no período da colonização oficial na região, os caminhos de investigação trilhados

⁵² Idem, p.58.

⁵³ Idem, p.58.

⁵⁴ Idem, p.60.

⁵⁵ CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

⁵⁶ O primeiro gerido pelo INCRA e o segundo pelo ITERJ. Acerca da localização, a região do Morro das Pedrinhas (chamada Lagoa Nova) e sua região vizinha, Santa Rosa, compuseram o núcleo colonial de Santa Cruz, sendo suas terras agregadas na década de 1950.

⁵⁷ Segundo Elisa Guaraná, os remanescentes do núcleo colonial entrevistados eram egressos dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e tinham em comum a vida no campo. p.48.

por Elisa Castro serão recuperados nessa dissertação na tentativa de reativar a agência e as experiências dos ex colonos nacionais.

Em 2008, a contribuição sobre o tema foi dada pelo IBGE na coletânea *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*, em virtude das comemorações pelo centenário da chegada do primeiro navio japonês ao país. Destacaremos em nossa análise o capítulo de Tomoko Iyda Paganelli, “Resgate de uma história: os japoneses no Estado do Rio de Janeiro”⁵⁸. A autora traça um rico panorama das peculiaridades encontradas pelos imigrantes japoneses na experiência de chegada ao Estado do Rio de Janeiro. Paganelli ressalta ainda a importância das associações culturais/esportivas e das cooperativas como formas de agregação da comunidade japonesa em suas experiências no Brasil, em especial no Rio de Janeiro⁵⁹.

A agregação é de grande importância para essas comunidades, uma vez que se estabelecem, em especial no caso de Santa Cruz, a partir de um processo de “remigração”. Esse fenômeno é descrito pela autora como a subvenção do deslocamento, seja por empresas de colonização ou governos, das famílias nipônicas de uma região e/ou estado para outra, sendo esse processo executado na colonização em Santa Cruz, através da relação pessoal do Ministro da Agricultura Fernando Costa com a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), durante seu mandato como Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo.

Tomoko Paganelli explora o caso de Santa Cruz, explicitando as especificidades do trabalho dos colonos japoneses, como as culturas agrícolas e seus períodos de rotação. A autora destaca, como observamos anteriormente, a primazia da Associação Rural Nipo-brasileira de Santa Cruz criada em 1938 para a integração dos colonos japoneses. Acerca dos colonos japoneses instalados na porção de Itaguaí do núcleo (Piranema e Mazomba), a autora expõe casos de descendentes de remigrados que nos espaços de sociabilidade construíram sua relação com a região e com a preservação da cultura japonesa.

Ainda sobre as organizações nipo-brasileiras, Paganelli tributa o insucesso da cooperativa agrícola “à heterogeneidade da população da colônia, formada por japoneses e brasileiros”⁶⁰. Todavia, não concordamos com o argumento étnico dessa abordagem, acreditamos que é necessário pensar nas racionalidades econômicas envolvidas e na conjuntura de construção dessa cooperativa. O aspecto da sociabilidade japonesa e a formação das cooperativas serão recuperados no segundo capítulo dessa dissertação.

Na obra *De Merity a Duque de Caxias: Encontros com a História da Cidade*, publicado em 2010, Antonio Braz e Tania Maria Almeida buscam na discussão sobre o saneamento na Baixada Fluminense a gênese do processo de colonização. Em uma análise cronológica, tendo por base as últimas décadas do império até os anos de 1930, os autores abordam os avanços e limitações dos planos de saneamento de rios, brejos e pântanos na região da Baixada, destacando a colonização como forma bem-acabada do uso do solo após tal intervenção ambiental.

Braz e Almeida, na análise sobre a colonização, incorrem em equívocos com relação à localização geográfica do NCSC, atribuindo-a ao bairro de Sepetiba, também na zona oeste carioca. Outro equívoco é conferir o início da colonização ao ano de 1938, data da chegada dos primeiros contingentes japoneses egressos do Estado de São Paulo, quando, na verdade,

⁵⁸ PAGANELLI, Tomoko Iyda. Resgate de uma história – os japoneses no Estado do Rio de Janeiro. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). *Resistência & Integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: IBGE, 2008.

⁵⁹ A autora mapeia 24 associações no Estado do Rio de Janeiro organizadas por emigrantes japoneses e seus descendentes que fundaram novas comunidades fora do Japão, os denominados nikkeys. Sendo a mais antiga delas a Associação Rural Nipo-brasileira de Santa Cruz, criada no núcleo colonial de Santa Cruz. p.105.

⁶⁰ SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). Op. Cit., 2008. p.109.

esse processo ocorreu ainda no ano de 1930. Os autores relacionam a decadência dos projetos de colonização, em Santa Cruz e em São Bento, ao desvirtuamento do projeto – como a venda dos lotes como casas de veraneio e a carência de auxílio aos colonos e suas famílias. Acreditamos na força desse último argumento, contudo, entendemos que essas conclusões precisam de aprofundamento sob um viés analítico que privilegie a ação dos colonos e de suas famílias frente aos administradores e aos projetos governamentais.

Um ponto alto da abordagem de Braz e Almeida é a exposição da dinâmica e da tensão do capitalismo que se observa entre as áreas de colonização e a cidade do Rio de Janeiro. O argumento dos autores fala no câmbio da acumulação da terra como capital fundiário de alicerce agrário para um cenário de “fronteira aberta” à força do capital imobiliário especulativo, materializado em práticas como o despejo e na grilagem de títulos de terra. Nesse momento, algumas questões se colocam: quais foram as formas de resistência dos colonos? Como o Estado atuou frente à tensão com os colonos? Uma farta bibliografia se dedicou a essa discussão no âmbito da Baixada Fluminense e dos sertões cariocas, restando conhecer como esse processo, considerando as peculiaridades, se desenvolveu nas áreas de colonização⁶¹.

No livro *Escavando o passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias* (2014), Marlúcia Santos de Souza aponta a análise do projeto de colonização do governo federal durante o governo Vargas pelo viés da dinâmica demográfica e como uma tentativa de introdução da região ao modelo de desenvolvimento industrial. Partindo de uma longa análise da história da cidade de Duque de Caxias, a autora identifica a experiência da colonização – na forma do Núcleo Colonial de São Bento⁶² – como a efetivação de uma vigorosa intervenção do poder público na região.

A autora, em um breve trecho da obra, se dedica a inferências sobre o cenário da colonização em São Bento, em que ressalta algumas especificidades dessa experiência, como a vigilância de entrada e saída da colônia, o avanço da mancha urbana, ainda na década de 1950, e também extensibilidades com a colônia em Santa Cruz, como o descompasso entre colonos e a administração⁶³ e a dificuldade de escoamento da produção agrícola.

Ainda que tenha sido autora do primeiro trabalho sobre a atuação colonizadora do Estado Novo varguista na Baixada Fluminense, que tem por mérito o uso de documentação referente aos núcleos coloniais produzida pelo INCRA,⁶⁴ a autora deixa claro, em diversos trabalhos, a ausência de pesquisas sobre os núcleos agrícolas na Baixada Fluminense e as possibilidades de uma análise demográfica e social da organização dessas experiências agrícolas no Estado do Rio de Janeiro.

⁶¹ Sobre a luta pela terra na Baixada Fluminense e nos sertões cariocas, pode-se consultar: GRZYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 1987. 2 v. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 1987; PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1962; SILVA, B. R. da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008; PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre.

⁶² O Núcleo Colonial de São Bento (NCSB) foi instalado nos limites do atual município de Duque de Caxias, na porção centro-leste da Baixada Fluminense, pelo decreto nº 22.226, de 14 de dezembro de 1932. As terras colonizadas foram um ajuntamento de fazendas desapropriadas em 1921 e ocupada pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Em 1931, quando da falência da empresa, as terras hipotecadas passaram ao domínio da União e no ano seguinte o projeto de colonização foi aprovado. Sobre o tema, pode-se consultar: SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias*. Niterói: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002; SOUZA, Marlúcia Santos de. *O Projeto de colonização do Estado Novo em Caxias*. 2000. Monografia de conclusão de Curso. Niterói: UFF.

⁶³ A título de exemplo, o engenheiro Henrique Dietrich fora administrador dos dois núcleos, em Santa Cruz no período de 1930-1931 e em São Bento entre os anos de 1932-1945.

⁶⁴ SOUZA, Marlúcia Santos de. *O Projeto de colonização do Estado Novo em Caxias*. 2000. Monografia de conclusão de Curso. Niterói: UFF.

Contudo, a autora não reconhece no núcleo colonial de Santa Cruz a experiência pioneira no Estado do Rio de Janeiro como estando inserida na dinâmica da Baixada Fluminense. Esse fato pode ser tributado ao debate sobre a situação específica do município de Itaguaí com relação aos demais municípios da Baixada Fluminense, que muitas vezes não incluem o município na macrorregião⁶⁵.

Após esse acompanhamento de ondas de produção que se espraiam em diferentes movimentos e sob diferentes sentidos metodológicos, surge a necessidade de uma amarração desses debates. Primeiramente, boa parte destes trabalhos nos fornecem ricas possibilidades de análise e inserções na temática dos colonos e suas experiências na colonização em Santa Cruz. Contudo, em sua maioria, eles diferem da proposta desta dissertação, pois não consideram os colonos em sua relação, forjada entre conflitos e consensos, com a administração do núcleo. A partir de uma leitura crítica sobre as produções de Benedito Freitas e Sinvaldo Nascimento, defendemos a necessidade de relativizar a colonização como um processo de apaziguamento da luta pela terra. Acreditamos ser necessário um estudo apurado sobre as raízes do malogro da colonização e das formas de atuação dos colonos em sua luta por direitos. Além disso, a memória da Baixada Fluminense, e de Santa Cruz em especial, sublimou a existência do núcleo colonial, restringindo-se a experiência de grupos específicos⁶⁶. Defendemos, além disso, que tanto a história quanto a memória dos colonos ainda precisam vir à tona nas discussões sobre trabalho e acesso à terra na zona Oeste carioca e na Baixada Fluminense.

Por fim, ao tomar as relações sociais no NCSC como escala de observação deste estudo estamos, na realidade, ampliando a visão sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro. Lembramos que essa experiência de colonização não foi exclusiva na cidade do Rio de Janeiro. Observamos ainda que, a partir das análises de Marlúcia Souza e Braz & Almeida, a mesma iniciativa de colonização oficial ocorreu em municípios da Baixada Fluminense nas décadas de 1930 com a criação do núcleo de São Bento (Duque de Caxias), em 1940 em Tinguá (Nova Iguaçu), e em 1951 na região serrana com o núcleo de Papucaia (município Cachoeiras de Macacu). Desta maneira, este trabalho se propõe a tarefa de aprofundar o estudo de grupos subalternos em uma região periférica do Estado do Rio de Janeiro, no limite, tendo como intenção incentivar novos estudos sobre os núcleos coloniais no referido Estado, com a certeza da necessidade de novas investigações acerca do rural na Baixada Fluminense. Por fim, este trabalho pretende dialogar com aspectos da conquista da propriedade e das relações de colonos *na* terra no Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁵ O debate sobre as diferenças econômicas e sociais dos municípios do leste (Seropédica e Itaguaí), a norte (Paracambi) e a leste (Magé e Guapimirim) em relação aos demais municípios da Baixada Fluminense e os impactos dessa relação na organização de políticas regionais para a Baixada Fluminense pode ser encontrada em: ROCHA, André Santos. Nós não temos nada a ver com a Baixada: problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. Recôncavo: Rev. Hist. da UNIABEU, v.3, n.4, p.1-22, 2013; MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense, identidades e transformações*: Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. 2001. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social/UFRJ.

⁶⁶ Destaque para a comunidade japonesa em Santa Cruz, que constantemente é recuperada pela produção bibliográfica da região, pode-se consultar: MIRANDA, Deborah Carla da Silva. *Imigração japonesa na baixada fluminense* Monografia elaborada para o Curso de Graduação em História (Estudos de Problemas Brasileiros II). Universidade Federal Fluminense (UFF), s.d. 10 páginas (datilografado); SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Japoneses em Santa Cruz. Boletim do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH)*. Rio de Janeiro: NOPH, n. 7, p. 5, abr. 1984. (fotografias); SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Imigração japonesa: 80 anos de Brasil, há meio século em Santa Cruz*. Rio de Janeiro, 6 p., datilografado, s.d.

Tempo da trama: o período em apreciação

“[...] Só a justa medida do tempo dá a justa natureza das coisas.”⁶⁷.

Nos marcos da História do Brasil republicano, nosso recorte abrange o período Vargas, passando pela experiência democrática até o ano de 1968, na ditadura civil-militar. Acrescenta-se a essa experiência o uso dos testemunhos dos ex colonos e seus descendentes sobre seu passado, que auxiliaram também na demarcação de limites cronológicos com sua capacidade de rememoração. Os entrevistados que aceitaram fazer as entrevistas tinham idades que variavam entre 65 e 88 anos. Ainda, sua entrada no núcleo, na infância ou na vida adulta, como trabalhador rural ou não, é compensada por memórias mais precisas que marcaram mais suas mentes, entre a árdua vida no campo e os desafios da colonização. Muitas vezes, meus interlocutores preferiram contar relatos de seus pais. A larga maioria não tinha memórias sobre os avós, que, se não haviam conhecido, estavam do outro lado do planeta, no Japão.

O fim do período analisado aqui foi estabelecido em 1968, período em que todos os lotes do núcleo colonial de Santa Cruz foram emancipados, situação que financiou uma nova configuração *rururbana* da região, expressa nos loteamentos e conjuntos habitacionais e também na industrialização da região⁶⁸. Os efeitos desse mosaico de paisagens levaram a região a fenômenos como a favelização, a industrialização sem fiscalização, geradora de sérios problemas ambientais, e a uma zona rural com sérias dificuldades de manutenção.

Isto posto, resta apresentar o plano de capítulos aqui seguido. Um primeiro capítulo que investiga a gênese e o processo de organização do NCSC, partindo de uma análise do território, explorando as motivações para a efetivação de uma política de colonização às margens do Distrito Federal, investigando, por fim, os distintos projetos políticos para a colonização dirigida no Estado e no país. A intenção aqui é iniciar um caminho para a posterior discussão sobre a colônia e os agentes que dela tomaram parte, não se tendo a menor pretensão de esgotar a análise dos fatores que culminaram com o início do processo colonizacional nem tampouco propor interpretações originais aos temas.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre o conceito Thompsoniano de experiência, privilegiando aquelas construídas pelos colonos antes e durante a colonização em Santa Cruz, com o objetivo de analisar como esses homens e mulheres organizaram suas vidas em contextos de exclusão de gênero, diferenças culturais e as opções, pouco democráticas, do Estado e da opinião pública na condução das relações com colonos nacionais e estrangeiros.

No terceiro capítulo problematizamos o corpo de trabalhadores do NCSC, com ênfase nos administradores e empregados da colônia a partir das origens sociais e formativas dos primeiros, investigamos suas relações para com os subordinados e as formas de resistência desses em meio à organização de um aparato legislativo de proteção aos empregados públicos brasileiros, destacando-se, em meio a essas contendas, suas implicações para a assistência dos colonos e na condução do projeto colonizacional.

⁶⁷ NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Editora Record, 1975.

⁶⁸ O termo refere-se à influência socioespacial do campo sobre a cidade, na forma de uma modificação na paisagem e nos modos de vida associados a esses dois espaços. Tal integração, por vezes desigual aos antigos e novos habitantes da região, implica em modificações na paisagem e nos modos de vida associados a esses dois espaços. Podem-se consultar as origens desse termo em: FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: o que é?* Recife: Massangana, 1982; VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. *Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara – SP*. Geografia: ações e reflexões, 2006. pp.231-246.

O quarto capítulo foi dedicado à organização burocrática do NCSC, destacando as relações de trabalho entre empregados e administradores em um microcosmo do mundo do trabalho na colônia. O objetivo aqui foi, basicamente, ver como esses grupos antagônicos se relacionaram e de que maneira suas ações contribuíram ou não na efetivação do projeto de colonização.

No quinto capítulo, intentamos compreender a atuação política de dois colonos, Ubaldino Palhares e Domingos Neves, que, com suas lutas individuais, expuseram os desvios da colonização. Nesse momento, busca-se também investigar as formas de teatro e Contrateatro do poder empregadas por esses colonos e pelo Estado em seus embates e debates e, ainda, como o espaço dos jornais foi utilizado para promover a defesa e/ou ataque a esses sujeitos políticos.

Já no último capítulo, buscamos dialogar com as organizações coletivas dos colonos, procurando observar de que forma essas associações foram construídas e geridas pelos colonos, diante de suas necessidades, aflições e interesses. Procuramos, ainda, descrever as práticas coletivas dos colonos, de resistência ao projeto de colonização e a burocracia estatal, que se revelam por meio de um específico Contrateatro. Nele, também apontamos traços da precariedade e dos desafios da manutenção de projetos camponeses na região do núcleo.

CAPÍTULO I: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?⁶⁹ A GENÊSE TERRITORIAL E POLÍTICA DO NÚCLEO COLONIAL

A proposta desse capítulo consiste na possibilidade de se executar uma interpretação do território, as motivações para a colonização e seus projetos de execução. Para desenvolvermos estas ideias nos pautamos em uma reflexão acerca da contrarreforma agrária representada pela colonização. Em associação com essa discussão ressaltamos a necessidade de compreender o processo de institucionalização da política de colonização no Brasil e, de modo especial, na Baixada Fluminense, que recebia as demandas por reestruturação da então Capital Federal, o Rio de Janeiro. Esta análise se realizará a partir de contribuições teóricas fornecidas pelo debate com cientistas sociais e historiadores dedicados às questões do campo entre os anos de 1930 e 1960.

Diante do reconhecimento das características do território de Santa Cruz e Itaguaí, às vésperas da colonização, nossa tarefa seguinte se fundamentou na discussão das motivações e projetos de colonização implementados na Baixada Fluminense e em Santa Cruz em particular.

Nesse sentido, partimos do pressuposto que a colonização e seus projetos foram concebidos como peças-chave no processo de integração espacial da região de Santa Cruz e Itaguaí no contexto do abastecimento do mercado interno carioca. Os efeitos desses projetos revelam seu caráter descontínuo, demonstrando as contradições de políticas agrárias no país.

II ITINERÁRIOS DO TERRITÓRIO: SANTA CRUZ E ITAGUAÍ ANTES DO NÚCLEO

Durante a elaboração deste tópico, muitas horas foram gastas pensando em como construir uma narrativa a partir de vestígios documentais que apresentavam a localidade, descontentes com as repetitivas e enfadonhas descrições territoriais comumente presentes nos trabalhos historiográficos, resultado de um divórcio prematuro entre História e Geografia.

A princípio, vencidos pela frequência e estrutura de abordagem, acreditamos que deveríamos contemplar essa localidade de uma forma linear, cronológica, até a fundação do núcleo colonial e a chegada dos colonos. Será que, dessa maneira, essa apresentação da localidade surgiria ao leitor de forma mais clara? Talvez não. Assim, resolvemos optar por um exercício de imaginação histórica⁷⁰, na tentativa de dividir com possíveis leitores um pouco do prazer que tivemos em tomar contato com esse território⁷¹.

⁶⁹ Recompomos aqui o título do primeiro capítulo de nossa monografia de conclusão de curso por acreditarmos que a frase inicial sintetiza com clareza poética a discussão desse capítulo inicial.

⁷⁰ O conceito de imaginação aqui trabalhado é fruto das leituras de Robin George Collingwood. Para o historiador britânico, a concepção de história ultrapassa o simples reunir dos eventos e a fixação deste em um ponto de vista crítico. Tal conceito torna o passado um tempo mais penetrável por meio de um modelo de alternância entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, depreendidas das mesmas, de origem mediada pelo historiador. Dessa maneira, a imaginação histórica se caracteriza por ter um papel "que não é propriamente ornamental, mas estrutural (...) é ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica" (COLLINGWOOD, 1981, p.298). Como parte das advertências ao historiador, Collingwood reforça a necessidade de localizar os recortes temporal e espacial; preservar a concordância interna com o contexto histórico em análise e por último, marcar uma relação e aproximação com as fontes. Para maiores informações sobre o conceito: COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981, p.294- 298.

⁷¹Concordamos aqui com o conceito de território proposto pelo economista Carlos Brandão, que compreende o território como um elemento de reprodução social, em que se encaram distintos processos e manifestações de conflito. Não pretendemos aqui aprofundar esse tema, todavia, avaliamos este conceito como apropriado na caracterização das dinâmicas sociais que envolveram a colonização e os colonos no NCSC. BRANDÃO, Carlos. *Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar*. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI,

Sob os olhares de desconfiança dos historiadores mais ortodoxos, frente à nossa opção de apresentar o território através da imaginação histórica, afirmamos que não se quer aqui abrir mão de parâmetros teórico-metodológicos, tampouco da verdade histórica, certamente repleta de lacunas e dúvidas. Entendemos que a narrativa produzida sob a condução da imaginação histórica não se trata de uma simples estima do historiador por uma determinada fonte, mas sim de uma opção metodológica de cruzamento de dados “duros” das fontes e os eventos pressupostos, nascidos da crítica do pesquisador elaborada a partir da imaginação histórica⁷². Isto posto, procuraremos recorrer ao que podemos denominar de imaginação histórica, uma relação que deve transcender aquilo que as fontes lhe dizem através de uma construção que não estabeleça uma oposição entre verdadeiro e inventado, mas sim a “integração, sempre assinalada pontualmente, de ‘realidades’ e ‘possibilidades’”⁷³.

Nesse sentido, recorreremos a George Duby, que iniciou sua obra *A Europa na Idade Média* com a curta e potente frase: “imaginemos que...”⁷⁴. Nossa opção teórica e metodológica nos faz acreditar que a eleição da imaginação histórica como opção para a escrita desse tópico – considerada uma das grandes inimigas do rigor histórico – pode ajudar a aproximar do leitor temáticas muitas vezes áridas. Assim, nossa tentativa é responder de maneira original a uma exposição sobre o território que comumente é relegado a uma sucessão de dados de pesquisadores locais e fontes quantitativas.

Partindo para aspectos práticos, como contextualizar os fragmentos de um território e suas gentes, resgatando-os sem perda de sua frágil singularidade e ambiguidade? Para nós, a resposta está numa análise histórica dedicada a explorar tal território, encarando sua constituição e o papel das dinâmicas sociais, políticas e econômicas – processos que dão forma, reciprocamente, aos sujeitos e aos contextos.

Assim, não nos ocuparemos aqui em retroceder ao tempo do Império. Essa e outras temporalidades já foram descritas em relatos e análises de pesquisadores com bem mais competência do que seríamos capazes. Nosso interesse é lançar um olhar para a região de Santa Cruz e Itaguaí às vésperas do projeto de colonização em busca de elementos jurídicos, geográficos e sociais da região. Ambicionamos aqui contribuir com mais uma reflexão para a ainda pouco discutida Primeira República na região⁷⁵.

Iniciemos esse exercício de reconhecimento histórico pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Como ponto de partida, sua estação ferroviária inicial, situada no bairro centro do Rio de Janeiro, a Estação Central⁷⁶, mantinha em circulação acerca de 1878 trens com destino a Santa Cruz⁷⁷ e, para tal viagem, cortavam-se 54,8 km de regiões urbanas e rurais da cidade.

Carlos Roberto Sanchez (orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

⁷² COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.

⁷³ GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991: 183.

⁷⁴ DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 1.

⁷⁵ Sobre o período podem se consultar os seguintes trabalhos: FRIDMAN, Fania. *De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, ago-dez. 2001; v. 16, n. 1, jan-jul. 2002; SOUZA, Antônio Nascimento. *Memória e história política de Santa Cruz – visita através dos pequenos jornais de Bairro*. Instituto Municipal de Arte e Cultura/RIO ARTE, Rio de Janeiro, 2005; PEDROZA, Manoela. *Comendo pelas beiradas: Aforamentos e apropriação de terras públicas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1889-1930)*. In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de. (Org.). *Outras Histórias: ensaios em história social*. 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

⁷⁶ A estação receberia o nome oficial de Dom Pedro II, em 1925 no ano do centenário do nascimento do último imperador do Brasil.

⁷⁷ A estação de Santa Cruz foi inaugurada em 1878 e permaneceu até 1911 como ponta de linha do ramal ferroviário de Santa Cruz.

Atravessada a cidade, duas horas após o embarque, eis que chegamos ao prédio da estação de Santa Cruz, construção tímida de plataformas curtas constantemente invadidas pelo mau cheiro da carne bovina embarcada a dois quilômetros dali, em trens especiais que conduziam o produto da estação do matadouro municipal aos entrepostos e açougues no centro da cidade.

O odor era forte também porque era nos desvios da linha do trem que se realizava a limpeza dos vagões de transporte do gado embarcado em estações do sul fluminense e de Minas Gerais, com destino ao Matadouro Municipal de Santa Cruz⁷⁸. Tal cuidado com os trens não se refletia em seu entorno: a lavagem era executada ao lado da estação, “onde ficavam estagnadas as águas podres, causando febres de mau caráter e outras moléstias”⁷⁹. Em meados de 1902, a EFCB começara obras de desvio do local de lavagem dos carros, contudo, com sucessivas paralisações⁸⁰.

Era na mesma estação que comerciantes com seus produtos agrícolas e manufaturados encaminhavam suas produções para os mercados e feiras em outros bairros. O movimento de pessoas e mercadorias fez fama e animou a construção de mais um ramal de trens tendo Santa Cruz por parada final, era a linha do ramal de Austin (município de Nova Iguaçu) para escoamento da produção citrícola da região⁸¹.

No entorno da estação, encontrava-se uma farta oferta de linhas de bondes, fazendo a ligação da estação com o bairro de Sepetiba e com a cidade de Itaguaí⁸². Em nossa tentativa de conhecer cada vez mais, se andássemos dois quilômetros pelo caminho de ferro, chegaríamos ao matadouro municipal de Santa Cruz.

Com estrutura moderna para a época, o matadouro produzia a maior parte da carne verde⁸³ consumida na capital federal. Apesar da opulência dos números, o abatedouro era constantemente citado como “o record da imundice batido – Estado geral indescrevível!”⁸⁴. Contudo, havia mais “algo de podre” no comércio entre o Matadouro, marchantes e açougueiros: os jornais davam conta de subornos, práticas indébitas executadas por marchantes, administradores e açougues por toda a cidade⁸⁵, situação que rendia ao estabelecimento o título de lar de “grande patifaria”⁸⁶.

O matadouro ocupava um largo quarteirão, em que se via primeiramente um grande palacete, chamado de Princesa Isabel, ajardinado com grandes palmeiras imperiais. Nele, residia o administrador do matadouro. Com suas grandes janelas azuis abertas, via-se um

⁷⁸ *O Brazil-Médico. Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*. “Higiene pública”. ano IX, n° 25, 01 de julho de 1895. p.3.

⁷⁹ *JORNAL DO BRASIL*. “Estrada de ferro Central do Brasil”. 20 de agosto de 1902, edição 00232, p. 03.

⁸⁰ Somente em 1909 iniciava-se a construção do ramal de trens de Itacuruça e com ele a remoção dos currais à margem da estação de Santa Cruz, sendo transferidos para as proximidades da estação de trens do ramal do matadouro. Pode-se consultar essa informação em: A IMPRENSA. *O novo ramal de Itacuruça – O estado das obras*, 26 de novembro de 1909, p.05.

⁸¹ Em 1923 passou a ser anexado às composições da EFCB um carro, nele eram embarcados os produtos destinados às feiras-livres que seriam retirados na estação São Diogo, no bairro da Cidade Nova, próximo a zona central da cidade do Rio de Janeiro. Pode-se consultar essa informação em: *A Rua*, “A feira livre – O transporte de lavoura na central”, 22 de fevereiro de 1923. p.03. Sobre o ramal de trem entre Austin e Santa Cruz, para condução de gado e transporte da produção citrícola de Nova Iguaçu. Podem-se consultar maiores informação em: MANSUR, André Luis. *O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XIX*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009, p.86-87.

⁸² Respectivamente a Ferro Carril de Itaguaí e a terrestre e marítima, para Sepetiba. Podem-se consultar maiores informações em: *Almanak Gazeta de Notícias para 1900*. ano 21. 1899. Edição 00021, p.481.

⁸³ Sinônimo para carne fresca.

⁸⁴ A IMPRENSA. *Quinta excursão de intendentes*. 10 de agosto de 1909. edição 00599, p.05.

⁸⁵ *JORNAL DO BRASIL. Carnes Verdes*. 21 de março de 1902. Edição 00080, capa.

⁸⁶ *O SÉCULO. O Panamá da carne*. 21 de outubro de 1907. Edição 00361, p.02.

homem de meia idade, caminhando com a confiança e a tranquilidade própria dos ricos; provavelmente seria o diretor do matadouro de Santa Cruz.

Tal cargo, desde o fim do império, era disputado e garantia *status* político na localidade em virtude das constantes demandas em relação ao abastecimento⁸⁷. Dentre os elementos de poder que vigiavam o administrador estava a nomeação dos funcionários do Matadouro, assegurando a ele visibilidade pública e política no bairro, além de suas práticas clientelistas⁸⁸ na região oeste da capital⁸⁹.

Retornando a pé à gare de Santa Cruz, a direita dela, via-se a curta distância o 2º batalhão de caçadores⁹⁰. O prédio encontrava-se no alto de uma colina e passara por intensas transformações durante a primeira república, um prédio de “penosa impressão”⁹¹ que “se vai tornando tapera”⁹². Cogitado para receber a Escola de Veterinária e Agronomia em 1910, no fim da década de 1920 já era descrito como dotado de instalação “obediente aos modernos preceitos de higiene, conforto e bom gosto”⁹³.

Ligado ao Ministério da Guerra, o batalhão organizara em 1905 e 1926 grandes manobras de teste nos campos de Santa Cruz que, quando não ocupados por invernadas de gado, recebia treinamentos de regimentos militares com a presença dos figurões da primeira república e até presidentes⁹⁴.

Deixamo-nos ficar em um pequeno banco de madeira preso a estação, afinal, a viagem cansara o pesquisador deste trabalho. Por aqui, vemos grandes grupos de homens e mulheres pobres, decerto egressos do cativoiro, e seus descendentes. Essas pobres gentes carregavam consigo o temor da invasão de seus sítios e lotes que ocupavam, com contrato de foro ou arrendamento, ou simplesmente com a posse que, para eles, era prima-irmã da necessidade de resistir.

Dividem a perigosa passagem sobre os trilhos carros e charretes que levam senhores e senhoras, rapazes e moças bem vestidos, com seus carros ou a pé. Onde estariam indo? Talvez em direção a uma das festas religiosas em algumas das quatro igrejas da região; no

⁸⁷ Algumas das figuras que se destacaram na ocupação desse cargo foram os médicos Felipe Cardoso Pires (1890-1897) e Cesário de Melo na década de 1910. Suas clientela eram determinadas pela troca de favores e empregos. Sobre essas gestões, pode-se consultar: SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n°19, p.73-94, 2011.

⁸⁸ O conceito de clientelismo tem seu uso nessa dissertação coligado a definição empregada por José Murilo de Carvalho que conceitua este como um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. No caso do núcleo colonial, diminui-se a importância do voto e percebe-se uma extensa trama de concessões que deveriam favorecer o fortalecimento político dos administradores em seus cargos. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. *Dados*, vol.40, n°2, Rio de Janeiro, 1997.

⁸⁹ Sobre o tema pode-se consultar: FREIRE Américo. *Uma Capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do séc. XX*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2000; SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n°19, p.73-94, 2011; DUARTE, Ticiane; PEDROZA, Manoela. As querelas dos marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro público de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1872-1889). In: AMANTINO, Márcia; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 201, p.315-348.

⁹⁰ Batalhão Vilagran Cabrita, pertencente ao Exército Brasileiro.

⁹¹ A IMPRENSA. *Visita Ministerial*. 27 de fevereiro de 1910, edição: 00799, capa.

⁹² Idem.

⁹³ O MALHO. 8º aniversário do 2º regimento de artilharia montada. ano XXV, n°1217, 09 de janeiro de 1926. p.34.

⁹⁴ O MALHO. *As manobras nos campos de Santa Cruz*. ano IV, n°162, 21 de outubro de 1905. p.23; O MALHO. 8º aniversário do 2º regimento de artilharia montada. ano XXV, n°1217, 09 de janeiro de 1926. p.34.

entreouvido dos passageiros do trem falava-se muito nas festas de Nossa Senhora da Conceição e São Benedito⁹⁵.

Não sejam carolas! Talvez essas pessoas estejam indo em algum dos carnavais embalados pelos ranchos e pelo desfile, às margens da estação, do Clube dos Furrecas, agremiação carnavalesca e social situada na Rua Senador Camará. O referido clube, na década de 1920, tivera o nome alterado para Congresso dos Furrecas e passara a organizar bailes e festas em sua sede, recebendo “elevado número de distintas famílias da pitoresca localidade”⁹⁶. Até o ano de 1930, já seriam cinco grandes agremiações as responsáveis pela diversão dos bailes, carnavais e piqueniques familiares para algumas das famílias santacruzenses⁹⁷.

Ou quem sabe estejam esses moradores, especialmente aqueles que se dirigem à esquerda da estação de trens, encaminhando-se para a Rua Felipe Cardoso, ladeada por grandes casarões dos coronéis e dos figurões locais, mas não só! Havia na mesma, em especial a partir da década de 1920, salas de projeção de filmes, como o cine Santa Cruz e o cine Palácio⁹⁸. A mesma avenida contava com um jardim de 6.048m², a área em seu entorno contava já tinha 2.318 prédios e 16.150 habitantes, seus moradores podiam se servir de Correios e telégrafos, sete escolas e já haviam serviços telefônicos ligados à Light⁹⁹.

Pois bem, nos levantemos desse banco, afinal, essa história não vai se contar com um autor em condição de descanso! Um momento. É preciso sempre ter atenção! Afinal, ao lado direito da estação – ainda sem muros – a EFCB instalara um campo de partidas de futebol, em que times locais expunham suas artes com a bola nos pés.

Sem perigos à vista, caminhando à direita da estação por meia hora, alcançamos a Rua do Prado e nela avistamos a saída do Derby Club. Com corridas de cavalo quinzenais, contando com largas arquibancadas, o local recebia, do lado esquerdo, o recinto destinado aos sócios e suas famílias¹⁰⁰; à direita, encontrava-se a casa de apostas. No térreo das arquibancadas funcionava um botequim em que os homens bebericavam reclamando do forte calor da região e da sorte, ou da falta dela, nas patas dos cavalos.

Detenhamo-nos aqui para observar mais alguns dos tipos sociais que circulam em Santa Cruz. Da ala à esquerda do clube de corridas, desciam os “homens bons” de Santa Cruz, um deles se dirigia ao seu automóvel que em velocidade ia dar, cinco ruas depois, em frente ao largo da superintendência, que, em um sobrado lateral, abrigava o escritório da superintendência da fazenda nacional de Santa Cruz. Possivelmente esse senhor tratava-se do Superintendente da FNESC, órgão ligado a Diretoria do Patrimônio da União e ao ministério da fazenda¹⁰¹, um cargo de confiança, mas que, todavia, nem sempre tivera este nome para os homens que tinham por incumbência registrar, cobrar e gerir o patrimônio do Estado Brasileiro na forma da Fazenda de Santa Cruz.

Fala-se que tal superintendente administrava um imenso imbróglio jurídico. Ao longo da primeira república diziam que a fazenda contava com 1.862,5 km², dividida entre 874

⁹⁵ RECENSEAMENTO DO BRASIL. 1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de estatística, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: Typographia de Estatística, 1922.

⁹⁶ JORNAL DO BRASIL. *Prodromos da Folia*: ano XXXVI. Edição 00003. 03 de janeiro de 1926, p.10.

⁹⁷ OLIVEIRA, Igor Estevam Santos de. *Quando o carnaval vem de cima*: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930). II Jornada de Estudos Históricos. Professor Manoel Salgado: PPGHIS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

⁹⁸ JORNAL DO NPH. *Cinemas de Santa Cruz*. n°21, agosto de 1985, p.12.

⁹⁹ JORNAL DO BRASIL. *Terrenos em prestações* - Villa Imperial. Edição: 00001. 1de janeiro de 1927. p.19.

¹⁰⁰ O SÉCULO. *Notas do turf*. 31 de outubro de 1912, edição: 01908, p.02.

¹⁰¹ Acerca da administração do patrimônio do bairro, desde a expulsão dos jesuítas em 1759 com ratificação no império e na constituição republicana de 1891, era gerida pela superintendência da Fazenda de Santa Cruz. Na república, sua gestão passou ao Ministério da Fazenda e suas secretarias.

foreiros e 476 arrendatários¹⁰². Não se sabia ao certo quem eram esses foreiros na totalidade, tampouco seus débitos e pagamentos, menos ainda a dimensão dessas terras¹⁰³.

Tais imprecisões, somadas à venda, transferência e oito despachos legislativos entre circulares, leis e decretos, compuseram o ambiente da indefinição jurídica das terras da Fazenda de Santa Cruz na primeira república. Além disso, os jornais noticiavam as constantes investigações e comissões de averiguação das atividades dos superintendentes e de servidores que no exercício do seu cargo privilegiavam ou preteriam foreiros e arrendatários conforme suas vontades particulares¹⁰⁴.

Ao nosso lado outra figura de poder da região desfila nas ruas simples de Santa Cruz: eram os foreiros e arrendatários abastados. Esses homens carregavam consigo a condição de ocupantes das terras da Fazenda de Santa Cruz, situação essa determinada pelos contornos jurídicos do aforamento e arrendamento¹⁰⁵. Segundo as determinações legais, estes homens deveriam dirigir-se à Superintendência, efetuar o pedido e aguardar os proclames e, em caso de aprovação, cabia ao novo foreiro executar os pagamentos dos foros e/ou arrendamentos anuais.

Em caso de não pagamento dos foros por três anos consecutivos, suas terras poderiam ser resgatadas pela Fazenda. Quando do seu falecimento, seus herdeiros ou novos requerentes poderiam realizar novos pedidos junto à superintendência para o domínio da mesma porção de terra. Contudo, a prática não era como o pretendido e distintas condições de ocupação da terra que nem sempre se encontravam em acordo com a lei, sendo esse grupo repleto de casos de burla de pagamentos, trocas e execuções de transações com terras das quais só poderiam usufruir do domínio útil.

Esses senhores, vestidos com as casacas de seus lugares sociais, assumiam práticas – conjuntas ou individuais – que reforçavam a tônica liberal e coronelística naquelas paragens, mostrando as primeiras dores e descompassos da jovem república.

Contudo, não nos detenhamos demais por aqui, nossa viagem não pode parar! Seguindo a Rua do Prado, logo se encontravam grandes campos com casas esparsas, ora com invernadas de gado, hora com plantações de arroz às margens de grandes rios e córregos que, em tempos de chuva, inundavam toda aquela planície. Muitos destes campos¹⁰⁶ eram arrendados à companhia Durisch & Co. que se comprometera com o saneamento dos rios e brejos da área¹⁰⁷. Isso feito, os campos arrendados produziam colheitas de arroz que alcançavam 10.000 sacas¹⁰⁸.

Espantava ao visitante daqueles anos o avanço tecnológico do empreendimento da Durisch, e falava-se constantemente na “máquina [que] puxa três grandes arados com 15 discos, produzindo o trabalho de 100 homens”¹⁰⁹, tudo isso em uma área de dez hectares. Em uma breve visita aos campos ocupados pela companhia, podia-se encontrar cerca de mil

¹⁰² MADRUGA, Manoel. *Terrenos de Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

¹⁰³ LEITE, p.59.

¹⁰⁴ Em 1905 o cobrador de foros Adalberto de Souza Machado furtou cerca de um conto de réis, tendo sido preso por ordem do ministro da Fazenda, nota publicada no periódico A União, 18 de novembro de 1905. Edição 00321, p.03.

¹⁰⁵ O aforamento é o direito real e perpétuo de possuir, gozar, usar e dispor do bem, com certas restrições estabelecidas em favor do proprietário, mediante o pagamento de um foro anual e invariável. Pode-se consultar em: Código Civil de 1916, artigos 678 e 680.

¹⁰⁶ Fazemos referência aos campos de Maranhão, São Paulo, São Miguel, Santo Agostinho, Prainha, Roma, São Luiz, São José, Jacaré, São Marcos e terras do Candinho, Frutuoso, Cercado Grande, Curtume, Leme, morro do Ó, Olaria, Entre Dois Rios, Saquassu, Potreiro dos Espinheiros, Bacia, e dos pastos Arrastão e Cajueiros. Vide Registros Cadastrais 526 e 587 do SPU e o códice 39.3.62 do Arquivo da Cidade.

¹⁰⁷ O SÉCULO, *Manobras em Santa Cruz*. 08 de outubro de 1906. Edição 00043, p.02.

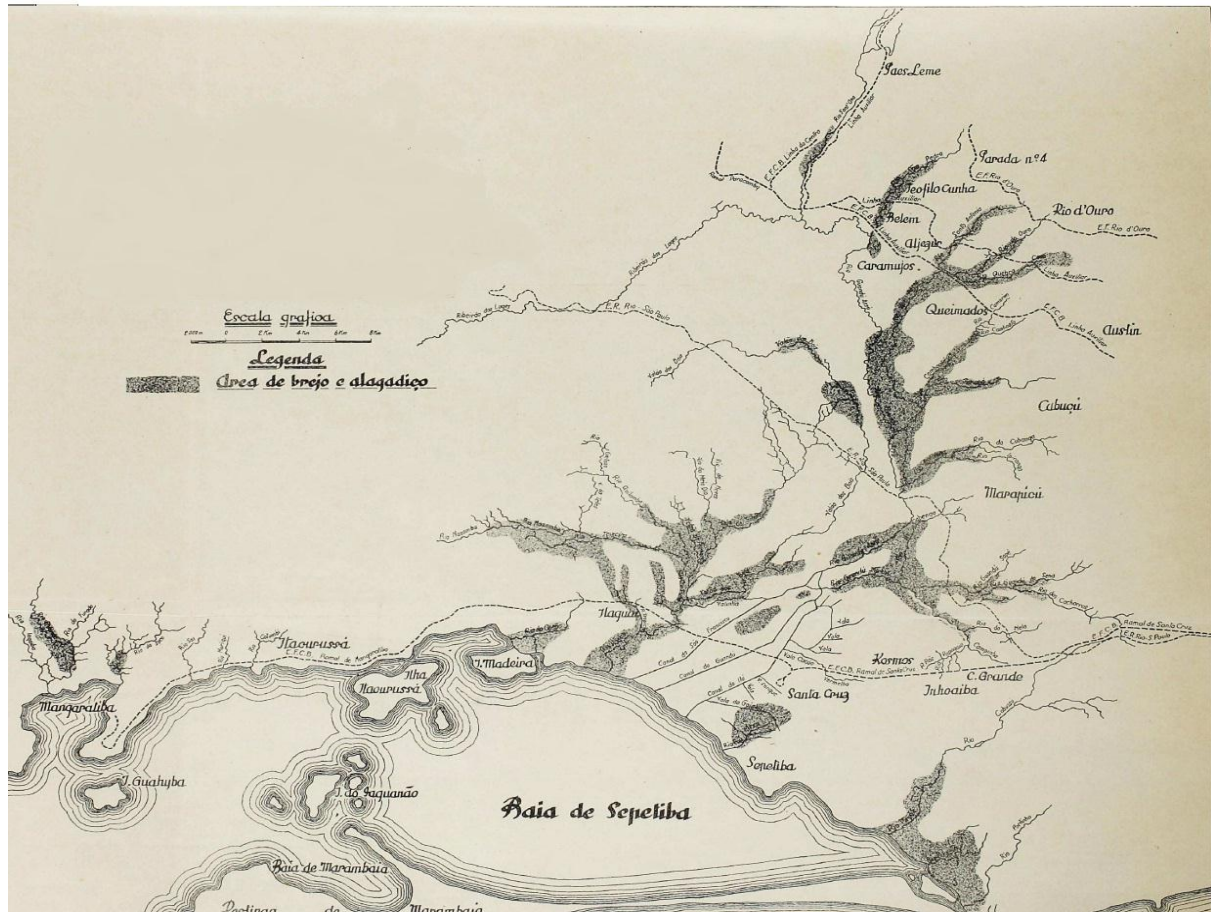
¹⁰⁸ A IMPRENSA. *Quinta excursão de intendentes*. 10 de agosto de 1909. Edição 00599, p.05.

¹⁰⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS. *Visita presidencial – Aos campos de Santa Cruz*. Março de 1912. Edição 00061, p.02.

lavradores naquelas paragens, ou nos cuidados com a rizicultura ou no trato com as pastagens e o gado¹¹⁰.

Enquanto atravessamos esses campos de terras pantanosas e alagadiças, sob o clima quente e úmido da região, atravessávamos o rio Guandu, que recebia as águas do ribeirão das Lajes, do valão da areia, além do Rio Itaguaí, que se comunicava com o Guandu, tendo por afluentes os rios Valão dos Bois e Mazomba. Conferimos no bolso, então, um pequeno mapa dessa vasta hidrografia:

Mapa 1: A baixada de Sepetiba



Fonte: GÓES, Hildebrando de Araújo. *Planta aerofotográfica da região da Baixada de Sepetiba: A Baixada de Sepetiba*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942. p.34.

Dizia-se que tal região era “insalubre na grande baixada, onde, de maio a outubro, registram-se grande surtos de febre palustre”¹¹¹. Ainda assim, prosseguíamos e nos encontrávamos já de saída de Santa Cruz e, atravessada a margem esquerda do Rio Itaguaí, encontrávamo-nos a leste de tal cidade.

Caminho tortuoso essa passagem pelos campos e rios de Santa Cruz a Itaguaí, por aqui não havia marcas de estrada, tampouco transporte a barco. A paisagem desses campos é regular, de uma vegetação tropical úmida, com matagais, arbustos e árvores frutíferas, cortada por diversos rios, canais e valões que deságuam na baía homônima, no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Estatística do município de Itaguaí - Estado do Rio de Janeiro*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: 1948. p.5.

Olhando nessa direção via-se, à distância, o único meio de transporte que ligava as regiões, o trem. Tal caminho de ferro era o ramal Mangaratiba, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Instalado em 1911, em breves 12 minutos se atravessava essa Baixada e partia-se para as bandas da estação de trens de Itaguaí, ladeada por uma “sede inexpressiva e a guardar feição singela de vila colonial”, ainda ocupada por edifícios do período colonial e imperial.

Da pequena cidade só restava a sua vista distante, no horizonte. Tratava-se de um grande município¹¹². Nesse momento, estamos em sua porção leste, região chamada de Piranema, no distrito de Bananal. Local de poucas casas, muitos matos e grandes baixadas.

Apesar da paisagem insólita nessa parte, diziam os recenseamentos que Itaguaí despontava com sua agricultura no comparativo com as cidades que compunham o então sul do estado do Rio de Janeiro¹¹³. Os índices apontavam para uma criação de gado com 11.000 cabeças, estando o valor da terra em Cr\$ 2.986.140,00¹¹⁴.

O alto número de cabeças de gado talvez se explique. Em matéria publicada pelo periódico *O Jornal*, em 1931, expunha-se a recorrência de grilagem de terras na localidade¹¹⁵. Diziam que, com a conivência do cartório local, passavam escrituras de vendas de sítios e fazendas sem quaisquer formalidades legais, para transformá-las em campos de internada de gado para engorda. Assim, pequenos camponeses eram despojados de suas plantações e benfeitorias, vendo-as reduzidas a pastagens para bovinos¹¹⁶.

Vejam os saldos desse reconhecimento do território: duas localidades, dois grupos de homens e mulheres pobres à mercê do que a manutenção ou a perda de suas terras traria a suas vidas. A conclusão preliminar de nosso itinerário pelo território ao longo da Primeira República nos leva a algumas impressões. A primeira delas está na avaliação de que esse território não se trata de uma localidade em condição de abandono, ao contrário, embora rural, apresenta números expressivos de ocupação e desenvolvimento econômico, ainda que para um pequeno grupo social, contrariando visões clássicas entre os memorialistas e historiadores acerca de uma decadência da região após a abolição da escravatura e a crise da produção de café na região¹¹⁷.

A segunda impressão reside na dominância de elites locais, nesse caso em específico, foreiros e arrendatários, influenciavam as dinâmicas de posse da terra – com relações de ocupação, compra e venda – conforme seus interesses particulares, estando ou não em acordo com a lei, com o beneplácito do Estado e de suas instâncias na região.

Feitas essas primeiras considerações, ao comentador aqui parado em meio aos brejos dessa baixada é dado tempo de voltar a Santa Cruz, para, de volta ao trem, nos dirigirmos à sede do governo federal, no Palácio do Catete, zona sul da capital. É lá que, ao menos burocraticamente, essa história tomará contornos institucionais. Não se trata de uma despedida apressada: advirto aos leitores e leitoras que retornaremos a Santa Cruz e Itaguaí para (re)conhecer os novos contornos que a região ganhará com a colonização.

¹¹² Itaguaí na Primeira República constituía-se por três distritos: Itaguaí, Bananal e Paracambi. Na divisão administrativa do ano de 1933, o município passou a constituir-se de cinco distritos: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Caçador e Coroa Grande.

¹¹³ Na década de 1920, as cidades do Sul Fluminense, juntamente com Itaguaí eram Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba.

¹¹⁴ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, 1948.

¹¹⁵ O JORNAL. 21 de março de 1931. Edição 00303, p.03.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município*. Dados Gerais. RJ: Editora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958: 27; PEREIRA, W. Cana, Café e Laranja. RJ: Editora da FGV, 1977: 109; PONDÉ, F. de P. Azevedo. O Porto Estrela. In: *Revista do IHGB*, vol. 293. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p.49-50. Sendo a argumentação desses autores discutida e relativizada por autores como: SOUZA, Marlúcia Santos de. *Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense*. Niterói, 2005. Paper apresentado em simpósio sobre políticas públicas, 2006.

Seguimos no trem da Central do Brasil com algumas inquietações. Seriam aqueles homens e mulheres pobres e essas regiões atingidos por mudanças? Se sim, o que seria preservado dessa estrutura, social, política e econômica? Qual é o papel da introdução da colonização nessas regiões? Quem seriam os novos atores sociais que tomariam parte do projeto e do processo de colonização? É o que esperamos contar ao longo desse capítulo.

I.II A COLONIZAÇÃO COMO CAJADADA PARA MUITOS COELHOS: A CRIAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ

“[...] A colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada”¹¹⁸.

Cabe agora a pergunta: quais foram as questões constitutivas da dinâmica colonizadora na região de Santa Cruz/Itaguaí? Para iniciarmos essa empreitada, recorreremos a um ditado popular francês¹¹⁹, que em português teve sua livre tradução para “matar dois coelhos com uma cajadada só”. Jogando com seu sentido, poderíamos dizer que o Estado Brasileiro soube fazer da colonização uma “cajadada” para alguns dos seus problemas estruturais, “matando coelhos” que causavam entraves à cidade do Rio de Janeiro, utilizando-se da Baixada Fluminense, em particular e da FNSC. Isto posto, enunciaremos a hipótese de que algumas das especificidades da colonização em Santa Cruz têm relação direta com o desenvolvimento do Estado e da cidade do Rio de Janeiro no período de 1930 a 1960.

Antes de elencarmos os elementos que motivaram a colonização, importa esclarecermos que a colonização na Baixada Fluminense, a partir da década de 1930, se tratou de uma política de desenvolvimento agrícola da região. Dessa forma, esse território passa a ser encarado como espaço privilegiado para atuação do Governo Federal, na tentativa de fomentar a produção de alimentos para o abastecimento da Capital. Portanto, nossa proposta neste tópico é conhecer quais foram esses “coelhos” a serem atacados pela ação do Estado-cajado e de que forma ocorreu esse processo.

I.II.I Abastecimento agrícola da cidade do rio de janeiro

Um primeiro motivo para o qual se destinaria a política de colonização e o NCSC, em específico, seria na tentativa de fornecer gêneros agrícolas em maior quantidade e menor valor. Para isso, é necessário que analisemos a situação do abastecimento no Rio de Janeiro desde o início do século XX.

A primeira metade do século XX foi pautada por uma visão liberal no que competia a produção e distribuição de alimentos no Brasil. Essa política liberalizante se estruturava na forma de um predomínio da agroexportação, notadamente cafeeira, que provocava irregularidades entre a demanda e a oferta, colaborando com constantes momentos de carestia e elevação dos preços por conta da inflação, situação em que podemos observar um cenário de retração do mercado interno, quando ocorriam crises econômicas na economia monocultora de exportação.

Segundo Pacheco, nesse momento, a política encontrava um impasse e, apesar da necessidade de intervenção do Estado na economia, os interesses dos cafeicultores demandavam que tal interferência fosse orientada para a defesa da renda do setor¹²⁰. Nesse

¹¹⁸MARX, Karl. *O Capital* – Crítica da Economia Política. Vol. 1 e 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 390.

¹¹⁹No original “*tirer d’un sac deux moutures*”. Pode-se encontrar uma avaliação sobre o ditado popular em: RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

¹²⁰Pacheco, Luiz. *O café na República Velha: ascensão e queda da intervenção*. Disponível em: <http://prosaeconomica.com/2012/07/05/o-cafe-na-republica-velha-ascensao-e-queda-da-intervencao/> Acesso em 12 de fev. 2017.

sentido, se configurava um cenário de baixa ou nenhuma presença do Estado na questão do abastecimento alimentar, conjuntura que se tornou a centelha de inúmeras crises econômicas e sociais vividas pelas populações mais pobres nas primeiras décadas do século XX. Podemos acrescentar ainda a essa situação a precariedade infraestrutural de transporte marítimo e ferroviário do país, que dificultava o escoamento das produções para os centros de consumo nas grandes cidades.

Frente a esse cenário e as acumuladas práticas políticas de cunho liberal¹²¹, em 1918 foi criado o Comissariado de Alimentação Pública (CAP), órgão responsável pela intervenção e regulação do abastecimento. Sua atuação deveria resguardar a capacidade de oferta e evitar o aumento dos preços dos alimentos de primeira necessidade, em especial nos grandes centros. Assim, como propôs Manuel Castells, interpretamos as primeiras tentativas de intervenção do Estado em favor de uma alteração das recorrentes crises de carestia como uma forma de reestruturação eficaz do sistema produtivo¹²², sendo interesse do Estado o fim do acirramento das tensões causadas pelas greves e saques, executados por homens e mulheres comuns, quando das situações de alta de preços e/ou desabastecimento na Primeira República.

Todavia, a implantação de políticas de taxação de preços e proteção do mercado de alimentos foi combatida pelas oligarquias rurais contrárias às propostas, sendo acompanhados por comerciantes e atravessadores, ambos temerosos pela diminuição de seus lucros¹²³. Segundo Linhares e Silva, frente ao cenário de hegemonia da agroexportação, geridos por grandes latifundiários e comerciantes, as populações dos grandes centros tiveram seus interesses alimentares exilados dos debates na Primeira República, situação que causou altas nos preços e também a carestia de alimentos¹²⁴. A partir da análise da historiadora é possível constatar que tais dificuldades de abastecimento não eram resultado de insuficiência produtiva ou técnica: ao contrário, a raiz desses problemas poderia ser encontrada na preponderância dos grandes exportadores e comerciantes.

Além da força dos grandes produtores, não podemos desconsiderar a atuação dos chamados atravessadores na alta dos preços. Com um modelo de operação egresso do final do século XIX, esses especuladores, normalmente em grupo, formando empresas, se ocupavam do transporte entre os sítios produtores e os mercados e feiras de comercialização, em muitos casos lesando financeiramente os agricultores que vendiam seus excedentes a esses supostos empresários, onerando, assim, os consumidores urbanos com altos preços sobre os alimentos¹²⁵.

Um aspecto relevante é que, até 1930, o Governo Federal, apesar de algumas tentativas no sentido de sanar as crises de abastecimento, não havia priorizado e estimulado o aumento da produção de alimentos e tampouco viabilizou investimentos infraestruturais regionalizados para o enfrentamento da carestia. Nesse sentido, estrutura uma política de colonização, tal como foi operado timidamente por Washington Luís e continuado por Getúlio Vargas, se tratava de um novo passo na superação dos problemas de abastecimento,

¹²¹ Durante a Primeira República, o liberalismo se consolidou como a ideologia econômica do Estado Brasileiro, com destaque para suas práticas de apologia ao livre mercado e a crença em sua capacidade reguladora da economia. Contudo, tal princípio poderia ser flexibilizado à favor dos grandes latifundiários, como no caso do Convênio de Taubaté, em que os cafeicultores contaram com apoio financeiro em suas transações. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

¹²² CASTELLS, Manoel. *Movimentos Sociais Urbanos*. México: Siglo XXI, 1976. p.6.

¹²³ Sendo vitoriosos com a extinção do Comissariado em 1919 que, em um ano de atuação, executou políticas tímidas e aquém das necessidades de revisão de preços e intervenção na produção e distribuição de alimentos de que necessitava a população pobre das zonas urbanas.

¹²⁴ LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, 1979.

¹²⁵ LAVINAS, Lena; NABUCO, Maria Regina (Coord.). *Crise, Abastecimento e uso do solo – Relatório Parcial IV*. Rio de Janeiro, 1992.

facilitando o acesso viabilizando sua disponibilidade e menores preços nos mercados. Tal debate ocupou também as interpretações acadêmicas sobre o abastecimento. Para Maria Therezinha Soares, a criação de um *green-belt* nas franjas da Capital Federal daria à região uma maior produção de hortigranjeiros que diminuiria a dependência dos transportes custosos e de zonas produtoras nas regiões serrana fluminense e de outros estados, em especial Minas Gerais e São Paulo¹²⁶.

Em vista disso, precisava-se de uma região produtora de alimentos mais próxima da Capital e que, com infraestrutura de transporte, pudesse oferecer gêneros agrícolas, barateando custos de produção e transporte. As regiões mais próximas para a consumação desse projeto eram FNSC e a Baixada Fluminense, que naquele período passavam por grandes intervenções públicas para garantir o saneamento de suas terras.

I.II.II Saneamento da Baixada de Sepetiba

Acerca do saneamento, essa intervenção ambiental configurou-se como uma grande transformação na saúde, no capital e na estrutura da propriedade da Baixada Fluminense¹²⁷. Destacaremos aqui uma das seções dessa empreitada, a Baixada de Sepetiba¹²⁸, geomorfologicamente a oeste da primeira região que, com seus 1.700 hm² de área, abrigava grande parte de Fazenda de Santa Cruz. Em seu conjunto, avaliamos o saneamento como propulsor de condições estruturais e ambientais para a colonização. Para uma melhor averiguação dessa hipótese, acompanhemos a situação hidrográfica da localidade de Santa Cruz, em um recorte da Baixada de Sepetiba.

¹²⁶ SOARES, Maria Therezinha Segadas. A integração do recôncavo da Guanabara na área metropolitana do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti e SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987. [Coleção Biblioteca Carioca – vol. 3].

¹²⁷ No período de 1930-1960 a Baixada Fluminense era entendida como todas as terras localizadas da divisa do Estado do Rio de Janeiro com o Espírito Santo, seguindo até a cidade de Mangaratiba, na porção sul do Estado, tendo a Serra do Mar como limite natural da região ao norte e a sul, com a cidade do Rio de Janeiro e o oceano Atlântico. Para efeitos das intervenções da política de saneamento, a região foi seccionada em quatro sub-regiões, chamadas de residências: 1^a - Goytacazes, 2^a - Araruama, 3^a - Guanabara e a 4^a - Sepetiba.

¹²⁸ Sendo a menor Baixada do estado, a região é limitada geograficamente da seguinte maneira, ao norte pela Serra do Mar e ao sul pelo oceano Atlântico, com 1.700 quilômetros quadrados, era constituída pelos vales dos rios Guandú-Açú, Itaguaí e de outros pequenos cursos de água, que na maioria, desembocam na Baía de Sepetiba. Geopoliticamente localidades da capital como, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz e do Estado Rio de Janeiro, as cidades de Belém, Itaguaí, Nova Iguaçu, Itacuruçá e Mangaratiba compunham a região. Pode-se consultar em: GÓES, Hildebrando de Araújo *A baixada de Sepetiba*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942, p.09.

governamental maciça que amparou o projeto de saneamento criou junto à opinião pública o consenso a respeito das vantagens dessa medida – sendo comparadas com políticas similares propostas por Benito Mussolini na Itália¹³⁴ –, além de ter forjado uma significativa produção bibliográfica acerca do saneamento que, de ordem técnica e publicitária, ainda merece pesquisas nas áreas das Ciências Naturais e da História¹³⁵.

Como diferencial em relação à Primeira República, tal medida representava a retomada das atividades de saneamento pelo poder público¹³⁶. Segundo Sérgio Lamarão, o financiamento das obras se daria através da concessão de verbas públicas anuais e conforme a geração de renda obtida pela venda, bem como pelos impostos dos terrenos saneados¹³⁷. Dessa maneira, a presença do Estado se voltava para a intervenção em rios, lagos e pântanos da Baixada Fluminense na tentativa de que, ao fim do saneamento, essas regiões se encontrassem aptas a cumprir um papel na produção nacional¹³⁸.

Diferente do que foi apontado por Paulo Carneiro, estudioso do saneamento da Baixada de Campos dos Goytacazes¹³⁹, nos importa frisar que havia uma preocupação explícita com a saúde e o sanitarismo, em atenção aos altos índices de malária e febre amarela, voltados às populações das regiões contempladas pelo projeto¹⁴⁰. De maneira similar ao caso Campista, se pretendia prioritariamente uma valorização econômica das terras com a finalidade de aumentar a produção agrícola de ambas as regiões, na Baixada de Campos com o intento de fomentar a agroexportação de cana-de-açúcar, enquanto na Baixada de Sepetiba os olhares se voltavam à consolidação e expansão da produção de alimentos para o mercado interno.

Tal opção de desenvolvimento da Baixada de Sepetiba podia ser encontrada no discurso do engenheiro Hildebrando Araújo Góis, responsável pelas obras de saneamento em toda a Baixada Fluminense. Segundo seu relatório, a intervenção saneadora na região se tratava de um primeiro passo rumo à organização de um “cinturão agrícola” que atendesse ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Além da dragagem e desobstrução dos maiores rios – Guandu-Açú, Itá e São Francisco –, foram construídas caixas d’água na região e pontes metálicas, e realizou-se o combate às epidemias, como o tifo e a malária. Preparou-se, ainda, as áreas destinadas às novas instalações da Universidade Rural e do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, no então município de Itaguaí¹⁴¹.

estado anterior que, supostamente, era interpretado como insalubre e inapto à ocupação humana e a produção agrícola.

¹³⁴ Os periódicos fluminenses insistiam em relacionar o saneamento ao longo da Baixada Fluminense com o dessecação da região Agro-Fontina romana que, durante o governo de Benito Mussolini (1922-1945) foram saneados e receberam atividades produtivas, acompanhado do crescimento dos subúrbios de Roma. Pode-se consultar uma dessas comparações em: O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho de 1943. Edição 0003, ano VIII, nº90, p. 0-95.

¹³⁵ GÓES, Hildebrando Araújo. *Relatório apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1934; GÓES, Hildebrando de Araújo. *A Baixada de Sepetiba*, Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942.

¹³⁶ Esse é também um momento de ascensão de um corpo técnico, notadamente formado por engenheiros civis, voltado para a gestão de tais políticas. Imbuídos de um *ethos* de modernização.

¹³⁷ LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). *Revista HEERA*. Juiz de Fora, vol. 5, nº8 jan-jun 2010. p.59.

¹³⁸ Cabe informarmos que a definição de Baixada Fluminense utilizada no período correspondia a um conjunto de Baixadas litorâneas entre o litoral fluminense e a Serra do Mar, desde a foz do rio Paraíba do Sul, ao norte, até a Baía de Sepetiba, ao sul.

¹³⁹ Região também recebedora de intervenções do saneamento durante as décadas de 1930 e 1940. CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. Água e Conflito na Baixada dos Goytacazes. *REGA*, v.1, n.2, pp.87-100.

¹⁴⁰ Em 1928 já se propagandeava a necessidade de execução do saneamento como forma de resolução da malária e outras doenças, ainda naquele ano o engenheiro Maurício Joppert foi alçado ao cargo de chefe da Comissão de Saneamento de Santa Cruz. O PAIZ. 26 de fevereiro de 1928. Edição 15834, p.05

¹⁴¹ Inaugurada em 4 de julho de 1947.

Em acordo com o projeto de colonização, em 1939, ano do término da política de saneamento, já se propagandeava o saneamento de rios, lagos e brejos¹⁴² em uma área de 1.236km² na Baixada de Sepetiba¹⁴³, ao custo de 5.189:510\$100¹⁴⁴, chegando os índices de malária a 0,2% na região¹⁴⁵. Se os números podem ter sido potencializados pela propaganda varguista, por outro lado, são inegáveis os avanços iniciais conquistados pelo saneamento na região; todavia, eles se espriam para outros eixos. O primeiro faz jus às constantes retrações financeiras, motivadas pela má gestão pública e constantes denúncias de abusos contra os trabalhadores que ocasionaram constantes paralisações, a evasão de parte do efetivo e a descontinuidade do programa¹⁴⁶.

No segundo eixo foram notados os impactos sobre o meio ambiente ocasionados pelas obras. Esse efeito só pôde ser percebido com o avanço das tecnologias na área do saneamento, pois nas décadas de 1930 a 1960 o saneamento ambiental se preocupava com o lugar do homem frente ao espaço, colocando em segundo plano a preocupação com a preservação do meio ambiente dentro das medidas de saneamento. Os efeitos dessa orientação técnica comum no período facilitaram a retirada de material orgânico e a vegetação ciliar das margens dos rios, práticas que, conjugadas ao alargamento e a retificação dos cursos d'água, acarretaram sérios prejuízos ambientais para as regiões¹⁴⁷. Os efeitos imediatos dessas medidas no NCSC foram o desmatamento nas margens dos rios e canais e a maior constância das inundações anuais, como acompanharemos nos próximos capítulos¹⁴⁸.

O terceiro eixo, uma das decorrências do processo de saneamento na Baixada de Sepetiba, foram as vantagens indiretas oferecidas pelo Estado para aqueles que ocupavam terras na região, visto que sua ação cumpriu o papel de financiadora do capital privado dos grandes ocupantes (leia-se proprietários, foreiros e arrendatários de grandes porções de terra).

Na tentativa de exemplificar esse papel de financiador do Estado, *O Observador Econômico e Financeiro* divulgou que o metro quadrado de terreno na Fazenda de Santa Cruz passou de \$003 se elevou em 1930, depois das primeiras obras do governo, a \$030¹⁴⁹. Em 1943, o valor foi fixado pela União em 100 réis, quando, aliás, o dos terrenos vizinhos ao núcleo já valiam cerca de 500 réis.

Assim, as pressões no sentido de forçar o investimento público deram a esses latifundiários, além da possibilidade de investimento em monoculturas, a expectativa de

¹⁴² A limpeza de rios e lagos nesse período eram feitas em duas etapas: na primeira, grupos de homens faziam, manualmente, a retirada da vegetação e de outros materiais orgânicos de grande porte dos rios, com a intenção de diminuir o assoreamento; o segundo passo, consistia na dragagem com máquinas que retiravam o material sólido mais profundo – em muitos casos de grande importância para aquele ecossistema. Podem-se consultar maiores informações em: GÓES, Hildebrando de Araújo *A baixada de Sepetiba*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942. p.15.

¹⁴³ “Noticiário” In: Revista do Clube de Engenharia, nº73, 1941. Periódicos, BN.

¹⁴⁴ *A Noite*, 22 de janeiro de 1940. Edição: 10039, p.08.

¹⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 22 de dezembro de 1944. Edição: 00070, p.03.

¹⁴⁶ Em novembro de 1930, as obras de saneamento foram paralisadas por falta de recursos, sendo os trabalhadores submetidos ao não pagamento dos salários e também sem dispensa do compromisso com o Estado, vivendo esse período de vales e certificados de créditos emitidos pelo Governo Federal. *Diário Carioca*, 23 de janeiro de 1931, Edição: 00790, p.01.

¹⁴⁷ Sobre o tamanho dos desequilíbrios ligados às obras de saneamento das décadas de 1930 a 1940, pode-se consultar: SOFFIATI NETO, Arthur. DNOS: uma instituição mítica da República Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 2. Rio de Janeiro: ANPUR. Nov. 2005.

¹⁴⁸ As inundações são problemas constantes até os dias de hoje na região do antigo núcleo colonial. Especialistas tributam essa condição ao crescimento de intervenções na região, notadamente executadas por indústrias lotadas na região a partir dos anos de 1960, que alteraram o nível dos rios e de seu escoamento para a Baía de Sepetiba. Pode-se consultar em: VERÍSSIMO, Antônio Augusto. *Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PCRJ/SMU/IPP, 2004.

¹⁴⁹ O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho de 1943. Edição: 0003, ano VIII, nº90, p. 80-95.

acumulação advinda da valorização das terras. Sendo assim, a devolução de terras antes alagadas ao uso agrícola ou comercial impunha um novo desafio ao Estado. Afinal, como garantir um uso com finalidade agrícola para terras recém-saneadas e com seu valor aumentado e ainda evitar a especulação sob o valor da terra? Frente a essa questão, é preciso analisar a situação da propriedade da terra na região.

I.II.III Propriedade da Terra

Considerando o papel transformador do território através do saneamento, é necessário que perguntemos: Que estrutura jurídica resguardava as terras da Baixada Fluminense, especificamente aquelas absorvidas pelo futuro núcleo de Santa Cruz?

Essas especificidades podem ser mais bem entendidas quando vasculhamos a discussão legal que se desenvolveu em torno do regime de propriedade das terras da Fazenda de Santa Cruz¹⁵⁰. A região, da qual o NCSC passou a fazer parte, pertencera aos jesuítas e, com sua expulsão, passou à administração real e depois imperial, até tornar-se, a partir da constituição de 1891, parte dos “próprios nacionais”¹⁵¹ republicanos, sob a gestão da Diretoria do Patrimônio da União¹⁵².

Desde o período Real até a República, os ocupantes de terra da região viviam sob o regime do aforamento¹⁵³, sendo obrigados ao pagamento do foro anual, dívida essa que muitas das vezes era burlada, vivendo sob a indefinição do tamanho dos lotes, cuja ocupação era pouco fiscalizada pelo governo. Para Manoela Pedroza, a situação dada entre o Estado e os foreiros terminou por configurar-se como um cabo de guerra entre o controle e as determinações oficiais frente aos anseios autônomos dos foreiros e demais ocupantes¹⁵⁴. Por intermédio de uma vasta documentação, a autora apontou que o período da Primeira República, para a Fazenda de Santa Cruz, tratou-se de um momento de não preservação e convivência de diferentes estatutos jurídicos nas terras públicas, sendo precárias as cobranças e registros de ocupantes, além da manutenção de práticas arcaicas como forma de auferir renda da terra, como os aforamentos¹⁵⁵.

¹⁵⁰ Diversas referências situam a região como antiga Fazenda dos padres jesuítas no período colonial, com a expulsão dos mesmos a área é escolhida como residência rural da família real e imperial no século XIX. Quando da proclamação da república, a área da Fazenda abrangia os territórios dos bairros de Santa Cruz e Sepetiba, localizados no Município do Rio de Janeiro, e os municípios de Seropédica, Paracambi, Paulo de Frontin, Mendes, Piraí, Pinheiral e Rio Claro, totalizando aproximadamente 83.000 (oitenta e três mil) hectares de terras passaram ao controle do governo federal. Até o fechamento dessa dissertação nenhuma medida de regularização fundiária foi encontrada para a região, para os anos que vão de 1945 até o presente momento. Ver: AMANTINO, Márcia; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013; FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado). PPG – UFF. Niterói, 2005.

¹⁵¹ Tratam-se dos imóveis de domínio da União. A Fazenda de Santa Cruz compunha parte dos próprios nacionais, conforme a constituição de 1891.

¹⁵² Em Santa Cruz, as diretivas dessa repartição eram aplicadas pela Superintendência da Fazenda Nacional de Santa Cruz, subordinado depois à Diretoria do Patrimônio da União, atual Serviço do Patrimônio da União. Pode-se consultar a situação jurídica da FNSC em: SILVA, Luciano Pereira da. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1961, (datilografado) p.745.

¹⁵³ O aforamento é o direito real e perpétuo de possuir, gozar, usar e dispor do bem, com certas restrições estabelecidas em favor do proprietário, mediante o pagamento de um foro anual e invariável. Pode-se consultar em: Código Civil de 1916, artigos 678 e 680.

¹⁵⁴ PEDROZA, Manoela. Comendo pelas beiradas: Aforamentos e apropriação de terras públicas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1889-1930). In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de. (Org.). *Outras Histórias: ensaios em história social*. 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 95.

¹⁵⁵ Idem, p.93.

Ao longo da Primeira República, denominada pela autora de “período de janelas abertas”, a ação de foreiros e diferentes ocupantes em condições de apropriação indébita construiu ainda mais a indefinição da titularidade das terras na região. Esse cenário foi tema de debates constantes nas discussões parlamentares do período, sendo a utilização produtiva dessas áreas vista como uma saída para frear a dilapidação do patrimônio público¹⁵⁶.

Acompanhou esse movimento a morosidade de uma sindicância sobre os proventos da Fazenda com os foros, visto que a arrecadação era ínfima frente à quantidade de terras aforada. A devassa durou dois anos sem qualquer alteração na política de aforamentos e/ou sanções a possíveis responsáveis¹⁵⁷. Apesar dos trabalhos da comissão de inquérito organizada na década de 1920, a Fazenda chegou até 1930 sem qualquer cadastro das terras da União que a constituíam. Com a existência desse levantamento, seria possível ao Estado conhecer as reais condições de seus bens, encerrando o imbróglio jurídico e histórico da região¹⁵⁸.

Ocupando-se dessa situação, os jornais acusavam o Estado brasileiro de não realizar as medições e a jurisdição sobre as terras públicas da Fazenda de Santa Cruz, e insuflavam movimentos pela extinção do foro. O argumento jornalístico corrente na primeira metade do século XX tratava do abandono da região por seus moradores em função do foro. Esse suposto abandono, acompanhado da ingerência do Estado, fez com que a região ficasse entregue a constantes inundações em decorrência das chuvas, acompanhadas da multiplicação de doenças às margens de rios e pântanos assoreados.

A partir desse breve quadro, acreditamos que foi também uma demanda do governo Washington Luís e, em maior escala, do governo Vargas apoiar a colonização em uma região de terras públicas federais¹⁵⁹. Nesse sentido, os campos de Maranhão, São Paulo, Jacareí, São Miguel, São Marcos, Cercado Grande e Saquassú passaram a ser considerados áreas de interesse oficial para fomento da agricultura¹⁶⁰. Segundo Fania Fridman, os locais citados estavam arrendados a criadores de gado e plantadores de arroz que tiveram seus registros cancelados¹⁶¹. Apesar disso, não foram encontradas fontes que comprovassem tal situação. Porém, nos arriscamos em um exercício de reflexão histórica, pois nos parece muito provável que esses expropriados tenham sido pequenos posseiros retirados dessa região, e talvez nunca incorporados ao projeto do NCSC.

Importa considerarmos que a expansão da área produtiva, no que lhe diz respeito, teria abalado a histórica e complexa relação dos habitantes da região com a propriedade, uma vez que, com a colonização, adicionavam-se novos atores sociais, demandantes de terras, em uma região de históricos conflitos pela propriedade. Isto posto, interpretamos o NCSC como uma das primeiras iniciativas – possivelmente a única que se tem notícia – de reordenação

¹⁵⁶ Idem. p.95.

¹⁵⁷ O documento dá conta da exoneração do Superintendente da Fazenda, cancelamento de foros e expulsões de posseiros da região, ficando também a cargo da referida comissão o processo de transferência do domínio útil dos terrenos foreiros, conforme as reivindicações por particulares. Comissão de Inquérito na Fazenda Nacional de Santa Cruz. Ministério da Fazenda. 13 de fevereiro de 1920. AN.

¹⁵⁸ SILVA, Luciano Pereira da. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1961, (datilografado) p.746.

¹⁵⁹ O mesmo aconteceu com as terras do núcleo colonial de São Bento, até 1943, parte do território do município de Nova Iguaçu. As terras de São Bento compuseram o patrimônio dos padres beneditinos até o ano de 1922, quando foram encampadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, que quando de sua concordata, as terras foram passadas ao domínio da União. Dos núcleos coloniais criados na década de 1930, somente o de Tinguá não era composto por terras públicas. Pode-se consultar em: MOREIRA, Marcelo Ipanema. Tinguá: uma experiência de colonização orientada. In: *Anais do II Simpósio de professores universitários de História do Ensino Superior*. ANPUH, Curitiba, 1962. pp. 311-318; SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias*. Niterói: Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro, 2002.

¹⁶⁰ Decreto de criação do núcleo colonial de Santa Cruz. Decreto nº 19.133, de 11 de março de 1930.

¹⁶¹ FRIDMAN, Fania. De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, v.15, n.2, ago-dez. 2001; v.16, n.1, jan-jul. 2002. p.18.

fundiária e fomento da propriedade privada plena na área da FNSC. Nesse sentido, aqueles foreiros e arrendatários que se julgavam ultrajados em seu “direito natural” viram suas posses e foros ameaçados por investidas desapropriadoras do Governo Federal em terras outrora de taxações e cobranças frouxas.

Em terceiro, foi curto e residual o processo de levantamento e fiscalização das propriedades nas zonas contempladas pelo saneamento. Seus ocupantes, seus débitos e comprovantes de ocupação ou propriedade eram elementos desconhecidos pelo Governo¹⁶², podendo este, em muitos casos, ter executado e, involuntariamente, financiado o aumento de terras e a valorização destas para grandes proprietários.

Reunindo esses “coelhos”, são nítidas as características convergentes entre si. Por um lado, se considerarmos o saneamento como fenômeno definidor na modernização capitalista da região, que ultrapassou os limites da agricultura colaborando, também, com o passar dos anos, com o processo de ocupação territorial e urbanização – ambos desiguais, importa dizer – da localidade, podemos legar ao saneamento a existência da colonização. Anexamos a isso a hipótese de que esses fatores tiveram reverberações ao longo de toda história do núcleo colonial, sendo em conjunto ou em separado, motivos constantes de embates entre os agentes políticos que dela tomaram parte.

Nossa preocupação nesse tópico esteve a par da montagem da estrutura que deveria “matar coelhos numa cajadada só”. Dessa forma, o que se observa é que a implantação do NCSC foi a maneira encontrada para solucionar distintos entraves experimentados pela Capital Federal. Assim, não nos parece irreal apontarmos a colonização na Baixada Fluminense, e especificamente em Santa Cruz, como uma tentativa de construir uma nova divisão produtiva entre a Baixada Fluminense em relação à Capital Federal.

Por fim, unidos os “coelhos”, a “cajadada” fora dada no dia 11 de março de 1930, na mesa de despachos do Palácio do Catete, com a assinatura do presidente Washington Luís, acompanhado do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Geminiano Lyra Castro. O Decreto nº 19.133 previa a ocupação agrícola dos já citados campos de Santa Cruz. A partir disso, estava criado o núcleo colonial de Santa Cruz e, entre as muitas perguntas que esse fato enseja, estavam as dúvidas: Quais as bases do projeto colonizacional empregado no NCSC? Qual seria o lugar dos colonos nesse projeto? E mais, de que forma o saneamento, a propriedade da terra e o abastecimento estavam presentes nesse plano? Esse é o tema do próximo tópico.

¹⁶² Para executar tal política foi criada a Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras – PCERTT, que tinha por tarefa analisar todos os títulos de terras apresentados pelos ocupantes nas áreas sob a jurisdição da Fazenda Nacional, infelizmente tal política ainda não recebeu tratamento por parte das pesquisas historiográficas. Apesar disso, pode-se consultar a menção a tal política em: VERÍSSIMO, Antônio Augusto. *Santa Cruz e a Fazenda Nacional*: notas sobre a situação fundiária. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PCRJ/SMU/IPP, 2004, p.2.

I.III AFOGADOS EM PROJETOS: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA LEGISLATIVA PARA A COLONIZAÇÃO

“O projeto é não ter projeto”¹⁶³.

A proposta deste tópico é executar uma interpretação acerca da construção dos projetos de colonização oficial para o país e, em especial, para a Baixada Fluminense, destacando seus espaços de concepção e sua aplicação nos contextos das colônias. Partimos do princípio de que os projetos de colonização são o resultado de disputas e opções políticas que previam, em maior ou menor grau, a inclusão produtiva das regiões atendidas à nação e a sua inserção, em nível regional, no capitalismo brasileiro. Especificamente sobre a Baixada Fluminense, essa inserção ocorria no contexto capitalista de produção de alimentos para o mercado interno carioca. Assim sendo, nossa hipótese para esse tópico localiza os projetos de colonização agrícola dirigida como constituintes de um processo descontínuo e contraditório movido pelos embates entre políticas e interesses de governo.

O projeto de colonização que serve de ponto de partida para o estudo deste trabalho foi iniciado antes mesmo do governo Washington Luís. Apesar da não enunciação de nenhuma legislação que regesse a colonização de Santa Cruz, interpretamos a falta de novos dispositivos legais a um consenso político acerca da vitalidade e viabilidade da lei de colonização nacional, em vigor desde 1911¹⁶⁴. Tampouco foram encontradas evidências de uma alteração no projeto – que se instalou ainda sem estatuto próprio em março de 1930 – do governo Washington Luís para o governo Vargas. Isso nos leva a considerar que o NCSC nasce sob as orientações políticas e técnicas egressas das experiências de colonização da Primeira República.

Estruturada na forma do decreto nº 9.081, a colonização se encontrava subordinada ao Serviço de Povoamento, ligado ao Ministério do Trabalho. O documento dava expressiva atenção à imigração estrangeira, impondo regras à recepção, hospedagem e sustento aos denominados imigrantes agricultores. O vasto documento pouco contemplava a presença do agricultor nacional, situação que podia ser percebida, por exemplo, no art. 84, que informava o seguinte dispositivo: “nos núcleos coloniais poderá ser reservado a nacionais um número de lotes proporcional a 30%”¹⁶⁵. Além disso, ainda que, caso o Estado ou unidade da federação não contasse com fluxos imigratórios de estrangeiros, o Governo Federal poderia adotar medidas, como formar “[...] o primeiro núcleo em condições propícias ao seu desenvolvimento, servindo de centro de atração para estabelecimento de crescente número de imigrantes”¹⁶⁶.

Claramente afinado com um discurso racista e enbranquecedor, de matriz europeia, essa colonização, como dito anteriormente, não contemplava os agricultores brasileiros, em sua maioria negros egressos do cativeiro e descendentes destes, nas políticas de colonização da Primeira República, situação incontestável de uma desvalorização dessa população, tratada como não apta ao trabalho no campo sob a tutela do Estado¹⁶⁷.

Com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, uma das primeiras medidas ligadas à colonização foi o aumento da participação de agricultores brasileiros nas iniciativas dirigidas pela União. Tal medida, tratava-se de um conjunto de posturas de inclusão autoritária que

¹⁶³ O ESTADO DE SÃO PAULO. *A visão de Laymert Garcia dos Santos: A avalanche tecnológica e o Desmanche do país*. 15 set. 2006, p.H6.

¹⁶⁴ Estruturada na forma do decreto nº9.081, de 03 de novembro de 1911.

¹⁶⁵ Decreto nº9.081, de 03 de novembro de 1911.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação*. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

respondia a uma demanda concreta de organização dos fluxos migratórios, evitando o inchaço das cidades e o aumento da produção de alimentos para o mercado interno.

Dessa forma, preocupado com a ocupação da terra, o presidente instituiu que a ocupação dos núcleos colonização se daria através de edital registrado no Diário Oficial da União e divulgado em jornais de grande circulação e rádios. A seleção privilegiava aqueles que tivessem famílias numerosas, com seus membros em idade ativa¹⁶⁸. A instalação destas se dava mediante a assinatura de um contrato de pagamento das terras, ao valor de dez centavos de mil réis por hectare de terra ocupada, com a carência de três anos para o início da quitação das parcelas. No caso de Santa Cruz, esses lotes de terra variavam entre 10 e 20 hectares e, por determinação oficial, havia indicações de gêneros a serem plantados, conforme a qualidade dos solos e as experiências anteriores dos agricultores, sendo esse último critério utilizado especialmente na localização dos trabalhadores de origem estrangeira nos lotes.

Para levar a cabo tal iniciativa, o Governo Federal colocou tal tarefa sob a jurisdição do Ministério do Trabalho (1930-1934) e posteriormente do Ministério da Agricultura (1934-1954). Em ambos, as determinações sobre os núcleos coloniais eram estruturadas pela Divisão de Terras e Colonização, que com suas três seções regiam os núcleos coloniais. A DTC era também a responsável pela indicação de um administrador que teria entre suas atribuições a condução organizativa do projeto, garantindo a boa relação entre os colonos e a garantia da venda da produção nas feiras e mercados previamente escolhidos. Cabia ainda a esse corpo burocrático a garantia de assistência técnica e infraestrutural aos colonos e suas famílias.

O projeto previa ainda que quando do pagamento dos lotes e com a emissão dos títulos de propriedade definitivos, somada a uma manutenção das unidades agrícolas com independência dos órgãos federais, seria considerada a emancipação dos núcleos, sendo as terras reintegradas à jurisdição e dinâmica dos municípios dos quais faziam parte.

Tais incorporações legislativas foram sendo colocadas conforme a elevação dos desafios nos núcleos coloniais – sem qualquer acolhida às demandas dos colonos e empregados – e não foram acompanhadas da consolidação dessas medidas em uma legislação objetiva sobre a temática da colonização. Atribuímos tal fato a uma lentidão na consolidação da discussão junto ao novo governo, uma vez que não despertava – em especial por conta da área que ocupava – o interesse de parlamentares e grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, nos importa ressaltar que, apesar da instalação do primeiro núcleo colonial em 1930, e da execução dessa política com constantes decretos sobre tal pauta, somente em 1943, através do decreto decreto-lei nº 6.117 tal projeto recebeu a institucionalidade que carecia¹⁶⁹, ocorrendo um processo de descolamento do antigo capítulo acerca dos núcleos coloniais da lei de 1911 para uma legislação independente de regulação à fundação dos núcleos coloniais.

Todavia, as mudanças são pouco perceptíveis com relação à legislação de 1911. Os fatores citados acima já compunham a lei da Primeira República e foram, em muitos casos, somente atualizados. Como diferenciais, podemos destacar as mudanças ligadas aos órgãos gestores, entre repartições criadas e suprimidas e, com efeito, foi confirmada a preponderância da participação dos nacionais sobre os estrangeiros nos projetos de colonização dirigidos pelo

¹⁶⁸ Uma portaria do Departamento Nacional de Povoamento, ligado ao Ministério do Trabalho recomendava que fossem atendidos de preferência os candidatos acompanhados por suas famílias aos que não satisfizessem essa condição, somente mediante ao pagamento integral do lote, a vista. Diário Oficial da União, sexta-feira, 25 de setembro de 1931. Seção 1, p.13171. Apesar do dispositivo, não foram encontrados casos de colonos que tenham adquirido os lotes com pagamento imediato a concessão.

¹⁶⁹ No período de 1930 a 1943, ao todo, foram assinados 119 decretos-leis que versavam desde a criação de núcleos coloniais, passando pela abertura de créditos para colonização, criação e reestruturação de repartições públicas para ampararem colonos e executarem à assistência. Boa parte dessa legislação encontra-se condensada na lei nº 6.117 de 16 de dezembro de 1943.

Estado, sendo aumentada a presença de colonos nacionais de 30% para 70% nos núcleos coloniais do governo. Apesar de dobrar a proporção de nacionais, há perdas consideráveis, como a falta de uma legislação que garantia direitos e deveres aos empregados e gestores da colonização, trecho suprimido na legislação de 1943¹⁷⁰.

A título de ilustração, o novo decreto esclarecia que o auxílio prestado pelo Ministério da Agricultura seria prestado gratuitamente no primeiro ano de instalação dos colonos e, após esse período, somente através de pagamento à administração. Sobre a posse do lote, haveria uma gradação jurídica nesse processo: no primeiro ano o colono obteria o título precário, a partir do segundo ano o título provisório, sendo ele mantido até o pagamento integral das parcelas do lote, sendo a quitação destas a garantia do título definitivo.

Além disso, os núcleos deveriam contar com casas destinadas à residência do pessoal técnico, administrativo e operário e dos colonos, haveriam campos de demonstração destinados a culturas próprias da região ou de outras economicamente vantajosas. Poderiam ser criadas também estações de monta e instalações de beneficiamento de gêneros e pequenas oficinas para a fundição de ferro e madeira. Além disso, cooperativas de venda, consumo e crédito, acompanhados de postos de venda de utensílios para o campo – maquinário, adubos, inseticidas e fungicidas – a preço de custo. Previam-se ainda que, a exploração dos lotes seria individual e não haveria exploração de lotes pela cooperativa.

No que cabia à educação e saúde, havia programas de ensino rural estabelecidos pela superintendência do Ensino agrícola e serviço médico/farmacêutico. Por último, preconizava-se na lei a instalação de uma feira livre exclusivamente para os colonos no ponto que julgassem mais conveniente.

Todavia, instaura-se a pergunta após 13 anos de governo Vargas e a mesma idade do processo de colonização agrícola fomentado por ele: como se pode avaliar esse interregno até uma legislação específica para as colônias agrícolas? À primeira vista, pode-se pensar que somente no contexto de uma ditadura, como foi o Estado Novo (1937-1945), em que os poderes legislativos encontravam-se a cargo do presidente, tal proposta de colonização se consolidaria. Especialmente se considerarmos que alterar, ainda que de maneira pontual e específica, a estrutura da propriedade da terra poderia trazer consequências drásticas ao governo na forma de desmantelamento das relações da União com elites proprietárias locais.

Refinando nossa análise, a partir da noção Gramsciniana de Estado Ampliado, podemos teorizar sobre possíveis reordenamentos de frações de classe em suas disputas por poder nos meios rurais brasileiros que, em maior ou menor grau, deram origem ao que chamamos aqui de consolidação das leis de colonização¹⁷¹.

Nesse sentido, buscamos essa fração de classe apoiadora da criação de núcleos de colonização em áreas distantes do latifúndio como, por exemplo, através da ação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Formada ainda no início da república, tal associação tem papel fundamental na organização, criação e proposição dos interesses dos latifundiários do país ao longo do período republicano.

Ao longo do Estado Novo a SNA teve papel importante no Ministério da Agricultura, em especial no período de 1937-1941, no qual Fernando Costa foi ministro. Segundo Carmem Alveal, com a experiência construída como secretário de agricultura do Estado de São Paulo, Costa trazia para o Ministério os interesses da classe agrícola daquele estado, atendendo às demandas da SNA. Suas práticas concentravam-se especialmente na fiscalização e

¹⁷⁰ No caso dos administradores um novo regimento foi criado pela Divisão de Terras e Colonização, enquanto para os demais empregados não houve atualização do regimento de 1911.

¹⁷¹ Trata-se de uma tarefa teórica a qual não nos colocamos nesta dissertação e que pode ser mais bem observada em outros trabalhos, como em: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro* (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997; MENDONÇA, Sônia Regina. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

padronização da produção de gêneros agrícolas para o mercado interno e de exportação¹⁷². Essa preocupação também se daria através do aumento de vagas em núcleos coloniais e no incentivo à formação de novas colônias policultoras.

No ano de 1943, a SNA propôs um plano de desenvolvimento de uma política agrária que permitisse ao país atender às necessidades decorrentes da economia de guerra¹⁷³. Segundo José Maurício Arruti, essa determinação se consolidaria com a criação de um conselho de economia agrária no Ministério da Agricultura, tendo esse organismo a missão de traçar a política rural brasileira.

Outro eixo de análise pode ser encontrado se considerarmos que a década de 1940 é marcada pela expansão da ocupação não-índia do Centro-Oeste brasileiro, especialmente na forma da colonização dirigida pelo Estado¹⁷⁴. Neide Esterici considera que esse é um momento de intensa propaganda ideológica no entorno da “Marcha para Oeste” na forma de ocupação e nacionalização daqueles rincões¹⁷⁵.

Além disso, acontecimentos regionais contribuem para afirmarmos essa importância e poder de pressão das elites de Goiás. A exemplo disso, em 1940 o estado era a terceira unidade da federação em recebimento de migrantes¹⁷⁶. Segundo Speridião Faissol, a população do Mato Grosso cresceu 150% entre o período de 1920 e 1940 por conta do incremento dos migrantes de outros estados¹⁷⁷. No mesmo período, foram criadas seis colônias agrícolas nacionais, sendo as maiores delas situadas na região Centro-Oeste do país¹⁷⁸.

Nesse sentido, não nos parece descabido inferir que as frações de classe, especialmente no Estado de Goiás e do Mato Grosso, dentro e fora das instâncias do Ministério da Agricultura possam ter pressionado por uma regularização dessas políticas, pulverizadas no Governo Vargas, em uma legislação específica e abrangente.

Embora não tenham sido encontrados ocupantes dessas elites regionais no Ministério da Agricultura, sabe-se do intenso apoio do interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, ao governo Vargas. Teixeira fora aliado de primeira hora da Revolução de 30 e, assim como o presidente, completava 13 anos no poder em 1943. Em sua plataforma de governo encontrava-se a integração de Goiás aos estados vizinhos, o parcelamento de terras e a Marcha para Oeste como algumas de suas principais bandeiras.

Assim, se considerarmos a atenção do interventor a um projeto de ocupação dos campos e encontrando-se os estados do Centro-Oeste como as maiores áreas colonizadas pela

¹⁷² ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Estado, Políticas Agrícolas e representação de classes na era Vargas: O Ministério da Agricultura. *Revista Locus*, Juiz de Fora, v.9. n.2, p.45-60, 2003. p. 49.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Sobre o tema uma vasta bibliografia pode ser consultada, assim, indicamos alguns títulos: LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas – SP: Unicamp, 1996; NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados: UFGD, 2007; PESSOA, Jadir de Moraes. *A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância*. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, v.2, 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁷⁵ ESTERICI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ. 1972, p.14.

¹⁷⁶ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento geral de 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. V.2: censo demográfico. p.101.

¹⁷⁷ FAISSOL, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. p.43-44.

¹⁷⁸ Foram criadas as colônias de Goiás (decreto nº6882, de 19/02/1941), Amazonas (decreto nº 8506, de 31/12/1941), Monte Alegre, Pará (decreto nº8671, de 30/01/1942), Barra do Corda, Maranhão (decreto nº10325, de 27/08/1942) General Osório, Paraná (decreto nº12417, de 12/05/1943) Dourados, Território de Ponta Porã, hoje MS (decreto nº5941, de 28/10/1943).

União no período¹⁷⁹, não é difícil pensarmos no incentivo e apoio a uma legislação que desse providências à colonização. Especialmente porque, no caso das colônias fluminenses, estamos diante da ocupação de terras públicas. Contudo, sabe-se que a experiência de compra de terras, expulsão de comunidades indígenas, entre outras expropriações foram etapas de instalação de núcleos em muitos Estados, em especial no Centro-Oeste brasileiro.

Assim, como uma política do Oeste para o Leste, a lei nº 6.117 de 1943 invertia a lógica do núcleo de Santa Cruz como incentivador da colonização no Centro-Oeste, sendo agora incorporada a uma política nacional por pressão e arranjos políticos nascidos no interior do país. Não é demais lembrar que todo esse processo nasceu à revelia dos colonos assentados, reiterando uma visão do colono como passivo e necessitado da suposta generosidade do Estado autoritário na condução de suas vidas.

Ainda que essa hipótese careça de maiores análises, acreditamos ser possível pensar em um papel de destaque da fração de classe política e latifundiária goiana¹⁸⁰, pressionando e definindo um estatuto para a ocupação e colonização de seus territórios, medida que, direta ou indiretamente, teve impactos sobre o mesmo processo nas terras de Santa Cruz.

Assim, em 1946 o engenheiro agrônomo Tácito Pace se pronunciou acerca da colonização dirigida pelo Governo Federal, “dividindo-se a colonização em duas partes distintas – o aproveitamento da Baixada Fluminense e o povoamento das grandes áreas devolutas do interior do País, do norte ao sul – conclui-se da incapacidade de uma centralização na Capital Federal”. Para o engenheiro, apenas um plano de abrangência nacional, com órgãos administrando áreas diferentes, mas de produção igual no mercado, seria exequível e sucederia o plano da Baixada.

A partir dessa avaliação, em 1946, enquanto o país passava pela redemocratização, o recém-empossado ministro da agricultura, Neto Campelo Júnior, em visita ao NCSC, tomou parte da situação da colonização na região¹⁸¹. A imagem do núcleo era próspera, se efetuava a chamada de cem novos concessionários e o ano de 1945 foi encerrado totalizando 13 milhões de cruzeiros no valor da produção agrícola¹⁸². Contudo, havia reclamações dos colonos elencadas pelo ministro como dificuldades com a assistência técnica e a presença de propriedades sem aproveitamento agrícola¹⁸³. A promessa pública do ministro aos colonos foi no sentido de “afastar os obstáculos (...) [e que] o resultado de seus estudos será levado a debate público”¹⁸⁴.

Frente a essa demanda, Tácito Pace, ao lado do diretor da DTC, Jair Meireles, dentre outros técnicos, apresentaram em setembro de 1946 o novo “Plano de Colonização da Baixada Fluminense”. Tal plano, que foi imediatamente apresentado ao presidente Dutra, tinha por meta a recuperação econômica da região através da colonização. Assim, distanciado do projeto anterior de 1943, agora a Baixada Fluminense ganhava um plano

¹⁷⁹ Ao todo foram utilizadas 300.000 hectares de terra de colonização dirigida pela União, além das colônias particulares não contabilizadas. PONCIANO, Nilton Paulo. O processo civilizador do sul do Mato Grosso: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Guarapuava: Anacleto. 2001, vol. 2, nº1. p.99.

¹⁸⁰ Expressamos aqui essa fração de classe sob a alcunha de goiana, uma vez que não foram encontradas relações mais próximas entre membros da elite política mato-grossense e o governo de Getúlio Vargas. Sendo a vigência das relações entre os políticos goianos e o Estado varguista mantida e reiteradas ao longo dos quinze anos do governo Vargas. Sobre o tema, podem-se consultar: CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983; PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: A Depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*, nº09, p.7-23, dez. 1997.

¹⁸¹ *A Manhã*, 01 de junho de 1946, Edição: 01475, p.09.

¹⁸² 273.000 quilos de mandioca, conforme informou: *A Manhã*, 01 de junho de 1946, Edição: 01475, p.09.

¹⁸³ *O Jornal*, 05 de junho de 1946, Edição: 08005, p.04.

¹⁸⁴ Idem.

colonizacional regional¹⁸⁵. Com orçamento provável de dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros, sem considerar as verbas de desapropriações, com previsão para uma execução em 10 anos, anualmente seriam gastos duzentos e quarenta milhões de cruzeiros¹⁸⁶.

Apesar dos altos valores informados, comparativamente antes do plano, os gastos federais com a colonização chegavam a quarenta e cinco mil cruzeiros por lote. Sendo, portanto, com a execução do plano, barateados os custos dos lotes, ficando suas despesas em quarenta mil cruzeiros para o governo, sendo amortizados trinta e cinco mil cruzeiros em custos da casa e do terreno, pagos pelos colonos.

Seriam alterados os prazos de pagamento, contando-se três anos de produção livre de encargos aos colonos e, a partir do quarto ano, se iniciariam os pagamentos do lote e da casa. Prevvia-se ainda que, a cada ano, 6.000 lotes com variações de tamanho entre 10 e 30 hectares¹⁸⁷ seriam preparados para receber igual quantidade de famílias, totalizando 60.000 famílias ao final da execução do plano. A proposta considerava ainda uma ocupação unicamente por agricultores brasileiros, considerando famílias com cinco pessoas em média, com ressalva de que a família nordestina tinha média mais elevada¹⁸⁸. Quando da aprovação do plano pela opinião pública, o jornal *A Manhã* chegou a publicar que se tratava de um projeto “Eminentemente social do estado, dando ao cidadão amparo econômico e a coletividade os produtos de primeira necessidade”¹⁸⁹.

Essa tão ousada iniciativa seria precedida pela desapropriação de terras¹⁹⁰ e a indenizações dos seus ocupantes, em especial grandes fazendeiros e ocupantes sem titulação. Tal incumbência seria da Procuradoria da República que, para isso, estimava o valor de um bilhão de cruzeiros, que corresponderiam ao preço unitário de doze centavos por metro quadrado de terreno a serem pagos em títulos da dívida pública, sendo os limites da expropriação determinados em sentença judiciária, na qual também seriam previstos os valores da indenização aos expropriados¹⁹¹.

Acerca da produção, as estatísticas do plano foram baseadas na produção do NCSC. Estes dados apontavam para uma produção de três mil cruzeiros por lote cultivado ocupando, em média, 70% de sua área total. Para os 60.000 lotes a produção seria de 180 milhões de cruzeiros mensais, representando anualmente três bilhões, cento e sessenta milhões de cruzeiros em produtos agropecuários¹⁹².

Por último, diferente da proposta anterior, em que as atividades se concentravam no Ministério da Agricultura, este dividia atribuições com diversos setores, não só da pasta supracitada, mas também com outros ministérios. A título de exemplo, a construção de casas e

¹⁸⁵ Serviço de Informação Agrícola. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*, 1943.

¹⁸⁶ Idem, ver capítulo: XII - Recursos financeiros para as despesas de desapropriações de terras, construções, localização e assistência a colonos.

¹⁸⁷ Contra os 10 hectares previstos no projeto de 1943.

¹⁸⁸ Nesse momento já se tratava do aumento do êxodo rural da região nordeste sobre as concentrações metropolitanas. Serviço de Informação Agrícola. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*, 1943. Ver capítulo X - Distribuição de lotes e assistência aos colonos.

¹⁸⁹ A MANHÃ. 28 de novembro de 1946. Edição: 1629, p.01-09.

¹⁹⁰ A área prevista estendia-se por uma superfície de 9.000 quilômetros quadrados, comparativamente era cinco vezes maior que o Distrito Federal e duas vezes maior que a Fazenda Nacional de Santa Cruz.

¹⁹¹ Para isso, seria considerada uma avaliação das propriedades, considerando fatores como: benfeitorias existentes; o valor do imóvel atribuído para taxações fiscais; a situação de emprego do solo (se para agricultura ou para uso imediato) e o estado de conservação. Ver SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*. 1943. Capítulo I: Incorporação de Terras.

¹⁹² O plano se dedicava ainda a projeções do aumento dos lucros para a produção de leite, ovos, hortaliças e cereais.

outros imóveis seriam de responsabilidade da Fundação Casa Popular¹⁹³, DTC e DNOS se ocupariam de estudos e obras hidráulicas¹⁹⁴, as cooperativas ficariam a cargo do Serviço de Economia Rural¹⁹⁵, dentre outras atividades que seriam distribuídas entre outras repartições.

Apesar de ter sido a proposta mais articulada dentre as inúmeras repartições do Governo Federal e financeiramente mais sólida, o plano não contava com mapas da região e, por isso, não deixava claro em que porções da Baixada se instalariam essas famílias; aliás, sequer falava-se na constituição de novos núcleos de colonização ou na expansão dos existentes. Acerca dos núcleos em operação somente o NCSC era citado. Além disso, em nenhum de seus capítulos havia a anuência e confirmação de participação do projeto de nenhuma das repartições listadas.

Apesar dessas limitações, o projeto foi levado à apreciação do Conselho de Imigração e Colonização e ao Presidente Dutra, que julgou necessário consultar o Ministro da Fazenda acerca dos valores calculados para o plano. Posteriormente, o processo foi para a Diretoria do Domínio da União¹⁹⁶. A lentidão da execução do projeto já se apresentava nas manchetes de jornal, na forma de perguntas como “Quando será colonizada a Baixada Fluminense?”¹⁹⁷ e em afirmações como “O problema da Baixada”¹⁹⁸. Apesar das diferentes linhas editoriais dos periódicos, a tônica das reclamações era a mesma: a necessidade imediata de solucionar a colonização da Baixada na tentativa de minimizar os problemas de abastecimento de alimentos na cidade do Rio de Janeiro.

Em março de 1947, na abertura do Congresso Nacional, o presidente Dutra reiterou o compromisso em implantar o plano de colonização, com a ressalva de que esse só poderia ser implantado mediante a criação de “uma legislação especial que permita ao Governo a prévia e rápida desapropriação, para fins de colonização”¹⁹⁹. Contudo, somente em 1948 o Congresso Nacional liberou um crédito especial de três milhões de cruzeiros para que o Ministério da Agricultura atendesse às despesas com as desapropriações na Baixada Fluminense²⁰⁰. Nesse mesmo ano, as investidas para a desapropriação de terras na Fazenda de Santa Cruz foram vetadas pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o “resguardo do interesse do Patrimônio da União”²⁰¹, o mesmo órgão que retardou o andamento do plano um ano antes. Afinal, quais interesses se não os do Estado teria o Patrimônio da União em não permitir as desapropriações na Fazenda de Santa Cruz?

Em resposta a esta pergunta, uma vez atestadas as possibilidades e o desinteresse na aplicação do plano de colonização da Baixada Fluminense, alguns pontos precisam ser ressaltados. O primeiro deles é a vultosa desapropriação que propunha o projeto, algo que, sem dúvidas, afetaria grandes proprietários que se voltariam contra o governo, possivelmente alguns destes podendo até mesmo terem feito parte dele. O caso da FNSC é bastante claro quanto a isso: terras públicas ocupadas por um sem número de foreiros, arrendatários e posseiros, em especial os grandes, não queriam ter suas porteiras invadidas e seus domínios

¹⁹³ SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*. 1943. Ver Capítulos IX - Construção de casas para colonos e VIII - Construção de edifícios para escolas, postos médicos, ambulatórios, administração, residência de funcionários e mercado.

¹⁹⁴ Serviço de Informação Agrícola. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*, 1943. Ver Capítulo III - Estudos e Execução das obras de pequena hidráulica

¹⁹⁵ Serviço de Informação Agrícola. *Plano de Colonização da Baixada Fluminense*, 1943. Ver Capítulo XI - Organização de Cooperativas

¹⁹⁶ A MANHÃ. 21 de janeiro de 1947. Edição: 1673, p.03.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ O JORNAL. 09 de fevereiro de 1947. Edição: 8216, p.01-09.

¹⁹⁹ A MANHÃ. 21 de maio de 1947. Edição: 1772, p.02.

²⁰⁰ CORREIO DA MANHÃ. 02 de abril de 1948, Edição: 16882, p.04.

²⁰¹ DIÁRIO DA NOITE. 21 de junho de 1948. Edição: 04330, p.15.

questionados pelo Estado em um processo de reincorporação das terras e indenização pelas benfeitorias. Ao que nos parece, nesse momento esses supostos proprietários contaram com a anuência do Departamento do Patrimônio, o mesmo que deveria fiscalizar e punir aqueles que estivessem inadimplentes.

Assim, tal como foi feito por Getúlio Vargas no Estado Novo, o Presidente Dutra abstinha-se de promover a modernização da estrutura agrária na Baixada Fluminense, deixando muitas dessas terras intocadas, preferindo não intervir no latifúndio tradicional, como apontaram Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira²⁰².

Ao lado desses projetos, a sucessão de organizações responsáveis pela colonização também chama a atenção não só pela quantidade, mas também pela diversidade de projetos que emitem uma marca de descontinuidade nas políticas de colonização.

A nosso ver, o histórico dos projetos apresentados nos permite fazer algumas observações. A primeira delas é a flutuação dos projetos no entorno da colonização que, ora estruturados para uma abrangência nacional, ora para ações regionais, apontam para um despreparo dos governos na construção de projetos que, em larga medida, atingissem ou esbarrassem no latifúndio brasileiro.

Outra observação possível é a demanda e os interesses político-econômicos na estruturação destes projetos que, em larga medida, não dialogavam com as demandas dos camponeses, mas sim com os interesses dos que possuíam o domínio do aparelho burocrático do Estado. Por último, apesar das limitações dos projetos em distintos eixos, há em todos eles um convite ao investimento dos colonos que, com seus poucos recursos e o trabalho familiar, forjariam esse projeto do Estado Brasileiro. A conquista dos ânimos dos futuros colonos passava diretamente pelas propostas que eram aprovadas para a colonização e pela propaganda que se fazia a partir dessas medidas.

Esse retorno aos anos anteriores à colonização colaborou com o reconhecimento da ocupação de Santa Cruz e Itaguaí em que, a despeito do discurso memorialístico e historiográfico de crise econômico e social, se encontravam – mesmo antes do saneamento – como áreas em processo de crescimento que careciam de investimentos públicos de forma notável em setores como saúde e fomento agrícola.

Portanto, a chamada Baixada de Sepetiba, em especial as regiões de Santa Cruz e Itaguaí, estiveram assentadas em um processo de lenta expansão produtiva de suas economias ao longo da Primeira República. Inseridas na zona Oeste da Capital Federal, a estrutura da produção ali se arquitetava na forma de uma pulverizada produção de alimentos e com destacadas invernadas para abate de gado *vacum*. Contudo, os dados apresentados, em que pese à nítida ascensão das localidades, tanto no meio rural quanto no urbano, não são suficientes para determinar seus avanços econômicos no mercado fluminense, dada a dispersão e ausências nas fontes consultadas.

Nesse sentido, a região recebeu a colonização como “cajadada” que viabilizaria a suspensão de problemas não só de ordem local, como o caso do saneamento e do regime de propriedade da terra, mas também auxiliaria a Capital nos embates pela garantia de abastecimento de alimentos. Complementares e interconectados, em caso de sucesso ou falência da colonização, seriam esses os elementos determinantes na inspiração e consolidação desse projeto.

Se ao Estado coube a solução de tantos problemas estruturais, não foi a colonização, enquanto forma de solução, a melhor estudada e idealizada, haja vista a lentidão na consolidação de uma legislação específica sobre o tema, situação alterada somente ao longo do Estado Novo, em que os contornos organizacionais se alteraram, sendo privilegiados os

²⁰² LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.129.

projetos que respondessem às demandas regionais das áreas atendidas por tal política, contra uma posição unitarista e corporativa de colonização proposta pelo Governo Vargas. Todavia, essa mudança política contrastava com barreiras econômicas e aquelas de ordem privatista, em especial quando se alcançava o debate acerca das desapropriações para fins de colonização, o que nos leva a concluir que o latifúndio se tratou de uma barreira aos avanços dos projetos de colonização. Assim sendo, nossa intenção agora é a de mapear os grupos que tomaram parte do NCSC e, para isso, iniciaremos pelos colonos, conforme se verá no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II: “FLORESCERÃO EM MIL CULTURAS”²⁰³: AS EXPERIÊNCIAS DO FAZER-SE COLONO (A) NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

“Dessa forma, a experiência, sem ‘bater na porta’, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização recusa, é processo de formação de identidades de classe, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração e etnias [...]”²⁰⁴.

Neste capítulo objetivamos analisar, a partir do uso de legislações, cartas e entrevistas colhidas, a especificidade das experiências dos colonos. Para isso, consideraremos suas vivências prévias à colonização em Santa Cruz, questões de gênero e as possíveis aproximações e/ou afastamentos culturais e sociais desses diferentes camponeses quando do ingresso no NCSC.

Concordamos com Clifford Welch acerca da necessidade de incorporação das múltiplas práticas dos agentes em análise, exercício para o qual o papel da experiência carece de atenção para uma compreensão e explicitação política de suas contradições no processo histórico²⁰⁵. Para isso, em diálogo com Thompson, discutiremos as categorias experiência e cultura. Apesar de encontrarem-se pulverizadas em sua obra, mobilizaremos esses conceitos a partir da produção do autor no debate que suscitou, especialmente entre a intelectualidade brasileira. Tal opção teórica nos distancia dos limites fixos e das fronteiras entre os grupos em termos de pertencimento ou não²⁰⁶.

Dessa forma, o conceito de experiência diz respeito à vivência histórica sendo, em seu interior, construída a ação na qual se constituem os sujeitos passíveis de experiência. Enquanto fenômeno encontrado na realidade, a experiência teria a função de exercer pressão sobre a consciência social, determinando a construção de homens e mulheres conscientes de seus papéis na sociedade de classes. No quadro do materialismo histórico thompsoniano, interpretar as vivências que emergissem das disputas entre classes em função das distinções entre culturas, políticas, valores e convenções possibilitaria o reconhecimento de uma classe.

Esse exercício foi executado pelo autor através da interpretação da experiência como elemento de junção entre cultura e não cultura, ficando uma metade dentro do ser social (experiência I - experiência vivida) e a outra metade no âmbito da consciência social (experiência II - experiência percebida)²⁰⁷. A partir da análise do marxista inglês e de seus comentadores, consideraremos aqui eixos analíticos, como a experiência anterior à colonização, relações de gênero e a experiência percebida na convivência com o núcleo colonial como formas privilegiadas para analisarmos o fazer-se colono. A partir dessas escolhas, pretendemos interpretar a experiência como parte do processo social que a

²⁰³ Essa expressão foi utilizada pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Manoel de Matos Duarte Silva (1927-1930) que, em 1930, em um discurso sobre o saneamento e a colonização na Baixada Fluminense. Em seu contexto original a hiperbólica passagem enaltecia a possibilidade de cultivos agrícolas na região, aqui ela foi utilizada por nós como forma de expor a pluralidade de culturas e experiências dos colonos no NCSC. O discurso encontra-se em: SILVA, Manoel de Matos Duarte. *Mensagem apresentada à Assembleia legislativa do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s/ind. de tip, 1930.

²⁰⁴ MORAES, Maria Célia de Marcondes e MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e Experiência: contribuições de E. Thompson à pesquisa em educação. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, vol 21, nº02, p. 329-349, jul/dez de 2003. p.341.

²⁰⁵ WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.11.

²⁰⁶ Tais como aqueles propostos por Fredrik Barth, em: BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras In: POUTIGNAT, Philippe. & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

²⁰⁷ ALVES, Giovani; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito da experiência, *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez. 2013. p.58.

engendra, com suas tradições passadas, relações de gênero e nacionalidade e experiências nascidas na colonização, levando-se em conta a vida material, bem como suas perspectivas futuras.

Assim, uma vez que a experiência não se dá somente na seara do pensamento, é preciso também considerar as práticas cotidianas e as relações interpessoais. Nesse sentido, dialogaremos aqui também com o conceito de cultura. Longe do consenso e da simplificação, pretendemos vasculhar a cultura em perspectiva com a experiência na tentativa de que essas aproximações potencializem leituras sobre as peculiaridades históricas da consciência social dos colonos.

Para Thompson, o conceito de cultura encontrava-se “[...] localizado dentro de um equilíbrio particular, de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”²⁰⁸. Nesse sentido, a cultura aparece como algo dinâmico e como fruto da resistência popular, configurando-se como um conjunto de recursos em que há sempre uma troca “entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, aldeia e a metrópoles; é uma arena de elementos conflitivos”²⁰⁹.

Nessa arena em que sentimentos, códigos, relações familiares, reciprocidade e outros valores são entendidos como consciência afetiva e moral²¹⁰, as classes apresentam-se como construtoras de sua consciência e identidade em relação aos dominantes através de táticas e estratégias nas disputas no teatro do poder. Em nosso exercício de aproximação com a obra de Thompson, Concordamos com suas considerações acerca do exercício de aproximação do conceito de experiência em perspectiva com o de cultura. Para o marxista inglês, a experiência executa a aproximação entre cultura e não cultura, ficando uma parte dentro do ser social – a experiência vivida – e a outra parte no âmbito da consciência social – a experiência percebida –. Dessa maneira, considerando o contexto e a capacidade de luta desses homens e mulheres, o que se pretende aqui é mapear os conflitos de classe, gênero e nacionalidade no NCSC, sob a ótica da experiência e da cultura.

Assim, a análise das experiências, em termos culturais, daria origem à consciência social. Logo, pensar a cultura e a experiência dos colonos é pensar também as formas como esses sujeitos se apropriaram das suas distintas tradições nas culturas nas quais estavam imersos em seus distintos percursos até Santa Cruz. Acrescentaríamos, também, que a experiência adquirida e as redes construídas dentro do núcleo como elementos importantes para a análise de “quem são eles”, pois o sujeito é também um constructo social se ressignificando permanentemente e acumulando camadas de experiências. Assim, começemos por pensar as origens históricas desses camponeses.

II.1 A EXPERIÊNCIA I OU A EXPERIÊNCIA VIVIDA: MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS ATÉ A COLONIZAÇÃO

Se considerarmos a experiência I como aquela vivenciada na condição existencial de trabalho, seria possível vasculharmos experiências individuais de classe; nesse caso, a classe direcionaria as relações de produções nas quais homens e mulheres estariam involuntariamente inseridos. Nesse sentido, as múltiplas trajetórias dos futuros concessionários de lotes em Santa Cruz serão expostas, considerando suas condições em relação ao mundo do trabalho que se desenvolvia no Brasil no início da década de 1930.

²⁰⁸ _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.17.

²⁰⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²¹⁰ Idem, p.189.

Acreditamos que, dessa forma, poderemos nos aproximar com maior refino de suas experiências, culturas e memórias.

Entretanto, um dos maiores desafios dos seis anos de pesquisa que o núcleo colonial ocupa em nós e em nosso ofício de historiador foram as peculiaridades das origens dos colonos. Inicialmente, pela falta de documentação oficial que nos fornecia pouco mais do que os nomes dos selecionados pelo edital do Ministério da Agricultura²¹¹, depois pela pouca quantidade de entrevistas com os brasileiros que conseguimos reunir ao longo do mestrado.

Ao lado disso, uma composição numérica fiel dos colonos de Santa Cruz é ainda um desafio ao trabalho do historiador, visto que os censos na região dão conta somente dos números absolutos e de divisões ligadas à cor da pele e nacionalidade. Além disso, do período de 1930 a 1968, em que vigorou a política de colonização dirigida pelo governo federal, somente no Estado Novo foram executados recenseamentos no núcleo, e acreditamos que essa atenção ao NCSC nesse momento tenha caráter propagandístico, visto que a década de 1940 foi um momento de intensa produção agrícola com aumentos expressivos nas plantações. Todavia, em meio a essas carências e apesar de possíveis imprecisões, o cruzamento dessas fontes nos ajudou a construir um painel mais verossímil sobre essa população.

Feita essa justificativa, deparamo-nos com uma grande diversidade de origens e trajetórias na experiência dos homens e mulheres que participaram da constituição e da produção do NCSC entre as décadas de 1930 e 1960. Todas elas tiveram seu ponto de partida com o anúncio de terras e assistência na Baixada Fluminense a partir de 1931, promessa essa difundida pelas transmissões do serviço de rádio do Ministério da Agricultura, que exaltava a:

[...] Orientação de um programa amplo de assistência e técnica agrícola, e, de maneira prática, considera e se esforça para resolver o problema dos que, no Brasil, buscam os trabalhos do campo. A esses oferece o Serviço oportunidade, pois, entre as inúmeras vantagens concedidas, dá-lhes a preferência, fornecendo, além disso, para início, tudo o que possa ser imprescindível à vida do lavrador, no campo, não se tendo esquecido também de sua habitação. Desde os apetrechos, mudas e sementes, até os elementos para o combate do grande inimigo da lavoura as formigas, nada foi esquecido pelo Governo. [...] O núcleo colonial de Santa Cruz, [...] está situado parte no Distrito Federal e maior parte no Estado do Rio de Janeiro. [...] Chamamos a atenção para o valor considerável desta localização em benefício da pequena lavoura que ali se desenvolve, porque a proximidade de um grande mercado consumidor, como é o da Capital da República, permite uma constante e intensiva exportação de hortaliças, legumes, frutas, aves, mel etc. Para um percurso tão pequeno, o acondicionamento é simples e o frete baratíssimo. Com efeito, 60 quilômetros podem ser vencidos por um caminhão de carga, em 1 hora, correndo em velocidade regulamentar. É o tempo que se gasta, de bonde, da Avenida [Central] ao Leblon ou ao Meier. [...] advertindo-se aqueles que deixam de cumprir as condições estabelecidas para a colonização, a fim de que só sejam as terras aproveitadas pelos que querem trabalhar valendo-se da assistência que oferecem os poderes públicos, dentro de sistema que pode apresentar meios de trabalho lucrativo, com garantias e vantagens especiais²¹².

²¹¹ Trabalhos como os de Jadir Pessoa e Suzana Naglis utilizaram-se em seu levantamento de fontes de fichas de inscrição de colonos, documento valioso no mapeamento da vida pregressa e familiar do colono, com indicações ligadas a origem, cor, profissão e relações familiares. Ressentimo-nos da falta de fichas de inscrição destes, contudo, outras fontes como os relatos orais e as cartas dos colonos serão utilizadas na escrita de uma história comprometida com as trajetórias dos colonos. Pode-se consultar em: NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: UFGD, 2007; PESSOA, Jadir de Moraes. A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*. v.2, 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²¹² Comunicado do serviço de rádio do ministério da agricultura. Distrito Federal, 17/01/1936. Processo 19680/1936 - BR.RJ.AN.RIO.23.0.PRO.23455.

Estava feito o chamamento aos trabalhadores rurais brasileiros. A divulgação das políticas de colonização dependia em larga medida da propaganda, que, segundo Francisco Carlos da Silva, contribuía para que, pela primeira vez, homens e mulheres comuns vissem suas vidas tomadas como parte de um processo político que, acreditavam eles, melhoraria suas vidas por meio da ação governamental²¹³. No caso do NCSC, os jornais de grande circulação do país, em especial as gazetas cariocas, divulgavam notadamente, ao longo da década de 1930, editais para seleção de colonos²¹⁴ e utilizavam-se desse mesmo texto para uso radiofônico²¹⁵. Além disso, era através dos jornais que os candidatos a concessionários sabiam dos resultados da seleção.

A promessa pública do Estado era dar aquilo que boa parte dos camponeses brasileiros não possuía: terra, habitação e meios para se produzir. Considerando o processo de distribuição desigual e cruel da terra em nosso país, em que se expropriavam os pobres, garantindo a propriedade aos grandes proprietários, a proposta do NCSC surgia como uma saída à penúria do camponês brasileiro.

Essa propaganda em especial tem seu discurso marcado por noções ligadas à valorização do trabalho, em uma construção nítida de um apelo moral aos agricultores brasileiros. Além disso, estabelecer morada e produção a pouca distância do distrito federal era também um fator de mobilização e animação aos homens e mulheres pobres no meio rural. Dessa maneira, o NCSC surge como um novo convite à itinerância – traço fulcral dos camponeses brasileiros – para uma terra em que “[...] nada foi esquecido pelo Governo”²¹⁶.

Todavia, importa informarmos que, diferentemente da colonização no Centro-Oeste, o mesmo recurso não foi enunciado nas entrevistas e demais fontes como um dispositivo animador à colonização²¹⁷. Ao contrário, os colonos tributavam a correspondência entre familiares um fator de aproximação e ocupação no NCSC, em especial na década de 1950²¹⁸. Além disso, importa dizer que os lotes em Santa Cruz deveriam ser pagos conforme as especificidades do projeto, de maneira distinta à realizada na colonização no Centro-Oeste, em que a condicionalidade era restrita à ocupação e produção²¹⁹.

Apesar das diferenças, tornar-se um candidato a um lote requeria inicialmente a demonstração de interesse através de carta de intenções ou comparecendo à sede do Ministério da Agricultura, na região central do Rio de Janeiro²²⁰. Sendo institucionalizado

²¹³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Diálogos*. Maringá, v. 2, 1998. p. 113-127. p.119.

²¹⁴ Os principais jornais que divulgavam os editais e as listas dos selecionados eram: A Manhã, A Noite, O Paiz e o Correio da Manhã.

²¹⁵ Anunciado na Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

²¹⁶ Comunicado do serviço de rádio do Ministério da Agricultura. Distrito Federal, 17/01/1936. Processo 19680/1936 - BR.RJ.AN.RIO.23.0.PRO.23455.

²¹⁷ Sobre a propaganda maciça utilizada na colonização do centro-oeste, pode-se consultar: NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: UFGD, 2007; PESSOA, Jadir de Moraes. A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, v.2, 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²¹⁸ Essa conclusão também foi alcançada pela pesquisadora Elisa Guaraná de Castro. CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 2005. p.48-49.

²¹⁹ Ressentimo-nos pela falta de estudos comparados entre a colonização em outras regiões do país e a colonização dirigida pelo Estado no Rio de Janeiro.

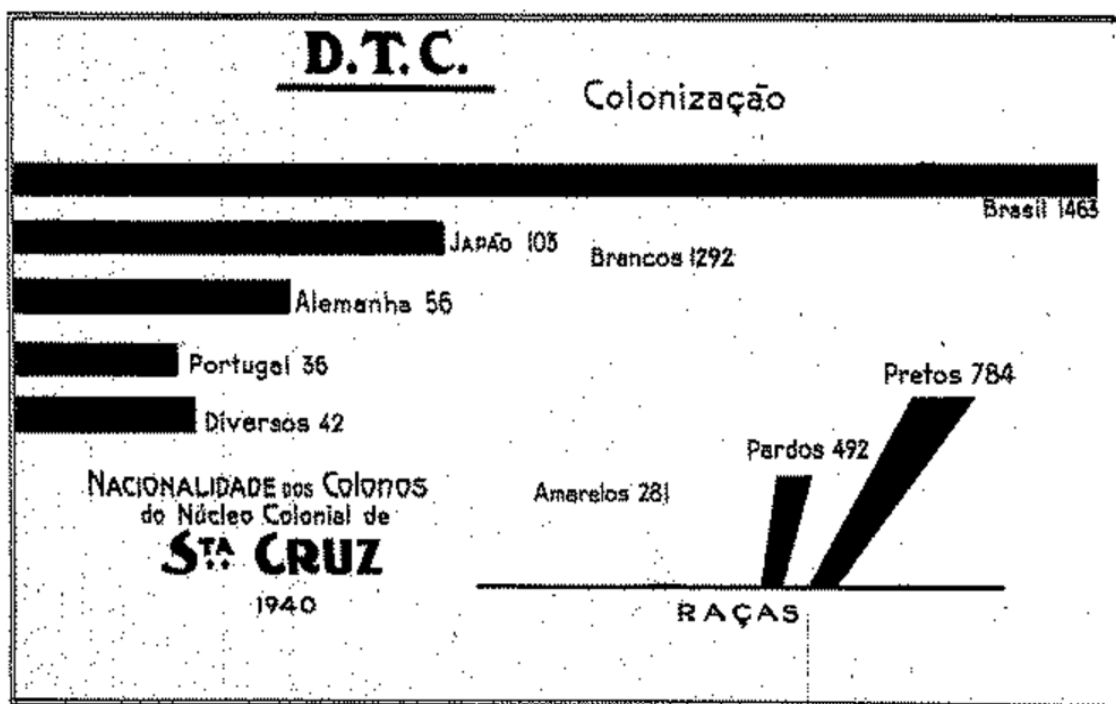
²²⁰ A partir de 30 de novembro de 1953, foi assinada uma portaria pelo Diretor da DTC determinando uma nova modalidade de solicitação de terras. As futuras concessões deveriam ser feitas somente através de comprovação de capacidade financeira (Fornecida por estabelecimentos bancários, comerciais, industriais ou pelas coletorias

esse processo seletivo em período posterior, entre as décadas de 1930 e 1940, os critérios determinantes eram a quantidade da prole e algum engajamento prévio do requerente com atividades rurais.

Nesse período, o apoio à divulgação e propaganda dos jornais era fundamental para a execução dessa política, visto que através deles eram publicadas as aberturas de editais disponibilizando lotes e, também através de suas páginas, os candidatos, em caso de aprovação do requerimento, teriam seus nomes informados e direcionados a maiores detalhes no Diário Oficial²²¹.

Isto posto, resta-nos saber: quem eram os brasileiros dispostos a tal projeto? O único levantamento com destaque às “raças e nacionalidades” do NCSC foi executado em 1941 pelo Ministério da Agricultura. Vejamos no quadro abaixo:

Figura 2: Tabela de Nacionalidades e Raças dos colonos do núcleo colonial de Santa Cruz (1940)



Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exm° Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.* v.01, pp.01-508. 1940. s/n. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2029/000132.html>

Nesse censo a população da colônia aparece subdividida sob as seguintes categorias: brancos (1292), pretos (784), pardos (492) e amarelos (281). Atrás dos brancos, a população negra é declaradamente a segunda maior populacional entre os colonos, se somados aos pardos, comporiam um total de 44,78%²²².

Este é um componente relevante na análise desses homens e mulheres. Sua cor pode ter definido ou direcionado o quinhão de cada um no futuro, ou seja, quem recebia mais ou

federais do local em que os futuros colonos residissem) e provas de conhecimentos agrícolas (a prova de conhecimentos agrícolas era fornecida pelos postos de colonização, núcleos ou colônias da DTC ou por outras divisões do Ministério da Agricultura, a mesma prova poderia ser executada nas secretarias de agricultura dos estados. Até o fechamento deste texto não foram encontrados os pormenores da referida avaliação).

²²¹ Os jornais de maior circulação no país que faziam a divulgação da seleção de colonos foram *O Paiz* e o *Correio da Manhã*.

²²² Pode-se consultar essa estatística em: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do Ministro.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1940-2. p.89.

menos apoio das instituições, afinal, o racismo apresentava-se sob muitas formas e algumas delas podem ter recaído na colônia²²³.

Dessa maneira, uma vez que os colonos se tratavam de um grupo formado por negros, o que nos leva a supor a possibilidade, ainda carente de estudos, de serem esses homens e mulheres egressos do cativo e/ou descendentes desses, essa não nos parece uma afirmativa infundada, se considerarmos os 42 anos da abolição em 1930 e o trânsito de ex-escravos e suas famílias pela Baixada Fluminense no pós-abolição, na tentativa de “experimentação da liberdade”²²⁴. Ademais, carregavam uma condição itinerante: possivelmente essas trajetórias e, por que não, essas experiências, podem ter sido marcadas pela “violência, instabilidade, pobreza e a falta de laços parentais extensos”²²⁵.

Muitas dessas famílias eram ainda migrantes de diversos estados da federação, em especial dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e de cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, como nos legou a bibliografia sobre o NCSC²²⁶. Além disso, suas estratégias eram marcadas por clivagens sócio-profissionais, que os dividiam em três grupos: os agricultores, os sem trabalho e os funcionários públicos. Advertimos de antemão que não se pode mensurar um maior ou menor grau de importância que outro, mas sim analisar o resultado de suas experiências e dos acontecimentos que os aproximaram, ou não, ao longo da colonização.

Assim, o primeiro grupo era ao mesmo tempo a condição de muitos e, por intenção do governo, da transformação de todos. O projeto de colonização, mesmo antes da lei de 1943²²⁷, previa que os nacionais instalados em núcleos coloniais deveriam ter condições de trabalhar a terra e a ela dedicar-se em tempo integral como atividade central, sendo a condicionalidade da produção e o pagamento das parcelas o fator determinante para a manutenção de uma família em um lote no NCSC, sendo essa averiguação feita por um agente público, ligado à administração do núcleo, que ocupasse o cargo de fiscal de produção²²⁸.

Em nível político, defendemos que a seleção dos concessionários a um lote era também uma das formas de enquadramento das populações mais pobres a um projeto orgânico-corporativista de sociedade, retornando, assim, ao argumento defendido anteriormente de que o NCSC compunha um tópico da agenda autoritária para o campo

²²³ Inicialmente foi o conflito entre nacionalidades que mais se destacou nas fontes e na bibliografia ligada à colonização, contudo, futuras pesquisas precisam dedicar-se a uma análise mais detida da cor e da origem nos núcleos coloniais.

²²⁴ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Campesinato Negro no Pós-abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos - Vale do Paraíba e Baixada Fluminense*, RJ. (1888- 1940). Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UFRJ, 2008.

²²⁵ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.25.

²²⁶ Em especial do norte-fluminense, notadamente da região de Campos dos Goytacazes. Como fora o caso, por exemplo, da família do professor Jorge Guimarães que chegou ao NCSC no ano de (1945). Jorge Guimarães atualmente é professor da UFRGS e ex-presidente da CAPES, em 2005. Sobre os Estados de origem dos colonos, pode-se consultar: CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. p.43; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005. p.58-59.

²²⁷ A lei nº 6.117 de 16 de dezembro de 1943, em seu 11º artigo, previa que os colonos deveriam ser “nacionais que queiram dedicar-se à agricultura e estrangeiros agricultores”, duvidamos da condicionalidade à vontade dos colonos expressa nessa lei, em especial porque, conforme nos faz crer a ideologia de Estado do período, baseada em um forte autoritarismo, as populações mais pobres deveriam ser tuteladas pelo Estado e seus dissensos contidos pela coerção. LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed), *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.397.

²²⁸ Sobre a breve atuação de um fiscal de produção, conferir o caso de Sebastião José Carneiro, no terceiro capítulo.

brasileiro. Dentro dessa perspectiva, o processo de mudança que se pretendia acionar – a colonização como forma de renovar as práticas de caipiras²²⁹ tidos como atrasados e doentes – previa o amadurecimento do corpo social através de reformas e enxertos institucionais²³⁰.

Por reformas, entendemos aqui o contexto de vida dos colonos e, dentre os elementos a serem extirpados, estereótipos perpetrados por autores como Monteiro Lobato ainda na Primeira República, que versava acerca do plantio para a subsistência, a indolência, o desapego ao trabalho e a disponibilidade nômade e errante pelo país²³¹. Nesse sentido, pretendia-se erradicar as práticas costumeiras dos caipiras, inserindo-os nos projetos de abastecimento do mercado interno, expostos como símbolos da modernidade nacional, contra o universo arcaico do qual participavam.

Entre os agricultores egressos de outras regiões encontrava-se a família de Dona Sofia²³². Ela e seu marido, senhor Tadeu, chegaram ao NCSC por volta da década de 1950, ocupando um lote na gleba Lagoa Nova, em que criaram seus oito filhos. Uma das poucas famílias remanescentes do NCSC na região em 2005, aos 83 anos, a agricultora capixaba relatou sua chegada em entrevista a Elisa Guaraná de Castro, acompanhemos:

É, porque ele [marido] nunca possuiu terra não, aqui ele veio possuir terra. [...] Lá [Espírito Santo] nós nos conhecemos e em três anos nós casamos, e ele trabalhava ambulante, de um pra outro. Então, ele não tinha terreno não. Trabalhava dia, trabalhava de meiro era assim.

- Mas se quisesse ficar na terra da família da senhora, dava?

- Ah, não dava não, não dava porque era pouca terra era um alqueire e seis litros pra todo mundo. [...] Eu fiquei satisfeita. Saí de cima do pé dos outros pra mandar no que é meu. Ih! Que prazer que eu tive!²³³

Para além de o relato colaborar com uma pequena imagem da chegada de famílias de agricultores, este comporta elementos ligados à conquista da terra e aos aspectos do trabalho. Nesse breve relato, Dona Sofia destacou a impossibilidade de reprodução na terra paterna²³⁴,

²²⁹ Optamos aqui por uma exposição do termo caipira com base nos referenciais de Antônio Candido. Para o autor este sujeito encontra-se imerso em uma cultura rude, não homogeneizadora, realizada na forma de um universo essencialmente antitético ao meio urbano, em que valores, hábitos, crenças e comportamentos, são dados no meio rural, através de signos como a vizinhança, sociabilidade e solidariedade, compondo um imaginário e a experiência desses homens e mulheres do campo brasileiro. CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

²³⁰ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.390.

²³¹ Monteiro Lobato é o autor responsável, ainda em 1914, pela exposição de um perfil do caipira, denominado jaca tatu em suas obras posteriores. Em Lobato, o atraso do jeca devia-se a suas doenças e que a preguiça e a letargia que nele apareciam como traços culturais, em verdade, seriam curadas pela ciência e a medicina. Uma vez curado estaria o jeca tatu pronto a trabalhar e alcançar o progresso esperado como etapa do desenvolvimento nacional, como propunham os ideólogos do Estado autoritário na primeira república. LOBATO, Monteiro. Jeca Tatu – a ressurreição. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 1ª série – literatura geral. São Paulo: Brasiliense, 1961. v.8. p.329-340.

²³² Por conta da estrutura de pesquisa etnográfica empreendida pela autora Elisa Guaraná de Castro, os nomes Sofia e Tadeu são fictícios, para preservação dos informantes. CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005. p.03.

²³³ Idem, p.49.

²³⁴ Segundo Elisa Castro, para Dona Sofia a partilha da terra entre sua família no Espírito Santo já tinha desvantagens, visto que, com a morte de seu pai, sua mãe, recebeu menos que o esperado, uma vez que as terras eram de posse da família de seu marido. Assim, apesar de sua mãe evitar a divisão devido ao tamanho da terra, pressionada pelos irmãos de Dona Sofia, a venda foi executada e o dinheiro dividido entre os filhos. CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005. p.216-217.

condição enfrentada por muitas famílias lotadas em pequenos sítios pelo país, forjando a necessidade de migração para uma terra em que pudessem realizar a construção de uma nova vida e de melhores condições de trabalho.

Em certo sentido, como propôs Thompson, há também um nível de experimentação das experiências com base no discurso de Dona Sofia, uma vez que a satisfação relatada conota emancipação²³⁵. Essa experiência vivida se materializou na conquista do lote, que culminou na troca de ocupação do marido, que passou a agricultor e pequeno proprietário, o que incrementa as experiências vividas e a vinculação a um novo espaço de percepção das mesmas.

O segundo grupo, denominado “sem trabalho”, termo de uso corrente no período, referia-se aos trabalhadores urbanos desempregados de diversos ramos de produção. A importância dada a esses grupos ainda nos primeiros dias do governo provisório, um dos primeiros decretos o de nº 19.482 de 2 de dezembro de 1930, determinava a instalação de trabalhadores desempregados em núcleos coloniais, tendo preferência aqueles que tivessem família²³⁶.

Há na lei um teor coercitivo em que era negado o direito de escolha desses homens e mulheres pobres sobre para quem venderiam sua força de trabalho e onde gostariam de trabalhar, sendo ainda mais grave a condição de estarem atrelados à terra. Todavia, Lamounier nos relembra que tal prática compunha o corolário da ideologia autoritária do país, em que cabia ao Estado, enquanto leviatã benevolente, organizar o modo de produção e a vida dos grupos subalternos, integrando-os política e socialmente à sua égide tutelar, encerrando os comportamentos “carentes de esclarecimento” dessas populações²³⁷.

Contudo, a vinda desses “sem trabalho” não se tratava de uma política de assistência social, mas sim da finalidade de localizar, termo utilizado no período, pobres urbanos para o fomento da produção agrícola voltado ao abastecimento interno. Além disso, ainda sobrevivia uma indelével vigilância das classes mais pobres, ainda vistas como carentes de tutela constante e de “bons precedentes”²³⁸. Afirmamos isso com base no despacho do diretor do Departamento Nacional de Povoamento Dulphe Pinheiro Machado²³⁹ em 14 de março de 1931, que solicitava ao chefe de polícia de Santa Cruz:

A fim de prevenir a intromissão de elementos que, de qualquer forma, possam perturbar a ordem pública do centro agrícola de Santa Cruz, onde o governo provisório está localizando os ‘sem trabalho’, roga providenciar no sentido de ser destacado um investigador, a fim de constatar se há entre aqueles ‘sem trabalho’, indivíduos de maus precedentes²⁴⁰.

Reitera-se com esse discurso uma característica já trabalhada por Sidney Chalhoub acerca da noção de que a pobreza de um indivíduo era suficiente para torná-lo um malfeitor

²³⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.189.

²³⁶ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. nº 19.482. 2 de dezembro de 1930.

²³⁷ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: Fausto, Bóris (Ed), *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.400.

²³⁸ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²³⁹ O núcleo colonial de Santa Cruz foi a primeira experiência de colonização da qual Dulphe Pinheiro Machado fizera parte. Em 1939, participou ativamente da regulação das terras para a colonização nas regiões de fronteira no Centro-Oeste, dirigindo a Comissão Especial das Faixas de Fronteira (CEFF). Pode-se consultar em: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2001.

²⁴⁰ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 14 de março de 1931, Seção 1, p. 2356.

em potencial²⁴¹. Nesse sentido, a vigilância e a desconfiança seriam as maneiras como as autoridades em Santa Cruz e no centro da capital encarariam os “sem trabalho” no NCSC.

No bojo da referida lei criava-se ainda um fundo de atendimento às despesas ligadas ao traslado e aos primeiros materiais para o início das atividades desses trabalhadores nos núcleos coloniais. O decreto apresentava em seus artigos uma forte preocupação com a necessidade de fixar o homem desempregado à zona rural.

Dessa maneira, a forma como a burocracia varguista construía políticas para os “sem trabalho” e se valiam de recursos retóricos e práticos, como “determinação” e “prevenção” em seus transcritos públicos sobre esse grupo em condição de vulnerabilidade, é possível pensá-lo como mais um sinal do autoritarismo gestado na sociedade brasileira desde o início da República. Tal situação nos leva a propor uma leitura dessa experiência de colonização como um dos laboratórios formativos da ideologia autoritária no governo Vargas, que não nasce com a ascensão do golpe de 1930, mas sim se institucionaliza e se burocratiza, mantendo raízes profundas na Primeira República.

Além disso, conforme exposto no primeiro capítulo, a posição autoritária do conflito social sob o regime Vargas ressaltava a necessidade de coerção organizada, uma vez que sua direção ideológica interpretava o conflito como irracionalidade e manifestação de impulsos infantis da natureza humana, recaindo o peso dessa ideologia de Estado sobre as populações mais pobres. Nesse sentido, uma das políticas pelas quais se optou foi a condução e realocação desses desempregados dos centros urbanos para o campo, que consistiria em uma forma de manter as classes mais baixas sob o controle e os grupos hegemônicos ao lado do regime²⁴².

Além dessa medida, a preocupação do governo federal com a localização dos “sem-trabalho” também fazia com que estes fossem conduzidos ao setor da construção civil. Como exemplo do incentivo a essa ideologia denominada “regeneração pelo trabalho”, destaca-se a cláusula dos editais direcionados a construtoras participantes das licitações de construção de casas para colonos em Santa Cruz, que previa a contratação de desempregados registrados junto ao Ministério do Trabalho, conforme as necessidades da empreitada²⁴³.

A importância dos “sem trabalho” na política varguista fizera com que fosse criado um imposto sobre os vencimentos dos funcionários públicos federais. Em carta do Diretor de Povoamento do Solo, este afirmava que os 300 contos de réis arrecadados com o imposto haviam sido investidos nas obras de saneamento em Santa Cruz e “[para a fixação de] algumas centenas de pessoas, fornecendo-lhes casa, alimentação, assistência médica, trabalho, salário, roupas”²⁴⁴. O diretor encerrava a carta afirmando que se tratava de um “interesse máximo que o Ministério do Trabalho tem tomado para sorte dos desocupados”²⁴⁵. Tal

²⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 23.

²⁴² LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.399.

²⁴³ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 15 de fevereiro de 1931, Seção 1, p.4561. Esse mesmo dispositivo indicava a liberação, por parte do Tesouro Nacional, de um crédito de 600:000\$ que deveria ser empregado na construção de 100 casas no núcleo colonial de Santa Cruz. A título de exemplo, os operários que compunham as equipes de trabalho na construção de casas em Santa Cruz, quando da finalização de parte das obras em dezembro de 1943 foram remanejados para as obras do aeroporto do Rio de Janeiro e para a eletrificação da Central do Brasil. Veja em BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 15 de fevereiro de 1931, Seção 1, p.2457.

²⁴⁴ DIÁRIO CARIOCA. *O imposto dos “sem trabalho”*. 10 de abril de 1931. Edição nº 00854, p.02.

²⁴⁵ Idem.

perspectiva governamental repetiu-se também com legislações para os sem trabalho na constituição de 1934²⁴⁶.

Outro extrato dos colonos nacionais foram os funcionários públicos dispensados. Essa fração de trabalhadores foi instalada excepcionalmente nos núcleos coloniais fluminenses. Somente neste estado há dados sobre sua presença, enquanto a política de colonização voltada para outros estados do país privilegiou o assentamento de famílias exclusivamente sem-terra²⁴⁷. Tal proposta se perfez com a autorização do decreto-lei de 28 de março de 1932, assinado pelo ministro Lindolfo Collor²⁴⁸, no qual expunha que:

A situação do país determinou a dispensa de numerosos empregados e trabalhadores de diversos departamentos públicos, que excediam as necessidades da administração, sendo, entretanto, possível localiza-los na lavoura, com todos os favores e auxílios previstos na legislação vigente, como medida de incontestável finalidade econômica²⁴⁹.

Acreditamos que garantir uma parcela dos lotes aos servidores dispensados comporta uma dimensão de indenização para esse segmento, em especial por conta da falta de amparo social a esses servidores, tema em discussão desde a Primeira República e somente aprovado em lei no Estado Novo²⁵⁰. No limite, o arranjo encontrado realizava-se na forma de uma conciliação pautada no controle de possíveis manifestações dessa parcela dos servidores públicos egressa da Primeira República, sob a pretensa ação do Estado na garantia de uma reparação a estes.

As notícias sobre esse grupo são rarefeitas, contudo, se propusermos uma mensuração destes, encontraremos ex-peões, faxineiros, contínuos, em sua maioria antigos servidores que poderiam ser compensados com um lote²⁵¹. Todavia, sabe-se que o mesmo princípio não foi utilizado para com os servidores em atuação no NCSC. Muitos deles não encontraram amparo à sua demanda por moradia e a regularidade no pagamento de salários no núcleo, configurando as primeiras rugas entre esses agentes e o Estado²⁵².

Todavia, passemos aos colonos estrangeiros. Em Santa Cruz, estes eram das seguintes nacionalidades: austríacos, portugueses, espanhóis e japoneses. Boa parte desses contingentes

²⁴⁶ A Constituição de 1934 em seu artigo 121, inciso 5º, versava sobre as colônias agrícolas como espaços “para onde deverão ser encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas que o desejarem e os sem trabalho”. BRASIL. Constituição Nacional. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF: Senado Federal: Imprensa Nacional, 1934.

²⁴⁷ Como o caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados analisado por: NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados: UFGD, 2007; PESSOA, Jadir de Moraes. *A Colônia Agrícola de Goiás no aprendizado da itinerância*. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, v.2, 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²⁴⁸ A atuação política de Lindolfo Collor, então ministro do trabalho, é avaliada por Francisco Carlos Teixeira da Silva como portadora de um viés modernizante e autoritário que estendia-se sobre um programa de soerguimento do Brasil de uma suposta letargia secular. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Diálogos*. Maringá, v. 2, 1998. p. 113-127). p.118.

²⁴⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 24 de março de 1932, Seção 1, p. 5456.

²⁵⁰ Por meio do Decreto-Lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939 que garantiu a regulamentação e os direitos dos servidores públicos federais.

²⁵¹ Um dos poucos casos encontrados em nossas pesquisas refere-se ao colono Domingos Neves que terá sua experiência descrita em detalhes no terceiro capítulo desta dissertação. Pode-se consultar as divisões de trabalho no serviço público, contempladas pela lei em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 24 de março de 1932, Seção 1, p.5456.

²⁵² As demandas dos servidores no NCSC podem ser acompanhadas no terceiro capítulo.

não se manteve na colônia pelos mais diversos motivos, não tendo resistido ao avanço da colonização²⁵³.

Entretanto, apesar do pequeno quantitativo de 36 famílias em seu auge, a comunidade que mais se destacou foi a dos colonos japoneses, sendo sua presença um grande fator de debate no Brasil pois, durante a década de 1930, existiam ainda visões antagônicas e conflitantes acerca da imigração e instalação de japoneses em território nacional. Os defensores da teoria anti-nipônica – também chamada de “teoria da desgraça amarela”²⁵⁴ – alegavam que para a formação estrutural de raças do país os japoneses eram elementos impertinentes, especialmente porque se negavam a estabelecer vínculos no meio social brasileiro devendo, portanto, ter sua entrada no país proibida²⁵⁵. Por outro lado, os defensores da imigração japonesa afirmavam que, apesar da desvantagem racial, essa população seria útil ao crescimento econômico do país, auxiliando na composição da mão de obra nacional²⁵⁶.

Apesar dos debates pró e contra a imigração, sabemos que essas famílias nipo-brasileiras e “reimigrantes”²⁵⁷, chegaram a Santa Cruz a partir de 1938 como parte do acordo do ministro da agricultura Fernando Costa com a CAC²⁵⁸. O então Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, Fernando Costa constituiu laços com os diretores da CAC, fazendo com que a experiência de cooperativização e produção dos colonos japoneses fossem divulgadas e incentivadas pelo país²⁵⁹.

Com a autorização do presidente Vargas, em 1938, Costa determinou ao Serviço de Irrigação Reflorestamento e Colonização²⁶⁰ que tomasse medidas “urgentes para a construção de casas no NCSC”. A urgência, relatada em uma pequena nota n’*O Globo*, dava conta da chegada de “colonos que vieram de São Paulo para trabalhar na horticultura [...] com a finalidade de abastecer o Distrito Federal de legumes baratos e em quantidade”²⁶¹.

²⁵³ Segundo Denilda Alonso, a não adaptação climática e com os cultivos fez com que esses grupos estabelecessem migrações para o sul fluminense, caso dos austríacos, e para outros bairros cariocas, notadamente mais urbanizados, como foi o caso dos portugueses e espanhóis. ALONSO, Denilda Martinez. *Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí*. Revista Brasileira de Geografia: jul./set, 1960, p. 100.

²⁵⁴ SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p. 209.

²⁵⁵ Pode-se consultar uma vasta bibliografia sobre o tema em: MATSUOKA, Toshiharu. Teoria da desgraça amarela e Takeshi Hasegawa. In: SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p. 209-210; NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2004.

²⁵⁶ Sobre a defesa da imigração japonesa para o Brasil, podem-se consultar maiores informações em: LOBO, Bruno. *Japoneses – no Japão – no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926; LOBO, Bruno. *De japonês a brasileiro: a adaptação e nacionalização do imigrante*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1932; AMARAL, Luis. *Questões Agrárias*. São Paulo: Editora Eco, 1948.

²⁵⁷ Cabe fazer uma ressalva ao termo reimigrante aqui utilizado. Optamos pela definição de Tomoko Paganelli que expõe o termo como o trânsito de imigrantes com destino a outros estados e municípios, ocorrendo por indução de companhias de imigração particulares ou estatais. Segundo a autora a presença nipônica no Estado do Rio de Janeiro é caudatária direta desse processo de deslocamento interestadual e municipal. Sobre o termo, pode-se consultar sua definição em: In: PAGANELLI, Tomoko Jyda. Resgate de uma história – os japoneses no Estado do Rio de Janeiro. SAKURAI, Célia. & COELHO, Magda Prates. (org). *Resistência & Integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: IBGE, 2008. p.105.

²⁵⁸ TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

²⁵⁹ SAITO, Hiroshi. À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Estudos brasileiros: assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes/São Paulo: EDUSP, 1973. p.189-200.

²⁶⁰ Doravante SIRC.

²⁶¹ O GLOBO. *Casas para os colonos de Santa Cruz*. 29 de março de 1938, Edição matutina, p.05.

Em correspondência com o presidente, com data de 15 de março de 1938, o ministro informou que a urgência na construção devia-se ao fato “da vinda dos colonos com o tempo necessário ao preparo das áreas a serem cultivadas na época própria”²⁶² e solicitou ainda a dispensa de concorrência pública para a escolha da companhia executora das obras.

Acreditamos que a prontidão do pedido deve-se principalmente à condição dos acordos do ministro com a CAC para a chegada dos primeiros colonos nipônicos²⁶³. Com igual rapidez, no mesmo dia foi assinado o despacho e publicado no dia 29 de março “a execução independentemente de concorrência pública”²⁶⁴ das obras necessárias à construção de 50 casas no núcleo, no total de 300\$000:000²⁶⁵. Sobre os caminhos até o NCSC, o relato de Sussumu Sudo, que se instalou com sua família na colônia em 1938, nos ajuda a conhecer parte dessas experiências vividas:

Em 1928, com 19 anos, inscrevi-me para emigrar. Na época se dava preferência à emigração de famílias e o solteiro ficava em segundo plano. Por intermédio da empresa que cuidava da imigração, encontrei-me com uma família também candidata à emigração com uma filha solteira. Então foi feito o casamento no papel [...] e partimos. A colônia onde entramos foi em Iguape, estado de São Paulo. Lá plantávamos arroz, chá, banana e negociávamos esses produtos. [...]. Estava estável a vida em Iguape, mas um dia ouvi que a Cooperativa Agrícola de Cotia estava formando uma colônia em Santa Cruz, no estado do Rio. Visitei para conhecer o local, região conhecida na zona oeste do Rio, e gostei da qualidade do solo. Os pioneiros também me incentivaram dizendo: - Venha logo, pois o local é ótimo para o plantio de verduras. Imediatamente decidi me mudar para Santa Cruz [...]. Na região de Santa Cruz, havia o incentivo do governo; a posse da terra seria concedida após o pagamento em prestação de dez anos, com carência de três anos²⁶⁶.

Posto esse relato, temos um pequeno retrato das experiências vividas que compunham o cabedal do colono japonês desde a saída do Japão, o desafio da formação familiar, passando pelo trabalho com a terra em São Paulo até sua chegada a Santa Cruz. Tal como tributamos a propaganda em rádio para o caso dos brasileiros, a sensibilização aos japoneses foi executada pela CAC através do financiamento de visitas de reconhecimento a seus associados e da menção das possibilidades produtivas da região.

Acerca dessas possibilidades produtivas, o sociólogo Lindomar Boneti defende uma interpretação dos migrantes não somente como agentes sociais de um fluxo de migração dirigido, mas também como responsáveis pela inserção de uma nova racionalidade econômica na região²⁶⁷. Nesse sentido, visualizamos a chegada dos colonos nipo-brasileiros como um momento de intensificação de uma racionalidade nitidamente capitalista que se realizaria na fixação em um lote, na conquista da propriedade e no limite e na acumulação de bens. Logicamente, os brasileiros também podem ter compartilhado de racionalidades capitalistas, contudo, defendemos que a inserção inicial dos nipo-brasileiros em uma estrutura cooperativista pode ter intensificado e ordenado as formas de realização dessa mentalidade,

²⁶² BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 15 de março de 1938. Seção 2, p.3251.

²⁶³ No contrato firmado previa-se o intercâmbio de famílias, assistidas pela referida cooperativa no Estado de São Paulo, para lotes no NCSC. Além disso, os colonos japoneses teriam orientação técnica e estrutural da mesma cooperativa.

²⁶⁴ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 29 de março de 1938. Seção 1, p.1938.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ SUDO, Sussumu. Relato da colonização de Santa Cruz. In: SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p. 157.

²⁶⁷ BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. *Ministério do Desenvolvimento Agrário NEAD*. 2009, p.148.

situação essa que colaborará de sobremaneira com a diferenciação social na colônia, como veremos nos próximos capítulos.

Nesse momento, surge no NCSC uma das primeiras apresentações da divisão dos colonos em que o governo federal executara a assimetria assistencial. Além das casas feitas às pressas para os novos colonos – em detrimento dos brasileiros em espera – aos colonos japoneses foram concedidos lotes de 20 hectares, contra os 10 hectares dos sítios concedidos aos brasileiros. Somavam-se a isso as possibilidades que o governo teria aproximando-se da CAC visto que, naquele momento, a cooperativa tinha apoio do Consulado do Japão no Brasil, que procurava representar os japoneses em assuntos jurídicos, tributários e legais²⁶⁸. Além disso, estruturalmente a CAC já era considerada a maior cooperativa de origem japonesa no país, com 1.506 cooperados, em sua maioria chefes de família²⁶⁹.

Entretanto, apesar dessa recepção financeira e rápida aos colonos japoneses, bem como as distintas experiências vividas pelos colonos, sem dúvida era a necessidade, em seu sentido mais amplo, a propulsora do engajamento daqueles homens e mulheres nessa política pública. Ainda que fosse pela necessidade de assentamento da família de um servidor dispensado, do convite da cooperativa, ou a necessidade de um lote ao agricultor, era a carestia o ponto de partida da crença de que a propriedade da terra a ser adquirida com o esforço do trabalho garantiria a manutenção da vida daquelas famílias.

Expostos esses grupos, as condições políticas de sua chegada e algumas de suas experiências vividas, a que conclusões podem chegar o historiador? A primeira delas é que o NCSC pode ser lido como uma “cirurgia enérgica” que, nos termos do Estado autoritário, caracterizava essa política como remédio à erradicação dos problemas relacionados a extratos das classes populares²⁷⁰, apresentando-se como uma forma de controlar esse processo de mudança, assegurando o crescimento do abastecimento da capital federal.

Compunham as expectativas do regime a incorporação de forma homogeneizadora desses grupos ao ritmo de trabalho capitalista. Nesse sentido, concordamos com Francisco Carlos Silva, que propôs que o novo ritmo do mundo moderno era idealizado até mesmo aos núcleos coloniais²⁷¹. Desta forma, a ideologia de Estado prestigiaria a adoção de um processo normatizador, estranho às tradições caipiras, nipo-brasileiras e das camadas urbanas pobres em substituição à cultura tradicional do campo: o consumo de bens urbanos (luz elétrica, água encanada), um novo ritmo de trabalho (que afetava a relação homem/natureza), o descarte de crenças tradicionais e, no limite, um processo de incorporação, desigual e desordenado, do caipira, do ex-servidor público e do imigrante à vida na colônia.

A experiência vivida por esses homens e mulheres ou, em outros termos, sua condição de seres sociais, dava sentido a suas culturas, valores e pensamentos. Pelo conceito de experiência vivida, entendemos que os colonos de Santa Cruz são, antes de qualquer análise apressada, trabalhadores heterogêneos, portadores das mais diversas experiências de trabalho e familiares e que, apesar disso, foram aproximados por meio de uma política pública autoritária, dando origem a uma experiência modificada, sendo esta determinante, uma vez que demandava a reorganização da consciência social existente (experiência II), propondo

²⁶⁸ TOYAMA, Osamu. *Cem anos de águas corridas*. São Paulo: AGWM, 2009.

²⁶⁹ Relatório da diretoria da CAC – ano social 1965/1966, apresentado à Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 1966. Fonte: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Departamento de Assistência ao Cooperativismo. In: TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

²⁷⁰ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.399.

²⁷¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Diálogos*. Maringá, v. 2, 1998. p. 113-127. p.122.

novos desafios e proporcionando um novo espaço para o desenvolvimento de táticas e estratégias.

II.II POR QUE NÃO COLONAS? APONTAMENTOS ACERCA DO PAPEL DAS MULHERES NO NÚCLEO COLONIAL

Importa-nos nesse tópico discutir a condição feminina no NCSC, alguns dos desafios enfrentados por essas personagens, bem como suas lutas, que podem ser apontadas ao se compreender a categoria gênero. Nossa intenção aqui é transgredir a invisibilidade social e política das mulheres nas análises sobre o campo brasileiro sob uma perspectiva histórica. Desse modo, não iremos nos furtar a uma análise das relações entre gênero e propriedade, aproveitando para indagar as fontes e os relatos sobre a mulher na colônia com a pergunta: “porque não colonas?”.

Para respondermos a esta questão buscamos mobilizar a categoria gênero a partir de uma perspectiva capaz de relacionar experiências vividas por mulheres com os demais sujeitos históricos presentes em suas tramas no entorno da colonização²⁷². Dialogamos assim com Joan Scott, para quem gênero trata-se de um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] sendo um primeiro modo de dar significação às relações de poder”²⁷³. Sob essa perspectiva, interpretamos o conceito como uma forma de analisar as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, as quais foram construídas socialmente em função da divisão sexual do trabalho em nossa cultura.

Assim, considerando concepção de gênero relacional de Joan Scott, ou seja, aquela pertencente às relações sociais entre os sujeitos como um modo de significar as relações de poder, nos debruçamos sobre o caso das mulheres do NCSC, pressupondo que esse poder encontrava-se materializado também no acesso a propriedade da terra²⁷⁴.

A partir dessa definição, compõem ainda o significado de gênero da autora quatro vertentes analíticas para se entender a categoria: os símbolos culturais; os conceitos normativos sobre masculino e feminino, forjados nos espaços religiosos, políticos, científicos e educacionais; a educação e o sistema político; e a identidade subjetiva compreendida na construção histórica.

Nesse sentido, entendermos que a questão de gênero no núcleo passa por considerar a cultura e o simbólico nas relações entre mulheres e homens, tarefa em que não cabem antigos reducionismos biológicos ligados à força da mulher *versus* a do homem ou discussões derivadas desta. Preocupa-nos, aqui, a forma como estavam colocadas as relações de gênero com as circunstâncias históricas do acesso à terra pelas mulheres e na forma como o Estado, através da legislação sobre a colonização e a propriedade, engendrou desigualdades de gênero no interior do núcleo colonial²⁷⁵.

Desde o início da república no Brasil o acesso à propriedade era vetado às mulheres, sendo a elas garantida a propriedade somente quando da morte do cônjuge e do pai, sendo este direito frente à figura paterna, assegurado somente na falta de irmãos homens²⁷⁶. Sobre os

²⁷² Optamos aqui por uma concepção de gênero a partir da discussão de Joan Scott, que argumenta sobre as formas de utilização desse conceito como categoria analítica, em particular em: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez.,1990.. Um dos trabalhos brasileiros impactados pelas suas reflexões pode ser conferido em: PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História [online]. 2005, vol.24, n.1, p.77-98.

²⁷³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. 2005, vol.24, n.1, p.82.

²⁷⁶ BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei nº3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>

aspectos normativos e políticos, o poder centrado na figura do Estado e nos seus aparatos burocráticos convergia para uma legislação sobre a propriedade notadamente masculina e excludente para com a mulher, sendo toda e qualquer atitude sua mediada e sujeita à aprovação masculina.

Tal condição jurídica excludente se propagava não apenas em comportamentos e determinações autoritárias do Estado, mas também nas relações afetivas, amorosas e de trabalho entre mulheres e homens. Acerca do trabalho, tema que também será tratado aqui, havia a noção da incapacidade biológica da mulher no exercício do trabalho com a terra, condição que deslegitimava sua atuação nesse meio e que, mais uma vez, impunha barreiras a um possível exercício da propriedade.

Se nos aproximarmos do *locus* do sítio na colônia, alcançaremos uma divisão sexual do trabalho familiar em que os colonos se apresentavam como repetidores e incentivadores de um discurso popular e médico do período, que falava acerca da força masculina em contraste e diferença à fragilidade feminina, sendo a elas reservadas as tarefas domésticas, a criação dos filhos e os cuidados com as chamadas criações de quintal. Esta condição demarca o papel da mulher como coadjuvante nas tomadas de decisões, na relação de produção e na apropriação das técnicas de produção. Esta incoerência é um fator decorrente da construção dos papéis de gênero a partir das diferenças sexuais ao longo da história²⁷⁷. Assim, estruturado esse panorama, nos indagamos: teríamos casos de contestação a essas lógicas patriarcais e opressoras à mulher? Seria possível a elas terem sua condição de colônias reconhecida?

Para respondermos a essas perguntas, começemos pensando na seleção das famílias como candidatas a um lote no núcleo. Como expresso no capítulo anterior, ao longo de todo o período de existência do NCSC, a prerrogativa da seleção e futura aquisição de um lote era somente masculina e tributada à figura do marido e/ou pai. Embora se privilegiasse a família na seleção dos concessionários a um lote, vale lembrar que o conceito de família ventilado nos editais elaborados pela comissão fundadora do centro agrícola de Santa Cruz²⁷⁸ – o mesmo presente no Código Civil, vigente desde 1917 – era família constituída do homem casado e seus dependentes, reiterando o modelo patriarcal do período²⁷⁹.

Portanto, a categoria colona não seria uma denominação jurídica autônoma aceitável no período, tampouco nos dicionários, visto que a definição de colono em um dos maiores dicionários de língua portuguesa do período dá conta do termo colono como masculino e referia-se a “membro de uma colônia. Cultivador”²⁸⁰. Nesse embaraço que, para além de nominativo, é jurídico e de gênero, instauramos a questão do título: “porque não colona?”, abrindo a possibilidade de investigação para possíveis respostas a partir de três casos de mulheres e suas relações com a propriedade no NCSC. Começemos pela candidata a um lote, Laudelina Candida Medeiros²⁸¹.

Em 25 de maio de 1944, em uma pequena casa na parte central de Santa Cruz, a viúva Laudelina conseguira uma brecha em meio aos cuidados dos seus cinco filhos menores, quando se colocara a escrever uma carta ao presidente Vargas. Seu pedido era, como se vê abaixo:

²⁷⁷ BARDUNI FILHO, Jairo et al. As novas perspectivas das relações de gênero no meio rural: O papel feminino em (re) construção. Grupo de Trabalho 4: Família, gênero e geração. In: *Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2010.

²⁷⁸ Centro agrícola de Santa Cruz é a forma como o escritório da administração do núcleo colonial era denominado.

²⁷⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 18 de outubro de 1931, Seção 1, p. 15966.

²⁸⁰ O mesmo verbete é apresentado, sem alterações nas edições de 1913 e de 1947. FIGUEIREDO, Candido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p.503.

²⁸¹ Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz. Processo 19680/1944 - BR.RJ.AN.RIO.35.0.PRO.10450.

“Um lote de terra, no núcleo colonial em Santa Cruz; a fim de trabalharmos e com mais facilidade poder sustentar aos meus filhos. Favor, este; que desde já lhe agradece sua humilde serva”²⁸².

Com esperança em ter seu pedido aceito, Laudelina enviara a carta com a fé de que seu pedido chegasse às mãos do presidente²⁸³. Enviada quase um mês mais tarde, em 21 de junho, a carta foi protocolada junto à Divisão de Terras e Colonização e, a partir daí, iniciou-se o périplo da carta. Dias após, em 28 de junho, a pequena carta de Laudelina chegara às mãos da auxiliar executiva Célia do Prado Jucá, que, em avaliação ao pedido, emitira um curto parecer burocrático:

“De acordo com a portaria nº4 de 27 de janeiro de 1941, do sr. Diretor, só permitindo concessões de lotes aos varões de 18 anos, a requerente não é favorecida”²⁸⁴.

Em 03 de julho, o chefe da Seção de Terras, Otávio Rodrigues da Cunha ratificara o parecer anterior, encaminhando-o à Laudelina com o acréscimo da seguinte passagem:

“Só varões podem gozar dessa regalia, as mulheres somente quando herdeiras de concessionários falecidos. Eu tenho essa medida como boa. Os encargos de um lote são por demais pesados para os braços de uma mulher com cinco filhos”²⁸⁵.

Com essa resposta, pode-se perceber a existência de uma mentalidade possessória estritamente masculina, que apartava a mulher da possibilidade de conquista da terra, referendada através de dispositivos legais feitos *por* homens e *para* homens. Além disso, a presença do argumento, muito em voga naquele período, da fragilidade feminina frente ao trabalho com a terra, como se fosse um dom masculino a força para o trabalho pesado.

Ainda em 1944, uma nova mãe apareceu nos pedidos da Divisão de Terras e Colonização. Era a cearense Maria Virtuosa de Carvalho, que narrava os desafios para a manutenção de sua vida e a história de seu filho.

Nascido em Itaipoca, no estado do Ceará, Sebastião Jardim dos Anjos era filho de Virtuosa e ocupava o lugar de soldado e padeiro no navio Araraquara. Em 1934, aos 31 anos, migrou com sua mãe para o Rio de Janeiro e tornou-se concessionário do lote 266 no NCSC²⁸⁶. Contudo, em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Araraquara foi torpedeado por submarinos do Eixo nas águas do Sergipe²⁸⁷. Nesse desastre, Sebastião veio a

²⁸² Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz. Processo 19680/1944 - BR.RJ.AN.RIO.35.0.PRO.10450, p.04.

²⁸³ As cartas assinalam a tentativa de aproximação do regime Vargas com a população, construindo uma relação em que o chefe de governo afigura-se como representante dos interesses dessa parcela da população. A propaganda governamental, em especial no Estado Novo, franqueava a escrita das cartas com a promessa de que seriam lidas e respondidas, ainda que suas demandas não fossem aprovadas. Tal qual o paternalismo analisado por Thompson, o personalismo característico do período do Estado Novo varguista servia muitas vezes, acreditamos, como instrumento da população para obter benefícios, sobretudo na tentativa de defender aquilo que julgavam justo. THOMPSON, Edward Palmer. La economía ‘moral’ de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradicion, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1998.

²⁸⁴ Divisão de Terras e Colonização. Processo 19680/1944 - BR.RJ.AN.RIO.35.0.PRO.10450, p.06.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Como se pode perceber Sebastião Jardim dos Anjos não se encaixava em nenhum dos grupos à serem atendidos pela política de colonização, visto que era militar, configurando-se em um claro desvio da política de colonização, outros casos dessa ordem serão acompanhados no quarto capítulo. Boletim Eleitoral, 07 de dezembro de 1935, nº141, Ano IV, p. 2768.

²⁸⁷ DIÁRIO DA NOITE. *Amparada a mãe do lavrador que morreu no afundamento do “Araraquara”*. 18 de maio de 1943. Edição nº 03775, p. 07.

falecer²⁸⁸. Contudo, ele não havia pagado nenhuma prestação²⁸⁹ em virtude de uma moratória decretada pelo governo federal²⁹⁰. Assim, fica a pergunta: o que seria feito desse lote e dessa mãe?

Em meio à dor da perda do filho, Virtuosa requereu à Divisão de Terras e Colonização a titularidade do lote, referenciando seu desamparo e sua condição de herdeira do filho único. O deferimento de seu pedido foi assinado pelo próprio ministro da agricultura Apolônio Sales, que fez menção em seu parecer ao decreto-lei nº 2.009 de 09 de fevereiro de 1940. Segundo a lei, em seu artigo 32, caso fosse verificada a extrema pobreza dos herdeiros dos concessionários de lotes, o ministro poderia relevar a dívida total contraída, pela aquisição do lote, casa e benfeitorias, determinando a expedição do título definitivo²⁹¹.

A decisão de Apolônio Sales sobre o caso ganhou notas em dois dos principais jornais cariocas e, não curiosamente, o destaque maior no entorno da demanda de Maria Virtuosa encontrava-se na legislação que revelava “[...] de modo eloquente, a elevação de sentimentos de quem a decretou, caracterizando a figura inconfundível do presidente Getúlio Vargas”²⁹². Ainda que essa deferência dos periódicos revelasse suas formas de engajamento junto à ditadura do Estado Novo, essa era também uma forma de pôr na penumbra a demanda feminina e, mais uma vez, supervalorizar a figura de poder e mando do presidente.

Todavia, um novo embargo à propriedade plena para uma mulher se apresentava. No decreto ministerial, o amparo à Maria Virtuosa estava condicionado à observância de um procurador público²⁹³. Apesar de viver no lote 266, garantindo a ocupação deste contra possíveis reclamações de abandono da administração do NCSC, a suplicante não tinha a garantia da condição de colona e seria assistida pelo Estado a partir da defensoria pública.

Tal situação aponta para a negação da titularidade do sítio a uma mulher, situação que mais uma vez inibia sua possibilidade de acessar a terra legalmente. O desamparo da idosa em relação à perda do filho mobilizou-a à luta pela garantia dos direitos que eram do finado Sebastião. O uso do termo “desamparo” por Maria Virtuosa carrega nas entrelinhas uma crítica à sua posição social subordinada, quando pede para si a posse do lote 266.

Mas que não nos enganemos acerca dos ganhos de Maria Virtuosa; afinal, a posse de seu lote estava condicionada à intervenção da defensoria pública, órgão governamental que seria responsável por isso. Após a sua conquista o lote passara a ser identificado como “espólio de Sebastião Jardim dos Anjos”, identificação que demonstra o alijamento da mulher da documentação burocrática, apresentando claramente que sua posse da terra não era reconhecida como tal.

Porém, interessa-nos nesse momento saber: qual era a condição da mulher que trabalhava no campo? Seria ela uma colona? Vejamos a seguir a história de Jordelina Fernandes dos Santos Martins.

Nascida em 1929, aos 14 anos, em 1943, a jovem se apaixonara pelo cabo de polícia reformado Sebastião da França Cortapasso e seguira junto dele para um barraco de sapê,

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 28 de setembro de 1934, Seção 1, p. 56.

²⁹⁰ No ano de 1936 foi decretada uma moratória a dívida dos colonos por conta de enchentes ocorridas na região do NCSC. Sobre as posições dos colonos e do Estado, pode-se consultar o terceiro capítulo.

²⁹¹ Decreto-lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940.

²⁹² A matéria foi publicada em dois dos grandes periódicos cariocas do período: *A Manhã*, “Amparada a mãe de um colono morto no torpedeamento”, 18 de maio de 1943, Edição 00542, p.06; *A Noite*, “Amparada a mãe de um colono morto no torpedeamento”, 18 de maio de 1943, Edição 11229, p.13.

²⁹³ DIÁRIO DA NOITE. *Amparada a mãe do lavrador que morreu no afundamento do “Araraquara”*. 18 de maio de 1943. Edição nº 03775, p. 07.

situado no lote 899 no NCSC, na gleba Santa Rosa. Nas palavras de Jordelina, “com toda a dedicação entreguei-me ao trabalho do amanhã da terra. Plantei tudo.”²⁹⁴.

A lavradora contava apenas com sua força no cultivo do sítio, visto que seu “companheiro dormia o dia todo. Jamais moveu os braços para qualquer atividade”²⁹⁵. Segundo o relato de Jordelina, anos depois ela soubera que Sebastião fora reformado por conta de uma doença. Motivo que fez com que não parasse de “trabalhar feito uma escrava no campo”²⁹⁶, como afirmou.

Assim, na labuta de sol a sol, passaram-se alguns anos. Em 1954, Sebastião expulsara a colona de seu lote, sendo até mesmo “ameaçada de morte, caso não sumisse das suas vistas”²⁹⁷. Segundo o relato, o cônjuge também se afastou do sítio, tendo vendido os cultivos produzidos por Jordelina.

A colona então recorreu ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização²⁹⁸, solicitando a posse do lote cultivado, ancorada na cláusula do direito a posse de terras em colônias que dizia que a posse seria preservada somente àqueles que mantivessem cultivos. A colona ocupara-se ainda de contar sua história nas páginas de *A Noite*, na tentativa de “apelar para os titulares daqueles órgãos – as autoridades farão justiça ao meu caso”²⁹⁹.

Posteriormente, em conferência aos editais dos colonos selecionados, não foi encontrado o nome de Jordelina. O caso dessa colona nos importa, visto que ela era colona de fato e, independentemente da ação de seu cônjuge, era ela quem cultivara e fizera a manutenção produtiva do lote. Sob uma perspectiva jurídica, Jordelina não teria garantias naquele período por não ser casada, mantendo somente uma relação estável. Entretanto, a garantia de direitos às mulheres casadas em relação à propriedade era quase nulo, visto que o Código Civil de 1916, ainda em vigor em 1955, através do artigo 242 não autorizava a mulher, sem o consentimento do cônjuge, em dispor de imóveis e executar procedimentos de compra e alienação, qualquer que fosse o regime dos bens³⁰⁰. Tal condição restringia juridicamente a ação feminina acerca da propriedade e deixava a mulher sem garantias e relegada à própria sorte.

Ademais, acerca da condição de trabalho de Jordelina, a incorporação do trabalho no campo, proposta ao longo do governo Vargas, chegava em 1955 ainda sem considerar e atender as trabalhadoras³⁰¹. A nosso ver, negar o acesso direto da terra à mulher estava tão fortemente enraizado na tradição patriarcal³⁰² do período que tocar nela significaria, sem

²⁹⁴ A NOITE. *Depoimento de Jordelina Fernandes dos Santos Martins*. 25 de fevereiro de 1955, edição n° 14943, p. 05.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Gestor da política dos núcleos coloniais no Brasil a partir de 1954. Doravante, INIC.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Lei n°3.071, de 1° de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>

³⁰¹ O mesmo ocorria com o trabalho feminino urbano, sendo este considerado com o aumento das lutas do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970. Para as mulheres do campo, a valorização do trabalho só viria com os movimentos autônomos na década de 1980. Para maiores informações: SCHWENDLER, Sônia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo PAULILO, Maria Ignez (org.). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. 1ª edição. São Paulo e Brasília: UNESP e NEAD, 200, v.2, p. 209.

³⁰² O uso do conceito de patriarcado aqui pretende colaborar com a análise de um período em que o direito à propriedade sobre os bens da família e as demais decisões no âmbito privado e público era de responsabilidade da figura paterna. Sobre a historicidade do conceito, pode-se consultar: AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociológico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde à perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997. p.161-191.

dúvida, denunciar um conflito profundo, sem soluções fáceis, questão que incidia no acesso à terra e ao direito das mulheres.

Apesar das diversas negativas às mulheres, em 22 de julho de 1963, anos após o fim do projeto de colonização e ainda com pendências com relação a titulação dos lotes do NCSC, o INIC³⁰³ executou a escritura definitiva dirigida a uma mulher, a proprietária Margarida Betim Paes Leme³⁰⁴. Entretanto, de que maneira ela conseguiu alcançar a propriedade da terra? Seria uma viúva ou efetivamente uma antiga colona? Acompanhem as respostas a essas perguntas.

Em 1932, seu filho Sebastião Betim Paes Leme Filho³⁰⁵ ingressou com uma petição junto ao Ministério do Trabalho, então gestor do NCSC, para executar a passagem da concessão do lote nº102 para sua mãe, Margarida Betim Paes Leme, pedido esse deferido pelo então ministro e cancelada no núcleo³⁰⁶. Com a transferência executada em 1934, Margarida agora se encontrava como pretendente a concessão de mais um lote, agora sem a intervenção do filho, não obtendo êxito³⁰⁷. O que houve para que tal pedido, que ia em direção oposta às determinações da propriedade naquele período, fosse executado? Interpretamos como uma questão social e econômica. Mãe e filho pertenciam à abastada família Paes Leme, representada pelo coronel Sebastião Betim Paes Leme, industrial e grande proprietário de terras nas cidades de Barra do Piraí e Vassouras, ambas no perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz³⁰⁸. Mesmo após o falecimento do marido, Margarida continuou a viver no grande sobrado da família, instalado à Rua Pereira da Silva, no bairro de Laranjeiras, zona sul carioca.

Logo, os Paes Leme não se encontravam em nenhuma das categorias a serem contempladas no projeto de colonização, condição que apontava também para a existência de concessionários absenteístas e ricos entre os ingressantes no NCSC. Além do mais, o segundo pedido surge como uma espécie de veia aberta da ilegalidade nas concessões, apesar do não aceite, o que atribuímos à concorrência acirrada. Em 1934, ano em que havia 90 lotes de terra para concessão, os interessados chegavam a 894 candidatos³⁰⁹. Seja como for, essa apropriações indébitas eram mantidas pela ingerência da administração que, afeitas a investigações e a coerção aos colonos pobres, deixava que sítios sem qualquer atividade agrícola se mantivessem subaproveitados enquanto seus concessionários nutriam expectativas especulatórias.

Seja como for, a história de Margarida Paes Leme nos faz pensar na coextensividade das questões de gênero e classe. Em acordo com Hirata e Kergout, avaliamos que a análise sob essas duas perspectivas nos permite captar o lugar da mulher na produção e na reprodução das assimetrias sociais e de gênero em relação à propriedade³¹⁰.

Avaliamos a suposta conquista de Margarida como uma prova de que, apesar da força da exclusão das mulheres ao direito de propriedade, o poder econômico poderia atravessar

³⁰³ A partir de 1952 a gestão do NCSC passou ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Sua criação foi acompanhada pelo encerramento e absorção das atividades da DTC, do Conselho de Imigração, Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Podem-se consultar mais informações em: Lei nº2.163, de 5 de janeiro de 1954.

³⁰⁴ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*, 22 de julho de 1963, Seção 2, p. 2381.

³⁰⁵ Sebastião Filho era auxiliar da fiscalização dos impostos internos no departamento de estradas de rodagem. Podem-se consultar maiores informações em: *Almanaque Laemmert*. Seção: Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro: Universal. Edição A00090, 1934, p. 80.

³⁰⁶ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 01 de junho de 1932, Seção1, p.2453.

³⁰⁷ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 28 de setembro de 1934, Seção1, p. 58.

³⁰⁸ JORNAL DO BRASIL. *Notas de falecimento*. 09 de agosto de 1930. Edição:00190, p.10.

³⁰⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 28 de setembro de 1934, Seção1, p. 58.

³¹⁰ HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.

essas barreiras, permitindo o acesso à posse da terra para mulheres abastadas. Entretanto, não perdemos de vista que a propriedade de Margarida pode ser encarada como um acordo entre figuras masculinas, respectivamente a de seu filho Sebastião e os representantes do ministério da agricultura. Não obstante, supomos a possibilidade que esses acordos tenham sido executados dentro das práticas do patriarcado e interpretados como parte da seguridade do patrimônio familiar.

Por fim, o que se quis apresentar nesse tópico foi não somente a não submissão dessas mulheres às exclusões, mas também às imposições da lei, dos costumes e das relações de classe. Não se esperava, pela moral do período, manifestações públicas de mulheres, uma vez que se acreditava que essa seria atribuição das figuras masculinas³¹¹. Todavia, nossos casos mostraram que, na falta do elemento masculino, essas mulheres tiveram que romper algumas fronteiras para, assim, denunciarem suas condições, seja como mãe solteira, idosa desamparada ou mulher abandonada.

Suas situações de dificuldade são centelhas para que as três primeiras mulheres acreditassem na legitimidade em suas solicitações, defendendo o que entendem por direito. Suas posturas políticas de cobrança mostram também seus pedidos de valorização e dignificação, exigindo o seu quinhão de reconhecimento pela efetiva participação no trabalho na propriedade.

Nos três primeiros casos, a propriedade é vista como fator fundamental na manutenção da vida dessas mulheres e suas falas demonstram o aprofundamento de um senso de justiça e luta por direitos, no último, o recorte de classe se desenha como um fator que compõe a realidade das mulheres que requisitaram terras no NCSC. Contudo, é importante ressaltarmos a existência de três condições de propriedade para essas quatro mulheres: a primeira consiste na luta pela *terra de trabalho*, na forma dos pedidos de Laudelina e Jordelina que clamam, respectivamente, pelo acesso e pela permanência no lote. Enquanto para Maria Virtuosa acreditamos que por conta da idade elevada, importava a *terra como título de propriedade* que, ainda que fosse sua única intenção, tratava-se de um direito assistido por lei que, contudo, não poderia ser usufruído por ela sem a intermediação de um órgão público, unicamente por se tratar de uma mulher. Por último, em uma chave de leitura da *terra como fonte de especulação*, o caso de Margarida Betim Paes Leme colabora com uma análise de classe e de apropriação indébita da terra.

Retornando as cartas, a tônica dessas fontes não é a da crítica às instâncias governamentais, mas sim a de convidá-las a agir a seu favor. Há, nessa iniciativa, uma percepção de justiça, ainda que como uma abstração teórica, sobre o que se julgava como um direito³¹². Entretanto, a resposta do Estado, em suas diferentes apresentações nas cartas, é a reiteração de representações estereotipadas relacionadas à posição social mais baixa e ao papel secundário da mulher, reiterando que estas não eram sujeitos de direitos.

Na contramão das lutas femininas pela terra, somos lembrados pelo caso de Margarida de que a questão de gênero não deve ser descolada de uma perspectiva de classe. Seu caso ilumina uma contradição entre os lugares sociais dessas quatro mulheres: a propriedade, para Margarida, pode ser interpretada como expansão de patrimônio. Tal situação aponta também para as formas como eram lidas as leis *de homens para homens*, sendo elas também flexíveis às investidas do capital, enquanto negavam lugar às demandas das mulheres pobres.

Por último, a pergunta inicial do tópico, “por que não colonas?”, foi uma tentativa de alertarmos para a importância da ação feminina no núcleo colonial através da recuperação do que consideravam lícito esperar do Estado e talvez, de forma mais profunda, para a forma

³¹¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais dos pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/3, p.209-235,2008.

³¹² WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.13.

como foram levados em conta os anseios dessas mulheres por espaços também seus em um cenário em que as leis e a propriedade se apresentavam como dádivas masculinas.

II.II A EXPERIÊNCIA II OU A EXPERIÊNCIA PERCEBIDA: “MAIORIAS NEGADAS” E “MINORIAS POSITIVADAS” NA COLÔNIA

Desde os levantamentos iniciais dessa pesquisa, aqueles que despontavam, nas fontes e análises acadêmicas, eram os colonos japoneses. Depois de anos lidando com documentos oficiais, cartas de colonos e mapas de produção agrícola, olhávamos para as fontes e só tínhamos em nossas redes de entrevistados descendentes de japoneses.

Nas andanças por Santa Cruz e Itaguaí, os moradores respondiam com riqueza de detalhes sobre a presença japonesa nas duas localidades; contudo, esses mesmos interlocutores emudeciam e/ou faziam negativas sobre os descendentes de colonos brasileiros e, a cada nova entrevista, diante da indagação da presença desses camponeses, éramos respondidos com lacônicos “brasileiros? Quase nada”³¹³ ou “eles eram caipiras [...] brasileiro andava sempre atrás. Não tinha liderança”³¹⁴.

Assim, frente a essas respostas, aceitamos o desafio de perseguir esses brasileiros e brasileiras que também fizeram parte da colonização e que, por motivos a serem estudados, sofreram com a negatificação de sua presença no núcleo. Contra esse apagamento de memória outorgado por nossos contemporâneos, recuperamos parte dessas “maiorias negadas” através de cartas e recortes de jornais, o que muito auxiliou nossa reflexão. Para respondermos às perguntas anteriores, nos ocuparemos nesse tópico de uma análise da consciência social com aproximações com as condições existenciais em especial, de forma que possamos compreender como se produziram fenômenos dicotômicos como afirmação/negação de determinados segmentos no NCSC no que diz respeito à sua história e às suas experiências construídas. Dessa forma, esse tópico nasceu de uma inquietação pessoal e acadêmica sobre a memória e as primeiras experiências percebidas (experiência II) nas relações entre os colonos de Santa Cruz.

Começemos pela experiência percebida. Sobre ela, a sugestão thompsoniana informava que um estudo de caso à luz da experiência II não deveria desconsiderar a experiência I: ao contrário, não existiria experiência vivida que não fosse também percebida, e é a amalgama dessas duas partes que leva a uma explicação racional de mudanças históricas. Tais explicações careciam do olhar atento do historiador às respostas de homens e mulheres às suas condições materiais de existência por meio de ideologias, não no sentido reducionista da falsa consciência, mas na condição de consciência social.

Contudo, Thompson avaliava que havia um equívoco interpretativo cometido por epistemólogos e sociólogos na leitura da experiência percebida. Segundo o autor, o primeiro estímulo interpretativo levava os intelectuais a coligarem o termo à definição marxista de “consciência social”³¹⁵. As implicações dessa leitura levam a um descredenciamento dessa experiência, uma vez que esta passa a ser apontada como falsa por ser constituída por interferências ideológicas.

Levando em conta que acreditamos na existência de suportes ideológicos para o caso do NCSC que, quando operacionalizados, puderam colaborar com a estruturação da dualidade negação/afirmação, produzindo visões negativas sobre o outro e expressando-se na construção

³¹³ Depoimento de Yukiko Sudo coletado em 30 de outubro de 2015 no sítio da família em Santa Cruz. A nipo-brasileira Yukiko é professora aposentada de matemática.

³¹⁴ Depoimento de Phocio Miyata realizado em 30 de outubro de 2015 em sua oficina mecânica de automóveis em Santa Cruz. O nipo-brasileiro é mecânico e morador de Santa Cruz.

³¹⁵ Tal equívoco analítico é retomado por ALVES, Giovani; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito da experiência. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez. 2013.

de barreiras às relações coletivas e/ou individuais, esse esforço analítico passa a requerer alguns elementos. Nesse sentido, se impõe como necessário pensarmos nas experiências percebidas pelos colonos como matéria-prima às batalhas simbólicas pelo estabelecimento de suas memórias na colonização³¹⁶.

Assim, quando dissertamos sobre experiência percebida e sobre as categorias de negação/afirmação, através do termo “maiorias negadas”, estabelecemos diálogo direto com uma historiografia ocupada das discussões sobre memória. Essas categorias se expressam como formas de usos da memória, servindo a interesses impositivos ou de reivindicação, abrindo-se uma arena para distintas estratégias.

Michel Pollak, discutindo os usos da memória, advertia para a necessidade de avaliarmos os fatos sociais através de abordagens que privilegiem aspectos ligados ao processo de cristalização de organizações sociais³¹⁷. Desta maneira, pretendemos interpretar como distintos grupos sociais atuaram na construção de memória dos colonos de Santa Cruz; tal como sugeriu Pollak, rastreando conflitos e distinguindo as especificidades das memórias negadas e valorizadas³¹⁸.

Todavia, para Pollak as memórias subterrâneas seriam um contraponto à memória oficial que, para o autor, seria uma arena de disputas entre o Estado e uma sociedade civil³¹⁹. O que nos chama a atenção no caso do NCSC é a construção, forjada pelo Estado e pela mídia, de uma hegemonia em que uma “minoridade positivada” teria uma memória vitoriosa, contra uma “maioria negativada” com sua memória tornada clandestina.

A força dessa hegemonia seria a construtora de uma memória vitoriosa e que condicionaria à marginalidade e a invisibilidade dos indivíduos que compunham a memória subterrânea; no caso do NCSC, esses últimos seriam os colonos nacionais. A partir das ponderações de Pollak acerca dos detentores de memórias subterrâneas³²⁰, acreditamos que este trabalho pode ser o ensejo acadêmico para que as memórias das “maiorias negadas” sejam tiradas da marginalidade da história da colonização.

Organizado esse referencial teórico, pretendemos responder nesse tópico algumas questões, como: por que foram os colonos japoneses, numericamente menores, os mais declarados, estudados e valorizados dentre os colonos de Santa Cruz? Afinal, o que foi feito da memória dos demais colonos do NCSC?³²¹. A partir delas o objetivo central desse tópico é

³¹⁶ BRITES DA SILVA, Olga. Memória, preservação e tradições populares. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org), *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.17-20.

³¹⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem, p.5.

³²⁰ Idem, p. 8.

³²¹ Não somente no período, através dos jornais e dos comentários dos geógrafos, mas no início do século XXI temos uma larga produção sobre os colonos do núcleo colonial de Santa Cruz, especialmente em decorrência dos cem anos da imigração japonesa para o Brasil: MIYATA, Kukiko Murakami. Sucessão para a agricultura. *Informativo Cotia: Cotia Jovem/Cotia Senhora*. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, ed. especial, set. 1987; MIYATA, Kukiko Murakami “Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz – Fundação: 23 de setembro de 1938”. Disponível em: <http://www.ramaldesantacruz.pro.br/jpan38.html>. Acesso em: 01 de ago. 2016; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Japoneses em Santa Cruz. *Boletim do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz* (NOPH). Rio de Janeiro: NOPH, n. 7, p. 5, abr. 1984; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Colônia agrícola japonesa de Santa Cruz. Rio de Janeiro (RJ). Memória e universo rural. X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA E BIOGRAFIAS. ANPUH, Rio de Janeiro. 14-18 out. 2002; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005; PAGANELLI, Tomoko Jyda. Resgate de uma história – os japoneses no Estado do Rio de Janeiro. SAKURAI, Célia. & COELHO, Magda Prates.

discutir como referenciais ligados à experiência percebida e à construção de memória colaboraram ou não com esse debate sobre “maiorias negadas” e “minorias positivadas”.

Começamos, portanto, considerando o cenário de ocupação do território, já exposto aqui como elemento de reprodução social em que se manifestam conflitos³²², e sua possibilidade de análise através da experiência percebida. A dinâmica da organização territorial era bastante específica no NCSC, uma vez que as glebas – grandes unidades de terra divididas em lotes –, curiosamente, não tinham divisões específicas para produção agrícola³²³. Nesse sentido, analisando mapas e a disposição dos colonos pelos lotes, acreditamos que existia uma dimensão não pronunciada na execução dessa divisão, sendo esta pertencente aos concessionários por área organizada através de critérios de nacionalidade.

Ainda que não haja especificações sobre a forma de divisão de glebas, algumas vezes sendo apontadas por periódicos como uma divisão que incentivava as práticas pregressas de plantio dos colonos, defendemos que se buscava, também, de forma não pronunciada, evitar possíveis articulações e agregações de interesse entre os colonos de Santa Cruz. Interpretamos que a divisão imposta pelas glebas, cada qual a ser atravessada por longas distâncias, respondia à demanda do Estado autoritário em executar uma cooptação antecipada dos colonos, na tentativa de impedir que se erguessem formações classistas entre os colonos³²⁴. Executada de forma consciente ou não, tal situação também poderia conotar uma condição de controle do Estado e da administração do núcleo com intenção de não fomentar possíveis organizações dos colonos nacionais e estrangeiros.

Somava-se a essa opção da divisão territorial a condição das experiências percebidas ou de classe dos novos colonos. Basta que suponhamos o contato inicial entre brasileiros e japoneses, em especial o estranhamento desse encontro, a diferença linguística e o comportamento atrelados à etnia. Esse contato com o desconhecido se dava em um cenário de penúria coletiva, em que brasileiros e japoneses ainda desconheciam os pormenores da colonização dirigida pelo Estado.

Segundo Moitiro Adachi, ainda que amparados pela assistência da CAC, havia entre os japoneses o receio de arriscarem-se em um lugar distante, uma vez que eram egressos de bem sucedidos plantios em São Paulo, e enfrentavam a partir daquele momento o desconhecido em Santa Cruz³²⁵. Em um momento em que os nipo-brasileiros se indagavam se a língua falada em São Paulo era a mesma do Rio de Janeiro, esses colonos chegam a Santa Cruz por intermédio da CAC³²⁶. Sem o amparo de instituições suas, em condição desigual, encontravam-se os brasileiros, crentes em uma terra de fartura e na possibilidade de acesso à terra, esses homens e mulheres chegavam com poucos recursos ao NCSC.

Calculamos que esse contato inicial foi entre os anos de 1938 e 1939, período em que estávamos às vésperas da Segunda Guerra Mundial, acontecimento que avaliamos como definidor para um maior fechamento da comunidade japonesa em relação às demais. Assim, somada à divisão das glebas e ao auxílio técnico desigual, a comunidade japonesa tomou formas específicas frente a outras nacionalidades no NCSC.

³²² Rever o conceito de território utilizado nessa dissertação no primeiro capítulo, tópico “Itinerários do território”.

³²³ Sendo a única condicionalidade o cultivo de ao menos dois hectares anualmente, exigência essa comum a todos os núcleos coloniais da Baixada Fluminense, visto que o objetivo de sua organização era o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Podem-se consultar maiores informações em: SOUZA, Marlúcia dos Santos; GONZAGA, Marisa. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pílares da História*, v. 10, p. 58-70, 2011. p. 68.

³²⁴ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.398.

³²⁵ SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*, 2008. p. 155.

³²⁶ Idem.

Ainda sobre o fator anterior, outro ponto que encaramos como desagregador das comunidades foi a Segunda Guerra Mundial em si. Apesar de a adesão brasileira ter ocorrido somente em 06 de junho de 1945, desde 11 de março de 1942 as pessoas ligadas aos países do Eixo passaram a receber um tratamento político específico. Para Kukiko Miyata, filha de colonos, os diferentes membros de uma família sofriam as pressões desse contexto: as crianças, por exemplo, “eram insultadas, sofrendo todo tipo de constrangimento”³²⁷. O estranhamento infantil e o desconforto foi exposto nas memórias da senhora Karenina Sudo ao recordar-se dos chamamentos de *Quinta Coluna*³²⁸, em entrevista ao pesquisador Sinvaldo de Souza, em que informava que “nem sabia o que significava aquela expressão [...]. Aquilo me entristecia, sabia que não se tratava de um elogio, de uma coisa boa, mas sim de alguma forma de preconceito contra nós descendentes de japoneses”³²⁹.

Os constrangimentos eram percebidos pelos adultos na forma dos confiscos de seus pertences. Segundo Sinvaldo Souza, em entrevista a Shoji Tiba, este confessara que, na tentativa de burlar interpretações equivocadas e confiscos, sua família escondia pertences em esconderijos feitos pelo sítio³³⁰. A mesma prática foi afirmada por Shizuê Hoshima e a professora Iracema Ferreira da Silva sobre materiais gráficos, notadamente escolares, grafados em japonês³³¹.

Todavia, segundo Myiata, a situação de cerceamento dos japoneses na colônia não foi acentuada, visto que foi emitido um documento de “salvo conduto”, de porte obrigatório para todos os japoneses adultos, e, em caso de prisão, seriam prontamente liberados caso portassem tal documento³³².

Entretanto, apesar do salvo conduto, não era excesso de zelo dos colonos japoneses resguardar seus pertences. Segundo as entrevistas, havia o receio de possíveis perseguições do administrador do NCSC, Juan Angel Solis, engenheiro agrônomo boliviano³³³. A despeito dos elogios de parte da mídia impressa do período³³⁴, somente relativizada pelo *Diário*

³²⁷ Kukiko Murakami Myiata é filha de Phocio Myiata e autora de “A Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz” disponível em: <http://www.ramaldesantacruz.pro.br/jpan38.html> e Sucessão para a agricultura, publicada em: MIYATA, Kukiko Murakami. Sucessão para a agricultura. *Informativo Cotia: Cotia Jovem/Cotia Senhora*. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, ed. especial, set. 1987.

³²⁸ Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 5 volumes, 2001.

³²⁹ SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005. p.74,

³³⁰ Idem, p.76.

³³¹ Idem, p.76.

³³² MIYATA, Kukiko Murakami. “A Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz”, pág. 2. Disponível em: <http://www.ramaldesantacruz.pro.br/jpan38.html>. Acessado em: 22 de ago. 2016.

³³³ Juan Angel Solis foi removido do NCSC para o núcleo colonial de Tinguá em 1947, não sem antes ser investigado por desvio de materiais, notadamente peças de automóveis e tratores. Para maiores informações: DIÁRIO CARIOCA. *Denunciadas pelos colonos as arbitrariedades do administrador*. Ano XXI, nº6.136, capa.

³³⁴ Em termos quantitativos a produção agrícola ao longo da administração Solis é consideravelmente grande, o que lhe franqueava espaço nas páginas dos principais jornais da capital. Para maiores informações: A MANHÃ. *Contra a alta dos preços dos gêneros alimentícios*. 14 de novembro de 1942, edição nº 0364, p.05; CORREIO DA MANHÃ. *Produtos que o núcleo pode oferecer*. 01 de novembro de 1942, edição nº 14725, p.14; CORREIO DA MANHÃ. *Os colonos de Santa Cruz abastecem o Distrito Federal*. 08 de agosto de 1943, edição nº 14959, p.27.

*Carioca*³³⁵, suas posturas e práticas, segundo os colonos, eram autoritárias, criando entre eles um imaginário de “Um ‘Hitler’[...] empertigado, usando roupas iguais à dos militares alemães, com aquele tipo de bota e tudo [...] Os funcionários do núcleo colonial tinham verdadeiro pavor dele”³³⁶. Na mesma direção seguia o comentário do senhor Phocio Miyata “papai reclamava muito dele, o Solis não ajudava ninguém na colônia, não”³³⁷.

A vigilância acentuada colocada por aquele momento foi também registrada pelo *O observador econômico e financeiro*³³⁸. Segundo a revista, os colonos identificados como súditos do Eixo, japoneses, italianos e alemães “passaram a ser controlados pela polícia, através da administração do núcleo”. Além disso, forjava-se a prática de fiscalização dos japoneses “pelos colonos brasileiros, que para isso recebem instruções da administração”³³⁹. Graças a esta “patriótica tarefa”³⁴⁰ e à administração informada “sobre todas as atitudes desses colonos [...] [t]alvez por isso os eixistas vem até agora mantendo uma conduta satisfatória”³⁴¹.

Tributamos a essa atividade de vigilância de brasileiros contra os súditos do eixo o afastamento e fechamento dos colonos, em especial os nipônicos, a maiores relações de aproximação com os nacionais. Estratégia de monitoramento estruturada pela administração do núcleo, essa pode ter sido também mais uma forma de afastamento entre os colonos.

Todavia, as operações da memória sobre o período da guerra também precisam ser matizadas a partir das colocações profissionais e dos contextos em que se expressam. Sobre o período da guerra Moitiro Adachi, ex-gerente da CAC e responsável pela vinda das primeiras famílias nipônicas de cidades do interior paulista, comentou:

Como a colônia de Santa Cruz estava produzindo o alimento necessário ao povo brasileiro, foi ordenada uma vigilância rigorosa para que aumentassem a produção. Não houve ordem de despejo e os agricultores continuaram trabalhando e produzindo. [...] Os colonos de Santa Cruz, desta forma, não sofrendo nenhum tipo de retaliação por causa da guerra, pelo contrário, o apoio dado pelo governo brasileiro, muitos estabilizaram a vida financeira [...] ³⁴².

Adachi destoa e coloca outra situação acerca do tratamento dispensando aos colonos japoneses nesse momento. Contudo, o comentário precisa ser interpretado à luz da posição privilegiada de Adachi e, ao que indicam as fontes, o ex-gerente sequer viveu no NCSC.

³³⁵ Solis recebeu do *Diário Carioca* a alcunha de administrador de “campos de concentração Von Stein”. Essa metáfora macabra fazia referência ao médico alemão Frederick Von Stein, um dos responsáveis pelas experiências médicas realizadas em campos de concentração durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Na matéria o NCSC era exposto como um local insalubre aos colonos que lá viviam, em precárias condições de assistência à colonização e de ordem médica. DIÁRIO CARIOCA. 20 de maio de 1945, edição: 05342, p.4.

³³⁶ Entrevista de Karenina Sudo Franco. SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005. p.77.

³³⁷ Depoimento de Phocio Miyata realizado em 30 de outubro de 2015 em sua oficina mecânica de automóveis em Santa Cruz. O nipo-brasileiro é mecânico e morador de Santa Cruz.

³³⁸ A revista veiculada entre os anos de 1936 e 1954 era de propriedade de Valentim Bouças, que além de diretor, era o representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM) além de ter composto a Comissão de Estudos Financeiros e Econômico dos Estados e Municípios e a coordenação de Dívida Externa Brasileira, ao longo do governo Vargas. Sua atuação no periódico era especialmente de valorização do regime e dos avanços econômicos do país em diversas áreas. CORRÊA, Maria Letícia. Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de diretores de O observador econômico e financeiro (1937-1945). In: MENEZES, Lená Medeiros de; TRONCOSO, Hugo Cancino; MORA, Rogerio de la. (Org.). *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições*. Dos processos de independência à globalização. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ/Labimi, 2014, v.1, p.465-471.

³³⁹ O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho, edição: 0003, ano VIII, nº90, 1943. p.65.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p. 155-156.

Além disso, destaca-se seu comprometimento com a valorização de uma história vitoriosa e não conflitiva dos japoneses em Santa Cruz.

Segundo Akiyoshi Shikada, passado o período da guerra e com a estabilização econômica das culturas agrícolas, os colonos japoneses também colaboraram na formação de suas associações, realizando distintas atividades de integração³⁴³. As formas de diversão concentravam-se nos esportes e nos torneios em seu entorno, sendo essa uma das principais formas de sociabilidade entre os japoneses. Nesse processo, nascia também a demarcação de uma fronteira física e simbólica para outros grupos nacionais, demonstrada na preferência por uma integração étnica que não agregava indivíduos de outras nacionalidades.

A partir da memória de Shozo Shiose, alguns dos símbolos e práticas culturais japonesas nos momentos do esporte são lembrados. Segundo ele:

O beisebol chegou a Itaguaí em 1948. Nessa ocasião, o Toru Okazaki que tinha o conhecimento básico das regras do jogo, foi nomeado, provisoriamente, como o treinador. Como faltavam os tacos e as bolas, muitos eram improvisados feitos por nós mesmos, que nunca eram iguais aos adquiridos de São Paulo³⁴⁴.

Importante perceber o caráter experimental dessa iniciativa dos colonos japoneses, a qual antes de tudo tratava-se de uma maneira de reiterar relações dentro da comunidade, reforçando sua cultura distinta, ligada a um segmento masculino do grupo nacional que a criara. Continuemos acompanhando as memórias de Shozo Shiose:

Como eu não conhecia o jogo de beisebol, minha posição era fora do jardim externo, catava e juntava as bolas que iam para fora, longe do campo. Isto é, eu era o ‘catador de bola’ em todos os jogos, tanto de treino como de torneio. Não me importava de ser catador de bolas, pois pensava que era a minha missão a cumprir dentro do clube cultural. Apesar de eu não ter a oportunidade de ser um pitcher, arremessador, ou catcher, receptor, sempre estive no meio do time³⁴⁵.

Se os jogos e treinos de beisebol ocorriam na própria vizinhança, frequentá-los e a eles se aproximar possuía uma conotação associada à integração com outros japoneses, representada no acesso a um espaço coletivo, porém seletivo, de lazer, ainda que não fosse como jogador. A ideia de missão dá ao filho do colono a tarefa simbólica de manter-se próximo aos seus, não somente no trabalho, mas também no espaço de divertimento. Tal espaço é, antes de tudo, de sociabilidade, onde se reforçam os laços de comunidade e se estimula o compartilhamento de valores e práticas em torno do elemento japonês, conservando-se elementos tradicionais como a língua, por exemplo.

Tal fenômeno pode ser explicado quando analisamos a reiteração de experiências culturais vividas pela comunidade nipo-brasileira em seu contexto originário ou nas áreas de trânsito pelas quais passaram no Brasil, sendo suas experiências (re)construídas nesses espaços. O relato de Shiose colabora com a ideia de uma demanda ideológica por compartilhamento e consenso de sua origem étnica nipônica, que deveria ser compartilhada e assimilada por uma grande parcela do grupo.

Essa demanda expressava-se através do ensino aos membros de uma casa de nipo-brasileiros³⁴⁶ dos princípios da *yamatodamashii* – a doutrina do “modo de vida japonês”³⁴⁷.

³⁴³ Idem. p.157.

³⁴⁴ Idem, p. 233.

³⁴⁵ SHIKADA, Akiyoshi et al. *Op. Cit.*, 2008, p. 233.

³⁴⁶ Chamaremos aqui esses camponeses de nipo-brasileiros visto que os filhos desses colonos serem nascidos no Brasil – nikkeis, na língua japonesa – embora tenham sido educados sob uma lógica japonesa.

³⁴⁷ Segundo Áureo Sato, a *yamatodamashii* refere-se ao senso de coletividade dos japoneses, sob uma perspectiva da união que gera benefícios a uma comunidade. SATO, Áureo Jesus. *Undokai: A construção da*

Essa herança comportamental era atribuída aos japoneses no interior da própria comunidade, conferindo categoricamente aos descendentes nikkeis³⁴⁸ um pseudopertencimento e o compartilhamento de signos culturais de matriz japonesa. Tal processo de elaboração executava também uma divisão de papéis e posições sociais, externando e impondo crenças comuns apresentando-se, assim, aos olhos daqueles que dela tomam parte, uma organização em que cada indivíduo encontra seu lugar, identidade e razão de ser.

Um dos eventos de aproximação dos colonos era o *undokai*³⁴⁹, uma reunião de torneios poliesportivos, que agregava a comunidade japonesa e que contava com a presença de homens e mulheres nas competições. Com poucos registros orais e escritos, tal festividade se consolidou no NCSC entre os colonos japoneses e construiu fontes através das fotografias³⁵⁰. Estes eventos contavam ainda com a presença de políticos, em especial de Itaguaí. Acreditamos que essa tenha sido uma das primeiras aproximações do campesinato com o poder político local. Vejamos a seguir:

Figura 3: Rapazes japoneses preparam-se para uma das provas do Undokai no NCSC. (data desconhecida)



Fonte 1: Acervo fotográfico Prof. Marileia Franco Marinho Inoue, 2007.

identidade étnico-cultural em torno da niponicidade. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, USP: São Paulo, 2011.

³⁴⁸ Primeira geração de filhos de japoneses nascidos no Brasil.

³⁴⁹ Conforme o dicionário de japonês-português de Noemia Hinata, o termo undoo-kai tem o sentido de recreação esportiva, gincana e encontro atlético.

³⁵⁰ Essas imagens colaboram com a aproximação do cotidiano dos colonos em suas atividades de lazer e preservação/manutenção cultural, a utilização e debate sobre esse acervo da comunidade japonesa de Santa Cruz pode ser consultada em: INOUE, Marileia Franco Marinho. *Novas leituras da presença japonesa no Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem baseada na associação dos acervos oral e iconográfico*. In: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (Org.). *E/imigrações, histórias, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte, 2010. Uma seleção com base no trabalho está organizada no anexo C dessa dissertação.

Figura 4: Prefeito de Itaguaí José Morais Dias, em comemoração no Núcleo Colonial de Santa Cruz (1945).



Fonte 2: Acervo fotográfico Prof. Marileia Franco Marinho Inoue, 2007.

Tal foi o interesse nestes esportes que esses camponeses começaram a se destacar, inclusive em torneios regionais e nacionais, na prática dessas modalidades. Segundo Paulo Wanderley, as comunidades de Santa Cruz e Itaguaí entre as décadas de 1940 e 1950 já se destacavam na prática do jiu-jitsu e na organização do judô no Estado do Rio de Janeiro³⁵¹.

Em depoimento concedido a Sinvaldo Souza, o Sr. Shoji Tiba lembrou o ano de 1948 como o início da prática do judô na região com a organização da academia do professor Masami Ogino. O filho de colono relembra também que na década de 1950 a academia era visitada por professores vindos do Japão, sendo ele, em 1960, sagrado campeão brasileiro de judô em Brasília³⁵².

Por outro lado, se considerarmos a integração dos colonos brasileiros, essa não encontrou destaque nas entrevistas, tampouco em jornais e demais fontes. Acreditarmos que esta postura é mais um sinal do descaso com relação às atividades dos camponeses brasileiros, ação essa que se configura também como uma das formas de negar as ações dessa maioria.

No que compete à miopia acerca das atividades de socialização e lazer dos colonos nacionais, não foram encontradas festividades e outras formas de sociabilidade unicamente brasileiras. Das festividades ocorridas no NCSC, as únicas referências encontradas descrevem a organização das festas do dia do lavrador³⁵³ e das comemorações de Natal³⁵⁴, especialmente no governo Vargas e todas, sem exceção, narram a participação de colonos japoneses.

³⁵¹ WANDERLEY, Paulo Fernando Tenório. *Introdução e consolidação do judô no Rio de Janeiro*. 2001. Disponível em: <<http://www.cbe.org.br/conbrace/caderno.pdf.1.48htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

³⁵² Depoimento através de e-mail de Shoji Tiba em 27 de julho de 2004. SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005.

³⁵³ Organizada pela cooperativa mista agropecuária Santa Cruz, tratava-se de uma série de cerimônias, entre elas banquetes, torneios esportivos e bailes em que eram distribuídos prêmios às crianças e cigarros aos seus pais, para a comemoração do dia do lavrador. Pode-se consultar seu cronograma em: *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 17 de setembro de 1947. Edição nº 00218, p. 08.

Entretanto, não nos convence o argumento do lazer e das festividades somente atrelados às instituições do Estado ou à cooperativa de agricultores e tampouco mistas, já que tal opção analítica novamente traria a negação às condições de vida dos colonos brasileiros. Acreditamos em um processo de integração e incorporação dos colonos aos divertimentos já estabelecidos no bairro. Haja vista que, conforme citado no primeiro capítulo, Santa Cruz desde a década de 1920 mantinha uma significativa rede de divertimentos, dispondo de cinemas e clubes carnavalescos, todos compostos por distintos grupos sociais³⁵⁵, condição essa que pode suscitar a hipótese, a ser comprovada em outros trabalhos, de uma aproximação dos camponeses nacionais com a comunidade brasileira do bairro.

Caso consideremos uma socialização religiosa, se esta ocorresse, não seria no perímetro do núcleo, ao menos não inicialmente, visto que a paróquia mais próxima se localizava no centro do bairro de Santa Cruz³⁵⁶ e a doação de um lote para a construção de uma capela na área do núcleo ocorreu somente em 1945³⁵⁷.

Esse processo de distinção e diferenciação entre colonos brasileiros e japoneses não se deu somente nos campos do NCSC, mas também nas páginas dos periódicos, agora motivados pela diferenciação de assistência técnica e formas de trabalho no campo.

A título de ilustração, os colonos nacionais ainda empregavam técnicas de plantio manual com enxada e sendo a coivara (queimadas nas matas do lote) parte da produção empregada na subsistência. Dedicavam-se em especial aos plantios de banana e laranja como culturas permanentes, e arroz, milho e feijão como plantações sazonais. A rotação de culturas era pouco empregada e utilizada somente a partir da observação da “força da terra”³⁵⁸. A família baseava-se, na maioria dos casos, na unidade de produção e consumo do lote, com exceção das mulheres, comumente ocupadas nos serviços domésticos e nos cuidados com o terreno e pequenas criações³⁵⁹.

A família japonesa dedicava-se integralmente aos trabalhos com a produção agrícola. Dedicados ao plantio do tomate, quiabo e arroz, os colonos japoneses, através da assistência da CAC, eram constantemente abastecidos com o fornecimento de sementes, cursos, além da intermediação da venda da produção não só para os mercados cariocas, mas também para os paulistas³⁶⁰. Com o avanço da colonização, os sítios dos japoneses chegaram a empregar brasileiros, especialmente nos períodos de colheita, conforme relato de Karenina Sudo Franco³⁶¹.

Essa distinção e predileção de um grupo étnico ou outro foi executada especialmente nas páginas de *O Radical*, *O observador econômico e financeiro*, na *Tribuna Popular* e na documentação do Ministério da Agricultura e suas repartições. De matrizes distintas de financiamento e engajamento político, esses veículos fomentaram suportes ideológicos

³⁵⁴ Financiadas pelo governo federal, as comemorações de Natal tem papel simbólico na relação entre o governo e os colonos. Uma vez que esse seria um momento de reafirmação da suposta relação paternalista do presidente Vargas com aqueles camponeses, importa dizer, que esse foi um ritual executado somente ao longo do governo Vargas.

³⁵⁵ OLIVEIRA, Igor Estevam Santos de. *Quando a oligarquia é mecenas...: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930)*. In: IV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015. IV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

³⁵⁶ Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

³⁵⁷ BRASIL. *DOU* 07 de junho de 1945, edição nº 01173, parte 1, p. 1432.

³⁵⁸ Expressão utilizada pelos colonos e apresentada nas pesquisas de campo de Denilda Alonso. Para maiores informações: ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Rev. Bras. Geografia*. jul./set, 1960, p. 95.

³⁵⁹ ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Rev. Bras. Geografia*. jul./set, 1960, p. 95.

³⁶⁰ FAISSOL, Speridião. *Notas sobre o Núcleo colonial de Santa Cruz*. Boletim Geográfico: Ano VII, número 82, janeiro, 1950.

³⁶¹ Depoimento de Karenina Sudo Franco realizado em 30 de outubro de 2015 no sítio da família em Santa Cruz.

segregacionistas, ventilando as diferenciações entre os colonos, em especial entre nacionais e japoneses.

*O Radical*³⁶² condenava a forma de introdução dos colonos japoneses e as vantagens que estes tinham em relação aos colonos brasileiros. Em matéria de 1939, o periódico lançou a matéria “Ser lavrador é duro, mas ser lavrador brasileiro é duríssimo”³⁶³, na qual discutia as motivações reais para que os colonos japoneses ocupassem lotes de tamanho maior do que o dos colonos brasileiros, sendo os lotes de 20 hectares ocupados por estrangeiros, obtendo do diretor de Terras e Colonização, José de Oliveira Marques a seguinte resposta: “Esses colonos [japoneses] iam se localizar em terras recusadas pelos lavradores nacionais (o que não é verdadeiro) e que os amarelos iam dedicar-se à prática da horticultura, que não interessava aos nacionais ou falta-lhes competência”³⁶⁴.

Além de críticas aos gestores do projeto de colonização, a matéria d’*O Radical* apontava ainda para a prioridade dada aos colonos japoneses na construção das casas no núcleo, desfazendo-se, assim, de uma listagem de espera dos colonos brasileiros. Acerca da produção, os japoneses, exaltados por José de Oliveira Marques como “altamente produtivos [...] não há outro colono para a produção de hortaliças”³⁶⁵, angariavam o auxílio e a assistência do Estado enquanto os nacionais “não podendo [...] concorrer com aqueles [...] estão abandonando suas culturas nas quais os asiáticos se especializam”³⁶⁶.

Em março de 1939, a manchete d’*O Radical* era o pedido de “maior proteção aos colonos brasileiros que estão sendo preteridos pelos estrangeiros”³⁶⁷ e, sob um argumento nacionalista e patriótico, defendia um lugar de destaque para os colonos nacionais nos projetos de colonização dirigidos pelo Estado. Retomando o caso do NCSC o jornal solicitava ao presidente e ao ministro da agricultura que se colocassem frente ao “problema da lavoura pondo a salvo os nossos trabalhadores rurais dessas ‘desvantagens’ que lhes impõem os partidários do estrangeirismo”³⁶⁸.

Importa-nos esclarecer que, apesar das dificuldades estruturais iniciais da colonização e da ação das intempéries, os japoneses tiveram formas de auxílio mais extensas e periódicas do que os colonos brasileiros. Segundo a lei de colonização, os colonos nacionais receberiam benefícios na produção, saúde e venda dos produtos nos grandes mercados na região central do Rio de Janeiro, enquanto os colonos estrangeiros seriam assistidos somente com assistência médica e sementes, situação que não os impedia de organizarem suas próprias cooperativas de produção³⁶⁹.

O que temos diante de nós, além de uma rusga interna entre o periódico e os mandatários do serviço de colonização, na figura de Oliveira Marques, é a distinção e assimetria da assistência para nacionais e estrangeiros. Soma-se a isso uma clara desqualificação social dos camponeses brasileiros. Enquanto Oliveira Marques citava o desinteresse dos brasileiros frente aos lotes ocupados pelos japoneses, dados do Ministério da

³⁶² *O Radical* foi um periódico carioca que circulou entre 1932 e 1954. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, apesar da constante ebulição política e dos cinco diferentes proprietários e diretores, a linha editorial de *O Radical* pautava-se na defesa da figura do presidente Vargas, reservando aos seus ministros e demais auxiliares as críticas. Pode-se consultar o verbete do periódico em: *O Radical*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³⁶³ *O RADICAL*. 12 de janeiro de 1939, edição nº2071, capa.

³⁶⁴ O termo entre parênteses consta na edição original da matéria e é a marca do comentário dos jornalistas. Pode-se consultar em: *O Radical*, quinta-feira, 12 de janeiro de 1939, edição nº2071, capa.

³⁶⁵ *O RADICAL*. 12 de janeiro de 1939, edição nº2071, capa.

³⁶⁶ *Idem*.

³⁶⁷ *O Radical*, domingo 05 de março de 1939, edição nº 2114, capa.

³⁶⁸ *Idem*.

³⁶⁹ Trecho da lei nº 6.117 de 16 de dezembro de 1943.

Agricultura narram que “a listagem de candidatos a colonos chegava a 5.000 mil pessoas, notadamente brasileiros”³⁷⁰.

Chama a atenção também a menção ao abandono das culturas em um momento em que a colonização completava somente nove anos e, na maioria dos casos, nem mesmo os pagamentos dos lotes haviam sido quitados. Tal situação leva-nos à constatação de que a itinerância dos colonos nacionais pode sim ter sido reativada com a desigualdade de auxílio e assistência promovida pelo Ministério da Agricultura, ainda nos momentos de instalação da colônia em Santa Cruz.

Como contraponto às matérias citadas anteriormente temos, por outro lado, *O observador econômico e financeiro* e seus elogios e saudações à colonização japonesa e a sua expressiva produção de gêneros agrícolas na Baixada Fluminense. A exposição da revista creditava aos japoneses a possibilidade de valorização das terras de Santa Cruz e Itaguaí, assim como ocorrera em sua experiência agrícola em Cotia, no Estado de São Paulo³⁷¹.

Além disso, elogiava o trabalho sistemático dos japoneses que, três meses após a chegada das primeiras 15 famílias, já haviam plantado “uma soma total de 468.000 pés de várias espécies, estando também plantados 3 hectares de arroz”³⁷², sendo os colonos japoneses constantemente lembrados pela “diligência, método, a ordem e a tenacidade de sua produção”³⁷³. A matéria concedia ainda um farto espaço a fotografias, conforme podemos acompanhar a seguir:

Figura 5: Uma fotografia de Santa Cruz que parece tirada na Manchúria.



Fonte: O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho. Edição: 0003, ano VIII, nº90, 1943. p.94.

³⁷⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do Ministro*, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1951. p.98.

³⁷¹ O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho, edição: 0003, ano VIII, nº90, 1943. p.94.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

Figura 6: Operária de fábrica? Não, agricultora.



Fonte: O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Julho, edição: 0003, ano VIII, nº90, 1943. p.94.

Tal como afirmou Zita Possamai, as imagens fotográficas podem ser consideradas suportes produtores de memória e, diríamos, também de negação. Em nosso caso, nelas são selecionados aspectos rurais e do trabalho dos colonos, dados a ver e que se transformam em certas memórias da colonização, ao passo que outros aspectos são retirados ou minimizados, chancelando uma negação.

Nas duas fotografias acima há um diálogo claro com as diretivas do governo Vargas no período, em especial com o ideário de mecanização do campo e incorporação de novas práticas de trabalho no meio rural. Na primeira, a comparação de Santa Cruz com a região da Manchúria³⁷⁴, à época sob domínio do Japão, tenta levar aos leitores uma imagem de perfeita integração dos colonos japoneses em Santa Cruz. A imagem nos remete, ainda, a uma passagem da chegada dos colonos nipo-brasileiros na região que, em suas primeiras visitas ainda no ano de 1937, registraram a impressão causada a um dos cooperativados da CAC, em visita à região, declarando que os campos férteis lembravam as suas terras do Japão³⁷⁵.

Percebe-se também o destaque das ferramentas de trabalho, como a enxada, os cestos e o trator como parte não só de uma vida camponesa, mas principalmente de uma suposta afeição nipo-brasileira ao trabalho com a terra. Na segunda imagem, a menção a uma operária, que capta Shizuê Hida, é mais uma prova da leitura fotográfica do periódico, que destaca a uma suposta conexão harmônica, estampada no sorriso da jovem colona que, ao passo em que convive com a mecanização do campo, mantém a disciplina e o apego ao trabalho com a terra.

³⁷⁴ Região nordeste da China, dominada pelo Japão de 1932 a 1945 com a denominação de Manchukuo. In: Manchukuo, Enciclopédia Britânica, 20XX.

³⁷⁵ MIYATA, Kukiko Murakami. Sucessão para a agricultura. *Informativo Cotia: Cotia Jovem/Cotia Senhora*. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, ed. especial, set. 1987.

Todavia, apesar de somente um exemplo em exposição, aproveitamos para ressaltar que, enquanto as mulheres japonesas são retratadas constantemente nas fotografias, seja no âmbito público ou no privado/familiar, as mulheres brasileiras compõem somente 06 fotografias do acervo de imagens coletados sobre o NCSC, enquanto as japonesas estão presentes em 38 de um total de 91 imagens³⁷⁶. Para além do elevado custo financeiro que a presença de um fotógrafo ou a aquisição de uma máquina de fotografia exigia no período, a diminuta presença feminina brasileira nos leva a apontar que a invisibilização e a negação na colônia compuseram também a experiência construída pelas mulheres no NCSC.

Retornando ao *Observador*, uma revista simpatizante do governo e ocupada com a exposição e divulgação das distintas produções agroindustriais do país, esta propôs, ainda, que por um viés imagético, o perfeito desenvolvimento da ideologia orgânico-corporativista da sociedade servia para, mais uma vez, reiterar sua posição ao lado do regime Vargas em especial porque, nesse momento, anos finais da década de 1930, o país já se encontrava sob a ditadura Vargas e seus opositores preocupavam-se com a vigilância dos aparelhos de coerção do Estado, inclusive os periódicos e revistas.

Seja como for, a centralidade dada aos japoneses pelo *O observador econômico e financeiro* não se trata de um acontecimento isolado. Baseado na expressiva produção agrícola do NCSC, notadamente de culturas empreendidas pelos nipo-brasileiros, a revista sugeria uma maior aptidão destes para o trabalho com a terra. Em médio prazo, essa visão se consolidou, criando uma “minoría visível” de colonos japoneses detentores de uma memória vitoriosa, ao passo que a “maioría invisível” dos colonos brasileiros foi omitida, sendo concedido às suas memórias um caráter clandestino. Note-se que esse processo não é, de forma alguma, uma estratégia nipônica, mas sim uma imagem criada pela mídia do período e dos governos de então que se consolidou e se reiterou no tempo.

Um dos poucos juízos de valor positivos feitos ao trabalho dos colonos brasileiros foi exposto em uma pequena nota publicada no *Correio da Manhã*³⁷⁷. A notícia havia sido produzida com base no relatório do então diretor da DTC ao ministro Fernando Costa, onde afirmava que “o colono nortista [egresso da região nordeste do país] tem se revelado excelente trabalhador para a Baixada Fluminense, dedicando-se especialmente à agricultura”³⁷⁸. Sobre os demais colonos, a exposição também é organizada conforme suas produções e/ou criações, como na preferência do “mineiro e do fluminense [...] à pecuária. O português, o espanhol, o alemão e o japonês se dedicam, em particular a horticultura”³⁷⁹.

Apesar da brevidade da observação, avaliamos que essa pode ter sido uma análise que ultrapassou o determinismo dicotômico entre bons e maus trabalhadores rurais, sendo empregada uma noção nacional/regional em relação às produções e criações. Tal opção de análise nos leva a acreditar que havia setores mais propensos a outras formas analíticas da situação dos colonos dentro da esfera burocrática, modo de análise esse que coincidia com o fomento à política de propaganda e divulgação do apreço dos colonos nacionais pelo trabalho no campo, o que encontrava desníveis entre a retórica e a prática, como já pudemos analisar, e

³⁷⁶ Este conjunto iconográfico contém imagens dos colonos de Santa Cruz, e dá destaque especial aos colonos japoneses em seus momentos de divertimento e práticas sociais, tais como casamentos e festas típicas. Essas fotografias que, atualmente somam 91 imagens, foram reunidas e organizadas pelo autor através do ajuntamento de acervos pertencentes a três fundos: O acervo da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro, organizado pela professora Mariléa Inoue, imagens do CPDOC-FGV e imagens de jornal coletadas nos periódicos A Manhã, A Noite e no Correio da Manhã. Todas as imagens encontram-se disponíveis para consulta em domínio público na rede mundial de computadores, em: <http://www.ess.ufrj.br/memoriaimig/> e www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-geral/LC/audiovisual/aspecto-do-centro-agricola-da-fazenda-de-santa-cruz

³⁷⁷ CORREIO DA MANHÃ. *Como se distribuem as atividades entre os colonos de Santa Cruz*. 31 de agosto de 1940. Edição: 14057, p.06.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem.

que em nada dialogava com os colonos, tampouco respondia a uma demanda de colaboração ou empatia com suas lutas cotidianas no NCSC.

Ainda na esfera pública, os colonos nacionais foram mais uma vez lembrados, agora em um discurso político em que parte da narrativa de desqualificação aos brasileiros era denunciada como uma forma de encobrir os problemas infraestruturais dos quais padeciam no núcleo. Assim, em 1947, na coluna “Na Câmara Municipal”, do periódico *Tribuna Popular*³⁸⁰, a exposição política do vereador Arlindo Pinho, eleito pelo Partido Comunista Brasileiro, relatou que esteve na véspera:

[...] Acompanhado dos vereadores João Luiz de Carvalho e Breno da Silveira, na exposição agrícola dos colonos de Santa Cruz, em comemoração ao dia da árvore. Salientou que a exposição servira para desmentir os que caluniam os nossos camponeses, chamando-os de preguiçosos e improdutivos. Em Santa Cruz, adiantou, havia 800 famílias de colonos praticamente abandonados que precisavam andar de cinco a dez quilômetros para conseguir a água que consomem³⁸¹.

A denúncia tem seu peso no contexto da colonização, em especial porque até o momento essa foi uma das poucas denúncias em favor dos colonos brasileiros, com a intenção de distanciá-los da distorção sobre sua relação com o trabalho criada pelos setores aos quais chamaríamos pró-colonos japoneses. Note-se que a presença dos parlamentares, respectivamente dos três dos maiores partidos brasileiros naquele período³⁸², tratava-se de uma visita também de ordem militante, visto que todos os parlamentares citados mantinham fortes bases políticas entre os camponeses das zonas rurais cariocas, atuando ao longo das décadas de 1930 a 1960 como mediadores políticos³⁸³ desses grupos.

Entretanto, a ação do vereador comunista se configurou mais como uma ação simbólica do que prática. Sua proposição ao final da fala se configurou com um pedido de voto de congratulações pela exposição dos gêneros agrícolas na comemoração do dia da árvore³⁸⁴. Tal restrição de atuação explica-se, uma vez que a abertura política trazida com o

³⁸⁰ A *Tribuna Popular* (1945-1947) foi um periódico ligado ao PCB que através de sua cúpula definia a linha editorial do jornal. Este se caracterizou pela defesa dos trabalhadores brasileiros em suas demandas contra seus empregadores e denunciando os abusos perpetrados pela ditadura do Estado Novo. Pode-se consultar o verbete em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Tribuna Popular* In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³⁸¹ TRIBUNA POPULAR. *Os comunistas combatem* – Em favor dos colonos de Santa Cruz o Sr. Arlindo Pinho. 23 de setembro de 1947, Edição: 00710, p.3.

³⁸² Arlindo Pinho era vereador pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), João Luiz de Carvalho vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Breno da Silveira com mandato pela União Democrática Nacional (UDN), apesar das diferenças partidárias, todos os vereadores mantinham relações estreitas com as demandas dos trabalhadores rurais da cidade do Rio de Janeiro. Podem-se consultar alguns momentos de sua atuação política em: SANTOS, Leonardo Souza dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra a zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Niterói, UFF, Dissertação de mestrado, 2005.

³⁸³ O conceito de mediador político utilizado aqui procura colaborar com uma leitura da posição política de determinados parlamentares que, no âmbito municipal e estadual, colaboraram com apoio e orientação as organizações dos colonos de Santa Cruz. A localização desses agentes nos permitiu conhecer disputas políticas e o delineamento de estratégias utilizadas pelos colonos em suas lutas por direitos. Podem-se consultar maiores informações sobre o conceito em: HARRES, Marluza Marques. *Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do rio grande do sul*. In: *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)* / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 200.

³⁸⁴ TRIBUNA POPULAR. *Os comunistas combatem* – Em favor dos colonos de Santa Cruz o Sr. Arlindo Pinho. 23 de setembro de 1947, Edição: 00710, p.3.

fim do Estado Novo ainda apresentava muitas limitações, em especial ao PCB³⁸⁵. Contudo, sabe-se que o espanto de Arlindo Pinho não se repetiu nas exposições dos vereadores que o acompanharam na visita e que a discussão sobre as condições de assistência no NCSC foi posta de lado na Câmara dos vereadores.

Todavia, o argumento dicotômico teve novas provas, dessa vez no âmbito acadêmico, nas análises do geógrafo Speridião Faissol. Analista do NCSC, em 1950 escreveu endossando uma suposta dualidade étnica entre latinos *versus* nipo-brasileiros no contexto da colonização, atribuindo aos japoneses o esmero e cuidado com plantações que demandavam cuidado intenso, como a cultura do tomate e do pimentão, contra as “plantações menos trabalhosas”³⁸⁶, da bananicultura empreendida pelos brasileiros e ibéricos.

O geógrafo construiu em sua resenha de trabalho de campo uma oposição entre o trabalho dos colonos japoneses e o dos colonos nacionais, considerando fatores ligados à quantidade de membros familiares dedicados ao trabalho com a terra, a atenção à adubação das plantações e as formas de venda da produção. A leitura apurada do relato é bastante deslegitimadora do colono brasileiro, visto que este é apontado como “refratário”³⁸⁷, dedicado apenas a “plantações que consideram mais fáceis”³⁸⁸ e que as mulheres “ficam em casa, às vezes sem fazer nada, ou ocupadas em serviços leves”³⁸⁹. Em contraste a isso, estava o trabalho sistemático dos colonos japoneses, que praticavam a adubação e recorriam ao auxílio dos agrônomos do Ministério da Agricultura, sendo que suas mulheres poderiam ser encontradas produzindo, como a mãe de um colono japonês “com 85 anos, plantando pimentões”³⁹⁰.

Apesar de o autor ter considerado imperfeições na condução política do projeto de colonização, atribuindo à DTC essa responsabilidade, a força de seu argumento repousava no que denominava de “perfil dos colonos”, como se uma possível propensão desses ao plantio de uma cultura em detrimento de outra fosse uma questão determinante para o sucesso ou a derrota do NCSC. Além disso, sem considerar qualquer questão cultural, o autor traçou comentários relativizando as ocupações das colônias brasileiras exercidas nos sítios, como se suas atividades de trabalho não fossem resultado de experiências vividas e construídas, sendo parte delas, possivelmente, em choque com as determinações da família patriarcal e conservadora camponesa.

Reiterando a polarização entre os colonos, no ano de 1951, a mesma discussão foi empreendida em um relatório oficial do ministro da agricultura João Cleofas. Este condensara os dados relativos ao NCSC e divulgara através do jornal *Diário da Noite*, em sua edição de 29 de maio de 1951³⁹¹. No relatório, o representante da pasta de agricultura, dentre outras discussões, narrava as dificuldades relacionadas aos colonos. Cleofas partia da comparação da produção de lotes vizinhos e chegava à conclusão que havia grandes disparidades na produção e se perguntava “mas porque essa disparidade de produção em lotes com a mesma terra, o mesmo clima e as mesmas dificuldades?”³⁹². Além disso, argumentava, em termos racialistas e psicologizantes que brasileiros e portugueses “esperavam que o governo lhes desse tudo,

³⁸⁵ Nesse momento, apesar do governo eleito democraticamente, o registro do PCB encontrava-se cassado, desde 07 de maio de 1947 e, no ano seguinte, em janeiro de 1948, o mesmo ocorreria com o mandato de seus representantes eleitos. Podem-se consultar maiores informações em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Tribuna Popular In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³⁸⁶ FAISSOL, Speridião. Notas sobre o Núcleo colonial de Santa Cruz. *Boletim Geográfico*. Ano VII, número 82, janeiro, 1950.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Idem, p.1162.

³⁹⁰ Idem, p. 1163.

³⁹¹ DIÁRIO DA NOITE. *Capa*. 29 de maio de 1951, edição nº 4667.

³⁹² Idem.

desde as máquinas até o transporte para o escoamento da sua produção”³⁹³. Ademais, “desconheciam a agricultura moderna, estando ainda na era da enxada”³⁹⁴.

Ao contrário dos prognósticos do ministro, avaliamos que seu relatório construía uma narrativa equivocada sobre a atuação dos colonos nacionais, em especial porque declaradamente, como poderemos observar no próximo capítulo, essa parcela dos colonos era assistida por uma assistência agrícola irregular e insatisfatória a suas demandas. Cleofas, na realidade, invertia a estrutura das necessidades e levava ao entendimento de que uma administração ‘exemplar’ era “atrapalhada” por colonos sem apego ao trabalho e resistentes à introdução de novas técnicas no trato com a terra, apagando os traços de exclusão promovida pela administração e pelo seu ministério. Em diálogo com Bolívar Lamounier, interpretamos essa como mais uma das posições da ideologia de Estado na tentativa de atribuir aos trabalhadores o lugar de vetores de práticas “infantis e malévolas da natureza humana”, nocivas à manutenção do Estado autoritário³⁹⁵.

O contraponto de Cleofas a essa situação dava-se através da análise da forma como os colonos japoneses organizavam sua produção. Estes mantinham uma cooperativa equipada com “Máquinas, animais de trabalho, adubos. Financiamento quase total e nas famílias trabalham todos, desde o chefe até os meninos”³⁹⁶. Esqueceu-se – e aqui o esquecimento pode ter o sentido de silenciamento – o ministro de considerar os investimentos feitos pela CAC na manutenção dos colonos japoneses em Santa Cruz³⁹⁷.

Como mediadora desses dois grupos encontrava-se a administração do núcleo, que tinha por intenção “auxiliar os nacionais”³⁹⁸ e, quando concedia auxílio a eles, “era a custo de muito pedir”³⁹⁹. Já os nipo-brasileiros só iam até a administração “para pagar as mensalidades”⁴⁰⁰, o governo não “precisava perder tempo e [os japoneses] não davam trabalho aos administradores do núcleo”⁴⁰¹.

Interpretamos essa categorização dos colonos executada pelo ministro como mais uma das formas de segregação no NCSC. O discurso oficial da não reclamação nipônica pretendia esconder uma administração colonial morosa que se aprazia dessa situação, visto que há muito vinha sendo pressionada pelos colonos brasileiros por melhorias e incentivos à lavoura e a execução da assistência técnica e infraestrutural⁴⁰².

Além disso, não era plausível esse discurso mitológico em que os colonos nipo-brasileiros eram vistos como homogeneamente harmônicos e equilibrados, isentos de conflitos e de contradições frente à administração do NCSC. A não declaração das reclamações desses colonos dialoga com formas específicas e distintas de se conceber a realidade, obviamente tendo repercussões sobre aquilo que entendemos como resistência.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.397.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Dentre as áreas assistidas pela CAC a seus cooperados encontrava-se o auxílio de crédito, assistência social, transporte além da produção e venda. Podem-se consultar maiores informações em: TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

³⁹⁸ TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Conferir o terceiro capítulo.

Nossa afirmação não repousa em uma perspectiva puramente culturalista e de valorização de um “relativismo cultural”⁴⁰³, ao contrário, recorreremos aqui à experiência percebida dos nipo-brasileiros com um espectro de sua cultura, que é o *gambaré*⁴⁰⁴. Segundo Fábio Ocada, tratava-se de uma orientação cultural que idealizava a aceitação resignada das adversidades e, por mais contraditório que se apresentasse, mantinha-se um sentido de “resistência”, sem aproximações com a ideia de “passividade”⁴⁰⁵. Uma vez que entendemos a cultura como arena de conflitos, resistir aqui é também uma forma de expor a experiência construída pelos nipo-brasileiros na colonização.

Em um nível material, tributamos a baixa incidência de reclamações ao auxílio técnico e material ofertado pela CAC, motivo pelo qual diminuía pedidos dessa ordem junto à administração do núcleo. Nesse sentido, as reclamações dos colonos japoneses, apesar da pouca quantidade, existiram; contudo, referiam-se a fatores climáticos, como os períodos de estiagem e de enchente na região.

Com esses casos queremos chamar atenção para a falta de qualquer embasamento étnico ou biológico que justificasse diferenças no trabalho dos colonos nacionais e nipo-brasileiros. Entretanto, o que subjazia esse processo de negação eram formas de trabalho e imagéticas forjadas dentro (através da experiência percebida) e fora (na mídia impressa e nas ações governamentais) do núcleo. Pelo exposto, pudemos atestar que o jogo do bom e mau colono e a negação aos colonos brasileiros não se resumiu apenas a um processo de disputa discursiva, mas refletia as exigências de um discurso da sociedade capitalista daquele período de louvação ao estrangeiro.

Explicamo-nos, ao que nos sugeriram as fontes apresentadas, que não foi a experiência construída pelos caipiras brasileiros, ainda encarada como atrasada e desatualizada pela imprensa e pelos intelectuais, aquela que figuraria nas revistas e jornais, mas sim aquela fundada no trabalho cooperativado e assistido financeiramente pela CAC, executada pelos japoneses. O que se percebe é uma operação dialética entre memória, afirmação e negação na construção da colonização, que tornou minorias visíveis e majorias invisíveis e, neste processo, acabou construindo a negação ao trabalho dos colonos brasileiros.

Em meio a essa disputa pela escolha de uma experiência construída no NCSC, encontramos também tentativas, dos periódicos em especial, de mitigar as deficiências e a má gestão do Estado na execução do projeto de colonização. Assim, dissolvem-se argumentos biologizantes e passamos a compreender o motivo dos desníveis de investimento e produção entre os membros dos grupos analisados.

Todavia, esse processo de elevação de uma experiência em detrimento de outra teve reverberações nas práticas dos colonos. Se inicialmente, no NCSC, a divisão em glebas por nacionalidade e as distinções das experiências entre os colonos seriam de caráter étnico, como a língua e as formas de sociabilidade, com a consolidação da colonização, a partir da Segunda Guerra Mundial, um novo cenário se organizaria. Dessa maneira, a presença da vigilância patriótica consolidava as distâncias e receios entre os colonos japoneses e brasileiros. Somava-se a isso um apelo do Estado e da opinião pública para a valorização da experiência construída pelos japoneses e o descrédito a experiência nacional.

Acreditamos ser possível reforçar a ideia da valorização da experiência construída enquanto consciência social pelos japoneses como um fator de manutenção desses na colônia, fazendo com que a sensação de pertencimento fizesse com que seus laços se reforçassem e se

⁴⁰³ SANTOS, José Luís *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴⁰⁴ Segundo Sakurai, o termo significa também suportar com perseverança e resignação, as adversidades impostas pelas condições de existência, denominadas de destino, para que assim o indivíduo consiga alcançar o estágio de harmonia. SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.

⁴⁰⁵ OCADA, Fábio Kazuo. A cultura e o habitus japonês: ingredientes da experiência. Anais do *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, MG, 2002. p.11.

reiterassem no tempo, construindo-se o status de memória vencedora em oposição ao apagamento das experiências e práticas dos colonos brasileiros. Por extensão, acreditamos ser possível demonstrar, ainda, a partir da discussão executada, as dificuldades de um fazer-se dos colonos enquanto classe, haja vista as divergências fomentadas pelos meios de comunicação e o Estado, bem como as marcas deixadas em brasileiros e japoneses após a Segunda Guerra Mundial.

Este mergulho na história dos colonos nacionais e estrangeiros em Santa Cruz não pretendeu oferecer uma análise definitiva acerca das múltiplas trajetórias e experiências anteriores e ao longo da colonização, tampouco do seu significado dentro do processo mais geral de constituição de um campesinato na capital federal e na Baixada Fluminense. Ao contrário, nossa intenção foi referendar uma análise que não atribua a um grupo, maior ou menor importância que outro, além de problematizar o conjunto de experiências desses colonos frente aos acontecimentos que os aproximaram e os distanciaram no sentido da resistência no NCSC⁴⁰⁶.

Apesar disso, a situação que pudemos comprovar nesse momento da exposição foi o incentivo Estatal e da imprensa em ressaltar uma noção de cultura, expressa nas práticas de trabalho nipo-brasileiras, como um conjunto de características herdadas capazes de definir de forma particular o caráter, bem como as expectativas públicas para a colonização, com base na forma de inserção dos colonos nipo-brasileiros em seu interior.

O que se percebeu, nesse momento, no caso do NCSC, foi a não diluição e a não recriação das especificidades das experiências vividas dos colonos, algumas delas compartilhadas, como a condição de migrantes e a busca pela terra e auxílio. O autoritarismo vigente, longe de tolher táticas e estratégias desses camponeses, como veremos a seguir, ocupou-se de definições e atributos, negativos e positivos aos colonos, respectivamente brasileiros e nipo-brasileiros, colaborando com o distanciamento entre os grupos, o negativismo com relação aos brasileiros⁴⁰⁷ e, no limite, passando pela desarticulação de uma identidade comum enquanto colonos.

Assim, acreditamos que o governo Vargas e seus subsequentes estariam reeditando no NCSC a diferenciação do modo como os colonos nacionais e estrangeiros seriam tratados pelas instituições públicas, bem como ocorreu nas experiências de colonização dos estados do sul do Brasil. Tal como foi observado por Paulo Zarth, em sua obra *História Agrária do Planalto gaúcho: 1850-1920*, nas relações entre imigrantes europeus e o caboclo gaúcho houve um desnível que não era étnico, mas sim forjado pelo Estado⁴⁰⁸.

Contudo, diferente do caráter eugênico daquela experiência de colonização, no caso de Santa Cruz/Itaguaí o que se percebe é uma questão de privilégio a determinados signos e rituais de trabalho. Os colonos nipo-brasileiros, embora tenham chegado depois no NCSC, estabeleceram-se em condição de domínio em detrimento dos colonos nacionais devido à sua organização prévia junto à CAC e ao apoio extensivo concedido pelo Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, também pudemos demonstrar a construção de um discurso de diferenciação étnica, mobilizado pelos nipo-brasileiros a partir da ideia do trabalho, que faz com que se reproduzam expressões como “[...] Brasileiro não era muito de pegar na enxada não”⁴⁰⁹. O que nos leva a crer que, aparentemente, a cristalização de uma memória positivada

⁴⁰⁶ Tal exercício de caracterização de perfis de grupos sociais em meios rurais pode também ser encontrado em: BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

⁴⁰⁷ Mais tarde cristalizado na forma de um apagamento de memória.

⁴⁰⁸ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997, p.77.

⁴⁰⁹ Depoimento de Karenina Sudo Franco realizado em 30 de outubro de 2015 no sítio da família em Santa Cruz.

dos nipo-brasileiros parece ter sobrevivido ainda hoje em Santa Cruz e Itaguaí, situação que se percebe, por exemplo, na manutenção de algumas famílias na região, na área das antigas colônias ou no centro do bairro, e da fala dos moradores sobre o papel de destaque dos japoneses no plantio na região⁴¹⁰. Assim, nos resta reabilitarmos os esquecidos da colonização que com suas táticas e estratégias tentaram suportar a vida na colônia.

Diferentemente das conclusões de Alexandre Fortes sobre a etnicidade e a classe, para nós o caso do NCSC, em especial ao longo no período da Segunda Guerra Mundial, fez nascer ainda mais distanciamentos entre os colonos por conta da vigilância patriótica que, após o conflito, foi respondida pelos grupos perseguidos, notadamente japoneses, com um aumento do fechamento da comunidade. A onda de “integração”, percebida por Fortes no Quarto distrito de Porto Alegre entre polacos e brasileiros, não ocorreu em Santa Cruz e foi embarreirada e não estimulada pelo Estado e pela imprensa, que souberam forjar as diferenças entre os grupos de colonos.

Por outro lado, as experiências construídas pelos nipo-brasileiros através dos torneios esportivos e das festividades típicas de sua cultura apresentam-se como espaços de reorganização da experiência vivida desses colonos e poderiam também configurar-se como uma forma consensual de estratégias de luta de conquista de espaço naquele contexto rural. Nessas organizações, os colonos nipo-brasileiros buscavam reiterar necessidades materiais e culturais, na defesa de sua cultura e seus signos. Essa experiência não esteve completamente apartada do horizonte dos colonos brasileiros; contudo, elas não tinham o caráter agregador a outras culturas e, por conta de práticas como *yamatodamashii* e o *gambarê*, citados anteriormente, não nutriam perspectivas de organização política ou coletiva para a solução de problemas com a colonização.

Dessa maneira, atribuir o “sucesso” ou “insucesso” da colonização à obra das identidades dos colonos nipo-brasileiros e nacionais, respectivamente, é um equívoco que tende a mascarar o processo de ocupação agrícola das terras do NCSC. Não se refere somente de uma questão ideológica – forjada por setores do governo, periódicos e a intelectualidade –, enaltecendo uma etnia ou outra, mas sim de análise da questão do ser colono mais a fundo, considerando suas relações horizontais, entre os colonos, e verticais, com a burocracia. Sob essa perspectiva, poderemos encontrar mais pistas para se avaliar essas relações que, inicialmente, já se configuram como assimétricas, seja no trato com colonos vizinhos ou nas solicitações à administração e ao Estado.

Reiteramos que não estamos aqui defendendo a força suprema de um Estado autoritário aniquilador da força organizativa de colonos. Contudo, há que se considerar que, à exceção dos nipo-brasileiros, nenhum desses grupos era homogêneo, tampouco sua definição enquanto grupo singular era autoevidente. Ao contrário, eram homens e mulheres marcados por clivagens de origens, costumes, línguas, religiões e formas de trabalho que, obviamente, tinham impacto sobre suas experiências a serem construídas ao longo da colonização. Nesse contexto difuso, apesar das investidas dos periódicos e do Estado, acreditamos que ainda havia espaço para formas de organização na tentativa de melhores condições no NCSC, exposto esse quadro de distanciamento entre os colonos, nos restando investigar no próximo capítulo que táticas foram essas.

⁴¹⁰ Em especial da produção de tomates que a partir da década de 1950 ganharam destaque na produção da região, sendo o tipo do fruto denominado de “Santa Cruz”.

CAPÍTULO III: NEM SÓ DE COLONOS SE FAZ UMA COLÔNIA: O MUNDO DO TRABALHO E OS CONFLITOS NA GESTÃO DO NÚCLEO

“Os que detêm o poder e os que a eles estão submetidos estão confrontados face a face”⁴¹¹.

Iniciemos esse capítulo com uma pergunta: quais seriam as relações entre a administração e os empregados do NCSC, visto que os primeiros tinham por missão promover a assistência, a organização da produção e da propriedade familiar agrícola?

O único comentário acerca dessa situação no NCSC foi feito pela geógrafa Maria do Carmo Galvão, em entrevista ao *Correio da Manhã* no ano de 1958. Após visitas de campo, a autora elaborou um breve panorama da situação do núcleo após 28 anos de sua instalação, e nele afirmava que os problemas principais poderiam ser resumidos à “falta de administração e planejamento”⁴¹².

Para a geógrafa, os dois fatores citados percebiam-se na falta de supervisão na venda de lotes, a carência de assistência aos colonos e a não conservação dos trabalhos de saneamento, encerrando sua entrevista com o fatídico diagnóstico de que “nenhuma assistência técnica ou financeira tem sido prestada aos colonos [...] abandonados à sua própria sorte”⁴¹³. Apesar de considerarmos a limitação do meio de divulgação da pesquisa e a não continuidade da temática em seus estudos acadêmicos, interpretamos como embrionária a consideração da geógrafa⁴¹⁴, carecendo ainda essa discussão de investigação profunda sobre a gestão no NCSC.

Na década de 1970, outro estudo foi proposto pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). Naquele momento, havia a tentativa de explicar os sucessos e insucessos dos programas colonizacionais instalados entre a década de 1930 e 1960 nas regiões Centro-Oeste e Norte do país⁴¹⁵. Na busca pela caracterização da colonização, os economistas dedicaram-se à uma investigação econômica do trabalho agrícola efetuado pelos colonos e seus níveis de renda, com a intenção de determinar as variáveis responsáveis pela efetivação e/ou desvirtuamento da colonização. Os autores discutiram, com profundidades diferentes, o malogro do projeto colonizacional atribuindo um sem número de questões à falência do projeto mas, assim como fizeram em suas análises sobre os colonos, esqueceram-se também dos empregados⁴¹⁶.

Entre outras conclusões, a pesquisa encaminhou-se para resultados ligados a um suposto abandono administrativo dos núcleos coloniais. Tendo em vista que as considerações não levaram em conta casos específicos e analisaram a administração dos núcleos coloniais somente por um viés econômico e homogeneizador dos agentes públicos, nos resta propor uma abordagem diferente desses agentes para o caso do NCSC, vista por dentro.

⁴¹¹ SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos históricos*, v. 2, n. 18, pp. 361-388, 1996. p.371.

⁴¹² CORREIO DA MANHÃ. *O que é o Rio?* 26 de agosto de 1958. Edição nº: 20066, p. 14.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Anos após, a autora realizava novamente uma análise sobre a zona oeste carioca, contudo, sem referências ao NCSC. In: GALVÃO, Maria do Carmo. *Aspectos da Geografia Agrária do sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas da Geografia do Brasil (CPGB), 1963.

⁴¹⁵ Realizada no ano de 1971, a pesquisa teve como recorte espacial os estados do Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amazonas. TAVARES, Vanda; CONSIDERA, Cláudio e CASTRO E SILVA, Maria Thereza. *Colonização Dirigida no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1972, p.63.

⁴¹⁶ Entre os autores que executam análises sobre o possível malogro da colonização e desconsideram análises acerca da condição dos empregados e da administração do NCSC: FAISSOL, Speridião. *Notas sobre o Núcleo colonial de Santa Cruz*. Boletim Geográfico: Ano VII, número 82, janeiro, 1950; GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Mirian Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional de Geografia, CNG/ IBGE, 1956; SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005.

Na década de 1980, o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos⁴¹⁷, pensando as regiões Amazônicas e Centro-Oeste, sugeria que a política de colonização consistiria na aplicação de uma “técnica social” que, organizada sob a lógica do controle e seleção social, reproduzia uma dominação política e ideológica sobre as populações rurais no país⁴¹⁸. Em uma perspicaz análise sobre a colonização dessas regiões, cujo destaque era dado às condições macroestruturais da colonização e ao papel do Estado brasileiro como dirigente dessa política, contudo, o sociólogo não concedeu espaço aos administradores e empregados dos núcleos, tal como se essa política se realizasse na forma de uma ação “invisível” até os colonos.

Isto posto, a opção pela exposição de questões relativas à relação entre os empregados⁴¹⁹ e os administradores em nossa dissertação responde também ao fato desses trabalhadores, em especial os primeiros, terem sido, assim como os colonos, negligenciados ao longo da escrita da História da colonização, que a eles atribuía somente a responsabilidade pelo “abandono administrativo”⁴²⁰.

Dessa forma, discutir as demandas desses empregados é questão necessária, especialmente no NCSC que, na Baixada Fluminense, contou com um grande número de empregados, chegando a 417 funcionários no período de 1943 a 1951, momento que contabilizava o maior número de trabalhadores em núcleos coloniais no país⁴²¹. Ademais, historicizar as formas de luta e as relações dos empregados não nos distancia de nossos objetivos originais; ao contrário, colabora com a escrita da história do segundo maior contingente de trabalhadores no núcleo colonial, ficando atrás somente dos colonos⁴²². Além disso, tal categoria se encontrava entre a administração e os colonos e que, em muitos casos, tinham demandas próprias no microcosmo do mundo do trabalho instalado na colônia. Dessa maneira, é também nosso objetivo investigarmos como as microestratégias de administradores e empregados alteraram ou não os planos de colonização do NCSC.

Como contribuição a essa análise, nossa opção teórico-metodológica volta-se para a micro-história, em especial seu conceito de escala que, enquanto procedimento analítico, pode ser utilizado como uma forma de avaliar as dimensões na seara das relações sociais⁴²³. Para o micro-historiador Giovanni Levi, quando reduzida, a escala microscópica revelará fatores anteriormente não observados.

⁴¹⁷ SANTOS, José Vicente Tavares dos. A política de colonização no Brasil Contemporâneo. *Reforma Agrária*. Vol.15, nº1, jan – abr, 1985. p.13-29.

⁴¹⁸ Idem. p.26.

⁴¹⁹ Tal como apontou Álvaro Leal Santos para o contexto baiano na primeira república, no período aqui analisado, ainda havia uma indefinição no tratamento jurídico a ser adotado em relação aos trabalhadores federais e, por isso, eram chamados de “empregados”, “contratados” ou, simplesmente, “servidores públicos”. A primeira definição foi a escolhida por nós para essa dissertação, pois trata-se da forma como a documentação oficial se referia aos trabalhadores do NCSC. SANTOS, Álvaro Leal. *O associativismo dos funcionários públicos na Bahia da Primeira República*. Dissertação de mestrado em história regional e local. UNEB/BA, Campus V, 2012. p.17.

⁴²⁰ Pode-se consultar essa listagem em: LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983. p.38.

⁴²¹ No relatório apresentado pelo ministro João Cleofas, que abrangia o período de 1943 a 1951, a quantidade de servidores era descrita sem especificações de atividade e a listagem apresentava os seguintes dados: o NCSC com 417 servidores, o núcleo colonial de São Bento (280), Tinguá (200), Senador Vergueiro (93), Marquês de Abrantes (80) e o núcleo colonial de Duque de Caxias (51). Ao final deste levantamento o ministro queixava-se do baixo percentual de empregados por colonos. Podem-se consultar maiores informações em: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ministro*, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1951. p. 98.

⁴²² Ao longo de todo o período de vigência da colonização o quantitativo de servidores foi bastante elevado, comportando essa classe diversas condições sociais e sendo alvo de críticas em diversos momentos, por conta do excesso de gastos que poderiam ser revertidos para o fomento agrícola. Referências sobre o tema poderão ser encontradas ao longo dos próximos capítulos.

⁴²³ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.137.

Usando dessas lentes de observação microscópicas, emerge uma multiplicidade de sinais e símbolos em meios aos grupos sociais analisados, frente aos quais o pesquisador buscará defini-los e mediá-los⁴²⁴, revelando, assim, características “estranhas” ou “anômalas”, sendo possível interpretar assimetrias ou ajustamentos de determinados grupos – por exemplo, de administradores e empregados – ao projeto de colonização ou não⁴²⁵. Isso permite análises sobre as condições reais de realização do projeto de colonização, em que pesam os apoios e alianças locais para sua efetivação.

Partindo de tais reflexões, pretendemos analisar micro processos ligados ao mundo do trabalho no NCSC, voltando-nos para ações sociais de administradores e empregados. Para esse exercício, a saída encontrada foi a utilização do Diário Oficial da União, que em seus volumes nos possibilitou uma aproximação com o cotidiano da organização institucional do núcleo e de seus procedimentos burocráticos desde a tomada de posse em cargos, passando por solicitações, reclames e exonerações. Tais passagens que, à primeira vista, se mostraram somente como informes burocráticos, tornaram-se um caminho para vasculhar nomes e situações do mundo do trabalho no entorno da colonização e as formas como se desenvolveram relações assimétricas entre administradores e funcionários.

Assim, partindo da problemática da indefinição de direitos dos empregados do Governo Federal, lança-se o debate sobre as formas de luta e reivindicação executadas por esses empregados frente às práticas dos administradores do NCSC. Contudo, para esse exercício analítico, surge a necessidade de conhecermos as particularidades dos administradores e empregados.

III.I ENTRE O TÉCNICO E O PATERNAL: RAÍZES DA ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL

“O poço nunca é do peixe: é de outro peixe mais forte”⁴²⁶

Começamos pelos administradores, estamento este composto por homens de escalões médios da burocracia do Ministério da Agricultura que, desde a Primeira República, ocuparam-se cada vez mais das políticas no meio rural brasileiro, fosse nas relações de trabalho ou com maior ênfase na orquestração dos serviços de saneamento e colonização, como no caso em apreciação.

Esses engenheiros, formados em distintas instituições brasileiras, alinhados à suas entidades de classe⁴²⁷ apresentavam-se como divulgadores do projeto ruralista que, entre outras características, propunha uma reação contra-hegemônica com base no discurso e prática da diversificação da produção agrícola, em contraste e diferença à economia cafeeira, tendo como polo o Estado de São Paulo. Entre seus membros encontravam-se, em sua maioria, engenheiros agrônomos que, na ossatura da instituição, eram encarados como os executores privilegiados do projeto ruralista⁴²⁸.

⁴²⁴ *Op. Cit.* p.149.

⁴²⁵ *Op. Cit.* p.155.

⁴²⁶ ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970, p.231.

⁴²⁷ Entre elas a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que, criada em 1897, configurou-se como um ajuntamento de defensores da ideia de uma vocação agrícola do Brasil, configurando-se como um espaço de debates sobre o tema de 1896 e com papel de destaque ao longo do século XX em suas reuniões organizaram-se algumas das maiores pautas para a agricultura, em suas diferentes abordagens, ao longo do século XX. Entre seus participantes encontravam-se frações de classe de regiões agrícolas decadentes, interessados na diversificação econômica da produção brasileira e fazendeiros paulistas das regiões de vigor da produção cafeeira. MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 25.

⁴²⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 156.

Seu discurso técnico-científico estruturava-se na necessidade de remodelamento de práticas e na capacidade transformadora desses profissionais como agentes gestores de seus meios de atuação, fossem rurais ou urbanos.

Ainda na Primeira República, difundia-se a ideia de uma suposta necessidade de assistência técnica, comum ao campo e à cidade, cabendo aos engenheiros a orientação e o melhor aproveitamento desses espaços. Para o campo o discurso ainda consolidava a ideia de que “os lavradores por si mesmos jamais teriam meios de pôr em prática os métodos que assinalam a evolução do que hoje já podemos chamar de ciência agrícola”⁴²⁹, sendo os engenheiros, em especial os agrônomos, por princípio os difusores da modernização e das noções científicas necessárias ao trabalho no campo.

Formados sob uma perspectiva hierarquizadora, era dos engenheiros agrônomos a função de organização e gestão do meio rural⁴³⁰, sendo encarados como os profissionais capazes de intervir na realidade rural, homogeneizando produção e produtor e ordenando a produção. Mais especificamente no campo da colonização, a função primordial seria executar a colonização “de espaços, corpos e mentes”⁴³¹, criando o novo trabalhador rural brasileiro, produtivo, voltado para o lucro e distante do seu meio natural, tradicional e marcado por um suposto “atraso”⁴³².

Desta forma, ao ressaltarmos os matizes discursivos que serviram de orientação às propostas de intervenção dos engenheiros, nos interessa em especial as formas como foram mobilizados esses saberes em suas práticas no NCSC considerando, mais uma vez, as distinções entre *projeto* de formação e *processo* de aplicação desses saberes.

Para isso, nos importa dizer que a presença desses engenheiros nas esferas governamentais demonstra o desenvolvimento e a conquista de um destacado espaço político que, egresso das experiências na Primeira República, ganharam ainda mais vigor com o processo autoritário e centralizador desencadeado pela revolução de 1930⁴³³. Segundo Luciano Mattos Dias, passo a passo, este grupo ganhava mais importância e ampliava suas possibilidades de atuação nas esferas do Estado: os engenheiros civis no Ministério de Viação e Obras Públicas e os engenheiros agrônomos no Ministério da Agricultura⁴³⁴.

Ainda segundo Mattos Dias, a partir da década de 1930 os engenheiros tornaram-se os profissionais ideais para a organização do serviço público e na composição de políticas de desenvolvimento econômico⁴³⁵. Na esfera do Ministério da Agricultura, uma das divisões em que esses engenheiros encontraram possibilidades de atuação foi a Divisão de Terras e Colonização (DTC).

Inicialmente com os núcleos concentrados nas franjas da Capital Federal, a despeito das múltiplas inserções que estes poderiam encontrar nas distintas repartições públicas, acreditamos na possibilidade e interesse de boa parte desses em poder empreender tal tarefa próximo ao Rio de Janeiro, o que colocava as regiões de colonização da Baixada Fluminense como atrativas em seus projetos de ascensão profissional. Seja como for, aqueles que foram escolhidos para exercer tal cargo no NCSC, tiveram as seguintes trajetórias:

⁴²⁹ Idem, p.12.

⁴³⁰ _____. *Agronomia e Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.40.

⁴³¹ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Unicamp. 1986, p.13.

⁴³² LENHARO, Alcir. Op, Cit.1986, p.14.

⁴³³ HERSCHMANN, Micael Maiolino Pereira & MESSEDER, Carlos Alberto. Op. Cit., 1994. p.75.

⁴³⁴ MATTOS DIAS, Luciano. Engenheiros. In: GOMES, Ângela M. de Castro (Org.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

⁴³⁵ Idem.

Tabela 1: Formação e atuação profissional dos administradores do núcleo colonial de Santa Cruz

TABELA GERAL COM A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ADMINISTRADORES DO NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ (1930 -1961)			
Nome	Formação	Período de atuação no NCSC	Atuação profissional posterior
Gentil Tristão Norberto	Engenheiro Agrônomo (Escola Politécnica)	18/03/1930 - 10/01/1931	Diretor da Secretaria do Tribunal Eleitoral da Bahia
Henrique Dietrich	Engenheiro Civil (Escola Politécnica)	10/01/1931 - 20/09/1935	Chefe da Seção de Engenharia da DTC e integrante da Primeira Comissão Revisora de Títulos de Terras
Enéas Calandrini Pinheiro	Engenheiro Agrônomo (Escola Agrícola da Bahia)	20/09/1935- 16/07/1937	Diretor do Fomento Agrícola do Pará e Presidente da Comissão Instituto Agrônomo Norte
Antonio Emiliano Fayal Júnior	Engenheiro Elétrico (Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá)	16/07/1937 - 14/11/1939	Responsável pela implantação do núcleo colonial de Barra do Corda – MA
Juan Angel Solis	Engenheiro Agrônomo (Escola Superior Agrícola de Lavras)	14/11/1939 - 18/06/1946	Administrador do núcleo colonial de Tinguá
Luiz Mittelman	Engenheiro Agrônomo (Escola Superior Agrícola de Lavras)	03/04/1949 - 28/11/1951	Secretário da Divisão de Terras e Colonização
Valdemar Gadelha	Engenheiro Agrônomo (Escola Superior de Agricultura e	28/11/1951- 28/02/1956	Servidor incorporado ao Instituto Nacional de Imigração e

	Medicina Veterinária)		Colonização
Rafael Souto Filho	Engenheiro Agrônomo (s/i)	28/02/1956 - 18/05/1959	Administrador do núcleo colonial de Machado (MG)
Octávio Bartolomeu Dantas Alves	Engenheiro Agrônomo (s/i)	18/05/1959 - 12/08/1961	Engenheiro lotado no Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Olavo Mendes da Rocha	General de brigada da Reserva	07/03/1967 - 02/12/1968	Função não identificada

Fonte: Adaptado pelo autor dos relatórios: BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório do Ministro*, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1930-1960.

Quanto à origem social, os administradores eram, em sua maioria, filhos de funcionários públicos e profissionais liberais, egressos de distintos estados da federação⁴³⁶. Sobre suas atuações profissionais, a tabela acima colabora com um panorama simplificado com as trajetórias dos administradores do NCSC. Iniciemos pela coluna com a formação acadêmica que, com a exceção do engenheiro elétrico Antonio Emiliano Fayal Júnior⁴³⁷, era composta em sua maioria por profissionais das áreas civil e agrônoma.

Apesar dos distintos centros de formação, percebe-se que os administradores de formação agrônoma orientavam-se a partir do currículo da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), escola tida como padrão nacional⁴³⁸ que privilegiava, nas palavras de Sônia Mendonça, “(...) o ‘saber fazer’ das atividades rurais, formado não apenas por intermédio de disciplinas técnicas sofisticadas, mas também por aquelas mais humanistas, em particular a de Economia Rural”⁴³⁹. Compunham ainda a formação dos agrônomos formados nos termos desse currículo uma lógica de promoção baseada na meritocracia e o cooperativismo como forma de ascensão das populações rurais “em atraso”.

Apesar do currículo e da formação, a indicação de determinados administradores nos levam a crer que os critérios adotados na escolha respondiam a interesses privados mais específicos da Divisão de Terras e Colonização e, no limite, do Ministério da Agricultura do que propriamente técnicos e operacionais.

Como exemplo dessa situação, *O Radical*, em matéria de 05 de março de 1939, criticava as posturas do administrador Antonio Fayal e do diretor da DTC, José de Oliveira

⁴³⁶ Vide consultas no Almanaque Laemmert.

⁴³⁷ O RADICAL. 05 de março de 1939. Edição n° 2114, pp. 01-02.

⁴³⁸ O título de escola-padrão dado a ESAMV contrastava com a crítica feita pela Escola Superior Luiz de Queiróz (ESALQ), escola paulista de formação agrônômica com currículo voltado à formação técnica com a finalidade de fomentar a mecanização da agricultura. Sobre o debate político-institucional entre as escolas, pode-se consultar: MENDONÇA, Sônia Regina. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁴³⁹ MENDONÇA, Sônia Regina. Agronomia, agrônomos e projetos para a agricultura brasileira no pós-1930. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História das Empresas*. ABPHE – Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica, 2003.

Marques, em seu apoio à colonização nipônica no NCSC. Dentre as denúncias, os burocratas eram mencionados como eletricitistas de formação⁴⁴⁰, “metidos a técnicos em agricultura e colonização”⁴⁴¹ lotados em funções para as quais “não têm títulos nem credenciais morais”⁴⁴², sendo o segundo apontado como ocupante do cargo por ser genro do ex-presidente Wenceslau Brás, situação essa que serve como prova real de que o bem público – um cargo como administrador de uma política pública – não estava dissociado do foro privado e particularista.

Na coluna tempo de atuação no NCSC, na tabela acima, percebe-se primeiramente a variação dos períodos, o que nos sugere a existência de certa instabilidade na manutenção do cargo sob o comando do mesmo administrador⁴⁴³. Nesse contexto, o único administrador que teve o fim de sua gestão antecipada foi Antônio Fayal por ter respondendo a um processo, nascido de uma rusga no NCSC, no Supremo Tribunal Federal⁴⁴⁴. A partir desse caso, acreditamos ser possível sugerir que essas flutuações temporais estejam relacionadas a pressões exercidas pelos colonos e empregados sob a administração, antecipando, com isso, o fim das gestões de alguns desses administradores.

Não tributamos o tempo de permanência nas atividades do núcleo a condições da política institucional, visto que entre a DTC e o Ministério da Agricultura multiplicavam-se elogios públicos aos administradores⁴⁴⁵, o que nos pareceu, em certa medida, uma garantia aos administradores, visto que a DTC e o Ministério da Agricultura respaldavam suas gestões no NCSC, sem grandes interferências⁴⁴⁶.

Na continuação da análise da tabela, na seção “atuação profissional posterior”, é bastante clara a ascensão e/ou manutenção de seu cargo pelos administradores após sua passagem pelo NCSC. Interpretamos tal fato como resultado de redes políticas ativadas e/ou reiteradas durante a experiência na colonização em Santa Cruz, conduzindo-os ao exercício de atividades em diferentes estados do país.

Em meio a esse cenário, esses homens, de trajetórias similares em muitos casos, encontraram na Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura suas oportunidades de trabalho. Junto a essa repartição, aquele que fosse escolhido pelo chefe da DTC ao cargo de administrador de núcleo colonial receberia um salário de 2:000\$000 e

⁴⁴⁰ Conforme exposto na tabela, sabe-se que Antônio Emiliano Fayal Júnior era engenheiro elétrico e não eletricitista como propunha o periódico. Pode-se consultar a informação em: UNIFEI. *Ex-alunos que concluíram o curso de Graduação, desde a primeira turma/1917*. disponível em: <https://adm-net-a.unifei.edu.br/exalunosconsulta/docs/livroexaluno.pdf> Acesso: em 14 jan 2016.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ Tal situação não se expressou nas duas primeiras gestões do NCSC, respectivamente a de Gentil Norberto e Henrique Dietrich, fato que nos leva a pensar na necessidade política de consolidação da colonização sob a tutela destes administradores.

⁴⁴⁴ O caso de Antônio Emiliano Fayal será melhor analisado no quarto capítulo. *O Radical*, 14 de novembro de 1939, edição n° 2328, p.04.

⁴⁴⁵ Identificamos nas práticas públicas da DTC e do ministério da agricultura sinais de uma amistosa relação entre burocratas e que, no limite, chancelava e promovia as práticas dos administradores. A título de exemplo: Dietrich e Solis eram constantemente elogiados, o primeiro foi louvado pelo ministro Salgado Filho “pelos relevantes e esforçados serviços [...] atestado pelo que está comprovadamente executado”. (Correio da Manhã, “Centro agrícola de Santa Cruz”, 04 de junho de 1933, Edição: 11811, p. 15.); O segundo pelo ministro Juarez Távora que enaltecia Solis por “superintender respectivos trabalhos [...] todos reveladores de um aproveitamento inteligente, possibilidades do solo” (DOU, 22 de janeiro de 1934, n°18, p.1481). Nem mesmo em momentos de exposição dos descaminhos da colonização como fez o ministro João Cleofas em 1951, em relatório que sobraram críticas aos colonos brasileiros, os administradores sequer foram citados. Pode-se consultar o relatório em: DIÁRIO DA NOITE. *Capa*. 29 de maio de 1951, edição n° 4667.

⁴⁴⁶ Todavia, somente o aprofundamento das pesquisas sobre a trajetória de trabalho desses engenheiros poderá afirmar o grau de maturidade de suas redes de relação no NCSC e nas divisões da DTC para podermos problematizar as mudanças de cargo e possíveis promoções em suas carreiras.

deveria ser o orientador das práticas agrícolas e sociais na região de Santa Cruz e Itaguaí⁴⁴⁷, tendo por estatuto da função as seguintes atribuições:

Receber os agricultores estrangeiros e nacionais que se destinem ao núcleo, na estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial, transportá-los, com suas bagagens, até a sede do núcleo e dar-lhes agasalho;
Providenciar os auxílios necessários aos agricultores para a sua manutenção e o da sua família;
Efetuar a distribuição dos lotes pelos agricultores e entregar-lhes o título provisórios e definitivos;
Fornecer gratuitamente aos recém-chegados ao núcleo, ferramentas de trabalho, plantas e sementes; facultar ao estrangeiro o serviço de intérprete;
Encaminhar a correspondência dos colonos e promover a entrega das que lhes for endereçada;
Orientar o colono em seu primeiro trabalho;
Administrar todos os serviços do núcleo;
Visitar frequentemente os lotes ocupados informando a Divisão de Terras e Colonização a aplicação de penas disciplinares que se tornarem necessárias;
Manter a ordem em todo o núcleo e requisitar as autoridades as providências que dependerem;
Providenciar o fornecimento de materiais e gêneros alimentar de que necessitar o núcleo;
Comunicar falecimento de qualquer colono, fazendo arrecadar, arrolar e guardar os bens do finado;
Encaminhar a folha de pagamento ou o resumo do ponto do pessoal;
Aprovar a escala de férias do pessoal do núcleo; encerrar o ponto do pessoal⁴⁴⁸.

A partir da listagem de deveres, exposta acima, podemos interpretar tal regimento sob dois prismas e voltado para dois segmentos: o primeiro, voltado aos colonos, pode ser mirado sob a ótica do paternalismo, em especial se o considerarmos como um modelo de ordem social visto de cima para baixo.

Cabe aqui uma explicação do uso do conceito de paternalismo que, interpretado por Thompson como um termo impreciso que, por vezes, demonstra somente relações vistas de cima, implicando em uma via de mão única, sugerindo uma coesão entre grupos sociais equidistantes⁴⁴⁹. Ao longo dessa dissertação, a mobilização deste se dará a partir de uma interpretação, também de viés thompsoniano, que destaca o paternalismo como um campo aberto à disputas, com forças logicamente assimétricas. Pois, como propôs Fabiane Popinigis, “Se não há revolta aberta, existe um permanente estado de tensão em que estão presos os oponentes, estabelecendo limites para ambos os lados”⁴⁵⁰.

Nesse sentido, se considerarmos passagens como “administrar todos os serviços”, “manter a ordem em todo o núcleo” ou “providenciar os auxílios necessários aos agricultores para a sua manutenção e o da sua família” o documento torna perceptível a unidirecionalidade do comando e o monopólio da providência paternal proposto aos administradores. Logicamente, na prática, essas ações seriam comentadas e (re) ordenadas conforme as ações dos colonos frente a essas determinações governamentais, como veremos na sequência.

⁴⁴⁷ Decreto nº19.667 de 04 de fevereiro de 1931 quando a gestão do NCSC era de responsabilidade do ministério do trabalho.

⁴⁴⁸ Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal aos administradores de núcleos coloniais. In: SOUZA, Marlúcia dos Santos; GONZAGA, Marisa. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pílares da História*, v. 10, p. 58-70, 2011. p. 68.

⁴⁴⁹ THOMPSON, Edward Palmer. Patrícios e Plebeus. In: _____. *Costumes em Comum*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998. p.29.

⁴⁵⁰ POPINIGIS, Fabiane. E.P. Thompson e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair Batista da. *Classes e lutas de classes: novos questionamentos*. São Paulo: Annablume, 2015. p.172.

Tal como exposto, entre as atribuições da função era indicado que a entrega das diferentes modalidades de títulos de propriedade fossem feitas pelo administrador, tendo inclusive o direito de “arrecadar, arrolar e guardar os bens” em caso de falecimento de colonos. Essas atribuições sem dúvida garantiam seu domínio sobre algumas das maiores conquistas dos colonos no NCSC, a terra e os proventos do trabalho.

Note-se, também, na indicação de “visitar frequentemente os lotes” e na obrigação de fixar residência na sede do núcleo⁴⁵¹ determinações que reiteravam a intenção governamental de aproximação entre administradores e colonos. Subjazem essas prescrições características morais que os administradores possuísem de modo a forjar os colonos a determinados estados de espírito. Além dessa atuação ampla concedida aos administradores o regimento trazia, em suas entrelinhas, formas de comportamento dos colonos – enquanto trabalhador, responsável e cumpridor das leis – em relação ao administrador, que pode ser lida como a tentativa institucional de consolidação de uma relação paternalista. Essa visão sobre o comportamento do colono, no limite, aponta para a confusão de “atributos reais e ideológicos”, conforme apontou Antônio Luigi Negro, resultando em um não-recohecimento do conflito de classes e, um uso intencional e autoritário, da ideia de transformação do trabalhador nacional⁴⁵².

Ademais, interpretamos que o Governo Federal propunha a instalação do modelo de ordem social autoritária vigente no Brasil no microcosmo da colônia, fazendo com que a imagem do administrador fosse considerada complementar àquela figura do Presidente Vargas como “Pai dos pobres”. Dessa forma, instalada a necessidade, avaliamos que tenha havido o esforço para construir essa atmosfera paternalista que implicava na produção de reconhecimento nos colonos da capacidade dos administradores em dirigi-los⁴⁵³.

Na continuação, nosso segundo segmento de interpretação do regimento está ligado à relação do administrador com os empregados, relação que deveria ser baseada em uma nova rotina de gestão dos quadros de pessoal⁴⁵⁴. Segundo o historiador Carlos Paiva, após a crise da década de 1920 e com o início do governo Vargas, começou-se a pregar que a saída para a organização da estrutura político-administrativa brasileira residia na técnica que, supostamente isenta de práticas políticas, se configuraria como apolítica⁴⁵⁵.

⁴⁵¹ Todavia, a sede do núcleo era descrita como um prédio “[...] aproveitado. É velho, sem conforto. As janelas estão carcomidas e as tabuas do assoalho oscilam com o peso do corpo”. Os prédios baixos em conjunto referiam-se a uma ‘coisa do tempo do imperador’, em frente à sede encontrava-se a antiga coudelaria real, na qual estavam instaladas oficinas e o almoxarifado do NCSC, segundo o relato de uma visita da equipe de reportagem do jornal *A Noite*. Pode-se consultar em: *A Noite*, quarta-feira, 8 de março de 1933, edição: 07645, p. 02. Em meio a essa estrutura imobiliária reaproveitada, os administradores não fixaram residência no NCSC, mantendo no geral suas residências nas zonas sul e norte da cidade. O administrador que viveu mais próximo ao NCSC foi Henrique Dietrich, que se estabeleceu a 30 quilômetros da colônia, no bairro de Campo Grande, na região da Vila Comari, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Pode-se consultar em: *A Noite*, quarta-feira, 8 de março de 1933, edição: 07645, p. 02.

⁴⁵² NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*. Campinas: Unicamp, v.11, n. 20/21, 2004, p.11-38.

⁴⁵³ No próximo capítulo poderemos avaliar o papel do paternalismo nas relações entre administradores e colonos e se houve a efetivação dessa imagem do administrador paternalista, assim como havia em relação ao presidente.

⁴⁵⁴ No ordenamento do Estado iniciado na década de 1920 e consolidado no governo Vargas havia uma expectativa tecnicista na ação destes engenheiros na condução da reforma de uma burocracia privatista e permeada por interesses privados, para uma gestão técnica de matriz weberiana da máquina pública do Estado. Podem-se encontrar maiores informações em: WAHRLICH, Beatriz de Souza. Reforma administrativa na era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983. 908 p.

⁴⁵⁵ PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). *HISTÓRIA*, 776 São Paulo, 28 (2), p.775-796, 2009.

Compartilhando desses novos parâmetros na burocracia, o regimento do DNPV⁴⁵⁶ também continha suas indicações à gestão dos empregados do núcleo. Ainda que na forma de apontamentos, como “encaminhar a folha de pagamento ou o resumo do ponto do pessoal”⁴⁵⁷ e “aprovar a escala de férias do pessoal do núcleo; encerrar o ponto do pessoal”⁴⁵⁸, nos ajudam a construir uma interpretação sobre a relação técnica e burocrática que se esperava dos administradores para com os empregados da colônia.

Isto posto, notamos um abandono do paternalismo dirigido aos colonos, que passa a ceder lugar a uma orientação, em teoria, tecnicista. Diferente dos colonos, os quais se encontram nas entrelinhas das ações dos administradores, o “pessoal” aqui aparece como um corpo de trabalhadores indistintos, como se fossem todos da mesma categoria e sem maiores informações sobre direitos e garantias que os assegurassem. Como se o pagamento, a frequência ou as férias encerrassem todas as interações possíveis com esses empregados do NCSC. Esse processo de indistinção foi coroado ainda com a reforma do projeto de colonização de 1943, citado anteriormente, que, em diferença com o projeto de 1911, excluía o capítulo dirigido aos trabalhadores dos núcleos de colonização. Encerrando com isso uma série de direitos anteriormente garantidos a esses trabalhadores.

Avaliados esses dois segmentos, acreditamos em uma consubstanciação de figuras a serem cumpridas pelos administradores que os colocariam na posição de um *técnico-paternal* configurando-se, assim, a um só tempo, dentro dos planos de Estado, o administrador como guia *paternal* dos colonos na superação das dificuldades impostas ao longo da colonização, mantendo uma relação não conflitiva que fomentaria uma suposta harmonia para que os colonos pudessem produzir mais e melhor e, também enquanto gestor técnico, atento aos procedimentos burocráticos próprios da nova gestão dos empregados do governo federal.

Frente a essa dupla ação, acreditamos que as práticas dos administradores não eram um simples cumprimento das normas definidas nos departamentos do Ministério da agricultura, cabendo a eles um espaço de atuação particular, sendo o *projeto* e o *processo*, na realidade, partes intrínsecas da construção dessa administração, à medida que eram dirigidas a tornar a autoridade federal reconhecida na relação destes engenheiros com os empregados e colonos envolvidos na colonização em Santa Cruz. Sobre isso, nossa hipótese de trabalho para o próximo tópico reside na existência de uma considerável discrepância entre as medidas estabelecidas no regimento técnico-administrativo do DNPV e as realidades existentes, constituídas a partir da movimentação desses atores sociais.

Por último, apesar da valorização dos engenheiros, das novas normas e regimentos das repartições públicas, não podemos deixar de pensar que em uma sociedade autoritária como a brasileira da primeira metade do século XX ainda se mantinha relações tensas com a figura do trabalhador assalariado, condição que, em muitos casos, pode ter sido determinante para as experiências de trabalho daqueles homens e mulheres empregados na colonização. Para a melhor avaliação dessas relações e desses indivíduos, acompanhemos a apresentação dos empregados do NCSC.

III.II FAZENDO DA AUSÊNCIA PRESENÇA: OS EMPREGADOS DA COLÔNIA

“Nossos inimigos dizem: a luta terminou.

⁴⁵⁶ O Departamento Nacional de Produção Vegetal era um órgão do Ministério da Agricultura que, entre outras atribuições, era responsável pela organização e encaminhamento de materiais e pessoal aos núcleos coloniais geridos por aquele ministério. Sobre suas atribuições, pode-se consultar: Decreto - lei 25.291, de 30 de julho de 1943.

⁴⁵⁷ Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal aos administradores de núcleos coloniais. In: SOUZA, Marlúcia dos Santos; GONZAGA, Marisa. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pilares da História*, v. 10, p. 58-70, 2011. p. 68.

⁴⁵⁸ Idem.

Mas nós dizemos: ela começou.”

Bertold Breht
Nossos inimigos dizem

O historiador Álvaro Santos nos adverte que já na Primeira República a denominação do conjunto de trabalhadores a serviço dos governos, nas distintas esferas, era de difícil consenso, sendo as opções de chamamento passando por “empregados”, “agentes públicos” ou “funcionários públicos”⁴⁵⁹. Essa indefinição de nomenclatura também se expressava no campo do Direito, haja vista que até o início da década de 1930 esses trabalhadores contavam com poucos direitos trabalhistas e, quando estes existiam, encontravam-se dispersos e sem o conhecimento amplo. A despeito das indefinições, tornar-se empregado público poderia significar segurança e estabilidade, ainda que estas estivessem atravessadas pelas irregularidades da administração pública do período.

Assim, a base do mundo do trabalho administrativo no NCSC, tratava-se de uma gama de empregados nas mais distintas ocupações e de condições sociais. Tais empregados da colonização mantiveram-se na quantidade de 417 entre os anos de 1941 a 1951, conforme dados do Ministério da Agricultura⁴⁶⁰. Nesse espectro, havia desde os engenheiros, passando por topógrafos, cartógrafos, niveladores de solo, controladores de produção, mecânicos e pilotos de medição de terras, ligados às atividades produtivas do núcleo, assim como aqueles profissionais ocupados com atividades de assistência infraestrutural, tais como médicos, enfermeiros, professores e diretores escolares. Havia ainda os empregados mensalistas, aqueles contratados para atividades de manutenção do saneamento ou eventuais mutirões em áreas públicas do núcleo⁴⁶¹.

Todos estes empregados e empregadas respondiam diretamente ao administrador do núcleo e mantinham uma maior proximidade com as famílias dos colonos, tendo em vista as atribuições que lhes cabiam no NCSC. Os direitos que assistiam a esses empregados não eram muitos e tampouco difundidos⁴⁶². Sem concursos destinados diretamente ao núcleo, compunha a experiência desses empregados a condição de contratados e não portadores de estabilidade em seus empregos⁴⁶³.

⁴⁵⁹ SANTOS, Álvaro Leal. *O associativismo dos funcionários públicos na Bahia da Primeira República*. Dissertação de mestrado em história regional e local. UNEB/BA, Campus V, 2012. p.17.

⁴⁶⁰ Apesar da orientação do Diretor Geral do Departamento Nacional do Povoamento que, com o aval do ministro do Trabalho, resolveu fixar em 400 homens para cada um o efetivo máximo do pessoal operário que pode ser utilizado no Centro agrícola de Santa Cruz e Núcleo colonial São Bento. BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 04 de Abril de 1933. Pág. 29-31. Seção 1.

⁴⁶¹ Caso tratássemos dos empregados dos níveis estruturais, deveríamos citar aqui também os trabalhadores do saneamento e aqueles ocupados da construção de moradias e prédios da administração no núcleo. Ambos, via de regra, não diferiam em suas origens sociais da parcela de colonos brasileiros classificados como “sem trabalho”. Acerca dos trabalhadores do saneamento, juridicamente, eram encarados como mensalistas, sendo suas atividades orientadas pelos chamados chefes de turma. Sua organização era de responsabilidade do Ministério de Viação e Obras Públicas juntamente com a CSBF e posteriormente com o DNOS. Enquanto aqueles ocupados das construções de imóveis no núcleo eram de responsabilidade das empreiteiras contratadas através de edital público para a execução de construções no NCSC. Todavia, uma questão precisa ser pontada, a falta de referenciais quantitativos sobre esses trabalhadores nos relatórios e demais produções oficiais no período, esbarra na farta quantidade de fotografias, em especial dos trabalhadores do saneamento, que revelam sua origem negra em mais uma das ocupações destes egressos e/ou descendentes do cativo no mundo do trabalho. Contudo, apesar de estarem lotados no NCSC, esses empregados não compõe nosso escopo de análise nessa dissertação.

⁴⁶² A partir de 1933 a Diretoria Geral do Departamento Nacional do Povoamento, remeteu um volume da obra “Legislação Federal Brasileira sobre servidores públicos” ao Centro Agrícola de Santa Cruz. BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 01 de Novembro de 1933. Pág. 29 e 33. Seção 1

⁴⁶³ Esse direito foi assegurado somente a partir do decreto nº1.713, de 28 de outubro de 1939 que dispunha sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União, em que ficava expresso que a estabilidade destes seria garantida com

Não havia para esses empregados um regimento formal como o dos administradores. Todavia, avaliamos que esses agentes públicos se tratavam de parte da política de colonização à medida que eram responsáveis – não formais – por exemplos práticos de novas técnicas de cultivo e cuidado com a terra, em uma espécie de pedagogia do exemplo. Tal como propôs Jair Ramos, a eficácia das ações de colonização buscavam visibilidade na tentativa de provar a viabilidade do empreendimento colonizacional, angariando os ânimos dos colonos na defesa do projeto⁴⁶⁴, situação que, por extensão, provaria a competência da tutela estatal.

Logicamente havia uma procura por informação e auxílio técnico, em especial nos primeiros meses de chegada das famílias dos colonos. Nesse momento, os empregados poderiam colocar suas demonstrações a serviço da construção de um engajamento no projeto colonial, construindo uma imagem dos empregados e da presença do Estado.

Há que se destacar que, embora esse fosse um espaço eminentemente masculino, encontrava-se mulheres na gestão do NCSC lotadas especialmente em cargos ligados diretamente às escolas do núcleo colonial⁴⁶⁵. De posicionamentos ativos, foram responsáveis pelas críticas públicas à gestão do núcleo quando do sucateamento e a falta de pagamentos na educação⁴⁶⁶.

Curiosamente a documentação ligada aos empregados do núcleo colonial não destaca sua cor, uma vez que não nos parece plausível considerar que somente brancos e mestiços tenham ocupado cargos no núcleo colonial. Acreditamos que, assim como ocorreu na denominação da cor dos colonos, houve um processo de silenciamento da cor dos empregados da colônia, processo que interpretamos como desconfortável, em especial para as populações negras que, sem dúvida, compuseram os quadros de pessoal do NCSC⁴⁶⁷.

Ao que apontam as fontes, as origens desses trabalhadores eram diversas e muitos deles sequer viviam em Santa Cruz, haja vista os sucessivos pedidos coletivos de gratuidade ou redução nos valores das passagens ferroviárias junto à Estrada de Ferro Central do Brasil⁴⁶⁸. É provável que essa situação demonstre a limitação salarial daqueles empregados para investimentos em transporte. Na colônia, poderiam pernoitar os empregados somente nos alojamentos, uma vez que se vetava a venda de lotes para estes⁴⁶⁹, tornando-se a conquista de uma moradia no NCSC lenta e burocrática para boa parte dessa classe⁴⁷⁰.

dois anos de exercício, a partir da nomeação em virtude de concurso e com dez anos nos demais casos. Tal decreto foi revogado em 1942 em virtude da guerra e reabilitado em 1945, na forma da lei nº 8.176 de 14 de novembro.

⁴⁶⁴ RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar o fraco: construção da autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional do Brasil. *Horizontes Antropológicos*. [online], vol.9, 2003. p.15-47.

⁴⁶⁵ No ano de 1954 o NCSC contou com um corpo docente de quinze professoras. Sendo uma paga pelo município do Rio de Janeiro, três pelo Estado e onze pagas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

⁴⁶⁶ A partir do ano de 1954 as professoras não obtiveram novos aumentos salariais, recebendo 1.850 cruzeiros quando o salário mínimo, em 1957, já alcançava a marca de 3.200 cruzeiros. *Correio da Manhã*, “O INIC quer reduzir a quinta parte o ensino primário no núcleo de Piranema”, 26 de abril de 1957, edição nº 19657, p. 08.

⁴⁶⁷ Seguindo as orientações de Álvaro Pereira do Nascimento, acreditamos na necessidade urgente de explorar a participação da cor, origem e gênero nas formas de recrutamento, cargos ocupados, critérios de promoção, advertências, saúde e carreira para esses e outros trabalhadores brasileiros. Todavia, tal empreitada não pode ser realizada nesse trabalho por carência de fontes documentais, falta que esperamos sanar em trabalhos futuros. Sobre a necessidade de ultrapassarmos o paradigma da ausência: NASCIMENTO, Álvaro do Pereira do. Trabalhadores negros e o “Paradigma da ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.29, nº59, p.607-626, set-dez 2016.

⁴⁶⁸ Demanda essa que em dois momentos recebeu como devolutiva o indeferimento indefiro, por falta de dispositivo legal que autorizasse a concessão. BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 15 de Maio de 1933. Pág. 33 e 46. Seção 1. e BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 04 de Abril de 1934. Pág. 39. Seção 1.

⁴⁶⁹ Conforme artigo 200 do decreto 9.081 de 3 de novembro de 1911 no qual se interditava a possibilidade de compra de lotes e/ou negociações comerciais entre empregados e colonos.

⁴⁷⁰ O único projeto de venda de lotes a empregados do núcleo foi proposto na Câmara do Senado em 1949 por um senador da UND, o carioca Hamilton Nogueira, que entre outras medidas previa a o loteamento na área emancipada do

Em comum com os colonos estava o auxílio médico que, apesar da existência de enfermaria do núcleo, era executado pelo Hospital Pedro II⁴⁷¹ através de um acordo de cooperação entre o administrador e o diretor da unidade de saúde. Em princípio, esse auxílio estava restrito à preparação de receitas prescritas para colonos e empregados.

Em alguma instância e para alguns desses empregados a experiência de trabalho no NCSC pode ter sido acompanhada do espectro da violência. A afirmação reside na solicitação por parte do administrador, Henrique Dietrich, à polícia do Distrito Federal de autorizações para o porte de arma aos empregados do NCSC, “visto que, no exercício de suas atividades fiscais, em defesa do patrimônio nacional, se veem constantemente ameaçados de agressões por parte de infratores”⁴⁷². Aceito poucos dias depois, atribuímos esse pedido ao momento específico em que o núcleo se encontrava, ainda em fase de demarcação de suas glebas e lotes e, possivelmente, enfrentando o descontentamento de ocupantes anteriores⁴⁷³.

Dadas às dificuldades de localização e a carência de informações precisas sobre os trabalhadores e trabalhadoras do NCSC, esse é um levantamento ainda aberto sobre esses homens e mulheres que empregaram seus esforços na construção da colonização. Nesse sentido, ainda pleiteamos a necessidade de construção de uma escrita da História desses personagens que, habitaram um lugar no mundo do trabalho da colônia que não era a produção agrícola e tão pouco a administração.

III.III A LEI E A PRÁTICA

“A lei abre os olhos/A lei tem pudor/ E espeta o seu próprio inspetor”⁴⁷⁴

Um dos primeiros casos de desacordo entre esses empregados e administradores surgiu na carta escrita por Jeremias de Sá e Benevides. Jeremias, que se apresentava como “revolucionário sincero e auxiliar na tarefa de regeneração do país”⁴⁷⁵, dias antes de deflagrada a revolução de 1930, tentou um plano de tomada do quartel de Santa Cruz com o auxílio de 25 sargentos paraibanos. Contudo, a investida foi fracassada pela delação de um dos participantes, que levou o fato ao conhecimento do ex-deputado Cesário de Melo⁴⁷⁶ e de Gentil Norberto⁴⁷⁷, então administrador do NCSC, o que culminou na sua demissão, tendo como motivo relatado “ser paraibano simpático à Aliança Liberal e haver assistido às

NCSC. Todas as habitações de empregados anteriores a sanção do projeto, excetuando-se aqueles que ocupavam os alojamentos, encontravam-se fora dos regimentos de colonização. *A Manhã*, 03 de agosto de 1949, edição n° 02449, p. 03. O mesmo foi conduzido aos colonos do núcleo colonial de São Bento, pelo senador Sá Tinoco, *Diário da Noite*, 19 de janeiro de 1950, edição n° 4667, p. 01.

⁴⁷¹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 02 de Setembro de 1932. Pág. 5. Seção 1.

⁴⁷² BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 20 de Junho de 1932. Pág. 33. Seção 1.

⁴⁷³ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 27 de junho de 1932. Pág. 23. Seção 1.

⁴⁷⁴ BUARQUE, Chico. *Hino da Repressão*. álbum Malandro. Polygram, 1985.

⁴⁷⁵ Carta de Jeremias de Sá e Benevides, 3 de novembro de 1930, Série Arrematação, BRRJAGCRJ.PDF.ARR, AGCRJ.

⁴⁷⁶ Deputado Federal pelo Distrito Federal (1924-1926) e depois em 1930, quando da revolução de 1930. Conhecido como “Rei do Triângulo”, foi eleito senador pelos deputados constituintes cariocas (1930-1937). Sua área de atuação política era formada pelos bairros de Santa Cruz, Guaratiba e Campo Grande. Júlio Cesário de Mello ao lado de Miécimo da Silva pertencia a uma segunda geração dos antigos parlamentares da então zona rural carioca a ter uma participação de peso na política do Distrito Federal e na política de Santa Cruz. Podem-se consultar maiores informações em: FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2000.

⁴⁷⁷ *A Esquerda*, 03 de novembro de 1930, edição 866, p.2.

exéquias por alma de João Pessoa”⁴⁷⁸. O apoio ao grupo que perdeu as eleições, mas que tomou o poder, levou à demissão de Benevides. Tal processo de desligamento foi acompanhado de uma sistemática perseguição perpetrada pelo administrador Gentil Tristão Norberto ao paraibano, que foi acossado por polícias, tendo recebido injúrias por escrito do diretor do núcleo.

Em meio a tais acontecimentos, uma carta endereçada ao jornal *O Globo*, com o título “O Dr. Gentil Norberto jamais fez pressão a revolucionários”, colocou novos elementos analíticos para a situação de Jeremias⁴⁷⁹. A mensagem, escrita em 06 de novembro de 1930, foi enviada pelo engenheiro do Ministério da Agricultura, Ernani de Oliveira. Nela, o autor, afirmando-se como apoiador do movimento de 1930, mencionava que também fora perseguido pelo Deputado Cesário de Melo⁴⁸⁰, que solicitou a sua exoneração a Gentil Norberto por conta de suas práticas políticas “revolucionárias e perniciosas”⁴⁸¹. Todavia, a exoneração foi negada, tendo o administrador informado estar “plenamente satisfeito com os trabalhos do engenheiro”⁴⁸². A correspondência acompanhava ainda um comentário transcrito pelo autor, tributado como sendo uma fala de Gentil Norberto, em que o próprio afirmava que sua estada em Santa Cruz não tinha “outro objetivo senão o de cumprir a missão que me confiara o Ministério da Agricultura, isto é, fundar a colônia”⁴⁸³. Por último, o engenheiro Ernani Oliveira recordava de maneira indireta o caso de Jeremias Benevides, o qual avaliava que “se o Dr. Gentil Norberto perseguisse revolucionários eu não poderia continuar na comissão [fundadora do núcleo colonial] depois desse facto”⁴⁸⁴.

Assim, fica a indagação: como pode um correligionário e apoiador do governo vitorioso ser despedido enquanto outro permanecia no cargo? Norberto Gentil não deveria endossar os aliados de Vargas? Ao que se apresenta, foi Ernani de Oliveira quem conseguiu apaziguar possíveis retaliações do novo governo ao administrador, respaldando uma suposta isonomia de Gentil em sua relação com os empregados do núcleo. A carta de Oliveira, em especial a passagem com a frase atribuída a Gentil Norberto, expõe um teor tecnicista nas práticas deste administrador em busca de uma suposta isenção de questões de ordem política. Provavelmente Gentil assumiu uma posição que, em termos teóricos, era ventilada na administração pública do período, sendo a ação técnica do novo funcionalismo público residente em uma atuação apolítica dos seus executores.

Todavia, no campo privado, as combinações entre política e trabalho andaram juntas nas práticas de Gentil. A trajetória de Norberto se iniciou ao lado de Plácido de Castro, ambos nascidos no Rio Grande do Sul e posteriormente formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, mais à frente, colegas nas disputas pela implantação das atuais fronteiras do Estado do Acre, no norte do país. Em 1920, participou dos estudos de viabilidade de colonização na

⁴⁷⁸ A carta narra ainda a profunda admiração de Jeremias Sá e Benevides por João Pessoa, então presidente do Estado da Paraíba e candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Carta de Jeremias de Sá e Benevides, 3 de novembro de 1930, Série Arrematação, BRRJAGCRJ.PDF.ARR, AGCRJ.

⁴⁷⁹ *O Globo*, 07 de novembro de 1930, Matutina, Geral, página 4.

⁴⁸⁰ Parece-nos controversa a ação do deputado federal Júlio Cesário de Melo, pois ao passo que o partido do qual era filiado, o Partido Libertador (PL) era um dos apoiadores de Getúlio Vargas, ele apresentou-se como um dos algozes de Jeremias Benevides. Todavia, interpretamos sua ação como uma prática autoritária do deputado em sua localidade eleitoral, uma vez que, um levante militar em um quartel provavelmente não seria bem interpretado pela população e por seus opositores. Não se exclui a possibilidade de que Cesário de Melo tivesse relações políticas e clientelares com Gentil Tristão Norberto que o fizessem tomar uma posição contrária às diretivas de seu partido.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

região do Oiapoque, pertencente ao Estado do Pará⁴⁸⁵, sendo posteriormente responsável pela organização do núcleo colonial da Clevelândia em 1922⁴⁸⁶ no mesmo estado. A partir desse momento, Gentil Norberto passou a ocupar o cargo de administrador da colônia. Segundo Carlo Romani, durante sua gestão, o centro recebia prisioneiros políticos egressos do Rio de Janeiro e São Paulo, em sua maioria militantes do movimento anarco-sindicalista, que caracterizou as lutas sociais nas primeiras décadas do século XX, e foram presos no bojo da repressão ao movimento tenentista⁴⁸⁷. Ao longo da década de 1920, diversos jornais cariocas informavam sobre as fugas, maus tratos, as péssimas condições de vida dos presos políticos, além dos constantes casos de disenteria, dentre outras doenças na colônia⁴⁸⁸. Frente às denúncias e após sucessivos inquéritos em 1925 e em 1926, Gentil Norberto negava tais situações e afirmava que não havia praticado atos que “não tivessem a aprovação do senhor Ministro da Agricultura”⁴⁸⁹, e tratava de se ocupar das melhores descrições da colônia, tributando as reclamações de periódicos à ação de “inimigos do governo”⁴⁹⁰.

Porém, apesar das críticas, sua carreira ganha novos rumos quando da sua aproximação com Geminiano Lyra Castro, deputado federal paraense que em 1926 foi alçado ao cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no governo Washington Luís. Nesse momento, houve a remoção de Norberto para a capital federal, se iniciam os estudos para a organização de um centro agrícola na Fazenda Nacional de Santa Cruz. Logo, nos parece que Gentil não era de forma alguma um apoiador da “aliança liberal”⁴⁹¹: ao contrário, endossar o regime ainda não consolidado dos revolucionários de 1930 poderia abalar a imagem pública do administrador, em princípio próximo ao governo deposto e alinhado às suas figuras políticas.

Retornando ao caso do empregado Jeremias Benevides, o que apontaram as fontes, contudo, foi que uma vez efetuado o desligamento seu cargo no NCSC, este teve passagens por Niterói e pelo Estado de Minas Gerais, alcançando novos cargos públicos no Ministério de Viação e Obras Públicas com o avanço do governo Vargas, sem que qualquer medida fosse tomada na investigação sobre sua demissão⁴⁹².

No dia 10 de janeiro de 1931, seguiu um ofício do Ministro do Trabalho Lindolfo Collor ao diretor do Serviço de Povoamento, decidindo extinguir a comissão fundadora do centro agrícola em terras da Fazenda de Santa Cruz. Apesar de seus protestos em contrário⁴⁹³, Gentil Norberto ficou à disposição do Ministério do Trabalho, sendo remunerado e posteriormente realocado como diretor da secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e

⁴⁸⁵ O PAIZ. 14 de março de 1920. Edição: 12939, p.04.

⁴⁸⁶ Inaugurada em 15 de maio de 1922. O PAIZ. *A colonização do Oiapoque*. 20 de maio de 1922, edição: 13726, p.07.

⁴⁸⁷ ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque) colônia penal ou campo de concentração? In: *Revista Verve*, São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) – PPG em Ciências Sociais da PUC-SP, vol.4, 2003, p. 112-130.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ O PAIZ. *Os deportados do Oiapoque*. 11 de fevereiro de 1927, edição: 15454, p.02.

⁴⁹⁰ O PAIZ. *A indústria demagógica e o “filão” da Clevelândia*. 05 de fevereiro de 1927, edição: 15448, p.03.

⁴⁹¹ Coligação política de oposição organizada em 1929 por iniciativa de líderes políticos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tendo como candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa para o pleito de 1930. Apesar da perda da derrota na eleição, em outubro daquele ano, manobras políticas conduziram Getúlio Vargas à presidência da República. ABREU, Alzira Alves de. *Aliança Liberal*. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 5 volumes, 2001.

⁴⁹² A ESQUERDA. *A prepotência do governo passado e suas vítimas*. 03 de novembro de 1930, edição: 00866, p.02.

⁴⁹³ Em 1935 foi lavrada uma reclamação de Gentil Norberto por conta de sua dispensa do cargo de administrador do NCSC e posterior realocação no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e posteriormente no Pará. BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 18 de março de 1936. seção 1, p. 14.

meses após no Pará⁴⁹⁴. Como se pode perceber, não há um critério técnico na remoção desse agente público nesse período.

A nova gestão do NCSC, instalada em 1931, ficaria a cargo do engenheiro civil Henrique Dietrich e mais dois empregados do serviço de povoamento⁴⁹⁵. Além das atividades previstas pelo regimento do DNPV, os funcionários deveriam proceder ao cálculo dos custos das casas ali construídas e dos demais trabalhos, bem como realizariam o inventário de todo o material utilizado em construções, guardando e conservando o excedente para futuras obras⁴⁹⁶.

A gestão de Henrique Dietrich não foi menos problemática no trato com os empregados que a anterior. Ainda que já se avizinhassem incrementos legislativos para a garantia de direitos dos empregados públicos, visto que em 1933 a Diretoria Geral do Departamento Nacional do Povoamento teria remetido um volume da obra “Legislação Federal Brasileira sobre servidores públicos” ao Centro Agrícola de Santa Cruz⁴⁹⁷.

Apesar disso, em 28 de setembro de 1934, o empregado Alípio Bandeira de Mello⁴⁹⁸ enviou correspondência queixosa à redação do *Correio da Manhã*, para que sua reclamação chegasse ao Ministro da Agricultura, Odilon Braga. A carta narrava algumas das dificuldades do empregado e de seus colegas lotados no NCSC, que se encontravam “sem receber os seus vencimentos a (sic) quase quatro meses”⁴⁹⁹. Juntamente a essa queixa, Mello tecia críticas à transferência do comando do SIRC da pasta do Trabalho para a da Agricultura, adjetivando o ocorrido como uma “anarquia então implantada pelo senhor Juarez Távora”⁵⁰⁰ e, em meio à troca de Ministérios, denunciava a ação do novo administrador, Henrique Dietrich, que, à revelia de consultas aos seus superiores, fizera alterações nos vencimentos “do pessoal que lhe era simpático”⁵⁰¹. O funcionário foi mais longe e afirmou que, com o baixo orçamento do NCSC⁵⁰² para tal aumento, tiveram de ser demitidos cerca de 200 operários e reduzidos os salários daqueles que restaram.

Em meio à missiva, o remetente se perguntava como seria possível diminuir o pessoal dedicado ao melhoramento nos campos se os empregados lotados no escritório aumentaram de quantidade e de salários. Insistia, ainda, no argumento da proteção dos apaniguados de Dietrich, através de práticas clientelistas⁵⁰³. O funcionário invocava a legislação e reclamava das diferenças salariais existentes “para um mesmo trabalho”⁵⁰⁴ naquela repartição, o que julgava inconcebível de acordo com a Constituição. O artigo ao qual Alípio se referia era, justamente, um dos primeiros artigos de amparo ao trabalhador, que proibia a diferença

⁴⁹⁴ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 09 de agosto de 1932, seção 1, p.15234.

⁴⁹⁵ Respectivamente o advogado Luciano Pereira da Silva e o engenheiro civil Plínio de Freitas Travassos.

⁴⁹⁶ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 10 de janeiro de 1931, Seção 1, p.30.

⁴⁹⁷ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 01 de novembro de 1933. p.29-33. Seção 1.

⁴⁹⁸ Não foram encontradas maiores informações sobre o referido funcionário, todavia, nos deparemos com uma pessoa portando o mesmo sobrenome, Jayme Bandeira de Mello Abreu, e foi referenciada no *Diário Oficial* como contratado com salário de 188\$900 para trabalhos no NCSC. Pode-se consultar: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 10 de dezembro de 1934.

⁴⁹⁹ CORREIO DA MANHÃ. *Operários, em massa, despedidos, por falta de verba, enquanto se aumentavam os vencimentos de funcionários públicos protegidos*. 29 de setembro de 1934, Edição nº 12. 223. p.08.

⁵⁰⁰ Ministro responsável pela pasta do Trabalho.

⁵⁰¹ *Correio da Manhã* “Operários, em massa, despedidos, por falta de verba, enquanto se aumentavam os vencimentos de funcionários públicos protegidos”, 29 de setembro de 1934, Edição nº 12. 223. p.08.

⁵⁰² Segundo o empregado, na mesma carta, o NCSC recebia 7.000 contos de réis para seus gastos mensais.

⁵⁰³ Optamos aqui pela definição de clientelismo como um tipo de relação entre atores políticos que se materializa na concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, isenções, tendo como contrapartida apoio político. KAUFMAN, Robert. “Corporatism, Clientelism and Partisan Conflict: A study of Seven Latin American Countries”, in: J.M. Mallory (ed.), *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977.

⁵⁰⁴ *Correio da Manhã* “Operários, em massa, despedidos, por falta de verba, enquanto se aumentavam os vencimentos de funcionários públicos protegidos”, 29 de setembro de 1934, Edição nº 12. 223. p.08.

salarial para o mesmo cargo⁵⁰⁵. Solicitava, ainda, que o inquérito sobre as irregularidades da administração do NCSC produzido pelo Ministério do Trabalho fosse enviado ao Ministério da Agricultura com vias de resolução e punição dos envolvidos.

O inquérito, iniciado em abril de 1934, ainda sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, se ocupou da coleta de apenas dois depoimentos até o mês de junho daquele ano⁵⁰⁶. A investigação enfrentou tentativas de encerramento, que foram confrontadas com a posição atuante de alguns colonos⁵⁰⁷. Em setembro do mesmo ano foi dada continuidade à mesma. Apesar disso, os processos continuavam em poder da pasta do Trabalho, que não executava o envio da documentação ao responsável da Agricultura, Odilon Braga. Apenas quando recebeu um telegrama dos empregados do NCSC o Ministério do Trabalho informou, em 21 de outubro de 1934, em nota no jornal *O Paiz*⁵⁰⁸, que todos os papéis referentes aos núcleos haviam sido remetidos ao Ministério da Agricultura⁵⁰⁹.

Retornando ao caso de Alípio, este encerrava sua epístola lamentando que a finalidade de “cooperar para o abastecimento da cidade”⁵¹⁰ não era cumprida no NCSC, e em seus mais de sete anos de existência o Núcleo era conhecido apenas pelos “escândalos [...] proporcionados pela sua administração e os comentários desastrosos que fornece aos jornais”⁵¹¹.

Os informes desse funcionário nos ajudam a construir uma imagem sobre a condição institucional do núcleo⁵¹². Se na administração de Norberto a divergência política deu o tom das relações, o beneficiamento de protegidos e práticas personalistas foram sinais da gestão de Dietrich. Chama nossa atenção a presença de uma rede de favorecimento pessoal construída pelo administrador com alguns funcionários. Nesse momento, a imagem do administrador negligencia os referenciais técnicos apontados pelo DNPV, amortecedor de possíveis conflitos entre gestores e empregados, e passa a assumir posturas particularistas e privatistas.

Outro ponto de atenção é o uso da lei para chancelar um ponto de vista: possivelmente Alípio foi um dos primeiros funcionários, no contexto do núcleo, a exigir a concretização de direitos trabalhistas, baseando-se na legislação vigente no período. Sua postura constituiu uma forma de uso da lei como uma arma em um campo de luta⁵¹³ que, ainda que aberta a interpretações, no discurso de Alípio garantia o que o funcionário entendia por legitimidade, contra a introdução de arbitrariedades do administrador. Importa mencionarmos que Alípio

⁵⁰⁵ Alípio Bandeira de Melo cita o artigo nº121 inciso 1º da Constituição Brasileira de 1934.

⁵⁰⁶ Embora sem a confirmação dos interrogados.

⁵⁰⁷ Em especial, os colonos Ubaldino Palhares e Domingos Neves, que conheceremos melhor no próximo capítulo.

⁵⁰⁸ Periódico fundado em 1884 teve sua circulação até 1934, com interrupções entre 1930 e 1934. Apoiador do abolicionismo e da república, sendo posteriormente apoiador dos governos da primeira República, nos últimos anos da década de 1920 foi um dos primeiros órgãos a atacar a Aliança Liberal e quando da vitória da revolução de 1930 sua redação foi empastelada e fechada. Anos mais tarde o jornal voltou a circular, contudo, não conseguiu se reestabelecer. LEAL, Carlos Eduardo. *O Paiz*. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 5 volumes, 2001.

⁵⁰⁹ O PAIZ. *O Ministério do Trabalho nada tem com os núcleos coloniais*. 21 de outubro de 1934, Edição nº17.112, p.02.

⁵¹⁰ CORREIO DA MANHÃ. *Operários, em massa, despedidos, por falta de verba, enquanto se aumentavam os vencimentos de protegidos*. 29 de setembro de 1934, Edição nº 12. 223. p.08.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Pela exiguidade de algumas fontes, não obtivemos respostas da administração do NCSC nem novas informações sobre as demandas de Alípio. Apesar disso, acreditamos que um possível familiar de Alípio tenha trabalhado na colônia, visto que, em dezembro de 1937, foi publicado no Diário Oficial um pedido de pagamento de salário a Jayme Bandeira de Mello Abreu e outros contratados “para os trabalhos do Núcleo colonial de Santa Cruz”. Acreditamos que a repetição de dois sobrenomes possa nos levar a confirmar essa suspeita, contudo, sem aprofundar as particularidades das condições de trabalho de ambos. Pode-se consultar as fontes em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 18 de dezembro de 1937, Seção 1, p.28953.

⁵¹³ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

não cita a legislação federal para empregados públicos, possivelmente por desconhecimento ou descrença na efetividade dessas leis como possíveis formas de legitimação de demandas.

Acrescenta-se também a confusa – e interessada – alteração de responsabilidades das divisões e secretarias ocupadas com os expedientes de colonização do Ministério do Trabalho ao da Agricultura justamente durante a instalação de um inquérito de apuração de ilegalidades no NCSC, fato que colabora com uma reflexão acerca do poder político de uma parcela da burocracia varguista que, ao passo que consolidava seus interesses e uma nova estrutura de poder, convivia com os pedidos incessantes de empregados e colonos à transferência da documentação ao Ministério da Agricultura⁵¹⁴.

Ocupa-nos agora a história de José Maria dos Santos, português de 57 anos que deixou sua família no centro do Rio de Janeiro e seguiu no cargo de auxiliar lotado na colônia⁵¹⁵. A distância entre Santa Cruz e o centro da cidade, somado ao trabalho constante na região, fizeram com que Santos tivesse longas jornadas apartado do convívio de sua família. Os acontecimentos narrados por Alípio também afligiam o funcionário português que, nas poucas visitas feitas à sua casa, foi “obrigado a pedir a importância para a passagem aos seus colegas”⁵¹⁶, visto que recebia 240\$000. Além disso, enfrentava as agruras do não pagamento de salários por muitos meses e, quando solicitada a transferência para outra repartição, condição que o assistia por tempo de serviço, recebeu a negativa de Henrique Dietrich. A situação de penúria se intensificou de tal maneira para os empregados do núcleo que, dois anos depois, em 26 de fevereiro de 1936, José Maria cometeu suicídio por ingestão de arsênico no alojamento do escritório do NCSC. O caso de José Maria foi narrado em carta escrita por sua mulher, Dona Eurípedes, à Divisão de Terras e Colonização e mostrava os limites a que chegou seu finado marido e também um pouco da situação lamentável dos empregados no NCSC. A morte do funcionário português colabora com uma ilustração dos níveis de coerção e constrangimento a que o mundo do trabalho poderia (e pode ainda) afetar o trabalhador no exercício de suas funções e em sua vida.

A despeito das primeiras experiências de organização de um serviço público federal serem datadas da década de 1920⁵¹⁷, no NCSC abusos de poder e ausência de direitos ainda eram a regra. Em 10 de junho de 1936, os trabalhadores Décimo da Silva, Genésio de Azevedo e Octávio Rodrigues foram suspensos de suas atividades por quinze dias por “desobediência às ordens de seu superior hierárquico”⁵¹⁸. Entretanto, não constava no despacho qualquer menção acerca do motivo da desobediência desses funcionários. Antônio Augusto de Carvalho, ex-guarda florestal da Comissão Fundadora do NCSC, pedindo a instauração de um inquérito administrativo, a fim de apurar as faltas que deram motivo a sua exoneração, obteve como resposta o lacônico: “o cargo exonerado era de minha confiança e como a perdeu o suplicante, o mandei demitir”⁵¹⁹. Em 03 de janeiro, Carvalho solicitou novamente a reintegração no cargo, recebendo também uma negativa⁵²⁰.

Sobre o caso dos três trabalhadores suspensos, tal situação pode ser lida como um caso de “resistência popular”⁵²¹ em que esses empregados, ao menos para um breve período,

⁵¹⁴ Discussão que acompanharemos sob a perspectiva dos colonos nos tópicos a seguir deste capítulo.

⁵¹⁵ A história de José Maria dos Santos foi narrada por sua mulher, Dona Eurípedes, em uma carta. Fundo Ministério da Agricultura, Divisão de Terras e Colonização, 01 de março de 1936, AN.

⁵¹⁶ BRASIL. *Fundo Ministério da Agricultura, Divisão de Terras e Colonização*. 01 de março de 1936, AN.

⁵¹⁷ Segundo Hochman, a partir da década de 1920 realizaram-se reformas na organização administrativas estaduais nos setores de saneamento, educação, ferroviário e militar, todavia, ainda sem proporções significativas. HOCHMAN, Gilberto. *Aprendizado e Difusão na constituição de políticas: a previdência social e seus técnicos*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 7, pp. 84-98, 1988.

⁵¹⁸ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 13 de junho de 1936, Seção 1, nº137, p.13214.

⁵¹⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 16 de dezembro de 1933. p.33. Seção 1.

⁵²⁰ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 14 de janeiro de 1934. p.24. Seção 1.

⁵²¹ SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da resistência camponesa*. *Revista Raízes*, vol. 21, nº01, 2002. p.12

conseguiriam se distanciar das punições diretas e abusos de poder dos administradores do NCSC alcançando, assim, seus objetivos pacificamente, sem enfrentamento direto com seus superiores hierárquicos, enquanto para Antônio Augusto de Carvalho o domínio da vontade do administrador inviabilizava qualquer procedimento burocrático que pudesse esclarecer as reais condições de demissão do guarda florestal.

Trata-se de reunir essas práticas dos administradores como exemplos de uma gestão baseada no mandonismo⁵²² que, de forma pessoal e arbitrária, controlava e impedia o gozo de uma condição de trabalho clara e respaldada em direitos. Além disso, sugere a força de uma ideologia personalista e arbitrária na prática dos administradores em suas leituras desses procedimentos de modernização conservadora no campo⁵²³.

Em meio aos abusos e desvios e frente à necessidade de organização para a manutenção da vida, parte não documentada dos empregados do NCSC passou a compor a Associação Auxiliadora dos Funcionários⁵²⁴. Assim, um caso similar aos anteriores ocorreu em junho de 1937, quando se encontrava nas páginas do Diário Oficial da União, em sucessivos requerimentos, a solicitação do administrador Enéas Calandrini Pinheiro à Associação Auxiliadora dos Funcionários, que pedia o encerramento da contribuição do governo com essa entidade⁵²⁵ em tom imperativo e objetivo, e sem justificativa acerca do futuro emprego do montante, que não seria mais enviado à associação. Ademais, uma vez que a Associação Auxiliadora dos Empregados atuava no auxílio mútuo e na defesa dos interesses coletivos dos empregados federais em termos salariais e de condições de trabalho, o pedido do administrador era um claro ataque e uma tentativa de espoliação das garantias conquistadas pelos trabalhadores. Ainda que tenha sido negativa a resposta do governo, é importante notarmos mais uma vez o grau de descaso da administração da colônia e os níveis de suas práticas abusivas e coercivas para com os trabalhadores do NCSC.

Entretanto, a fala dos empregados se fez ouvir em um caso de fortes denúncias à administração do núcleo na década de 1940. No inverno de 1946, instalou-se uma representação contra o administrador Juan Solis, agora feita pelo contratado do NCSC Mário Solar de Almeida Gomes.

O contratado mantinha uma atuação política desde a década de 1910, quando foi Diretor do periódico *O paquetaense*, de circulação na Ilha de Paquetá, zona central da cidade do Rio de Janeiro⁵²⁶. Em 1946, após anos de trabalho na colonização do NCSC, o funcionário foi demitido por

⁵²² Tal conceito é interpretado aqui como uma característica da política tradicional brasileira que, visto sob uma perspectiva unilateral, aponta para uma relação autoritária entre membros de classes sociais distintas que, em muitos casos fazendo uso da violência, permitiu apropriações privadas no poder público. No caso do NCSC, destacamos as apropriações dos administradores do aparato burocrático da colônia para respaldo de práticas privadas. Sobre o conceito, pode-se consultar: CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual*. *Dados*, vol.40, n.º2, Rio de Janeiro, 1997.

⁵²³ NEDER, Gizlene. *Cultura Política, Prática Ideológica e Formação de Servidores Públicos no Brasil*. *Achegas Net*, Rio de Janeiro, v. 2, n.13, p. 1-6, 2003.

⁵²⁴ Criada em 1933 na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Auxiliadora dos Funcionários tratava-se de uma organização para promoção da “união, prosperidade e bem estar dos associados”, sendo dividida em duas seções, Financeira e beneficente. Em seu estatuto admitia funcionários públicos federais, estaduais e municipais, civis e militares, ativos ou inativos e pensionistas. A jóia era orçada em 160\$000 e a mensalidade no valor de 5\$000 e a contribuição da beneficência de 5\$000 a serem debitadas junto à folha de pagamento. Seu estatuto encerrava-se com a promessa de não envolvimento da associação em “manifestações de caráter político e religioso”, condição apriorística para seu aceito no âmbito do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Pode-se consultar o regulamento da organização em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 30 de junho de 1933, Seção 1, p.12910-12916.

⁵²⁵ Os requerimentos à Associação Auxiliadora dos Funcionários foram expostos em três publicações do Diário Oficial da União. Podem-se consultar maiores informações em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 15 de junho de 1937, Seção 2, p.12867; BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 13 de junho de 1936, Seção 1, p.13212.

⁵²⁶ Almanaque Laemmert. Edição: A0067, 1910, p.1325

conta das rusgas com Solis, situação que o motivou a formalizar sua queixa junto ao Ministério da Agricultura. A denúncia também foi endereçada ao periódico *Correio Carioca*. O depoimento feito por Mário Gomes exibia muitos dos desvios da administração do NCSC.

No âmbito da relação com os empregados do núcleo, Gomes informava que Solis abonava as faltas dos protegidos e suspendia ou concedia férias “a seu bel prazer”⁵²⁷, enquanto cortava “um ou dois dias de serviço aos seus desafeiçoados”⁵²⁸. Aqueles que se atrasassem cinco minutos ao início das atividades eram conduzidos a tarefas fora da sede do núcleo, “para que os seus protegidos tivessem diárias” e afirmava que ele era ainda “parcial e desonesto no tratamento dos colonos”⁵²⁹. Segundo Gomes, este mesmo contratado teve a quantia de 700 cruzeiros descontada de seu soldo, sem motivos aparentes, como retaliação de Solis. Ainda sobre as relações com os contratados do NCSC, Mário afirmava que “fato curioso foi a nomeação de um ébrio costumaz para o cargo de comissário em Piranema. Contra isso foram feitas várias reclamações, até ao presidente da República”⁵³⁰. Outra denúncia fora que “o mecânico Siqueira Campos retirou Cr\$ 29.000,00 de peças para automóveis, que não passaram pelas oficinas”⁵³¹.

Com a prestação de contas o descaso era o mesmo. Gomes declarou que “de 1939 a 1944 o administrador não fez o lançamento das importâncias cobradas por beneficiamento de arroz, o que lhe resultou um “golpe” de 500 cruzeiros mensais”⁵³². Na sequência, Mário recordava que a sua não foi a primeira queixa contra o administrador e, segundo ele, “em 1945, o funcionário Pedro Estevam do Carmo apresentou queixa contra o administrador, mas o processo de nº2.856-45 foi congelado”⁵³³.

Dentre os beneficiados de Solis, sua forma de retribuição residia na concessão de lotes. Por exemplo, quando passou “em nome do carteiro Basileu um lote a um cunhado deste, declarando depois que o lote era mesmo de Basileu”⁵³⁴. Há, nas práticas de Solis, tal como havia nas de Henrique Dietrich, a construção de uma teia de relações políticas locais. Assim, não nos parece uma rede de relação inferior a aproximação com um carteiro, ao contrário, seguindo a orientação de que cabia ao administrador “encaminhar a correspondência dos colonos e promover a entrega das que lhes for endereçada”⁵³⁵, o apoio de um agente dos Correios poderia dar a Solis o poder de intervenção do que seria enviado e recebido aos colonos, instituindo uma censura a comunicação destes e possivelmente inviabilizando mensagens de crítica à sua administração no núcleo.

Outro caso ocorreu em 1943, quando a funcionária pública Elza Palhares solicitou a transferência para o seu nome do lote 58. Recordemos aqui, conforme o capítulo anterior, que a legislação da colonização rejeitava os pedidos de funcionários/as públicos/as, mulheres e pessoas solteiras. Entretanto, segundo Mário Gomes, “a requerente é irmã de um protegido do administrador e, por isto conseguiu o que desejava”⁵³⁶. Avaliamos o caso da funcionária Elza Palhares como um caso de (re) organização de forças, visto que seu irmão mais velho, o colono

⁵²⁷ DIÁRIO CARIOCA. *Representou contra o administrador e foi demitido*. 28 de agosto de 1946. Edição: 05575, p.5.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Idem.

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ Idem.

⁵³² Idem.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal aos administradores de núcleos coloniais. In: SOUZA, Marlúcia dos Santos; GONZAGA, Marisa. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pílares da História*, v. 10, p. 58-70, 2011. p. 68.

⁵³⁶ Processo DTC/nº4.410-43.

Ubaldo Palhares⁵³⁷, era conhecido nas páginas de jornal da capital por conta das críticas feitas às gestões anteriores no núcleo. Todavia, observamos nesse caso a consolidação de um capital de confiança, e o que de fato podemos afirmar foi a opção tática da administração de Solis em manter Ubaldo próximo, através de sua irmã, refazendo os laços entre o colono e a administração, na tentativa de manter o NCSC distante das manchetes de denúncia da imprensa.

O relato de Mário Gomes aponta ainda para uma relação entre o administrador e grupos privados que, indevidamente, se apossavam de lotes no NCSC com o seu aval e tolerância. Segundo Mário Gomes, “em 1941, o colono Manoel Marques do lote 118, quis transferi-lo ao sr. Ausding, gerente da firma Aranha Goertz & Cia, o administrador negou o pedido. O colono insistiu e o homem negou, ainda uma vez. Nova insistência e afinal foi permitida a transferência”⁵³⁸. O mesmo ocorreu quando Levi Panzeras, advogado e proprietário de uma granja no bairro vizinho de Campo Grande, que “candidatou-se a um lote. Para salvar as aparências, o administrador passou o lote a um Lopes, empregado do capitalista. O Lopes aparece aí como um testa de ferro”⁵³⁹. Tal denúncia colabora mais uma vez com o argumento consolidado de um desvirtuamento da colonização com a concessão de lotes para não agricultores, em claro descumprimento as normas da colonização e mais uma forma de expansão do cabedal de relações do administrador, que poderia proporcionar ganhos financeiros junto a empresários da região.

Os relatos de Mário Solar de Almeida Gomes⁵⁴⁰ são extremamente contundentes contra a administração de Solis. Aventamos a possibilidade da revanche no discurso do contratado, visto que por treze anos esteve ocupado no serviço público no NCSC, mas é preciso reconhecer que o ex-funcionário busca a confirmação de todos os casos levantados ao longo de toda a denúncia, pontuando o número dos processos e dando nomes aos envolvidos. Acreditamos que isso dá verossimilhança às suas reclamações e expõe o grau de corrupção e apropriações privadas do projeto de colonização por parte do administrador em questão.

Em 1948, como administrador do núcleo colonial de Tinguá novas denúncias foram feitas contra Juan Angel Solis e, em uma representação coletiva, os colonos deste centro agrícola mencionavam “que o mesmo [...] foi administrador do núcleo colonial de Santa Cruz onde cometeu atos para cuja elucidação foi pedida a abertura de inquérito não se sabendo o destino dado ao processo que tomou o nº1.031/47 na Divisão de Terras e Colonização”⁵⁴¹. Interpretamos a não punição e ainda a nova colocação de Solis como administrador de uma colônia como um sinal de que havia, de fato, respaldo às suas práticas junto ao Ministério, fossem estas legais ou não.

Apesar de uma longa ausência nas fontes, em 1956 os empregados do núcleo colonial retornaram com novas demandas, agora não mais dirigidas ao administrador, mas sim ao presidente da República, Juscelino Kubitschek. Ao lado de empregados de outras repartições públicas⁵⁴², buscavam coletivamente a resolução de meses de atraso nos pagamento dos

⁵³⁷ Concessionário do lote 15 que terá sua história conhecida no capítulo a seguir.

⁵³⁸ Idem.

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ Anos após a sua estada como empregado no NCSC e a contenda com Juan Angel Solis, em 1954, Mário foi candidato a vereador pelo Partido da Representação Popular (PRP). FONTE

⁵⁴¹ Em 1948, como administrador do núcleo colonial de Tinguá novas denúncias foram feitas contra Juan Angel Solis, e em uma representação coletiva os colonos deste centro agrícola mencionava “que o mesmo [...] foi administrador do núcleo colonial de Santa Cruz onde cometeu atos para cuja elucidação foi pedida a abertura de inquérito não se sabendo o destino dado ao processo que tomou o nº1.031/47 na Divisão de Terras e Colonização”. Podem-se consultar maiores informações em: *Diário Carioca*, “Denunciadas pelos colonos do Tinguá arbitrariedades do administrador”, 29 de junho de 1948, Edição: 6.136, p.01.

⁵⁴² Como o Serviço Nacional de Tuberculose, Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Benjamim Constant, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e os empregados do Instituto de Biologia Animal.

salários⁵⁴³. A partir das demandas desse coletivo, foi criada a “Campanha Nacional do Pessoal das Verbas 3 e 4”, que reivindicava a falta de pagamento dos salários antigos desses empregados, bem como dos aumentos concedidos por decreto naquele mesmo ano⁵⁴⁴.

Denunciando atrasos de “seis meses no pagamento de salários”⁵⁴⁵, esses empregados queixavam-se ainda do agravamento de suas situações, tendo em vista o aumento do custo de vida. Em meio à luta, os empregados conquistaram espaço nas páginas do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias* e puderam ainda contar com a legislatura do deputado federal pelo PTB, Fernando Ferrari, que, em regime de urgência, compôs um projeto de lei definindo juridicamente a situação desses empregados⁵⁴⁶.

No mês seguinte, amargando mais um mês sem salários, os servidores compareceram à Câmara dos Deputados na data de aprovação do projeto e ainda organizaram um memorial com suas demandas, sendo este entregue por uma comissão ao presidente⁵⁴⁷. Ainda que sem a resposta do presidente, a vitória dos empregados na luta por direitos se apresentou com a aprovação do projeto de lei e o reestabelecimento e reajustes dos salários ainda no ano de 1956.

A situação dos empregados do núcleo ao final da década de 1950 é bastante expressiva e merece nossa atenção. O modo como essa coletividade enfrentou a falta de pagamento é revelador de uma nova estratégia de atuação política, ainda não expressa anteriormente em suas experiências no NCSC, sendo a aproximação criada com os empregados de outras repartições um retrato da construção de novos vínculos associativos para os empregados da colônia. Ainda há também o importante papel de organização classista e condutora de lutas coletivas, até o momento ainda não observado na experiência desses homens e mulheres na colônia. Soma-se a isso a vigência de um regime democrático representativo, situação política diferente do Estado Novo varguista.

A consulta e apoio do deputado alimentava ainda uma crença no simbolismo do direito que, para sua execução, demandava a ação coletiva dos empregados. Nesse sentido, não nos cabe aqui afirmar se se tratava de uma “evolução” da classe trabalhadora no NCSC, ao contrário, somos convidados a considerar a importância do papel da campanha por melhores condições salariais como parte da construção de estratégias da luta por direitos empreendida por esses trabalhadores.

Avaliados esses distintos casos, alguns dados emergem em nossas considerações. Inicialmente, para que deixemos clara a relação entre trabalho e legislação, é fundamental que relacionemos a luta dos empregados do NCSC com os meandros de sua consciência social de direitos. Uma vez situadas essas circunstâncias ao longo desse capítulo, nos importamos agora com algumas implicações teóricas e práticas da abordagem adotada.

Considerando a distinção feita por Thompson em sua obra “Senhores e Caçadores”, em que o autor fazia a diferenciação de três aspectos, sendo eles: a instituição, a ideologia⁵⁴⁸ e o código com lógica própria, era esclarecido ainda que a lei enquanto prática não se localizava em uma distante superestrutura, mas perpassava as próprias relações de trabalho no NCSC. Sob outra perspectiva, a mesma era acionada quando da instalação de situações conflitivas entre empregados e administração.

⁵⁴³ CORREIO DA MANHÃ. *Não recebe pagamento o pessoal das verbas 3 e 4*. 28 de agosto de 1956. Edição n° 19456, p.08.

⁵⁴⁴ Decreto executivo n°39.917/56.

⁵⁴⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Regime de urgência*. 28 de agosto de 1956. Edição n° 10372, p.02.

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ A concepção de ideologia mobilizada por Thompson pode ser aproximada daquela estudada pelo marxista sardo Antônio Gramsci, haja vista sua influência na obra do historiador inglês. Segundo Gramsci, as ideologias são realidades portadoras de força material, com características objetivas e atuantes. Concebida como prática social vivida, ideologia aqui é lida como uma concepção de mundo que atua nas relações sociais. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. pp.62-63.

Como propôs Thompson, a retórica igualitária da lei não esteve reservada somente a uma classe, ao contrário, sua reapropriação pelos empregados do núcleo possibilitou que chancelassem suas lutas através de dispositivos legais, como pudemos avaliar nos casos de Alípio Melo e Mário Solar. Para ambos, o conceito de domínio da lei colocou barreiras frente ao uso da força como meio de dominação. Todavia, o que observamos no caso do NCSC foi o não domínio da lei, situação contrária à estudada por Thompson, e o que se pode observar no caso do NCSC foi a dificuldade de manipulação da lei pelos funcionários que, por desconhecimento ou descuido, muitas vezes tiveram seus direitos desconsiderados e manipulados pelos administradores.

Todavia, embora nos casos analisados não se tenha garantido avanços significativos para aqueles empregados, acreditamos que a indignação frente à injustiça demonstra a profundidade da expectativa humana no direito como forma de desmonte das desigualdades⁵⁴⁹. Levando isso em conta, não somente esse aprendizado político que devemos considerar, mas também a estruturação dos ganhos reais da classe, por exemplo, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que, a partir de 1938, garantiu novos direitos trabalhistas para esses agentes do Estado, assegurando, entre outros direitos, férias e estabilidade⁵⁵⁰, apesar do silêncio historiográfico que ainda paira sobre a temática dos empregados públicos às vésperas da criação do DASP.

O segmento dos empregados confrontou-se com a perda de direitos ligados ao trabalho, e foi com base nestes que se articularam discursos de condenação e exposição das opressões, que a classe se encontrava submetida no núcleo. Basta que recordemos as denúncias de Mário Gomes, que evidenciavam a violação da esfera pactuada de exercício da autoridade entre administrador e outros, cuja delimitação era fundamental para que os trabalhadores e colonos do núcleo legitimassem sua autoridade, agindo de forma a garantir privilégios. Esse clientelismo fazia emergir uma distinção crucial entre trabalhadores, empregados amigos e protegidos pela administração.

Assim, o aspecto principal em que a temática da lei e dos direitos esteve presente aqui foi o da publicização da noção de justiça dos empregados frente aos administradores e o papel de suas queixas públicas na luta por direitos e a relação de tensão com a ordem desigual estabelecida na colônia. Assim, acreditamos que a forma de reivindicação dos empregados do núcleo através dos jornais tenha sido uma forma de resistência de classe diante das relações de poder arbitrárias imputadas pela administração do núcleo colonial. Os jornais lançavam luzes às suas demandas e convocavam ao debate público os responsáveis, ainda que estes se escondessem. Em suas pautas, noções de justiça e equidade ocupavam boa parte dos discursos. Percebida como direito – e anunciada, como fizeram Alípio Bandeira e Mário Solar –, a pressão por isonomia e lisura na administração do núcleo estabelecia uma relação tensa entre empregados e administradores em um jogo de pressões e contrapressões, em que as redes de apoio dos gestores do NCSC e seus silêncios acusatórios contrastavam com as queixas públicas dos funcionários. Ao mesmo tempo, podemos entrever que essa “anti-propaganda” enfraqueceu a imagem pública da colonização.

⁵⁴⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.3, 1987.pp.353-354.

⁵⁵⁰ Apesar do DASP se apresentar como um órgão que organizaria a integração entre diferentes setores da administração pública e promoveria a seleção e o aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, nos Diários Oficiais pudemos acompanhar a progressão de carreira dos administradores e demais engenheiros, com baixíssimas incidências de sucessão para os demais cargos dos trabalhadores do NCSC. Tal situação nos leva a refletir sobre a real extensão de seu programa na estrutura burocrática varguista. Sobre o DASP podem-se consultar maiores informações em: PAIVA, Carlos Henrique Assunção. *A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945)*. In: *Revista História*, São Paulo, n.28 (2), pp. 775-796, 2009.

Sobre a possibilidade de retaliações, basta que recuperemos o temor pela diminuição dos salários, os constantes atrasos nos pagamentos, as proibições de deslocamento entre setores, podendo chegar a suspensões ou demissões, como nos casos analisados⁵⁵¹. Não esqueçamos que houve um suicídio. Ainda que, dos sete trabalhadores apresentados, somente um deles tenha continuado empregado no NCSC, à exceção do falecido José Maria, os cinco restantes encontravam-se desempregados. Para nós, portanto, a não execução de reclamações e denúncias públicas enquanto ocupava um cargo no NCSC configurou uma estratégia de resistência desses homens na garantia da manutenção de seus empregos, somada ao receio de possíveis retaliações e sanções impostas pelos administradores. Por isso, sugerimos aqui que a dispensa do NCSC se configurou também como condição para exposição dessas queixas.

Essa opinião contrasta com a de Lygia Sigaud que, em suas análises sobre reclames de violação de direitos trabalhistas, avaliou que os moradores dos engenhos de Pernambuco só colocavam o senhor na Justiça quando este rompia o “pacto moral” entre eles, ou seja, quando havia antes um rompimento das relações de confiança⁵⁵². Sendo o caso do NCSC distinto, uma vez que não havia uma relação de confiança entre empregados e a administração, acreditamos, sim, na necessidade de manutenção do emprego, que postergava as denúncias e reclamações contra os administradores.

Por último, no caso do NCSC, e nisso reside uma formulação essencial à nossa argumentação, as ações dos administradores não são simples produto de um Estado ou projeto de colonização já acabado. As ações empreendidas por esses homens, às quais chamamos aqui de técnico-paternal, em nome do Estado, ainda que demandadas a partir de interesses privados, construíram o próprio Estado e os rumos da colonização.

Isso se fez na ausência de regras para as relações de trabalho dos empregados e para a concessão das terras públicas e da gestão dos bens públicos, e também de casos de clientelismo executados pelos administradores, que não foram sequer punidos pelo Ministério ou pelo Estado. Lembramos também que, longe de responderem legalmente, serem processados ou afastados, muitos desses gestores asseguraram uma passagem “tranquila” pela administração do NCSC, fato que colaborou com a manutenção e/ou ascensão de suas carreiras profissionais. Assim, apoiados na corrupção, estes burocratas lançaram as bases para a redefinição dos rumos da colonização em Santa Cruz. A instabilidade daí decorrente não permitiu a ação coordenada de investimentos e da execução da política de colonização, trazendo certos limites ao desenvolvimento do núcleo colonial e sérias implicações aos colonos, como veremos a seguir.

Nesse processo, os administradores, que deveriam figurar a imagem de uma política exemplar, materializada em seus comportamentos, na relação entre sede e os lotes, nas demonstrações dos cultivos, na concessão de auxílio técnico e gestão do corpo de trabalhadores, assumiam outras posturas. Em última instância, engavetavam o regimento do DNPV e ocupavam-se de um Teatro do poder. Nesse elaborado sistema, declarações públicas e visitas oficiais eram empregadas no cotidiano e, em casos de acirramento dos conflitos, havia o uso da força policial, estando no limite os despejos e as demissões como formas de coação e manutenção da hegemonia do mando. Tais encenações encobriam suas redes interpessoais e protegiam seus interesses locais e de carreira.

Dessa forma, as relações entre empregados e administradores diziam respeito à luta por direitos trabalhistas e a garantia da isonomia. A partir de sanções ao trabalho ou o medo do desemprego, tais lutas foram traduzidas na forma de cartas enviadas a periódicos, que expunham as práticas clientelistas e privatistas com que os administradores agiam.

⁵⁵¹ Sobre a instituição de formas de poder, pode-se consultar: SCOTT, James C. *Op. Cit.*, 2000, p.19.

⁵⁵² SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos históricos*, v. 2, n. 18, pp. 361-388, 1996.

Tal como o caso dos administradores dos engenhos da zona da mata pernambucana, estudados por Lígia Sygaud⁵⁵³, questionamos se os administradores do NCSC não se viam coagidos a reproduzir o capital paternalista proposto pelas instâncias do Ministério da agricultura. Nossas considerações apontam que foi através da não reprodução dessa lógica que os administradores a traduziram conforme suas estratégias pessoais, ocupando-se da formação de redes de favorecimento usando como moeda de troca o bem público, os recursos e as terras públicas⁵⁵⁴.

⁵⁵³ SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos históricos*, v. 2, n. 18, pp. 361-388, 1996. p.375.

⁵⁵⁴ As perspectivas de trabalho dos administradores serão consideradas em perspectiva com a dos colonos nos próximos tópicos.

CAPÍTULO IV: ENTRE NEVES E PALHARES: QUANDO A LUTA É INDIVIDUAL

“No campo do adversário/ É bom jogar com muita calma/
Procurando pela brecha/ Pra poder ganhar”.
Gonzaguinha, “Geraldinos e Arquibaldos” (1973).

São em média 66 quilômetros de Santa Cruz até a sede do governo federal. Na década de 1930, essa viagem era feita a duras penas até o Centro do Rio de Janeiro e de lá pegava-se um bonde da companhia *Light Power* no sentido Centro x Laranjeiras até o Palácio do Catete. Mas não eram somente homens e mulheres que faziam esse caminho: seus desejos, revoltas e disputas também cruzavam a cidade através das cartas endereçadas aos governantes da República.

Neste capítulo objetivamos analisar as táticas e estratégias dos colonos a partir das ações e reações destes frente à administração do NCSC e às instâncias do Governo Federal. No horizonte desta vista, temos um norte: as lutas dos colonos Ubaldino Palhares e Domingos Neves como relações sociais de disputa, como um conjunto de enredos que extrapolam os sítios e as glebas e atingem de distintas formas o governo e suas políticas. Para estudar essas relações entre colonos e administradores, consideraremos a discussão sobre teatro do poder⁵⁵⁵, considerando suportes como o tecido social - com seus sujeitos, grupos e conflitos - e a estrutura do Estado, organizada em instituições, agências e agentes.

Para isso, ancorar-nos-emos na compreensão do teatro e contrateatro do poder para analisar a luta entre administradores e colonos. A leitura de Thompson sobre os dois conceitos caminha no sentido da reflexão acerca da hegemonia na qual, em um constante vir a ser, classes e diferentes grupos expunham seus projetos de poder, imbricados em uma teia de (re) criações, renovações e alterações a partir dos movimentos contra-hegemônicos das classes subalternas que tendiam a pleitear novos modelos de organização. Sendo assim, em suas análises sobre costumes populares das classes populares nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra, emergiam noções de:

[...] controle político e o protesto, ou mesmo de rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas e dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo. Sugerir que o controle ou a dominação podem se revestir de roupagem teatral não significa dizer (como já se disse) que seja “imaterial, frágil demais para ser analisada, sem substância”: “definir o controle nos termos da hegemonia cultural não significa renunciar ao intento da análise, mas arquiteta-la para os tópicos necessários: as imagens de poder e autoridade e as mentalidades populares de subordinação⁵⁵⁶”.

A advertência do autor sugere um domínio apurado acerca da cultura das classes e/ou grupos analisados para que, de tal forma, possa-se compreender os significados das práticas realizadas no contexto do teatro e do contrateatro. No caso da *gentry* inglesa, analisado por Thompson, a ritualística de execução pública tratava-se, antes de tudo, de um sistema de disciplina social componente direto do teatro do poder⁵⁵⁷, ao passo que era respondida com a sedição das classes populares, que estruturavam suas demandas através de revoltas e cartas anônimas, sátiras e ameaças. No contrateatro, o que importava a esses grupos era a manutenção dos costumes, buscando neles aquilo que lhes aprazia.

Buscamos com o “teatro do poder” propor um exercício similar ao de Thompson, procurando sintetizar as ações produzidas pelo poder de certos costumes e práticas - ou, ainda,

⁵⁵⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.50-62.

⁵⁵⁶ _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.240.

⁵⁵⁷ Idem, p.49.

das ações dos subalternos. Apesar da distância espaço-temporal dos processos analisados, parece-nos uma boa alternativa interpretar como a ação dos dominantes em geral, e os administradores do NCSC, em específico, buscavam lidar com o contrateatro proposto por colonos quando do desmantelamento de práticas, a priori, paternalistas⁵⁵⁸. Nesse palco, os protagonistas foram as práticas dos colonos e funcionários que, com suas organizações, dividiram o “palco da colônia” com os projetos dos administradores que, apesar das disposições individuais, encarnavam as formas como o Estado autoritário buscava construir sua intervenção e seus projetos no NCSC.

Igualmente, analisaremos esses conflitos sociais observando os mecanismos de dominação utilizados pelos administradores para fazer valer seu poder sob os colonos, bem como as estratégias e resistências destes últimos na luta por direitos, seja pela garantia da conclusão do saneamento ou por assistência técnica.

Para isso, ainda no plano teórico-metodológico, reivindicaremos uma possível aproximação de Thompson com a micro-história. Essa conexão nos parece factível na medida em que, na prática historiográfica, a micro história configura-se, segundo Eduardo Grendi, como um caminho adotado pelos historiadores italianos para a construção de uma história social⁵⁵⁹, a qual era dotada de distintas fases ao longo do século XX, sendo que cada uma destas representou um momento específico dessa prática historiográfica; todavia, não é nosso objetivo deslindá-las⁵⁶⁰. Segundo Giovanni Levi, a micro-história é essencialmente baseada na redução da escala de observação do objeto a ser estudado⁵⁶¹. Essa mudança de perspectiva, contudo, deve ser encarada como uma forma de explorar e acessar uma realidade que, de outra maneira, seria impenetrável.

Isto posto, encontra-se nas obras de Thompson e dos micro-historiadores uma forte atenção à (re) constituição dos casos singulares e uma rica contextualização das práticas sociais. Outrossim, a opção pela perspectiva *from below*, do ponto de vista dos grupos subalternos, exigia a manipulação e reflexão a partir de distintas fontes e conceitos. Segundo Henrique Espada Lima, ambas perspectivas colaboravam com um resgate dos sujeitos históricos e recuperava a vocação da História Social⁵⁶².

O mesmo autor acredita na coerência dessa aproximação teórica, visto a preocupação do historiador inglês em construir uma história comprometida com referenciais antropológicos, assim como os micro-historiadores, condição que aproximava ambos de estudos “das particularidades, os conflitos e mudanças menos evidentes, e, enfim, a importância fundamental dada a ação humana consolidam esse horizonte comum”⁵⁶³.

⁵⁵⁸ A discussão do termo paternalismo e suas implicações apontadas pelas fontes instigam indagações que serão aproximadas aqui da interpretação de Thompson sobre o conceito. Segundo o marxista inglês, trata-se de um termo em aberto e atravessado por imprecisões, mas que carece de atenção. Demanda do historiador a perspicácia para que não se incorpore somente uma visão da relação social vista de cima, pressupondo uma relação calorosa e cúmplice entre as partes. Requer ainda que sinais como obediência, subserviência e consentimento sejam mirados como partes estruturantes do conceito. THOMPSON, Edward Palmer. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

⁵⁵⁹ GRENDI, Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.258.

⁵⁶⁰ Para maiores informações sobre a temática, pode-se consultar: GINZBURG, Carlo. (1991^a, 1991b; 2006a e 2006b).

⁵⁶¹ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992. p.136.

⁵⁶² ESPADA LIMA, Henrique. E.P. Thompson e a micro-história: traços historiográficos na seara da História Social. Esboços. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis, v.11. n.12, p.53-74, jan.2004. Disponível em: <<http://periódicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/437/9899>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

⁵⁶³ Idem.

Nesse sentido, o estudo dos casos de Ubaldino Palhares e Domingos Neves devem ser expostos. Nos termos de Carlo Ginzburg, a análise de uma documentação delimitada ligada a indivíduos em um evento único trata-se de uma tarefa *sui generis*, sobretudo quando silêncios e lacunas tornam-se parte das fontes. A experiência das inundações, perda de bens e coerção por parte dos administradores do NCSC colocaram esses dois colonos em uma situação excepcional. As táticas e estratégias dos colonos e a forma como as instrumentalizaram estavam conectadas com as transformações sociais do período. No momento em que as lutas de Neves e Palhares aconteceram - em um contexto de instabilidade organizativa na colônia -, suas práticas passam a se constituir como um *contrateatro* de atos complexos e imprevisíveis.

Para isso, examinaremos cartas e reportagens publicadas em jornais, bem como eventuais legislações e registros oficiais nas edições do Diário Oficial da União que colaborem com essa discussão. Destas fontes, destacamos as cartas escritas pelos colonos que, endereçadas ao presidente e/ou publicadas em periódicos, por vezes simultaneamente, auxiliam-nos no entendimento das táticas organizadas por esses distintos atores sociais na exposição de suas demandas, além de nos fornecerem dados preciosos sobre as formas de negociação a respeito do projeto político e social do governo Vargas para os núcleos coloniais.

Desde a década de 1990, diversos historiadores se dedicaram à tarefa de problematizar tais cartas a partir de uma análise da comunicação política e do exercício de uma cidadania popular. Para essa historiografia, o presidente fazia uma aproximação com a população, abrindo diálogo, criando a figura de alguém com quem se poderia falar e obviamente confiar sem delongas e intermediários, afigurando-se como uma figura paternal que garantiria seus interesses. Facultava-se a todos o direito de escrever cartas ao Chefe da nação e, mais do que isso, estimulava-se que o fizessem. A possibilidade de envio das cartas fomentava um imaginário popular que fazia do presidente um duplo protetor, entendido ao mesmo tempo como distribuidor de favores e assegurado de direitos previstos em lei sem que houvesse contradição entre essas partes.

Para Ângela de Castro Gomes, com o incentivo ao envio das cartas, o regime pretendia efetuar trocas simbólicas com a classe trabalhadora: ao valorizar o trabalho e o trabalhador, buscava gratidão e ansiava por reciprocidade⁵⁶⁴. Em acordo com a autora, e em atenção às proposições de Thompson, defendemos que os colonos tinham demandas reais, não se tratando de simples objetos de cooptação dos administradores, tão pouco de lideranças políticas, encontrando assim brechas no envio das cartas para a exposição de suas queixas e demandas.

Em atenção às questões dos homens e mulheres comuns, cabe ao historiador vasculhar quais bases morais e noções de justiça eram empregadas nas missivas. Acreditamos que, para os colonos, as atividades não realizadas pelo governo - e que compunham suas obrigações - careciam de prioridade e justiça e, por isso, deveriam ser cobradas. Para isso, manejava-se todo um vocabulário de valorização do trabalho e do trabalhador, de formas de interpretação e domínio da lei, articulando signos de necessidade, da lealdade ao destinatário e da justiça do pleito na construção de seu *contrateatro*.

Quando enviadas, essas cartas chegavam ao Gabinete Civil da Presidência da República e eram transformadas em processos direcionadas aos distintos ministérios e departamentos conforme as necessidades dos solicitantes. Porém, nem sempre os pedidos eram atendidos. Para o caso do NCSC, as solicitações de lotes eram enviadas a DTC e logo após eram remetidos ao administrador do núcleo, a quem cabia um parecer sobre a viabilidade de concessão ou não. Dos 10 processos dessa ordem encontrados no Arquivo Nacional, todos continham pareceres da DTC e/ou do escritório do núcleo. Com relação às missivas sobre

⁵⁶⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

pedidos e queixas no núcleo colonial, das 18 encontradas, somente 5 receberam respostas da DTC e contavam com pareceres dos administradores.

Não nos parece difícil pensar que se havia algum foco de tensão na colônia, não seriam os pareceres dos administradores que colaborariam com a resolução destes: ao contrário, poderiam gerar retaliações aos colonos remetentes. Acreditamos que tal diferença quantitativa apontava ainda para uma aversão a emissão de pareceres que afetassem as práticas de seus agentes em Santa Cruz - sinal bastante claro que a DTC acobertava seus administradores e entregava à própria sorte os colonos sob sua responsabilidade.

Outra peculiaridade que encontramos nas análises das cartas egressas do NCSC foram os destinatários delas. Para o caso do NCSC, as cartas escritas por colonos eram também encaminhadas, simultaneamente, a redações de periódicos da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos tal atitude como uma forma de aumento da exposição das demandas dos colonos e, por consequência, sua aproximação com um novo ator social, qual seja, a imprensa; foi através de suas páginas que as demandas dos colonos e também dos empregados do NCSC, além das respostas dos administradores e dos Ministérios, puderem ser acompanhadas mais de perto. Considerando que tais veículos de informação indicavam lugares claros de crítica e/ou apoio ao *establishment*, ora divulgando ora desqualificando os litígios dos colonos, analisaremos tais fontes considerando as distintas formas de recepção das posições de nossos agentes sociais no cenário político do período.

As cartas egressas do NCSC, além dos pedidos, elogios e sugestões - características marcantes ressaltadas em boa parte da bibliografia sobre o tema - têm como diferencial a presença constante da quebra de confiança com o administrador, e não com o paternalismo dirigido ao presidente. Ademais, o duplo envio das cartas aos gabinetes e ministérios e também às redações dos jornais deixa claro as formas de divulgação e publicização de colonos e empregados em suas lutas por direitos.

IV.I O COLONO DOMINGOS NEVES, O SANEAMENTO E O MINISTRO SALGADO FILHO

“Essas cartas, Mariano, não são escritos. São falas.”⁵⁶⁵.

Assim, o colono Domingos Neves, concessionário do lote 18, se apresentou em nossas fontes com sua história. Relatava em uma carta que nunca gostou de “negócios com o governo”⁵⁶⁶ e que um amigo o avisara que o núcleo foi criado para ser “um ninho burocrático aos afilhados da situação”⁵⁶⁷; contudo, para nosso emissor, o amigo parecia pessimista. Em 04 de outubro de 1932, tendo dispensado um emprego comercial que lhe rendia “maiores comodidades e descanso”⁵⁶⁸ e vendido um sítio por 50 mil réis, partiu para uma nova experiência de vida e foi lotado com sua afilhada no sítio de número 18. Lá Neves construiu uma casa e fez sua primeira plantação com gastos de 55 mil réis. Pouco tempo depois, mandara erguer em frente à casa um cruzeiro do sul - em suas palavras “símbolo da resignação e paciência”⁵⁶⁹.

Por que termos como resignação e paciência são manejados no discurso do colono? Em carta de janeiro de 1934, ele informava que as contendidas começaram em 31 de outubro de 1933,

⁵⁶⁵ COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁶⁶ CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição 12065, p.07.

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ Em carta de 29 de março de 1934, Domingos Neves informa saudosos que recebia um conto de réis pelo emprego de então. Ver: CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição 12065, p.07.

⁵⁶⁹ Os próximos seis parágrafos são decorrências da análise de fontes. Pode-se consultar em: Carta de Domingos Neves, 12 de janeiro de 1934, Série Protocolos, AN (1934).

quando avisou ao administrador, Henrique Dietrich, algumas irregularidades. Domingos informava que o nível em que as manilhas estavam sendo colocadas à margem das estradas era mais elevado do que o do sangradouro que a administração havia aberto em sua propriedade. O colono já previa que, em caso de fortes chuvas, suas terras e sua casa seriam invadidas pela força da água. Na dita carta, narrava ainda que se sentia “ameaçado na integridade predial, financeira e pessoal”⁵⁷⁰. O colono construía argumentos baseados na legislação em vigor naquele tempo, como a possibilidade de pagamento de multa aos proprietários que tivessem focos de mosquitos transmissores de doenças como a malária, fazendo citações também ao Código do regime de águas. Ele destacava dispositivos legais para resolução do problema e encerrava pedindo “medidas necessárias ao acautelamento do direito”⁵⁷¹.

A situação colocada não inibiu a atuação de Domingos, que recorreu a uma noção legitimadora das leis para avalizar suas demandas. Domingos enviou sua carta ao jornal na tentativa de ampliar seu poder e sua voz. Tal comunicação auxiliava o colono na manifestação de sua insatisfação nos casos de omissão e arbítrio dos agentes públicos na colônia. Como recurso, o colono procurava legitimar seus direitos através da legislação, buscando o que mais lhe interessasse e o protegesse. Nesse sentido, expunha a ameaça das possíveis sanções arquitetadas pelo administrador, que buscava manter o controle coercivo sobre seus subordinados. Em um período em que os direitos eram pouco difundidos, o colono se percebia como protegido pela jurisprudência contra a intromissão de um poder arbitrário⁵⁷². Assim, o homem comum se sentia amparado e autorizado a recorrer ao direito na proteção de seus interesses e principalmente a executar a liberdade da palavra, expressando-a publicamente. Frente a uma primeira análise da carta, a tática de Domingos faz pensar que se trata de um homem com formação alargada, mas em missiva posterior ele informa que, mesmo não tendo diploma, apenas com “os olhos de ver e bom senso para ajuizar”⁵⁷³ lhe pareceu “que a engenharia do Centro compreendeu o contrário [...] e as obras que fez aumentarão muito mais a inundação com a corrigência que fez.”⁵⁷⁴.

O vaticínio de Neves se concretizou. Nos primeiros dias de 1934, o núcleo contava com 183 famílias, e sobre elas uma inundação se abateu, causando grande estrago às casas e plantações dos colonos⁵⁷⁵. A inundação levou o colono ao prejuízo total. O agricultor passou da tensão da espera do crescimento de suas plantações à espera da malária que se espalhou nas terras encharcadas. Quando da visita de *O Globo*, o jornalista Visconti atestou que o motivo da inundação devia-se à abertura equivocada de valas no lote de número 20, com esgotamento no sítio de Domingos, quando deveriam ter sido levadas a um dreno geral. Visconti apontava ainda que houve um engano no nível do escoadouro, rebaixando assim o nível da primeira vala interna – o que seria contra lei –, dando origem à água da rua no lote 18. Por último, as açudagens na vala geral não comportavam o volume de água em suas manilhas, causando o extravasamento nos lotes. Embora não tenhamos clareza da motivação da visita do periodista, se a convite dos colonos ou no interesse de um possível furo de reportagem, tal visita e o parecer emitido mostram mais uma tática na ação dos colonos, em que o apoio de agentes mediadores dava visibilidade às demandas colocadas.

⁵⁷⁰ CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição 12065, p.07.

⁵⁷¹ Idem.

⁵⁷² Sobre os usos da lei e da justiça para os homens e mulheres comuns, pode-se consultar: THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.90.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição 12065, p.07.

⁵⁷⁵ Referências da Diretoria de Meteorologia apontam um aumento de 63,6% no índice pluviométrico no Estado do Rio de Janeiro entre janeiro e março do ano de 1934.

Neves solicitou o ressarcimento por suas perdas⁵⁷⁶, posto que as benfeitorias que realizou somente por seu trabalho fizeram o lote mais valioso, pois não havia nele “marcas do auxílio dos engenheiros do núcleo”⁵⁷⁷. Uma carta pública no periódico *Diário Carioca*⁵⁷⁸, assinada pelo chefe da Inspetoria de Engenharia Sanitária e engenheiro do núcleo, Alexandre Ribeiro Júnior, rebatia seus argumentos, atenuando os prejuízos trazidos pelas chuvas e informando aos leitores que as obras de saneamento vinham ocorrendo na região de Santa Cruz. Porém, com a ampliação do projeto e de sua área de ação, alguns problemas foram percebidos. Todo o argumento de Ribeiro Júnior, de cunho técnico, tencionava provar que não houve fracasso, mas sim o que chamou de “pequenas áreas alagadas”⁵⁷⁹ que passaram por um “grande volume de precipitação [...] e que não teve o devido escoamento em Santa Cruz por um facto accidental: - a obstrução para a passagem da draga, coincidente com a grande chuva havida.”⁵⁸⁰. Arrematando sua exposição, dizia que o “ligeiro extravasamento, assim mesmo na parte baixa” o fazia avaliar a região como uma “zona saneada livre de transbordamento”⁵⁸¹.

O mesmo *Diário Carioca*, jornal onde se divulgou a matéria anterior, foi convidado pelo Ministro do Trabalho Salgado Filho para averiguar a situação, sendo ele utilizado como veículo de exposição das impressões oficiais sobre o ocorrido⁵⁸². A manchete deixava bastante clara essa posição colaboracionista do periódico com o regime com a passagem: “Os colonos do Ministério do Trabalho são mais felizes do que os habitantes do Rio de Janeiro, no que se refere a inundações”. A matéria minimizava as reclamações do colono, afirmando que “apenas 2% sofreu (sic) ligeiramente as consequências das águas, que chegaram a se elevar, em poucos lugares, somente a 18 centímetros de altura”. Analogias forçosas foram feitas como “em Botafogo, na própria rua do Ministro do Trabalho, até botes navegaram no dia do temporal”. Em outro trecho da mesma reportagem falava-se que, dos “183 colonos de Santa Cruz, apenas quatro deles pediram auxílios em virtude da enchente”. Os demais colonos se apresentavam felizes “com os lotes que lhe foram distribuídos e com os resultados dos seus trabalhos naquelas fertilíssimas terras, amparadas (...) pelo governo”⁵⁸³.

No encerramento da matéria, o ministro concluía que o “colono exaltado contra os serviços foi um dos empregados que mandei demitir da administração do Centro Agrícola, por se tratar de uma transgressão disciplinar”⁵⁸⁴. O ministro se refere ao colono Domingos Neves⁵⁸⁵. Salgado Filho fazia acusações sobre “explorações [feitas pelo referido colono]

⁵⁷⁶O montante das perdas era descrito pelo colono como: 2 hectares de batata doce, 2 de enxertos de laranjeira, 9 hectares de aipim e 1 hectare de árvores de grande porte e outras com mamoeiros, macieiras e roseiras.

⁵⁷⁷ CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição 12065, p.07.

⁵⁷⁸ Segundo Carlos Eduardo Leal, o periódico fundado em 1928 por José Eduardo de Macedo Soares foi apoiador do projeto da revolução de 1930, contudo, nos primeiros meses do governo provisório solicitava ao presidente que cumprisse seu programa de governo rompendo logo após com o regime. Em 1932 sofreu empastelamento e dedicou-se a forte oposição a figuras ligadas ao governo como o ministro da agricultura Juarez Távora. Com a promulgação da constituição de 1934, o *Diário Carioca* aproximou-se da situação, após o fim do regime Vargas defendeu o regime democrático, sendo extinto em 1965 no contexto da ditadura civil-militar. LEAL, Carlos Eduardo. *Diário Carioca In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 5 volumes, 2001.*

⁵⁷⁹ DIÁRIO CARIOCA. 10 de janeiro de 1934. Edição: 1669, p.02.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² DIÁRIO CARIOCA. 14 de janeiro de 1934. Edição: 1673, p. 02.

⁵⁸³ As referências deste parágrafo são de: DIÁRIO CARIOCA. 14 de janeiro de 1934. Edição: 1673, p.02.

⁵⁸⁴ A ideia de transgressão disciplinar não é clara nos informes e nas dispensas de servidores por “desrespeito a ordens superiores” executadas pela administração do núcleo. Pode-se consultar um caso em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 13 de junho de 1936, p.13212.

⁵⁸⁵ DIÁRIO CARIOCA. *Op. Cit.*, p.02.

contra os demais colonos, vítimas de seus excessos e perseguições”⁵⁸⁶. A matéria se encerrava com a afirmação do ministro de que esse comportamento do colono servia “aos latifundistas de Santa Cruz”⁵⁸⁷ que tinham por projeto político barrar o avanço das obras de saneamento e a demarcação das terras pertencentes à União⁵⁸⁸.

Essa afirmação pode comportar apenas uma propaganda positiva da administração do núcleo e do ministério, preocupados com o bem-estar dos trabalhadores rurais. Porém, ela traz mais elementos: requer que o nosso ofício de historiador esteja apurado para captar a tentativa de criação de uma cisão entre os colonos efetivada pelos jornais a partir dos argumentos do ministro Salgado Filho. A estratégia foi circunscrever as reclamações a um pequeno grupo de reclamantes como fossem perturbadores de uma suposta “boa ordem” na colônia. Um segundo elemento, decorrente do primeiro, foi a tentativa de descredenciamento público das reclamações dos colonos quando se amainava a condição de atingidos pelas enchentes e a incerteza colocada pela perda da produção. Além disso, a associação do colono com os latifundiários da região coloca o trabalhador rural na condição de algoz e incitador dos problemas do núcleo colonial que, ao lado da tônica de ingratidão colocada pelo ministro, tentava apregoar uma imagem negativa à Domingos Neves.

Todavia, em carta publicada na quinta-feira, 29 de março de 1934, Domingos Neves mostra que sua atitude era a de fazer valer seus direitos e os dos demais colonos. O teor da epístola é de pesar por conta da morosidade com o andamento do inquérito investigativo instaurado pelo Ministério do Trabalho. O colono aproveitou ainda para informar que seu pedido de indenização – um dos quatro pedidos informados pela carta pública do ministro Salgado Filho, citado anteriormente – foi negado pela administração do NCSC. A resposta da administração de Henrique Dietrich foi telegráfica através do periódico, informando a Neves que deixasse “o lote dentro de oito dias”⁵⁸⁹. O bilhete contava ainda com adendo de que levasse seus animais e “seus trastes unicamente”, e deixasse a casa “que representa, só ela, por baixo, mais de 13 contos de réis” e com a intimação final para que não tocasse “sequer com um dedo” nas plantações do lote, “porque isto agora é nosso”.

Domingos buscou o *Correio da Manhã* para não ser despejado. O colono praguejou contra o que chamou de “Providência” que o intimara a “pôr em fresco” com o aviso: “Morra de inanição, seu coisa à toa”. Suas frases finais são de apelo ao jornal: “Felizmente ainda há quem, seguindo os preceitos de Cristo, tome a defesa dos desgraçados”. Em nossa análise de fontes, não surgiram execuções de despejo para Domingos Neves, mas o que se percebe é que sua atuação política não se deixou abater pela intimação.

Em 21 de outubro de 1934, o colono reapareceu como emissor de uma carta ao presidente Vargas, em que pedia a intimação do Ministro do Trabalho para que esse executasse a entrega dos processos e reclames dos colonos ao Ministro da Agricultura. Domingos narrava a relação do referido ministério com a administração como um “constante acobertar”⁵⁹⁰ dos delitos contra a União e os colonos. Rogando ainda ao presidente para que

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Como exposto no primeiro capítulo, a indefinição dos direitos de propriedade na Fazenda de Santa Cruz remontavam grandes e profundos litígios na região. Além dos dados apresentados para a década de 1920, foi possível apurar que em 1938 através do Decreto-Lei 893 regularam-se os aforamentos, a desapropriação e a exploração agrícola na área da Fazenda. Sendo criada a Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras – PCERTT. Pode-se consultar a menção a tal política em: VERÍSSIMO, Antônio Augusto. *Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PCRJ/SMU/IPP, 2004, p.2.

⁵⁸⁹ Este parágrafo, bem como o seguinte, foi escrito com base em: CORREIO DA MANHÃ. 29 de março de 1934. Edição: 12065, p.07

⁵⁹⁰ Este parágrafo foi construído a partir da análise da carta “Centro agrícola de Santa Cruz”, 1934-10-21, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 08, AN.

desse “as suas ordens para que siga o bonde e que os motorneiros saibam obedecer-lhe”⁵⁹¹, encerrava a carta com uma aproximação bastante ao gosto do Teatro do Poder paternalista com a frase “União e colonos, de seu admirador Domingos Neves”⁵⁹².

Uma semana depois, em 27 de outubro de 1934, nova missiva foi enviada por Domingos para o presidente, portando o mesmo teor⁵⁹³. Esta era uma verdadeira obra de contrateatro do colono. Seu conteúdo se iniciava com uma narrativa sobre a relação conflituosa do ex-presidente Floriano Peixoto com o coronel Moreira César⁵⁹⁴ no início da República. Floriano aparecia descontente com as chacinas empreendidas pelos regimentos de César nas batalhas da revolução Federalista, relatando que “[...] perante a História, hei de ser eu o responsável por todas estas atrocidades que não autorizei nem pude evitar!”. Domingos informava que a história absolveu Floriano Peixoto, visto que foi um presidente de deliberações justas em defesa “dos fracos contra a prepotência dos mandões desabusados”. Então, dirigiu a Vargas a pergunta: “não prestará contas à História, pelos nefastos atos praticados no Centro Agrícola de Santa Cruz?”.

O colono afirmava que cabia ao presidente “em dois tempos, liquidar as imoralidades do ‘Centro’ e castigar os criminosos”, organizando a sequência da epístola nos moldes de um interessante e peculiar diálogo. Logicamente inventado, criava um contexto de comunicação entre o presidente e os ministros - Agamenon Magalhães, da Pasta do Trabalho, e Odilon Braga, ministro da agricultura. Na narração, Getúlio Vargas, “pelo telefone e sem se levantar da cadeira”, dava ordens para que “a trouxa de todos os processos e inquérito relativos ao Centro Agrícola de Santa Cruz” fossem enviados ao Ministério da Agricultura, que já esperava “a entrega do embrulho”. Para Odilon Braga ficaria a tarefa da “autopsia magistral nesse tumor maligno”, sendo sua obrigação pôr “o carnicão a mostra”⁵⁹⁵, restituindo aos colonos tudo aquilo que lhes foi “surrupiado”. Ainda nesse diálogo, Domingos põe na boca de Vargas a seguinte frase: “É preciso que a Nação saiba que tomei conta dela para lhe moralizar os costumes e que ainda continuo a empunhar o leme com firmeza”. Quando da conclusão da carta, Domingos escreveu, forjando intimidade com a figura de Vargas, “Ouviu seu colono? Ah sr. PRESIDENTE! Nem precisava tanto. Agora sim a coisa tem de ir mesmo”. Encerrou a carta, como de costume, mobilizando uma ideia de coletivo e de integração, com a frase “Pela União e colonos”.

Podemos novamente perceber os signos de um contrateatro do poder nas palavras do lavrador e de como suas críticas à administração e à vagarosidade das instâncias burocráticas dos ministérios se apresenta como uma forma de resistência. O envio da carta para as redações de periódicos era uma ação que garantia a exposição e amplificação de suas questões. Outro motivo pode ser a dificuldade estrutural de obter informações sobre o recebimento da correspondência. Embora não haja nenhuma garantia e seja pouquíssimo provável que o próprio Vargas as lesse, as cartas recebiam tratamento da burocracia, que tomava medidas investigativas e respondia em nome do presidente, chegando, em algumas ocasiões, às mãos de interventores e ministros.

Apesar da destreza e intensa comunicação de seus pleitos, o colono Domingos Neves não prosseguiu na exposição pública de suas demandas e seu nome não continuou a figurar nas poucas listagens de colonos que chegaram ao nosso tempo. Não é difícil imaginarmos que essa ausência seja debitada a uma possível expulsão do colono do lote ocupado e/ou a desistência de Domingos em prosseguir com a vida de agricultor, que, até então havia sido de

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ “Carta de Domingos Neves ao Presidente Vargas”, 1934-10-27, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 08, AN. Os próximos dois parágrafos fazem referência ao conteúdo desta fonte.

⁵⁹⁴ Coronel do Exército que serviu ao Estado Brasileiro na Revolta da Armada, na revolução Federalista e na Campanha de Canudos, todos os conflitos citados ocorridos no período da presidência de Floriano Peixoto.

⁵⁹⁵ Parte central dos furúnculos, na qual o pus fica acumulado.

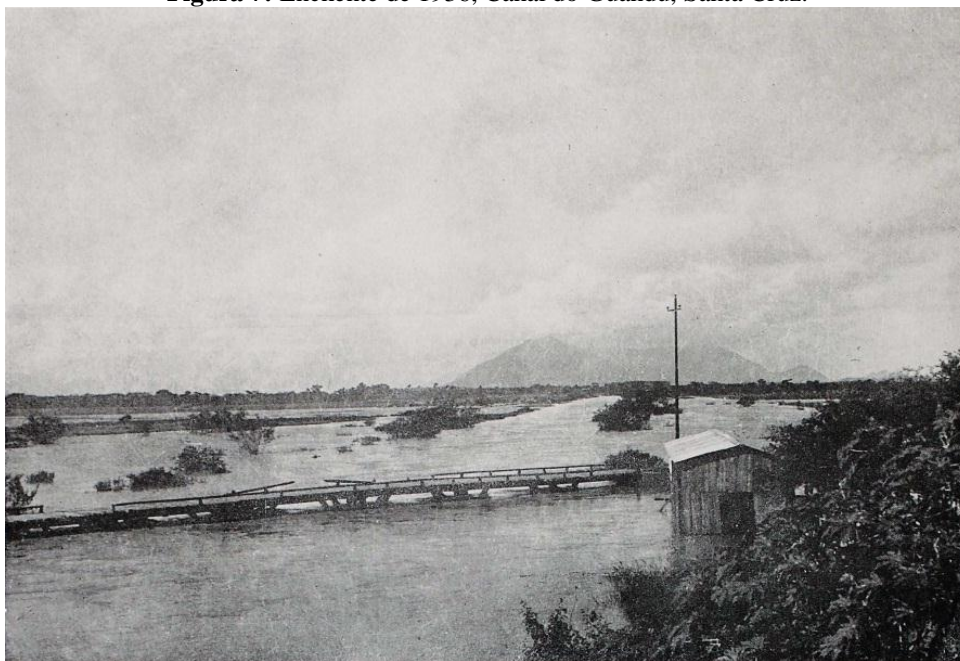
grande dispêndio e de pouco incentivo dos agentes governamentais competentes. Se por um lado encerrava-se uma história de luta, “as vozes fracas, mais audíveis”⁵⁹⁶ ganharam novos nomes e identidades, como veremos a seguir.

IV.II O COLONO UBALDINO PALHARES, AS ENCHENTES E O MINISTRO ODILON BRAGA

“O que os colonos queriam em primeiro lugar é que se fizesse uma investigação franca e imparcial do sistema de colonização. Tínhamos certeza de que, isso feito, não nos faltariam auxílios de toda ordem”⁵⁹⁷.

Passadas as agruras de Domingos Neves, o que não passaram foram as enchentes na região de Santa Cruz e Itaguaí, sendo as letras e as lutas de outros colonos as componentes de novas cartas, algumas delas escritas por Ubaldino Palhares. O brasileiro chegou a Santa Cruz no ano de 1930 e ocupava o sítio do lote 15. Palhares teve sua primeira aparição no ano de 1936, um dos anos mais chuvosos de Santa Cruz⁵⁹⁸. No fim do verão, uma forte chuva se abateu sobre o NCSC. Havia ocorrido, meses antes, a limpeza do Rio Guandu-Açú, mas ainda não havia capacidade de vasão para a quantidade de chuva ocorrida naquele período.

Figura 7: Enchente de 1936, Canal do Guandu, Santa Cruz.



Fonte 3: GÓES, Hildebrando de Araújo. *A Baixada de Sepetiba*: Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Rio de Janeiro, 1942. p.82.

⁵⁹⁶ Expressão utilizada por Vanderley Vazelesk em: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2001.

⁵⁹⁷ DAVATZ, Tomás. O levante dos colonos contra seus opressores. In: WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas: v.1*. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. pp. 241-269. p.242.

⁵⁹⁸ As enchentes são um tema constante nas reclamações dos colonos, ainda que a região de Santa Cruz estivesse passando por um grande processo de saneamento de seus rios, córregos e brejos. As maiores enchentes ocorreram nos anos de 1933, 1934 e 1936.

Contra a propaganda ventilada pelo engenheiro Maurício Joppert de que “Nem um dilúvio universal os campos de Santa Cruz sofreriam inundações”⁵⁹⁹, os rios e canais transbordaram e a água foi avançando sobre os cultivos. A inundação fez com que parte dos colonos tivesse de buscar abrigo no prédio da sede da Secc o Técnica de Levantamentos. Tendo em vista esse cenário, o administrador  neas Calandrini Pinheiro convidou o *Correio da Manhã*, periódico de grande circula o no país e apoiador do governo Vargas, para averiguar a situa o.

Em longa matéria, as impressões do periodista mostram o cenário do desastre: “tudo derrubado, árvores desimplantadas, e a água a correr rugindo. Eram um mar as terras opulentas de Santa Cruz”⁶⁰⁰. Ao longo da visita, o jornalista se manteve em frente ao lote 15, uma das poucas casas n  assoladas pela enxurrada, e encontrou Leontilde Palhares, que abriu as portas de sua casa. A casa simples abrigava quatro crianças   mesa sorvendo colheradas de canja, e em um canto estavam quatro homens, sendo um deles Ubaldino. O concessionário do sítio agradeceu a chegada do jornalista e prontamente solicitou registro da “revolta ante a falência do plano de saneamento da Baixada e, notadamente, da coloniza o”⁶⁰¹. Um dos colonos presente na casa confessou que “  desgostoso e chega a (...) causar náuseas o procedimento do diretor do serviço de coloniza o”⁶⁰². O agricultor narrava uma reunião obtida pelo grupo, no dia anterior, em que solicitaram solu es ao problema da inunda o das terras⁶⁰³. Do diretor, José Oliveira Marques, os colonos conseguiram a promessa de uma visita de avalia o   região. Outro colono ponderou: “Mas qual! Virá um dia? Certo, tratamos com um culpado dos males que nos afligem e que em v o há muito [...] tentamos prevenir”⁶⁰⁴. Por fim, os colonos informaram que havia um brasileiro ao qual não poupariam – o chefe do núcleo,  neas Calandrini Pinheiro.

Ubaldino, em acordo com o jornalista, ofereceu aos colegas a possibilidade de enviar um telegrama ao presidente Vargas “em que tentariam adiantar ao primeiro magistrado da na o a situa o de miséria e infortúnio com que lutavam”⁶⁰⁵. E, com o aceite dos presentes, já em maior número, foi ditada a mensagem:

Exmo. sr. presidente da República:

Os colonos do núcleo colonial de Santa Cruz, confiados nos técnicos e na legisla o dos Serviços de Coloniza o, entregaram   terra todos os seus esforços e recursos, o que deu em resultado a miséria completa em que se acham.

O plano de saneamento demonstra-se falho pelas inunda es periódicas que persistem anualmente, sendo nesta ocasião de gravidade excepcional.

A situa o presente   de calamidade pública, estando grande parte dos colonos curtindo priva es. O prejuízo das culturas   quase total.

Rogamos a v. ex. intervir diretamente no assunto, socorrendo os colonos e mandando verificar se a persistência nos atuais planos já desmoralizados de saneamento e coloniza o não   prosseguir em aventura que já custou milhares de contos a na o e a ruína de mais de duzentas famílias de colonos, que tiveram a infelicidade de confiar nas promessas oficiais⁶⁰⁶.

⁵⁹⁹ REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA. *O saneamento em Santa Cruz*. 12 de fevereiro de 1936. Edi o n  215, p.18.

⁶⁰⁰ CORREIO DA MANHÃ. *São um lago imenso e desolador: as terras do núcleo colonial de Santa Cruz*. 07 de março de 1936. Edi o n  12. 671, p.06.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ Idem.

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Idem.

⁶⁰⁶“Telegrama dos colonos de Santa Cruz ao Presidente Vargas – sobre as enchentes”, 1936-03-07, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 12, AN.

O jornalista do *Correio da Manhã* narrou que na saída da casa havia muitos técnicos e colonos, e circulava o aviso de que o administrador havia entrado em contato com o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, para que participasse da penúria da colônia. A matéria rendeu ao jornal uma série com seis telegramas de colonos em sinal de agradecimento sobre a exposição de sua situação⁶⁰⁷.

Assinada pelos colonos presentes, a mensagem que passaram foi retumbante. Primeiramente, por colocar em público a falência de dois projetos, o saneamento e a colonização, encarados à época como as saídas para a “recuperação da Baixada Fluminense”. Contra os argumentos positivos sobre o fim dos pântanos e o crescimento do celeiro da capital federal, a voz do trabalhador rural é audível e a falência e desmoralização dos projetos são o seu brado. Segundo, a narrativa jornalística sobre o contexto de escrita do telegrama nos ajuda a perceber uma união de classe do grupo de colonos que se percebe espoliado por um inimigo em comum: os gestores do núcleo. Por fim, recorriam ao presidente como o único interventor capaz de sanar os desacertos dos projetos.

A lógica da quebra de confiança entre administradores e colonos é um tema a ser destacado. Suas relações, segundo o regimento do DNPV, deviam ser de confiança e paternalismo, mas tenderam a manifestar inquietações entre esses últimos sempre que se avizinharam situações de esfacelamento destes valores. No caso em apreciação, o momento era de uma tensão latente no teatro e no contrateatro do poder. Era chegada a hora do teatro dos colonos, quando os pobres perdem a paciência e reagem ao descaso sofrido.

Neste momento, as instituições se tornam eficientes na repressão e na defesa dos engenheiros e do suposto exagero das reclamações. No dia seguinte à publicação, uma correspondência de Éneas Calandrini Pinheiro endereçada ao editor chefe do *Correio da Manhã* afirma que “nem o núcleo [...] nem o Ministério da Agricultura, têm a menor responsabilidade neste desastrado acontecimento [...] atmosférico de culminância dolorosa”⁶⁰⁸. Prontamente o administrador falou na existência de um “dirigente mental e eventual” - ao que tudo indica, Ubaldino Palhares, que, todavia, não representava a maioria dos colonos. Para Calandrini, a intenção do agitador era “implantar a anarquia no núcleo”. Pinheiro discorreu sobre o que chamou de “felonia dos reclamantes”, uma vez que sua relação com os colonos o credenciaria como “até depois das enchentes o melhor dos administradores, paternal, humano culto, bondoso, ativo, enérgico”; também lamentava que essa convivência tivesse se desgastado porque o colono não foi o escolhido para o que chamou de “minha comissão”. Pinheiro completava afirmando que “agora se verifica, plenamente, [que] não merecia”.

Na execução do papel de punidor enérgico, o administrador dava ordens pelas quais não toleraria, “doa a quem doer, que continuem elementos subversivos implantando a desordem, a anarquia e a maldade”. O remetente regozijava-se ainda de seu “grande espírito de solidariedade humana”, que o fazia “minorar os obstáculos da vida [dos colonos]”. Completava lembrando que “não se podem queixar os colonos”, pois todos os empregados do núcleo “se desdobravam em atividades e abnegação invulgares” mesmo na falta de verba e condições de trabalho, terminando por convidar o editor-chefe do periódico ao núcleo para

⁶⁰⁷ Foram exatos cinco telegramas, inclusive de Ubaldino Palhares. Os demais colonos eram: Pedro Sabino Santos, Archimínio Silva, Paulo Souto, Luiz Pereira de Souza e José Pereira de Souza e João Martins de Andrade. Todos os telegramas foram publicados na mesma matéria. *Correio da Manhã*, “São um lago imenso e desolador: as terras do núcleo colonial de Santa Cruz”, 07 de março de 1936, Edição nº 12. 671, p.06.

⁶⁰⁸ Uma cópia da carta original foi encontrada nos arquivos do INCRA. Pode-se consultar em: Carta de Éneas Calandrini Pinheiro ao editor chefe do jornal *Correio da Manhã*, 1936-09-03. Documentos Avulsos. Sendo também publicada no periódico: CORREIO DA MANHÃ. *Carta de Éneas Calandrini Pinheiro sobre o núcleo de Santa Cruz*. 10 de março de 1936. Edição nº 12. 671, p.06. A mesma fonte foi utilizada no presente parágrafo e no parágrafo seguinte.

que percebesse “a injustiça da caricatura que os informes nos querem entregar e que está bem longe da exatidão”. A tentativa de explicitar seu espírito generoso e seu papel como autoridade das relações com os colonos, na medida em que pressupunha a deferência destes e implicava em um comportamento abnegado pela administração, é mais um sinal do teatro do poder. Os termos dessa relação, como demonstram as palavras de Pinheiro, são um campo sujeito a negociação, enfrentamentos e até mesmo a acomodação⁶⁰⁹.

Foi o colono Ubaldino que sofreu as críticas do administrador publicadas no *Diário Carioca*, sendo nomeado de “elemento anárquico”⁶¹⁰, a qual respondeu corajosamente informando que, mesmo na companhia de outros colonos, “reclamo para mim toda responsabilidade das afirmativas que fizeram, a qual assumo sozinho, para livrá-los das perseguições que se sucederão sem dúvida.”⁶¹¹. Responsabilizou Enéas Pinheiro pela “situação de miséria e desespero dos colonos”⁶¹² e informou que notou o tom de ameaça do administrador, ao qual respondia da seguinte maneira:

Vou ser por certo, “processado”, e “expulso” do núcleo como elemento perturbador das boas digestões dos seus dirigentes. De anárquico já fui classificado, e agora uns tolos, a soldo do núcleo, andam obrigando, sob ameaças, alguns colonos ignorantes assinar um arrazoado contra a minha pessoa, provavelmente para me classificar de comunista... apesar de eu não ter a honra de receber visitas do senador Abel Chermont⁶¹³.

As imputações de ser anárquico, revoltoso e comunista eram uma forma cruel de descredenciamento de Ubaldino frente aos demais colonos, além de poderem justificar mais facilmente suas punições, sendo a última uma séria questão no contexto da ampla repressão após a Intentona Comunista de 1935. Além disso, Ubaldino mencionou a figura do senador Abel Chermont⁶¹⁴. O paraense foi senador entre os anos de 1935 a 1937. Durante o seu mandato, fundou o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, visando a combater o avanço do integralismo em defesa da vigência das liberdades constitucionais. Foi processado, julgado e condenado por Vargas porque, com outros parlamentares, havia denunciado arbitrariedades e violências cometidas pela repressão anticomunista. Entre os anos de 1946 a 1948, foi suplente de Luís Carlos Prestes quando esse ocupara o cargo de senador. Ao que consta a afirmação de Ubaldino, ao contrário dele, Enéas tinha relações e recebia visitas de Chermont.

A mensagem de Palhares nos ajuda a ilustrar que, embora os colonos estivessem legalmente sujeitos às ordens da administração, de modo algum se colocaram em inércia. Nesse universo de negociações e conflitos, a ameaça do administrador Enéas Pinheiro era significada como afronta e imediatamente divulgada.

Concordamos que, de fato, os recursos para previsões de tempestades no período eram rudimentares e em fase de elaboração e implantação no país. Todavia, historicamente os

⁶⁰⁹ ZUBARAN, Maria Angélica. Paternalismo, práticas culturais e representações. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, n° XXVIII, n°01, p.51-63, junho de 2002, p.53.

⁶¹⁰ DIÁRIO CARIOCA. *O Caso do núcleo colonial de Santa Cruz*. 27 de março de 1936. Edição n° 2359, p.07.

⁶¹¹ DIÁRIO CARIOCA. *Uma carta do senhor Ubaldino Palhares ao “Diário Carioca”*. 27 de março de 1936. Edição n° 2359. p. 07.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ DIÁRIO CARIOCA. *Uma carta do senhor Ubaldino Palhares ao “Diário Carioca”*. 27 de março de 1936. Edição n° 2359. p. 07

⁶¹⁴ Senador no período de 1935 a 1937. Durante o seu mandato fundou o Grupo Parlamentar Pró-liberdades populares visando combater o avanço do integralismo em defesa da vigência das liberdades constitucionais. Foi processado, julgado e condenado por Vargas porque com outros parlamentares havia denunciado arbitrariedades e violências cometidas pela repressão anticomunista. Entre os anos de 1946 a 1948, foi suplente de Luís Carlos Prestes, quando esse ocupara o cargo de senador.

canais executados em Santa Cruz pelos jesuítas davam conta da drenagem dos rios e córregos da região. Tal tecnologia era básica e datada do Egito Antigo⁶¹⁵, o que nos faz crer na duvidosa qualidade dos serviços de saneamento executados na região. Contudo, em meio a esse vácuo no uso das tecnologias, seja como for, as enchentes são apenas a gota d'água de reclamações diversas dos colonos que, por diferentes meios, incidiam sobre a promessa não cumprida de auxílio técnico às produções dos sítios.

A partir dessa nova enchente, Ubaldino tornou-se figura constante nas páginas dos jornais da cidade, denunciando a situação do núcleo e dos colonos. Sua mensagem seguinte, no *Correio da Manhã*, seguiu no mês de março⁶¹⁶. Dessa vez, Ubaldino ponderava as visões sobre o motivo da enchente de 1936, pontuando as análises de Enéas Pinheiro e de Levy de Souza, respectivamente o diretor do NCSC e o engenheiro chefe da seção de levantamentos do núcleo. Enquanto o diretor atribuía às chuvas a causa da presente inundação, não sendo os canais⁶¹⁷ capazes de suportar o intenso volume de água, o engenheiro atribuía à limpeza executada pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense⁶¹⁸ no Rio Guandu. Palhares acreditava que as opiniões dos empregados não identificavam a causa, somente o efeito. A pergunta colocada era: o que teria “essa seção sugerido para evitar a atual catástrofe”⁶¹⁹ que, segundo Levy Souza, foi resultado da limpeza imprudente do Rio Guandu-Açú? E encerrava com a discordância das palavras de Enéas Pinheiro, que, em sua última carta, falava da ação “abnegada e invulgar”⁶²⁰ dos empregados daquela divisão do Ministério da Agricultura. Para Ubaldino, a exemplo, o médico do núcleo era “pouco diligente, nada atencioso com os colonos [...] serviços já não solicitados pela irregularidade da sua presença no serviço”⁶²¹, além de haver outros descasos com o corpo de funcionários. Dois dias depois, o Ministério da Agricultura tomou providências na assistência dos atingidos pela inundação. O ministro Odilon Braga visitou a região e convocou uma comissão de avaliação do fenômeno das enchentes⁶²².

Assim, mesmo nesse cenário de acirramento das tensões, nada mudou em Santa Cruz, tampouco as enchentes. Nos últimos dias do mês de março de 1936, as águas subiram 1 metro e 20 centímetros acima do nível das estradas. Em meio à calamidade, somente na última quinzena de abril foram feitos despachos com relação à presente situação, com destaque para o projeto “moratória”, ou seja, prorrogação por mais três anos do pagamento das prestações correspondentes aos lotes⁶²³. Todavia, apesar das críticas dos colonos, constava entre as determinações a elevação de Enéas Pinheiro a condição de Chefe da Seção de colonização do SIRC. Sobre a moratória,

⁶¹⁵ CARLAN, Cláudio Umpierre. Configuração Social, Política e Econômica da Civilização Egípcia. *História e-história*. Campinas, 2009.

⁶¹⁶ CORREIO DA MANHÃ. *Ainda as inundações das Terras do núcleo colonial de Santa Cruz*. 11 de março de 1936. Edição n° 12. 67, P.05.

⁶¹⁷ Na região tratam-se especialmente do canal do Itá, Guandu e São Francisco, que tinham por função o escoamento da cheia do Guandu-Açú, maior rio da região.

⁶¹⁸ A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense foi criada em julho de 1933, por iniciativa do Departamento Nacional dos Portos e Navegação, órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1936, passou a denominar-se Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Pode-se consultar em: LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). *Revista HEERA*. Juiz de Fora, vol. 5, n°8 jan-jun 2010.

⁶¹⁹ Idem.

⁶²⁰ Referência à carta anterior do diretor Enéas Calandrini Pinheiro.

⁶²¹ CORREIO DA MANHÃ. *Ainda as inundações das Terras do núcleo colonial de Santa Cruz*. 11 de março de 1936. Edição n° 12. 67, P.05.

⁶²² PORTARIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Diário Oficial da União (DOU)*. 11 de março de 1936, p.5453.

⁶²³ De maneira oficiosa essa prática já ocorria, ao menos desde janeiro de 1936, tendo em vista que nos anos de 1934 e 1935 os colonos também haviam perdido suas produções.

Ubalduino escreveu ao *Diário Carioca* em maio de 1936, se tratar de uma medida incompleta⁶²⁴. O trabalhador rural insistia na necessidade de averiguação das cheias anuais e na falta de “orientação racional para o aproveitamento compensador das terras da baixada”⁶²⁵. Encerrou afirmando que a vida dos colonos era pautada por “incertezas e dúvidas”⁶²⁶.

Em 2 de maio, Palhares era otimista e dizia que “[o núcleo] não deve ser abandonado; só os erros corrigidos”⁶²⁷, mas seu ânimo já era outro em 14 de maio, quando iniciou dizendo que “[o NCSC] nunca se achou em condições de receber colonos”⁶²⁸ e prosseguia acusando o governo da irresponsabilidade da localização de pessoas em uma região em que não se havia completado os trabalhos de saneamento. Palhares partia das palavras de Odilon Braga, Ministro da Agricultura, que, em visita ao NCSC, informava que “a hipótese da indenização dos prejuízos não era absurda”, mas somente seria acionada caso fosse provada “a existência de erro técnico em relação a grande hidrografia ou constatada a negligência dos responsáveis”. Assim, Ubalduino expôs as declarações de Hildebrando Araújo Góes e Saturnino Braga, engenheiros da CSBF, como argumentos de autoridade para cancelar que “a causa da calamidade residiu na deficiência da capacidade de vazão dos canais”⁶²⁹.

Ubalduino lamentava que “os responsáveis pela administração do núcleo é que não chegaram se impressionar com o assunto”⁶³⁰ e encerrava a carta reafirmando o estado de abandono dos colonos e das dificuldades de subsistência dos mesmos. Apelava para a intervenção de Odilon Braga contra as “manobras de certos empregados[...] que chegavam a ponto de entravar a avaliação dos danos causados”. Supomos que o colono tenha se referido ao não andamento da comissão organizada para o levantamento dos motivos das inundações. Em sua matéria de junho, Palhares mais uma vez pedia uma intervenção na chefia do núcleo, que devia ter características como a competência e “vontade de trabalhar e produzir, e não como sucedem no momento”⁶³¹ em que o administrador estava apenas “preocupado com os proventos dos cargos, aguardando pacientemente uma aposentadoria”⁶³². Sugeriu ainda novo plano de ação para o NCSC para que houvesse maiores incentivos à pecuária leiteira, à organização de uma cooperativa para os colonos e uma intervenção na “desproporção que existe entre operários e colonos”⁶³³, sendo o primeiro grupo repleto de “representantes do filhotismo parasitário”⁶³⁴.

Há nesses comentários de Palhares uma impressão bastante clara acerca dos empregados do NCSC: além de numericamente pouco representados na colônia, encontravam-se envolvidos com o administrador de maneira clientelista. A forma generalizadora como esses agentes públicos são descritos pode ter levado a um afastamento do colono com setores desse funcionalismo, o que setorizou as demandas dos dois grupos que, em larga medida, passavam diretamente pelas práticas promovidas pelos administradores.

No mês seguinte, em julho de 1936, os reclames de Ubalduino se dirigiram ao referido conselho que “há mais de três meses que deu por terminados os trabalhos de campo e até hoje ainda não entregou o seu relatório!”⁶³⁵. Todavia, o que se verificava era divulgação de um extenso projeto criado pela CSBF e dirigida por Hildebrando Araújo Góes: uma

⁶²⁴ DIÁRIO CARIOCA. *O núcleo colonial de Santa Cruz*. 02 de maio de 1936. Edição n° 2390, p.10.

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ Idem.

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ DIÁRIO CARIOCA. *O núcleo colonial de Santa Cruz*. 14 de maio de 1936. Edição n° 2400, p.10.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

⁶³² Idem.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ Idem.

⁶³⁵ DIÁRIO CARIOCA. *O núcleo colonial de Santa Cruz*. 25 de julho de 1936, edição n° 2462, p.10.

intervenção no combate às inundações no vale do Rio Guandu-Açú, o maior rio da região do NCSC⁶³⁶. Entretanto, o não envio do relatório para o Congresso Nacional acarretou na morosidade na liberação de verbas para as indenizações prometidas pelo ministro da agricultura. Um ano após o ocorrido, três despachos autorizando “indenização por prejuízos causados em plantações” foram expedidos entre os meses de julho e agosto de 1937⁶³⁷. Os lotes pertenciam aos colonos Agenor Augusto de Miranda, Miguel de Oliveira Lopes e Teodoro Mezgravis, sendo todos às margens do canal de São Francisco⁶³⁸. Por conta da brevidade das notas contidas no Diário Oficial, pairam dúvidas sobre essas providências serem ou não resultantes da ação da comissão de 1936. Se sim, seriam somente esses os colonos atingidos pelas inundações ocorridas no ano anterior? Ou teriam eles sido beneficiados em detrimento de outros? Pelas contingências das fontes, essas perguntas ainda ecoam em nossas reflexões.

Sobre Ubaldino, por motivos não esclarecidos sua coluna foi encerrada no ano de 1937. Apesar disso, é importante notarmos mais uma vez o caso atípico de Ubaldino: o colono conseguiu o espaço de uma coluna mensal no *Diário Carioca* para a explanação das suas demandas em relação ao NCSC. Esse caso é bastante significativo, visto que a participação desses grupos ocorria somente em editoriais de denúncias e em seções de cartas dos leitores, não se estendendo a participação dos populares a outras colunas dos periódicos. Ubaldino manteve sua coluna, ainda que somente por três meses, como um espaço de fala e em estado de atenção às determinações governamentais acerca do NCSC. Na coluna, localizada junto a sessão “Diário Econômico”, além de publicizar os descaminhos da colonização, também foi um veículo das rugas do periódico que, se evitava o embate direto com o presidente Getúlio Vargas, não poupou críticas aos ministros e outros burocratas do regime.

IV.III NOVAMENTE UBALDINO PALHARES, O DESPEJO E O MINISTRO FERNANDO COSTA

“Sapo não pula por boniteza, mas porém por precisão”⁶³⁹

Retornando aos casos no ano de 1937, a desejada mudança da direção do NCSC só foi executada um ano depois, sendo Enéas Pinheiro remanejado para os serviços agrícolas no Estado do Pará⁶⁴⁰. O deslocamento do administrador e a sugestão feita por Ubaldino sobre as relações deste com o senador Abel Chermont - que, apesar das inclinações de esquerda, era membro de uma poderosa família de políticos paraenses⁶⁴¹ - nos leva a pensar que não se trata de um mero acaso, mas sim da ativação de redes políticas entre o administrador e o parlamentar. Seja como for, após a saída de Pinheiro, foi designado Antônio Emiliano Fayal, funcionário da SIRC, como novo administrador. Entretanto, para Ubaldino a luta não cessara, nem as perseguições.

⁶³⁶ GÓES, Hildebrando de Araújo *A baixada de Sepetiba*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942, p. 78.

⁶³⁷ Podem-se consultar os despachos em: BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 24 de julho de 1937, Seção 1, p.15763; BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 29 de julho de 1937, p.16023; BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 21 de agosto de 1937, Seção 2, p.17739.

⁶³⁸ Tratam-se dos lotes de nº257, 258 e 259.

⁶³⁹ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. 38ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁶⁴⁰ CORREIO DA MANHÃ. *Vai dirigir os serviços agrícolas do Pará*. 16 de julho de 1937, Edição nº 13. 092, p.05.

⁶⁴¹ Sobre o papel da família Chermont, basta que indiquemos que o primo de Abel, Mário Chermont, participou da junta governativa pós-1930 e tornou-se o principal líder do PTB no estado do Pará depois de 1945.

A poucos dias do natal de 1938, em 22 de dezembro, a pedido de José de Oliveira Marques⁶⁴², Diretor de Colonização, foram ao lote 15 um cabo e um soldado que deveriam proceder ao despejo do colono. No entanto, segundo relatos de Leontilde Palhares, “como esses humanos servidores do Estado se recusassem a executar tão bárbara medida, foram dispensados de suas formações sob ameaças de prisão”⁶⁴³. Antes, em novembro de 1938, Ubaldino relatou ser alvo de constantes ameaças verbais e com “ameaça de polícia até” ordenadas pelo administrador Fayal. A ameaça era de despejo da família do lote 15, deixando para trás suas benfeitorias e haveres. Logicamente, essa intimação de despejo compõe uma das artimanhas do Teatro do Poder em que a violência não era feita por escrito, na tentativa de preservar a imagem do gestor frente à opinião pública.

No dia seguinte, Palhares foi à Rua da Assembleia, número 33, no centro do Rio de Janeiro, para denunciar à direção de *O Radical* a perseguição que sofria. Relatou aos jornalistas o ocorrido em seu lote e pediu a divulgação de sua situação na tentativa de chamar atenção do então ministro da agricultura, Fernando Costa. Em entrevista na redação do periódico, dizia que tinha dúvidas sobre a chegada de suas cartas ao referido ministério, uma vez que não obtinha respostas, segundo ele, por um possível problema na seção de protocolos da pasta. Nossa argumentação, entretanto, segue em outro sentido, visto que era do administrador Enéas Pinheiro a responsabilidade de encaminhar e protocolar as cartas dos colonos; com isso, as cartas de Ubaldino poderiam sim ter sido interceptadas e não direcionadas ao destinatário como forma de coação e visando à desistência do colono na luta por seus pleitos.

Ubaldino dizia que retirou os quatro filhos da escola⁶⁴⁴, colocando-os “de enxada à mão na lavoura, e também minha esposa Leontilde para fazer daquele solo agreste o sustento para a família duro batente e campo de subsistência”⁶⁴⁵. O colono acreditava que a perseguição da qual era vítima era perpetrada também pelos empregados da colonização, em especial aqueles próximos ao ex-diretor Henrique Dietrich, ao engenheiro Francisco Fernandes Leite e a Enéas Calandrini Pinheiro, todos já denunciados em suas queixas publicadas em jornais e cartas. Se ao ministro chegassem as cartas, “iria todo mundo para a rua”⁶⁴⁶, como afirmava ao fim da audiência no periódico. Nota-se, pois, a confiança política dos colonos na ‘boa vontade’ do regime, nos ministros e no presidente em especial. Partilhando do imaginário político popular do período, como teria o chefe da nação escolhido pessoas de pouca justeza para comandar os ministérios?

No dia 24 de dezembro de 1938, *O Radical* informava a visita do ministro Fernando Costa à Santa Cruz para o acompanhamento das obras da futura Escola de Agronomia⁶⁴⁷. O periódico solicitava atenção ao caso de Palhares, apelando para a proximidade com “uma das maiores datas da cristandade” e para o espírito “íntegro e justiceiro” do ministro a fim de que fosse “cessada de hoje para sempre, resolvendo-se o caso, a coação que vem sofrendo Ubaldino Palhares e sua família”⁶⁴⁸. Os clamores, no entanto, não chegaram aos ouvidos do ministro. Em 26 de dezembro, Ubaldino, Leontilde e os quatro filhos foram despejados. O relato do despejo foi feito pelo primogênito do casal, Hélio, que informava a *O Radical* no dia seguinte ao lado de seu pai. Na fotografia abaixo, um registro da visita:

⁶⁴² Em denúncias de 05 de março de 1939, o servidor é apontado como eletricista tendo sido indicado ao cargo de Diretor de Colonização da DTC, por se tratar de genro de um ex-presidente. Podem-se consultar as informações em: *O Radical*, 05 de março de 1939, Edição nº 2114, Página: 01-02.

⁶⁴³ O GLOBO. 29 de dezembro de 1938. Edição 890, p.05.

⁶⁴⁴ Hélio, Tarso, Riso e Gilberto.

⁶⁴⁵ Carta publicada em O RADICAL. 23 de dezembro de 1938. Edição: 2054, p.02.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ Embrião da atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁶⁴⁸ O RADICAL. 24 de dezembro de 1938. Edição 2055, p.02.

Figura 8: O senhor Ubaldino e seu filho Hélio, quando narravam ao nosso redator as violências e arbitrariedades de que foi vítima a sua família



Fonte: O RADICAL. 27 de dezembro de 1938. Edição nº 2057, p. 01.

Na fotografia encontram-se o jornalista de *O Radical* sentado à esquerda e de caneta em punho na coleta dos pormenores do despejo. À sua frente, no canto inferior direito, encontra-se Ubaldino, logicamente com uma aparência desolada. Ao fundo, entre os homens sentados, encontra-se Hélio, que - para nossa surpresa - em nada se parece com um filho de colono. Tal situação que nos sugere, novamente, que a família de Ubaldino Palhares não era uma família de colonos pobres, como era de se esperar nos projetos de colonização.

O jovem informava que, naquela manhã, sua mãe encontrava-se debilitada, vítima de problemas cardíacos, e seu pai encontrava-se no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras, por volta das 9:20 da manhã chegava à porteira do sítio um comboio com

Antônio Fayal, chefe do núcleo colonial de Santa Cruz, acompanhado do delegado distrital, Darcy Fróes da Cruz, de um comissário, três soldados e um cabo, da Polícia militar, em dois caminhões e uma limusine, de praça, chegava e batia á porta de nossa casa⁶⁴⁹.

Hélio narrou a cena e os personagens de forma bastante detalhada, descrevendo os pedidos de uma nova data para o despejo, feitos por dona Leontilde⁶⁵⁰ ao delegado Fróes da Cunha. Ao mesmo tempo, Fayal, Nathal Cyraldo, Oldilon Baretto e mais trabalhadores do núcleo “invadiram a casa e começaram a remover móveis, roupas, utensílios” e assistiram ao embarque dos bens da família nos caminhões. Apesar de ter reportado a súplica da mulher ao administrador, ouviu deste que o “despejo teria que se efetivar naquele dia mesmo, e naquela ocasião, pois Ubaldino Palhares já havia sido avisado”. Nas palavras de Hélio, o “delegado lavou as mãos, como Pilatos e tornou-se indiferente ao caso”. Nisto, nosso narrador relatou ter

⁶⁴⁹ Idem.

⁶⁵⁰ A esposa de Ubaldino Palhares encontrava-se de cama por conta de uma doença no coração.

inquirido quem seria o responsável pelo despejo. O delegado completou dizendo: “Fayal”⁶⁵¹. Hélio perguntou ao delegado “qual seria sua missão naquele lugar”, recebendo a resposta de que era para “garantir o chefe do núcleo”. Contrariando sua posição de autoridade, Fróes disse ao jovem que “aquele fato sinceramente lhe doía o coração, mas que ordens se cumpriram”. Realizado o despejo, Dona Leontilde foi conduzida no carro de praça à casa do lote circunvizinho, de número 4, sendo acolhida por seus vizinhos.

O relato de Hélio foi reproduzido na primeira edição do dia 27 de dezembro com duras críticas do jornal, que novamente apresentou a “miséria da família brasileira” e a tentativa de Antonio Fayal de “asfixiar [Ubaldino] uma vez que clama contra graves irregularidades, como era seu dever de cidadão brasileiro”. Importa-nos encarar a cena do despejo como um elemento “necessário a um sistema de disciplina social dependente em grande parte do teatro”⁶⁵². O despejo de Ubaldino, assim como foram as ameaças a Neves, faziam parte das medidas de intimidação aos colonos, forçando-os a saírem dos lotes e/ou encerrarem suas críticas à administração.

Apesar disso, a situação não fez nosso colono parar: nos primeiros dias de 1939, Ubaldino encaminhou à justiça um pedido de reintegração de posse, do lote e de seus bens. Contudo, em fevereiro, o mandado de reintegração foi cassado depois de expedido sem motivo declarado em ata. Essa reviravolta judicial foi parar no Supremo Tribunal Federal em grau de agravo.

Importante informarmos que o lote de número 15 já se encontrava ocupado por outro colono⁶⁵³. Em janeiro de 1938, a família do cearense Francisco Xerez Frota recebeu o lote de número 15, antes concessionado à Ubaldino Palhares. Por conta da ordem judicial de reintegração de posse, a família Frota foi expulsa do lote e, em carta enviada ao presidente Vargas, o primogênito José Xerez Frota solicitava providências ao presidente. Sua demanda gerou a transferência da família ao lote 229 e posteriormente sua expulsão, atestada pela DTC, por motivos de improdutividade e passagem indébita do lote.

Nesse interim, o caso de Ubaldino Palhares foi levado à justiça, tendo inicialmente sofrido protelações. A persistência do colono fez com que o processo chegasse ao Supremo Tribunal Federal. As acusações que recebeu para o despejo? Nas palavras do procurador geral da república, infringiu o artigo “[...] 63, quando o ocupante, como acontece com o requerente, se tornar elemento de perturbação do núcleo”⁶⁵⁴. Apesar disso, em 11 de maio de 1939, em sentença do ministro Otávio Kelly, foi decidida unanimemente a reintegração de posse a Ubaldino. O ministro recomendou ainda a abertura de um inquérito para averiguar as responsabilidades dos algozes do colono, situação que acarretou na abertura de um processo em que o administrador Antônio Fayal constava como réu, colaborando com seu afastamento da administração do núcleo⁶⁵⁵. Entretanto, os registros documentais posteriores mostram que nada foi averiguado, e o ex-administrador continuou em suas atividades junto ao Ministério da Agricultura, sendo posteriormente responsável pela implantação do núcleo colonial de Barra do Corda no Estado do Maranhão.

Como já citado, com a mudança administrativa no NCSC, observou-se um processo de aproximação de Ubaldino com a gestão de Juan Angel Solis, pautada em relações estritamente clientelares realizadas na forma do beneficiamento da irmã de Ubaldino com a posse de um lote⁶⁵⁶ - atitude, como se sabe, não franqueada a empregados do núcleo. Nos anos posteriores,

⁶⁵¹ O RADICAL. 23 de dezembro de 1938. Edição: 2054, p.02.

⁶⁵² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.49.

⁶⁵³ Carta de José Xerez Frota, Santa Cruz, pedindo do amparo no BR.RJ.AN.RIO.35.PRO.19866/PROC.14975/1945.

⁶⁵⁴ O JORNAL. 8 de dezembro de 1939. Edição: 06237, p.06.

⁶⁵⁵ O RADICAL. 14 de novembro de 1939. Edição n° 2328, p.04.

⁶⁵⁶ Processo DTC/n°4.410-43.

o colono consegue a concessão de um novo lote e mantém-se no núcleo como elogiador das sucessivas administrações⁶⁵⁷.

Ainda que sem encerramentos mais animadores aos nossos personagens, os casos apresentados podem ser avaliados a partir de algumas chaves de leitura. A primeira delas é acerca da origem e das experiências prévias de Domingos e Ubaldino no mundo do trabalho - o primeiro enquanto ex-comerciante e o segundo como antigo funcionário público -, as quais nos levaram a pensar sobre as distintas formas de luta colocadas pelos colonos. Suas trajetórias não diminuem a potência dos casos: ao contrário, nos auxiliam na compreensão da erudição das práticas de escrita, das formas de argumentação e do acesso a redações de jornal, práticas essas empregadas pelos colonos e que estão diretamente ligadas a experiências vividas por Ubaldino e Domingos na execução de seus ofícios anteriores à experiência no NCSC. Para nós, este cabedal de experiências construídas foi utilizado por eles em suas adaptações dos métodos de exposição de queixas na cidade empregadas na colônia em suas transições entre os dois espaços.

Outra leitura possível é a partir do prisma do Contrateatro do poder. Nesse sentido, defrontando ou dissimulando politicamente na arena, as estratégias de resistências camponesas desses colonos criaram formas eficazes de desocultação e expressão pública de sua luta e suas críticas⁶⁵⁸. Esse Contrateatro de Domingos e Ubaldino demonstrava que os colonos resistiram às pressões da corrupção e aos ditames personalistas dos engenheiros-administradores, encenando ações de enfrentamentos e lutas pela garantia de seus direitos, utilizando suas cartas e os jornais como veículos de suas demandas.

No que tange às cartas analisadas nesse tópico, elas são entendidas aqui como formas de burlar a “regra do Teatro”, permitindo que homens pobres avançassem na satisfação de suas necessidades individuais sem que isso implicasse em uma ruptura perigosa com o teatro do poder. Isso não faz com que nos esqueçamos da literatura que tratou das cartas anteriormente: partilhamos sim da ideia de que essas comunicações teriam a aparência que o chefe do governo queria. Concordamos com tal ideia, porém também interpretamos que na escrita desses homens comuns existiam também “espaços não controlados” nos quais, por trás da deferência e aparente respeitabilidade, os colonos executavam seus pedidos e expunham suas lutas.

Acerca da ação individual no NCSC, buscamos esclarecer as formas como individualmente alguns dos colonos responderam às sanções e à displicência da gestão dos administradores valendo-se de cartas ao presidente e às redações de periódicos da capital na tentativa de que, com o aumento da visibilidade de suas demandas, seus problemas individuais pudessem ser sanados pelo governo federal. Encontravam-se nessas cartas referências a experiências vividas, usos da lei, formas de deferência e pedidos ao presidente Vargas e seus ministros. Nesse sentido, as missivas apresentavam-se também como veículos de expectativas e cobranças, sendo uma forma de luta quando do rompimento de uma lógica paternalista; ou seja, quando a administração não cumpria as demandas colocadas pelos colonos, rompiam-se as relações de obediência e deferência, o que não afetava a figura paternalista do presidente, visto que muitas das cartas eram dirigidas a ele e a seu corpo de ministros.

Sobre o tema, lembramos de Abramovay⁶⁵⁹ e James Scott⁶⁶⁰ e concordamos com os autores quando destacam um cálculo camponês, uma aversão com relação ao risco⁶⁶¹.

⁶⁵⁷ Ubaldino Palhares faleceu em Santa Cruz em 10 de outubro de 1958, deixando os lotes concessionados a ele para seus filhos. CORREIO DA MANHÃ. 19 de outubro de 1958. Edição: 20113, p.15.

⁶⁵⁸ SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n.5, 2011, p.217-243.

⁶⁵⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do comportamento camponês. *Cad. Dif. Tecnol.* Brasília, mai-dez, 1989. p. 259-275.

⁶⁶⁰ SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia.* New Haven: Yale University, 1976.

Entretanto, consideramos que, vivendo próximos da subsistência, que muitas vezes não atingia a própria manutenção, estes colonos optaram por exporem seus discursos na forma pública encarando o risco na tentativa de dias menos penosos no NCSC. Parece-nos provável que os leitores tenham encontrado nessas páginas menos ações coletivas do que gostariam; contudo, não podemos nos esquecer de que raras vezes as classes subordinadas podem “se dar ao luxo de uma atividade política aberta e organizada”⁶⁶². Em larga medida, precisam se adaptar à condição e às estratégias individuais que, ao menos ostensivamente, não desafiam a ordem vigente, o que não quer dizer que as ações coletivas não compuseram o mosaico das lutas - ao contrário, trataremos de algumas delas no capítulo a seguir.

⁶⁶¹ O aprofundamento desta questão do risco e do princípio da segurança camponesa poderá ser mais bem avaliado no segundo capítulo.

⁶⁶² SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985. p.15.

CAPÍTULO V: DA UNIDADE VAI NASCER A NOVIDADE: AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DOS COLONOS

Que os sentimentos populares sejam conhecidos e estudados tal como se apresentam objetivamente e não sejam tidos como qualquer coisa negligenciável e de inerte no movimento da história⁶⁶³.

Neste capítulo somos convidados a refletir sobre o papel das organizações coletivas dos colonos na construção de estratégias na luta por direitos no NCSC. Apesar do processo de reconhecimento dos colonos como sujeitos de direitos tenha tido em Ubaldino Palhares e Domingos Neves seus principais representantes, os demais colonos também são – mesmo que à custa de enorme heterogeneidade e diversidade de condições – participantes de uma classe social em formação. Por isso, não podemos nos esquecer das raízes dos movimentos coletivos e das formas de atuação destes nesse processo de formação de classe.

Nosso objetivo se estrutura na tentativa de desvendar como se apresentaram as ações políticas coletivas dos colonos. Dessa forma, considerando seus lugares de beneficiários da política de colonização, quais seriam seus interesses em uma organização coletiva? Como se mobilizariam na conquista de seus pleitos? Enfim, precisamos identificar como os colonos organizaram-se coletivamente e como construíram relações com outros grupos.

É importante lembrarmos-nos de que a condição de concessionário de um lote impunha a esses homens desafios como preocupação com questões de produção, assistência técnica e garantia da emissão do título de propriedade. Além disso, havia a demanda do Estado, que, ao passo que pretendia transformar diferentes grupos em pequenos agricultores, inseria esses colonos nos ternos da burocracia estatal e na racionalidade da produção para o mercado interno.

Frente a essas muitas mudanças e demandas, investigar a estruturação de organizações coletivas dos colonos irá colaborar com um quadro de seu fazer-se político que, enquanto ator político, não poder ser entendido homogeneamente, e sim atravessado por uma luta dialética permanente⁶⁶⁴. Por último, acreditamos que fatores como coesão, desmobilização e resistência possam demonstrar as formas de construção dessas experiências coletivas, ressaltando os limites e as possibilidades da ação política das organizações dos colonos. Portanto, acompanhemos esse processo de organização dos colonos.

V.I A COMISSÃO DE COLONOS CONTRA A COMISSÃO OFICIAL

“Nossos inimigos dizem: a luta terminou.
Mas nós dizemos: ela começou.”

Bertold Brecht

Nossos inimigos dizem

Voltemos a outubro de 1934, quando uma comissão de lavradores do NCSC, com apoio de empregados da colônia, foi à redação do *Correio da Manhã*⁶⁶⁵. A visita tinha por intenção conseguir a publicação de uma pequena carta para o Ministro da Agricultura com a finalidade de “fazer cessar as irregularidades”⁶⁶⁶ no núcleo. No encerramento da carta se

⁶⁶³ GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1974, p.101.

⁶⁶⁴ BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a resistência e a subordinação*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas: São Paulo, 2006, p.89.

⁶⁶⁵ A nota sobre a estada da comissão na redação do periódico foi publicada em: CORREIO DA MANHÃ. 25 de outubro de 1934. Edição nº12.245, p.08.

⁶⁶⁶ Idem.

ratificava a necessidade de conclusão das arbitrariedades “impostas pelo chefe daquela comissão, em detrimento dos direitos [dos empregados] que cometem o grande crime de estarem sujeitos a sua administração”⁶⁶⁷.

Tal passagem sugere uma clara centralidade da demanda dos empregados sob a dos colonos, os quais, diferente dos empregados, não contaram com uma exposição específica de suas queixas acerca da administração do NCSC. Interpretamos que a presença dos colonos, para além de expor suas demandas, pode ter servido de amortecedor para possíveis retaliações da administração do NCSC direcionadas tanto aos colonos quanto aos empregados.

Apesar de conter um apelo maior a um grupo do que às demandas do outro, essa pequena carta tem muitas especificidades: ela é a primeira que aproxima colonos e empregados como grupos que veem seus direitos desrespeitados pela ação da administração do NCSC. Além disso, ela recompõe brevemente a batalha dos dois grupos através de processos e petições nem sempre considerados pelo Ministério da Agricultura.

O ministério não tardou em se pronunciar, e dessa vez foi na forma de uma visita à região⁶⁶⁸. Acreditamos que as visitas executadas pelos agentes do poder reforçavam uma imagem de benevolência e suposta atenção, além de comporem a atualização dos rituais do Teatro do Poder. No caso de Santa Cruz, essas cenas costumavam ocorrer em dois momentos: nas inaugurações de obras – que representam a manutenção do teatro na forma da doação – e em momentos de recrudescimento das relações – período em que o teatro precisava ser renovado com os colonos, cabendo aos jornais a tarefa de registrar e divulgar as cenas desse Teatro entre poderosos e subalternos.

Figura 9: manchete do jornal Correio da Manhã



**NO NUCLEO AGRICOLA
DE SANTA CRUZ**
**Uma demorada visita do
ministro Odilon Braga**

Fonte: CORREIO DA MANHÃ. 30 de outubro de 1934. Edição nº 12. 249, p.09.

Figura 10: Manchete do jornal O Paiz



**Uma inesperada visita do
ministro da Agricultura
ao nucleo colonial de
Santa Cruz**

Fonte: O PAIZ. 30 de outubro de 1934. Edição nº 17. 119, p.02.

Nos termos do ritual do Teatro do Poder dos ministros, a visita “demorada” e “inesperada”, seguida pelo acompanhamento jornalístico no entorno desse acontecimento,

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ A visita de Odilon Braga em 29 de outubro de 1934 é narrada em duas notas de jornal: O PAIZ. 30 de outubro de 1934. Edição nº 17. 119, p.02; CORREIO DA MANHÃ. 30 de outubro de 1934. Edição nº 12. 249, p.09.

aponta para o fortalecimento das ações teatralizadas dos detentores do poder. Além disso, termina por reforçar uma suposta capacidade desses homens em solucionar as demandas de colonos e empregados, tal como um pai que agiria frente à necessidade de um filho.

Conforme noticiaram os jornais no dia 29 de outubro de 1934⁶⁶⁹, a passagem de Odilon Braga pelo NCSC tinha por intenção “ouvir a vários colonos sobre as possibilidades e benefícios do serviço”⁶⁷⁰, fazendo conversações e “examinando minuciosamente, com o diretor daquele núcleo, todos os aspectos do serviço”⁶⁷¹. Como bem se sabe, não seria ao lado do administrador - visto o histórico das coerções - que os agricultores fariam suas reclamações ao ministro, como podemos supor. O que ficou dessa visita de Odilon Braga foi a promessa de dias melhores e o incentivo à cooperativização como forma de organização da produção e venda dos gêneros produzidos. No compromisso firmado, a cooperativa do NCSC receberia “um auxílio de 12 contos, como incentivo à produção e à comercialização, sem intermediários”⁶⁷². Com esse resultado, não se resolvia a demanda dos colonos acerca da assistência e da conclusão do saneamento: ao contrário, tal promessa criava mais expectativas nos colonos com relação às práticas do Estado enquanto seus agentes utilizavam uma constante verborragia sobre auxílio técnico e econômico como forma teatralizada de criação do consenso e apaziguamento das relações com os colonos.

Apesar disso, os colonos persistiram: uma nova iniciativa coletiva ocorreu durante as inundações de 1936. Nesse período, uma delegação formada por seis colonos, “composta para melhor advogar os direitos”⁶⁷³, seguiu para a redação de *O Globo* com uma série de denúncias sobre a situação da colônia. Os interessados endereçavam suas queixas ao Ministro da Agricultura Salgado Filho e ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, narrando a penúria e as dificuldades decorrentes das enchentes anuais bem como a corrupção dos gestores do núcleo. Colocavam-se contrários à criação de uma comissão de avaliação dos prejuízos das enchentes chefiada por “pessoas suspeitas para essa missão”⁶⁷⁴. Tal comissão, como exposto no tópico anterior, tinha como foco a execução de uma avaliação das “causas determinantes das inundações verificadas [...] opinando, sobretudo, em relação a que vem produzindo esse fenômeno”. Constava na portaria publicada em 14 de março de 1936 que esta seria formada por: Francisco Eugenio Magarinos Torres, assistente-chefe do Serviço de Águas; Megalvio da Silva Rodrigues, assistente-chefe do serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização; Waldemar José de Carvalho, assistente-chefe do serviço de águas; e Alberto Ribeiro Lamego, assistente do Serviço Geológico e Mineralógico e um colono⁶⁷⁵.

Os colonos prontamente se levantaram contra a formação da representação, apontando as limitações técnicas e políticas dela. Segundo os colonos, pelo engenheiro civil Alberto Lamego “nada se alegraria se não fosse a sua inexperiência em assuntos agrícolas”. Já o segundo era filho de Enéas Calandrini Pinheiro, então administrador do núcleo, enquanto o terceiro, o colono João Martins de Andrade, foi descrito por Ubaldino como uma escolha equivocada, pois não tinha “requisitos intelectuais e morais para essa missão. Quase analfabeto isso seria o menos se não fossem os seus precedentes registrados na própria administração do núcleo”. Palhares, quando chama atenção aos precedentes, recorda-se que João Martins de Andrade foi acusado de conluio com empregados do NCSC na produção de

⁶⁶⁹ CORREIO DA MANHÃ. 30 de outubro de 1934. Edição n° 12. 249, p.09.

⁶⁷⁰ A nota emitida pelo *Correio da Manhã* narra ainda a situação pela qual passava o núcleo colonial de São Bento, em Duque de Caxias, onde os colonos e servidores ameaçavam abandonar a região por conta da falta de estrutura e salários. CORREIO DA MANHÃ. 30 de outubro de 1934. Edição n° 12. 249, p.09.

⁶⁷¹ Idem.

⁶⁷² Idem.

⁶⁷³ O GLOBO. 03 de março de 1936. Edição n° 0389, p.02.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 11 de março de 1936, Seção 2, p.5453.

70.000 mudas de bananeiras contaminadas, espalhando uma praga nas produções dos colonos no ano de 1932⁶⁷⁶.

Figura 11: A comissão de colonos de Santa Cruz na redação do Diário Carioca. Foto de 23 de março de 1936, P&B.



Fonte: DIÁRIO CARIOCA. *O Caso do núcleo colonial de Santa Cruz*. 24 de março de 1936, edição nº 2356, p.09.

Não se pode deixar de analisar o Contrateatro que essa situação apresenta: uma delegação de lavradores na redação de um periódico era um protesto simbólico dos colonos. Inicialmente, a ida de um grupo de colonos, além de indicar traços de uma organização coletiva, pode sugerir que a interceptação de correspondências⁶⁷⁷ tenha se agravado na gestão de Enéas Pinheiro e que a presença de uma delegação dos colonos pudesse alcançar as intenções propostas nas missivas. Observando a imagem, o número reduzido de colonos não é um ponto deficitário; ao contrário, demanda uma análise crítica não sob um viés quantitativo, mas sim sobre a importância simbólica da ação.

A longa viagem de trem ou caminhão, com seus quase 65 km por estradas precárias ou em longas horas nos trilhos de trem da Central do Brasil e que deixava as lavouras com menos braços, nos fala muito do dispêndio e da luta desses homens. Sem dúvida, o impacto da falta de um membro na lida com a terra sobrecarregaria mulheres e crianças e teria impactos na produção final. Contudo, era pela garantia de direitos e pelo que Barrington Moore Jr. chamou de “tratamento humano decente” que eles se dispuseram a enfrentar tal empreitada⁶⁷⁸. Além disso, é necessário entendermos a indignação dos colonos frente à

⁶⁷⁶ Uma matéria fora publicada sobre o aparecimento da praga “cosmopolitus sordidus” na plantação de bananas em um dos lotes do NCSC, contudo, o colono não teve seu nome citado. Pode-se consultar a denúncia em: CORREIO DA MANHÃ. *Serviço de Defesa Sanitária Vegetal*. 01 de novembro de 1934, edição nº12.251, p 04.

⁶⁷⁷ Prática extraoficial que poderia acontecer haja vista que era de responsabilidade do administrador do NCSC remeter e receber as cartas aos colonos de Santa Cruz, conforme o regimento do Departamento Nacional de Produção Vegetal. Pode-se consultar o regimento na página 121.

⁶⁷⁸ MOORE JÚNIOR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

situação vivida, em especial às enchentes, os reclames sobre a situação da saúde no núcleo e o desagrado com o colono participante da comissão de avaliação de prejuízos - se considerarmos isso como uma ruptura deliberada das autoridades com os mais sensíveis problemas dos colonos. Existia na situação colocada um código, ainda que de criação recente, quebrado pelos administradores: o do resguardo da condição mínima de existência da condição de camponeses.

Sobre os desdobramentos desse caso, no tópico anterior, pudemos acompanhar o levante de Ubaldino e as suas formas de luta através da escrita em jornais contra a ação personalista de Calandrini Pinheiro. No entanto, o que nos interessa nesse momento é a ação coletiva: longe de colocar de um lado o carrasco e do outro as vítimas, defendemos que trazer à tona os conflitos verticais e horizontais no NCSC significa perceber que esses processos sócio-dinâmicos de disputa – pelo lote, pela assistência técnica – se deram em um contexto de choques de propostas com cada grupo lutando para impor seu projeto, fosse com base no interesse coletivo dos colonos ou no personalista e autoritário dos administradores⁶⁷⁹.

Há lutas em que colonos e/ou empregados tencionavam pela garantia do cumprimento do “projeto” de colonização enquanto a administração lutava para resguardar seus projetos pessoais⁶⁸⁰. Essa legitimação reconfigurava também o poder dos administradores e contestava, dentro dos seus termos, o cumprimento das diretivas do presidente, que supunha o auxílio técnico e financeiro a esses colonos.

V.II PLURALIZANDO A ORGANIZAÇÃO: AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DOS COLONOS

“Os caranguejos atezam-se. O caranguejo: seu corpo mascarado. Em casa de caranguejo, pele fina é maldição”⁶⁸¹.

Tomado como tema de interesse para a política nacional ainda durante o Governo Provisório, em 1932 o cooperativismo já havia conquistado espaço nas propostas para sua atualização e implementação na legislação brasileira⁶⁸², sendo sua utilização um instrumento de controle social e político dos trabalhadores e visando ao fortalecimento da comercialização dos pequenos produtores agrícolas no contexto do Estado centralizador e autoritário. A partir dessa finalidade, tais propostas autoritárias incidiam mais sobre a produção capitalista do que acerca da organização dos cooperativados. Assim, tal como um experimento do Governo Provisório, em 1932 a primeira experiência cooperativa do NCSC foi organizada⁶⁸³. Vejamos na matéria publicada em *O Globo* quando da instalação da cooperativa:

O Sr. Dulphe Pinheiro Machado, diretor geral do Departamento Nacional do Povoamento presidiu no Centro agrícola de Santa Cruz a eleição da diretoria da Sociedade Cooperativa, que ali foi organizada, por sua iniciativa, entre os respectivos colonos. Tendo sido os trabalhos orientados pelo Sr. Adolpho Ernesto

⁶⁷⁹ Para James C. Scott, estão incluídas nesse processo as concepções de justiça social, direitos, deveres e relações recíprocas dos camponeses. Pode-se consultar em: SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985. p. 47.

⁶⁸⁰ Fontes documentais sugerem que as formas de pressão dos colonos do núcleo colonial de São Bento, estiveram calcadas, além da organização de delegações de colonos em jornais, ameaças de abandono das terras.

⁶⁸¹ ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970, p. 231.

⁶⁸² A lei nº22.239 de 19 de dezembro de 1932 reformava o estatuto das sociedades cooperativas, criado inicialmente no ano de 1907. Após essa mudança, uma série de leis que versavam sobre o cooperativismo foram sancionadas até o estabelecimento do decreto nº5.893 de 19 de outubro de 1943 que criava uma legislação para a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas, atividades essas centralizadas no Ministério da Agricultura.

⁶⁸³ BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 28 de Dezembro de 1932, seção 1, p.28.

Garcia Gredilha, técnico do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agrícola.

Eleitos os membros da referida diretoria, foram eles imediatamente empossados pelo Sr. Dulphe Pinheiro Machado.

O Sr. Gil Sobral Pinto, eleito presidente da Cooperativa, agradeceu em seu nome e no da sociedade, que acabava de instalar-se, o comparecimento e os esforços empregados pelo diretor geral do Povoamento e pelo chefe da comissão daquele Centro, engenheiro Henrique Dietrich⁶⁸⁴.

O caráter do Estado, tal como o de preceptor da sociedade, pode ser observado no início da matéria em que fica claro o papel de Dulphe Pinheiro Machado enquanto organizador e empreendedor dessa política junto aos colonos, tal como se não fosse possível aos camponeses proporem e orientarem a criação de uma associação. Ademais, essa postura impositiva se configurava também na divisão de atribuições da cooperativa, na qual estavam em maior número engenheiros do ministério, cabendo a eles a responsabilidade de dirigir a organização, produção e comercialização dos gêneros produzidos pelos concessionários de Santa Cruz, sendo o único colono citado Gil Sobral Pinto, concessionário do lote 24, eleito como presidente da cooperativa.

A sede da cooperativa ficava na entrada do NCSC, exatamente na Rua do Gado, em imóvel na frente da administração do NCSC, ocupando um “casebre – espécie de barracão, velho e esburacado [...] [estava] instalada a Cooperativa”⁶⁸⁵. Tal aproximação espacial, contudo, não fazia da cooperativa um órgão análogo à administração; ao contrário, sua gestão a princípio encontrava-se sob a tutela do Ministério da Agricultura e, posteriormente, dos colonos. Apesar dessa separação administrativa, não se pode deixar de considerar que a instalação da cooperativa em local próximo à Administração do NCSC não fosse mais uma forma de controle e possível coerção do Estado em relação aos colonos.

Todavia, estruturada a cooperativa, não foi a produção da colônia que se destacou, mas sim os escândalos em seu entorno. Um desses casos veio à tona através do telegrama do colono Pedro Sabino, concessionário do lote nº7, que em uma defesa aberta da administração do NCSC narrava a:

[...] necessidade de um inquérito. Este, porém, policial, para apurar não irregularidades da administração do núcleo, mas para que se chegue a saber onde foi parar cerca de dois contos de réis da cooperativa dos colonos de Santa Cruz, cujo diretor-tesoureiro, Ubaldino Palhares, é, precisamente o signatário [de reclamações] ao sr. ministro da agricultura. É o que me cabe declarar a bem da verdade⁶⁸⁶.

A dúvida e a necessidade de auditoria proposta por Sabino é completamente justificável, visto que os cooperados ingressavam na cooperativa mediante ao pagamento de uma jóia que variava de Cr\$ 1 000,00 até Cr\$ 10 000,00, sendo paga em parcelas conforme a produção⁶⁸⁷. Não podemos negar, contudo, que o momento de escrita da reclamação de Sabino, em outubro de 1934, coincide com o aumento das reclamações públicas de Ubaldino Palhares contra a administração, situação essa que pode apontar para dois eixos analíticos: o primeiro, uma aproximação do colono Pedro Sabino com a administração ao ponto de defendê-la; e o segundo, uma forma justa de problematizar a inserção do colono Palhares na

⁶⁸⁴ O GLOBO. *Geral*. 06 de dezembro de 1932. p.02.

⁶⁸⁵ DIÁRIO CARIOCA. 21 de junho de 1946. Edição: 05518, p.03.

⁶⁸⁶ O GLOBO. *Geral*. 26 de outubro de 1934, p.02.

⁶⁸⁷ GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Mirian Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional de Geografia, CNG/ IBGE, 1956. p.159; ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Rev. Bras. Geo.* jul/set, 1960. p.99.

cooperativa enquanto este, publicamente encontrava-se reivindicando o bom funcionamento do projeto de colonização. Apesar da carência de evidências sobre o Pedro Sabino, acreditamos na segunda hipótese como motivadora da reclamação do colono, como veremos a seguir. Antes disso, acompanhemos a resposta nas palavras do já conhecido Ubaldino Palhares, que explicava a situação administrativa da cooperativa:

Ao que se referiu a Sociedade Cooperativa só me cumpre contestar que seja eu o seu diretor-tesoureiro e que tenha sobre minha guarda os seus valores. Sou o seu diretor-comercial e nessa qualidade - pesa-me dizer-lo - fui obrigado a tomar contra o declarante certas medidas disciplinares, como corretivo a sua conduta inconveniente no seio da sociedade, no que fui apoiado pelo chefe do núcleo, [...] Henrique Dietrich, conforme consta do processo D.N. P – 3.0144933.

Os livros e valores conforme os estatutos, estão sob a guarda e responsabilidade do diretor-tesoureiro, sr. Ludwig Uher, cargo que o colono Sabino “confundiu” com o meu, no propósito deliberado de articular algo contra minha pessoa.

Ao exame de todos os sócios da cooperativa estão os livros e mais documentos, que como já foi dito, estão em poder do Sr. Uher.

Venha, pois o inquérito, administrativo ou policial, não só para apurar os desmandos da administração do centro [...] talvez se chegue a saber dos motivos que levaram o colono Sabino há poucos dias ainda severo crítico da mesma administração, a se tornar seu apologista...⁶⁸⁸.

Personagem já conhecido, Ubaldino Palhares foi também diretor-comercial das primeiras direções da cooperativa, colocação que mais uma vez o colocava em destaque no NCSC. Sobre essa evidência, é importante notarmos o apoio de Henrique Dietrich à atuação de Palhares junto à cooperativa, situação que mais uma vez aponta para uma proximidade do colono junto aos administradores, excetuando-se os casos de Enéas Calandrini Pinheiro e Antônio Emiliano Fayal, como exposto no quarto capítulo.

Apesar do imbróglcio de responsabilidades sobre as finanças e o cargo de diretor-tesoureiro da cooperativa, sabemos que o colono austríaco Ludwig Uher, meses antes da explicação de Ubaldino Palhares, solicitou a isenção de impostos de importação “para objetos de uso domésticos provenientes da Áustria e destinados à esposa do colono”⁶⁸⁹, pedido acolhido pela delegação do país europeu no Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores. Contudo, mesmo com isenção alfandegária, os produtos solicitados deveriam ser pagos. Assim, fica a indagação, um colono teria condições de importar produtos domésticos para o NCSC? Acreditamos que não.

Apesar dessas situações embaraçosas para a direção da cooperativa, sua presença nos periódicos e em outras fontes é nula ao longo da década de 1930, sem qualquer menção a eleições para diretoria, vendas de gêneros agrícolas e outros expedientes próprios da organização⁶⁹⁰. Tal situação nos sugere um abandono prolongado do projeto de cooperativização, haja vista a sucessão de acusações e investigações iniciadas acerca da administração e dos colonos entre os anos de 1934 e 1936, conforme discutido no capítulo anterior.

Curioso notarmos que a discussão sobre cooperativização perdeu muita força depois da saída de Juarez Távora do Ministério da Agricultura em 1934. Com a influência do Técnico Sarandi Raposo chegou-se a decretar um amplo Plano Geral de Organização Agrária, que supunha uma complexa rede de cooperativas que abarcaria o país inteiro. Todavia, a SNA e SRB se uniram contra o projeto defendendo um cooperativismo privado, sem intervenção

⁶⁸⁸ O GLOBO. *Geral*. 01 de novembro de 1934, p.05.

⁶⁸⁹ JORNAL DO COMÉRCIO. 24 de março de 1934, p.11.

⁶⁹⁰ A única referência encontrada trata de uma reclamação da Sociedade Cooperativa do Centro agrícola de Santa Cruz contra o NCSC, essa reclamação foi endereçada ao diretor do DNPV. Contudo, tal reclamação não teve quaisquer desdobramentos públicos. BRASIL. *Diário Oficial da União (DOU)*. 29 de Março de 1933. p.29-30. Seção 1.

estatal. Sendo a negativa desses agrupamentos dos grandes latifundiários brasileiros um marco na limitação dos avanços da política de cooperativização no país.

Essa situação foi alterada somente em 1939, quando exatos seis periódicos⁶⁹¹ davam destaque à matéria “Será iniciada amanhã a venda de produtos agrícolas diretamente do produtor ao consumidor”⁶⁹². Por que nesse ano em específico? Em 1939, o NCSC dispunha de uma área cultivada de 1.605 hectares, e as culturas estavam avaliadas em 4.525:000\$00⁶⁹³. Frente a esse potencial, o interesse jornalístico pretendia a divulgação de uma possível solução aos altos preços e a carestia de alimentos que persistia na cidade do Rio de Janeiro, porquanto havia dificuldade de distribuição e regulação dos preços no período, o que atingia especialmente os mais pobres.

Quanto ao NCSC, as matérias noticiavam uma parceria entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura visando ao oferecimento de transporte para as mercadorias dos colonos e ao estabelecimento de pontos de venda da produção do NCSC nos bairros pobres cariocas e na zona central da cidade⁶⁹⁴. No que diz respeito à produção dos associados à Cooperativa, estimava-se o valor da produção anual orçado em 1.500 contos de réis, valor alto naquele período⁶⁹⁵. Exaltava-se ainda os baixos preços de venda ao consumidor e a variedade de produtos a serem comercializados pelos colonos.

Com o sucesso da iniciativa, em março de 1939 a Cooperativa Agrícola recebeu a tarefa de chefiar o envio da produção do NCSC em caminhões disponibilizados pelo Ministério da Agricultura para áreas centrais do Rio de Janeiro para a venda à população, sem a figura dos intermediários, duas vezes por semana⁶⁹⁶. No período ventilava-se que eram três os problemas acarretados pelos intermediários: a diminuição dos lucros e liberdade de venda dos agricultores; o encarecimento da vida dos trabalhadores urbanos; e o transporte, que evitava o encaixotamento, armazenagem e procedimentos que fizessem envelhecer ou estragar os alimentos.

Em 1º de maio de 1939, por conta do incentivo à criação de gado no NCSC, a cooperativa passou a ser denominada Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz, recebendo a partir de dessa data um estatuto registrado junto ao Ministério da Agricultura, sendo divulgada como “composta unicamente de colonos do núcleo colonial de Santa Cruz”⁶⁹⁷. Após essa mudança de nomenclatura, a mesma conseguira barracas que seriam instaladas nas “zonas de população pobre e operária” para a venda das produções dos colonos⁶⁹⁸ a preços tabelados entre o Ministério e a Prefeitura.

A mudança de nome, contudo, não fez cessar os desvios da gestão, sendo esta mais uma vez denunciada naquele momento pelo colono João Ayres Pinto Júnior⁶⁹⁹, concessionário do lote 33⁷⁰⁰. Na denúncia endereçada ao ministro Fernando Costa, a diretoria era acusada de “fazer desaparecer quotas-partes e jóias de vários cooperadores”⁷⁰¹, além de ter deixado de

⁶⁹¹ Eram eles: Correio da Manhã, O Jornal do Brasil, Diário Carioca, Gazeta de Notícias, O Jornal e O Radical.

⁶⁹² O JORNAL DO BRASIL. 17 de fevereiro de 1939. Edição: 00041, p.06.

⁶⁹³ A BATALHA. 15 de outubro de 1940, edição nº 4. 351, p.02.

⁶⁹⁴ Idem.

⁶⁹⁵ Idem.

⁶⁹⁶ CORREIO DA MANHÃ. 11 de março de 1939. Edição: 13. 602, p.06.

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ As principais culturas atendidas pela Agro-pecuária eram: aipim, batata-doce, banana, laranja, peras e tangerinas.

⁶⁹⁹ João Ayres Pinto Júnior era um sexagenário quando conseguiu a concessão de um lote no NCSC em 1931. Tendo participado da Revolta da Armada (1893-1894) recebeu a patente de Tenente honorário do Exército, tendo servido também por 20 anos no Estado do Amazonas. Suas reclamações por assistência técnica foram endereçadas ao presidente Vargas, todavia, sem qualquer resposta, recebendo o colono somente avisos de indeferimento dos seus pedidos.

⁷⁰⁰ *O Radical*, 23 de novembro de 1939, edição: 02336, p.4.

⁷⁰¹ Idem.

vender produtos da lavoura concedidos à cooperativa para transporte e venda. João Júnior solicitava ainda a instauração de um inquérito e a averiguação dos livros-caixa da cooperativa.

As críticas de João Ayres Júnior e Pedro Sabino apontavam ainda para uma crise de credibilidade da cooperativa. Somadas, tais reclamações criaram discursos que chegaram à intelectualidade da época, que os expuseram, tributando aos colonos a não filiação “a essas associações, principalmente os nacionais, pois, alegam que não veem nenhuma vantagem nisso”, como propôs Maria do Carmo Galvão⁷⁰², bem como explicações relacionadas à “falta de confiança e desonestidade dos diretores”, tema debatido por Speridião Faissol⁷⁰³. Ao que apontam os comentários, o cunho individualista e uma gestão sem transparência despontavam como características da Agro-Pecuária, situação que inibiu uma associação mais ampla dos colonos enquanto trabalhadores rurais organizados.

Na continuação, em 1942 o *Jornal do Brasil* noticiava a matéria “há mercadoria, mas não há transporte”⁷⁰⁴, em que informava o estado da produção do NCSC que, desde o ano de 1939, vivia um surto de altas produções, mas, em meados de 1942, enfrentava a falta de transportes para a comercialização. A situação se agravou, e em 1943 a saída para a desorganização dos transportes - acometidos pela falta de combustível - e para um suposto retraimento no Mercado Municipal na zona central da Capital - devido ao tabelamento dos gêneros de primeira necessidade⁷⁰⁵ - foi à criação de um entreposto de alimentos em Santa Cruz, no qual os colonos poderiam vender sua produção.

Compondo a estrutura do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)⁷⁰⁶, o entreposto foi o primeiro dessa categoria. Suas atividades destinavam-se ao amparo dos pequenos lavradores e também aos trabalhadores que poderiam adquirir alimentos em condições mais favoráveis. Segundo a propaganda de 1943, ano da criação do entreposto, ele seria útil para a “eliminação dos intermediários inescrupulosos, esses gêneros poderão ser entregues ao consumo a preços bem menores [...] havendo, por outro lado, um melhor pagamento aos lavradores da região”⁷⁰⁷. Ademais, pretendia-se com isso fazer com que os 330 colonos à época vendessem não só no entreposto, mas também ao próprio SAPS para que esse empregasse os gêneros em seus restaurantes espalhados pela cidade do Rio de Janeiro⁷⁰⁸. Sobre as atribuições do SAPS em relação ao NCSC, ficou sob a responsabilidade do administrador Juan Angel Solis a exposição dos termos do convênio que viabilizaria o emprego da produção dos colonos:

“Quer nos seus restaurantes [...] quer fornecendo-os diretamente ao povo, em todos os bairros, vai o Serviço de Alimentação da Previdência Social encarregar-se da colocação das colheitas, pagando-as à vista e incumbindo-se do seu transporte. Completando a sua assistência aos lavradores o entreposto do SAPS fornecerá aos mesmos os produtos que estes não podem ainda produzir ou obter, e que são originários de outras regiões”⁷⁰⁹.

⁷⁰² GALVÃO, Maria do Carmo. *Aspectos da Geografia Agrária do sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas da Geografia do Brasil (CPGB), Rio de Janeiro, 1963. p.99.

⁷⁰³ FAISSOL, Speridião. Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz, In: *Boletim Geográfico*, nº82, jan. 1950. p.1163.

⁷⁰⁴ JORNAL DO BRASIL. 20 de outubro de 1942. Edição nº 00247, p.05.

⁷⁰⁵ OBSERVADOR ECONÔMICO FINANCEIRO. julho de 1943. Edição nº 90, p.49- 62.

⁷⁰⁶ O SAPS foi criado em 5 de agosto de 1940, como um órgão criado no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha por missão proporcionar alimentação a baixo custo aos trabalhadores. Em seus 27 anos de existência, o órgão ganhou ainda atribuições de cunho pedagógico, com o fornecimento de cursos, atendimento de assistentes sociais e de fornecimento de alimentos, como foi o caso do entreposto em Santa Cruz.

⁷⁰⁷ O RADICAL. 10 de junho de 1943 Edição: 03919, p.03.

⁷⁰⁸ Em 1943, eram quatro restaurantes que compunham a rede do SAPS: o restaurante central na Praça da Bandeira, Inhaúma, Flamengo e no Cais do Porto. O RADICAL. 17 de junho de 1943. Edição: 03925, p.06.

⁷⁰⁹ O RADICAL. 12 de junho de 1943. Edição nº 0392, p.04-07.

Tal papel a ser cumprido pelo SAPS, ao menos em teoria, esvaziava a atuação da cooperativa e tinha por intenção angariar toda, ou a maior parte, da produção total do NCSC para incorporação nesse órgão do Ministério do Trabalho. Desta forma o SAPS, enquanto ramo da burocracia seria o intermediário. Em termos reais, tratava-se de um acordo interministerial que, logicamente, trazia benefícios aos colonos; contudo, desmobilizava a associação destes na forma da cooperativa, que foi totalmente deixada em segundo plano dentro do novo acordo de venda da produção agrícola. Mais uma vez, a prática teve dissonâncias com a teoria, e tal proposta não se realizou, não havendo a centralidade de um entreposto que anteriormente esperava-se no SAPS, e suas atividades foram posteriormente encerradas⁷¹⁰.

Nesse sentido, retornavam as demandas por transporte e contra a ação dos atravessadores, chegando essas reclamações até 1946, ano no qual, em meio a uma visita do Ministro da Agricultura, os colonos queixavam-se, inclusive, da direção da Cooperativa de Santa Cruz. Entre as reclamações, estava o tratamento dispensado que, “longe de beneficiá-los, vem até causando prejuízo”⁷¹¹ - entre essas práticas estava o não pagamento pelos produtos cooperativados. Temos de explicar que o que ocorria era a ‘terceirização’ e o esvaziamento das atividades da cooperativa a intermediários que recolhiam e vendiam os produtos nos mercados e feiras-livres, impondo preços baixos aos produtores, embora arrematassem altos lucros com os consumidores.

Tal condição era acompanhada de uma nova queixa à Cooperativa. Esta era responsável pelo fornecimento do remóiado⁷¹², utilizado na alimentação animal, que era distribuído aos colonos através de uma cota mensal de 3.500 sacos. Todavia, em junho de 1946, já haviam transcorrido mais de seis meses sem o repasse aos colonos segundo a matéria “a entidade preferia vender a terceiros, com maiores lucros”⁷¹³. O resultado dessa opção mais rentável à Cooperativa foi a queda acentuada nas criações de suínos de 3.500 cabeças para 300, tendo ocorrido o mesmo com a criação de aves.

Poucos dias após, na tentativa de explicar tal situação, o general Portela, presidente da Comissão Central de Abastecimento e Preços⁷¹⁴, recebeu uma carta dos dirigentes da Cooperativa, subscrita pelo engenheiro agrônomo Humberto Bruno⁷¹⁵. Tal como vimos no capítulo anterior, aqui mais uma vez se estabeleceu um Teatro do Poder, sendo agora o engenheiro Bruno o primeiro a encenar uma filiação e respeito direto pela política de cooperativização do Estado, que em suas palavras “[...] sempre foi e continuará a ser uma indiscutível reação contra os excessos do capitalismo a serviço dos grupos privilegiados”, admiração que não o inibiu de executar uma leve crítica às “autoridades públicas pagas pelo povo para a defesa do interesse coletivo e bem estar de todos” que, segundo o engenheiro, apoiavam os entraves pelos quais passava à Cooperativa.

É de se destacar sua atenção na gestão da Cooperativa, a qual fez “elevar o movimento de vendas, que nunca havia ultrapassado de 15.000 cruzeiros anuais, a 375.000 no ano de 1944”, e que pretendia “em 1945, aumentar o movimento de vendas a, aproximadamente,

⁷¹⁰ Em meio à carência de fontes, sabe-se apenas que no ano de 1953 o local, anexo ao Matadouro Municipal, passou a ser ocupado por um restaurante do SAPS. Apesar disso, segundo o decreto de criação do SAPS, mantinha-se como premissa de funcionamento a compra dos gêneros com produtores rurais para a revenda a preço de custo, sem, contudo, serem divulgados quem eram esses produtores e as regiões de plantio. O JORNAL. 29 de maio de 1953. Edição: 10138. p.08.

⁷¹¹ O GLOBO. *Geral*. 03 de junho de 1946, p.08.

⁷¹² Subproduto da moagem do trigo.

⁷¹³ O GLOBO. *Geral*. 03 de junho de 1946, p.08.

⁷¹⁴ Órgão criado pelo decreto-lei nº9.125, de 4 de abril de 1946, para a regularização e controle dos preços na tentativa de impedir o encarecimento da vida.

⁷¹⁵ Os próximos cinco parágrafos foram escritos com base na carta do engenheiro agrônomo Humberto Bruno endereçada ao general Scarcela Portela e publicada em: *A Noite*, 14 de junho de 1946, Edição: 12286, p.02.

800.000 cruzeiros, com o controle da produção do leite, cujo volume, em Santa Cruz, atinge a média de 3.000 litros diários”. Todavia, apesar dos lucros da produção, como diretor da cooperativa desde 1943, o engenheiro Bruno tinha sua gestão atravessada pela ação de um grupo de produtores intermediários que “interessados em desacreditar o Cooperativismo em benefício próprio tudo vem fazendo para manter desarticulados os pequenos produtores, a fim de subordiná-los à sua vontade, para a ação intermediária que exercem em prejuízo de todos”. Segundo o engenheiro, tal grupo era formado por “criadores intermediários pertencentes à cooperativa e que se filiou para ter assegurado o comércio do leite cru, que era proibido no Distrito Federal”.

Em relação a esses supostos “colonos-atravesadores”, “ao perceber nossa intenção contrária a seu interesse, instalou uma campanha derrotista, que ainda perdura, no sentido de entrar a marcha da cooperativa, criando para administração um ambiente hostil que, de fato, serviu para evitar o controle que receava”, atitude que foi respondida pela direção da Cooperativa com práticas mais atentas aos seus sócios e à sua produção, ação avaliada pelo engenheiro como de não flexibilização “[...] restando a esperança de que outras autoridades mais esclarecidas e devotadas ao bem público obriguem os interessados ao cumprimento do dever, para a defesa do interesse geral”.

Sendo esse pequeno histórico endereçado ao General Scarcela Portela, foi encerrado com “a finalidade de confirmar a resistência passiva de grande número de produtores localizados no Núcleo Colonial de Santa Cruz contra esta cooperativa”, que, nos termos do emissor da carta, tinha por única intenção manter afastados os intermediários de “pouco escrúpulo e forçar alguns produtores a serem honestos para com o público em geral, pelo oferecimento de produtos puros, não adulterados”⁷¹⁶.

Propondo uma clara divisão entre os colonos inseridos na cooperativa, em que de um lado estariam “colonos produtores” e de outro lado os “colonos-atravesadores”, a autoimagem da direção de Humberto Bruno é a de um suposto orientador abnegado dos procedimentos do cooperativismo atrapalhado pela ganância do segundo grupo. Na carta pode-se constatar também a fragilidade da atuação da diretoria e também a não inserção da racionalidade dos colonos na construção da atuação da cooperativa, sendo tida como nociva e prejudicial ao consumidor final, em especial no que se referia a qualidade dos produtos.

Logo após o recebimento da carta do engenheiro agrônomo, no dia 13 de junho de 1946 uma comissão formada por seis colonos cooperativados dirigiu-se ao Palácio do Exército na região central do Rio de Janeiro e obtiveram uma audiência com o general Scarcela Portela⁷¹⁷. Já informado da situação dos colonos e da Cooperativa, o general indagou: “Os senhores tem delegação para falar em nome de todos os sócios?”⁷¹⁸ Ao que foi respondido por um “Sim”. Após a afirmativa, os colonos responderam com um enfático “Não” quando perguntados sobre a regularidade do funcionamento da Cooperativa. O general foi então interpelado por um dos associados que contava que “a atual administração está exercendo as suas funções abusivamente, pois terminou o mandato em dezembro de 1944 e foi eleita só para completar o tempo do diretor anterior”.

Por que motivos não haviam sido convocados novas eleições? Ainda que não houvesse adversários para o pleito, havia dispositivos que legitimavam a eleição de uma chapa única. Todavia, esse procedimento não ocorreu, e a diretoria, da qual Humberto Bruno fazia parte, perpetuava-se no poder na cooperativa. Note-se também que a cooperativa era dirigida,

⁷¹⁶ A NOITE. 14 de junho de 1946. Edição: 12286, p.02.

⁷¹⁷ A comissão era formada pelos colonos: Raul Alves de Abreu, Joaquim José Ribeiro, José Pedro Alves, Napoleão Borges de Matos, Ismael de Amorim Bezerra e Altamiro Barbosa. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 11 de junho de 1946. Edição: 07250, p.01.

⁷¹⁸ A audiência foi reproduzida pelo periódico A Noite e será utilizada nos próximos cinco parágrafos contínuos. A NOITE. 14 de junho de 1946. Edição: 12286, p.02.

naquele momento, por um engenheiro agrônomo, o que pode ainda ter inibido candidaturas dos colonos. Outra situação que expunha mais uma limitação na organização do NCSC era a falta de assistência aos colonos no processo de condução de uma cooperativa - afinal, esses homens na maioria das vezes não dispunham de experiências administrativas dessa ordem, tampouco recebiam formação que os capacitasse para essa atuação.

Retornando a visita, tratava-se de ponto pacífico a afirmação da capacidade produtiva do NCSC para o abastecimento da cidade e a necessidade “do auxílio material e financeiro do governo”. Tal observação escapava do âmbito da cooperativa e se alargava também para a administração do NCSC, também repleta de irregularidades e descontinuidades na gestão, então os colonos dedicaram-se à exposição da situação de venda na colônia. Exemplificando, informavam que vendiam a baixos preços para a Cooperativa e quando tentavam a venda para atravessadores ocorriam casos como “[...] certo açambarcador que ofereceu, por toda [...] a produção, 12.000 cruzeiros, enquanto outro, sabendo disso, fez sua oferta para 30.000 cruzeiros, dando três mil de sinal. Todavia, espera até hoje os 27.000 restantes”. O mesmo colono disse ainda que o referido atravessador depois ainda lhe pediu uma indenização alegando prejuízo com a transação.

Importante notarmos que, apesar da desvantagem da relação com os atravessadores, os colonos ocupavam-se dessa relação. Tal como analisou Maria Auxiliadora Botelho, a venda para intermediários por preços abaixo da média incluía a pequena produção na reprodução da lógica da exploração de mercado⁷¹⁹. Tal opção pelos açambarcadores era assumida pelos integrantes da comissão porque consideravam desonesta a direção e tinham “certeza de que não receberiam o fruto do seu trabalho honrado”, receio que também era experimentado nas transações com os atravessadores, restando aos colonos poucas alternativas para a venda de sua produção.

Exposto o caso, a comissão solicitava a intervenção do governo na Cooperativa com a devida “compra de toda a produção da mesma [...] o que virá beneficiar o produtor e o consumidor”. Em última análise, o general Portela garantiu a comissão que “para satisfazer as aspirações desses agricultores torna-se indispensáveis duas medidas principais: organização de um mercado para seus produtos e compra direta da produção, para pagamento imediato”⁷²⁰.

O caso analisado é bastante notório: havia de um lado uma clara cisão entre a direção, que se apresentava como abnegada e interessada nos interesses de produtores e compradores, e do outro lado a organização coletiva dos colonos que pediam por melhores condições de cooperativização e venda no NCSC. Em ambas as colocações, vemos traços do teatro do Poder, que mais uma vez eram necessárias na garantia da defesa suas de demandas. Nesse processo de disputa, o papel do general Scarcela Portela surge como um mediador das tensões internas à cooperativa, cabendo a ele cancelar a posição de um grupo ou outro sob a pena do desmantelamento dessa organização e, por consequência, a perpetuação do entrave do abastecimento da Capital Federal.

Como saída, na mesma data foi decretada a intervenção na cooperativa Agro-Pecuária executada através do decreto-lei nº9362 de 15 de junho de 1946. Nele, autorizava-se a intervenção do Ministério da Agricultura na cooperativa a ser executada através da escolha de um superintendente que, sendo funcionário público, manteria seus ganhos e seria gratificado “pelos cofres da cooperativa”⁷²¹, intervenção que se encerraria com a elaboração de um relatório em que os desvios fossem sanados. Esse episódio colabora com a confirmação da ideia proposta por Sônia Mendonça acerca do papel alternativo e estratégico do cooperativismo como forma de controle dos agentes sociais por parte do Estado. Essa iniciativa do Estado autoritário

⁷¹⁹ BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a resistência e a subordinação*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas: São Paulo, 2006. p.92.

⁷²⁰ O DIA. 15 de junho de 1946. Edição: 06958, p.08.

⁷²¹ BRASIL. Decreto-lei nº9362, de 15 de junho de 1946.

pode ser interpretada também como uma sobreposição do Estatal sob o princípio de mercado enquanto instrumento de subordinação da pequena produção aos ditames de uma acumulação capitalista mediada pelo controle da burocracia estatal⁷²².

Às vésperas da intervenção, a cooperativa sofreu uma baixa em seu quadro de sócios, passando de 330 para 23 colonos⁷²³. Em entrevista ao *Diário Carioca*, o diretor da cooperativa, Onório Barreto, não atribuía os problemas recentes à organização, mas sim ao despreparo “[...] para o cooperativismo. Nossos associados pensam que a Cooperativa pode viver no ar. Todos poderiam entregar 3.000 litros de leite por dia”⁷²⁴. Todavia, como visto anteriormente, a preferência dos colonos era pela venda diretamente aos fregueses.

Entretanto, para o diretor, o inimigo principal da Cooperativa era o administrador do NCSC, Juan Angel Solis, o responsável pela saída dos colonos da organização⁷²⁵. Em meio à entrevista, o colono Francisco Carlos confirmava que foi “[...] por instigação do administrador que os colonos fugiram dali, levando seus produtos para Campo Grande e entregando a especuladores”⁷²⁶. A desconfiança levantada não nos parece infundada: a concorrência entre a administração do NCSC e a cooperativa era também uma disputa por espaço e visibilidade junto ao Governo Federal e à opinião pública; uma vez que já havia o quinhão dos colonos japoneses com uma produção independente da gestão do núcleo, garantir o controle da administração sob a produção dos colonos nacionais era uma forma de controle e vigilância destes por Juan Solis.

Retornando à intervenção, em seus primeiros relatos como interventor, Breno Ferreira Hehl⁷²⁷ afirmava que mesmo os colonos associados continuavam a fornecer a mercados e interventores, reservando apenas uma parte da produção à cooperativa⁷²⁸. Este procedimento pode estar ligado a um sentimento de descrença dos colonos na atuação da cooperativa junto à produção e venda, condição que fazia com que eles atuassem, se não de maneira direta através da saída da cooperativa, ao menos no campo prático esvaziando a função da cooperativa.

Todavia, há que se notar o avanço da cooperativa a partir da intervenção, em especial, com a venda direta da produção ao consumidor, distanciando a figura dos intermediários. Tal prática se consolidou em 26 de agosto de 1946, quando voltava ao Largo da Carioca, região central da cidade do Rio de Janeiro, o caminhão da cooperativa agrícola de Santa Cruz após um período de paralisação das atividades impostas por fiscais da Prefeitura do Distrito Federal⁷²⁹. A partir do entendimento entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura, foram acordados ainda a venda dos produtos em outros pontos da cidade⁷³⁰.

Entretanto, ao que apontam as fontes, a falta de infraestrutura de transporte da cooperativa era um aspecto inibidor da venda da produção dos colonos. No período de intervenção de Breno Ferreira Hehl, foram solicitados caminhões ao Exército⁷³¹. O periódico *A Noite* cedeu um caminhão de sua propriedade, e a firma de alimentos Dragão fez empréstimos de balanças para a Cooperativa⁷³².

⁷²² LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.387.

⁷²³ Os colonos que se retiraram da Cooperativa foram compor um sindicato de trabalhadores rurais no bairro carioca de Campo Grande.

⁷²⁴ DIÁRIO CARIOCA, 21 de junho de 1946. Edição 05518, p.03.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ Idem.

⁷²⁷ Agrônomo economista do Ministério da Agricultura.

⁷²⁸ O GLOBO. 13 de abril de 1951. Matutina, geral, p.06.

⁷²⁹ O GLOBO. 27 de agosto de 1946. Vespertina, geral, p.05.

⁷³⁰ Eram eles, Copacabana, Praça Tiradentes e Largo do São Francisco.

⁷³¹ O GLOBO. 28 de agosto de 1946, Matutina, Geral, p.09.

⁷³² DIÁRIO DA NOITE. 24 de março de 1948. Edição n° 04556, p. 03.

Essas demonstrações apontavam para a falta de investimentos e para a ingerência do Ministério da Agricultura na garantia da organização e execução da legislação de cooperativas. Outrossim, os auxílios prestados não se tratam de gentileza e apreço pelos colonos, mas sim uma forma de amenizar a alta de preços e/ou a carência de gêneros que em determinados casos encontravam-se somente no mercado negro sob domínio de intermediários. Sobre a ação desses últimos, acompanhemos um caso ocorrido com os colonos de Santa Cruz:

Isso nos ocorreu ontem, cerca das 14 horas, quando presenciávamos o vandalismo que os homens do “rapa” praticavam contra um caminhão de hortaliças, que estava parado no largo da Carioca, atendendo seus donos a numerosa clientela, que ali ocorrera diante dos seus preços baixos. [...] Aí, porém, apareceram os [...] do “rapa”, e tudo foi de roldão: hortaliças, colonos e caminhão...⁷³³.

Ao que parece, a ação dos intermediários representou uma forma de retaliação que, embora ocorrida com os colonos de Santa Cruz, tinha uma relação com práticas federais recentes de combate a carestia de alimentos⁷³⁴. As medidas que fomentaram os ataques foram a aprovação no dia anterior da proibição da exportação de gêneros de primeira necessidade e a isenção de direitos e taxas de importação de uma lista de produtos.

Em meio à penúria dos colonos assolados pelo roubo das produções, multiplicaram-se os rumores de que “elementos inescrupulosos pretendem adquirir, por preços mais elevados, os gêneros do núcleo [...] com o propósito ganancioso de prejudicar a ação das autoridades no combate à carestia”⁷³⁵. Frente a isso, o Ministro da Agricultura liberava o diretor da DTC e o interventor da cooperativa a buscarem reforços policiais, caso necessário, para reprimir os intermediários. Nos anos posteriores, observou-se uma aproximação da cooperativa com a Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal e posteriormente com a mesma repartição do Estado da Guanabara, sinal claro do desinteresse político e da impossibilidade administrativa do Ministério da Agricultura na condução e amparo da cooperativa junto àquele ministério.

Em 1948, os colonos de Santa Cruz, através da cooperativa, eram convidados a ocuparem o novo entreposto de lavradores do Campinho, bairro da zona norte carioca, para que pudessem colocar seus produtos à venda para os consumidores⁷³⁶. Ao lado de mais nove cooperativas de distintas regiões da cidade do Rio, pretendia-se mais uma vez eliminar os intermediários e baratear os custos com alimentação. Nesse momento, a estratégia da cooperativa parece reiterar os contornos da resistência passiva. Em 1948, o diretor-gerente da entidade solicitou a Secretaria de Agricultura o seguinte:

A cooperativa, em nome dos seus associados, solicita á Prefeitura que 23 “boxes” do Mercado do Campinho sejam entregues ás cooperativas de produção, para a venda de frutas, legumes, verduras e cereais diretamente pelos produtores, devendo os negociantes dos caminhões-feiras existentes, bem como das feiras-livres, ficarem obrigados a se abastecer ali.

⁷³³ DIÁRIO DA NOITE. 23 de agosto de 1946, edição n° 4179, p. 02.

⁷³⁴ O governo Dutra ocupou-se fortemente da intervenção na questão dos preços e no combate a carestia de alimentos, assim, em 03 de abril de 1946 criou a Comissão Nacional do Trigo e no dia 04 de abril a Comissão Central de Preços (criada em substituição a Coordenação de Mobilização Econômica). Ambas as delegações tinham por desafio barrar a alta de preços e fiscalizar a distribuição, excluindo a figura dos intermediários, além de avaliar os preços e a qualidade dos produtos vendidos ao consumidor. GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios (1945-1950)*. Rio de Janeiro: PMRJ, 2001. p.50-51.

⁷³⁵ O GLOBO. 30 de agosto de 1946, matutina, geral, p.02.

⁷³⁶ O GLOBO. 07 de maio de 1948, vespertina, geral, p.06.

Pedem ainda os produtores quatro caminhões para a venda ambulante de seus gêneros [...].

Por fim, pedem os colonos, através do órgão que os representa, que para o transporte da produção de toda a Baixada de Santa Cruz contribua a municipalidade com os caminhões necessários, ficando a cooperativa a responsabilidade da organização do serviço⁷³⁷.

Em resposta a esse ofício, o Secretário de Agricultura comprometeu-se com a execução das medidas solicitadas e sugeriu a introdução da produção dos colonos nas feiras-livres⁷³⁸. Entretanto, apesar da resposta positiva e da concessão, os problemas com os transportes ainda afligiam os colonos. Frente a esses embargos políticos, os membros da Cooperativa Agro-Pecuária de Santa Cruz apelaram ao Presidente da República, expondo a grave situação em que se encontrava o NCSC e suas carências⁷³⁹.

Em meados da década de 1950, o presidente Café Filho (1954-1955) delegava à Secretaria da Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal o comando da gestão das cooperativas instaladas na cidade do Rio de Janeiro⁷⁴⁰. Entre as obrigações desse novo comando encontrava-se a reedição do projeto do cinturão verde, acompanhado da criação de novas cooperativas de produção e consumo. Em 1960, a cooperativa atingiu o número máximo de 150 sócios⁷⁴¹.

Se os descabros e as oscilações construíram a formação da Cooperativa Agro-Pecuária dos colonos nacionais, foram retratos diferentes que configuraram a experiência da associação produtiva dos colonos nipônicos. Tal como citado no segundo capítulo, não foi somente para a mediação da imigração japonesa que a CAC organizou a vinda de famílias nipo-brasileiras para o NCSC: o assentamento de suas atividades no Rio de Janeiro compunha também uma visão empresarial de expansão da cooperativa.

Dessa maneira, ainda no ano de 1939, com o fortalecimento das relações da CAC com o Ministro da Agricultura Fernando Costa, foi executado um acordo técnico de cooperação com vistas ao fortalecimento da produção para o mercado da capital. Segundo Shikada, a CAC tinha, dentre seus projetos, a criação de um entreposto de venda na Capital Federal para aumento de seus postos de venda⁷⁴². O audacioso projeto justificava-se, conforme expôs Gustavo Taniguti: no ano de 1939, a CAC já era a maior cooperativa com membros de origem japonesa no Brasil, com 1.506 cooperados, notadamente chefes de família⁷⁴³.

Não sem críticas, o jornalista Manoel Fontes, contudo, reclamava ser extraordinariamente grave que a CAC tivesse em seu corpo de cooperativados uma “maioria de procedência japonesa”⁷⁴⁴. À época, como principal dinamizadora das colheitas no Estado de São Paulo e também no NCSC, a cooperativa era tida por nacionalistas conservadores como uma impossibilidade de crescimento dos colonos e demais agricultores brasileiros⁷⁴⁵.

Apesar das críticas, durante a II Guerra Mundial, sendo dirigida pelo brasileiro Manoel Carlos Ferraz de Almeida - que, publicamente, reiterou “as promessas de colaboração

⁷³⁷ DIÁRIO DA NOITE. 24 de março de 1948. Edição n° 04556, p. 03.

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ DIÁRIO DA NOITE. 27 de março de 1948. Edição n° 04558, p.03.

⁷⁴⁰ O GLOBO. 14 de outubro de 1954, matutina, geral, p.02.

⁷⁴¹ ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Rev. Bras. de Geografia*. jul./set, 1960. p.99.

⁷⁴² SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p. 209.

⁷⁴³ TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p.63.

⁷⁴⁴ CORREIO DA MANHÃ. 17 de setembro de 1944. Edição n° 15301, p. 05.

⁷⁴⁵ Idem.

que fizemos no sentido de contribuir, dentro dos nossos recursos, para a organização da produção fluminense”⁷⁴⁶ -, a CAC ingressava em um momento de fortalecimento das relações cultivadas com o Ministério da Agricultura. Curioso notar que, apesar do contexto de vigilância e racismo declarado contra os imigrantes, a simples troca do Diretor Presidente na maior cooperativa agrícola formada por imigrantes no Brasil foi suficiente para a manutenção de relações e acordos com o Governo Federal, o que mostra os limites da política frente à economia no Estado autoritário varguista.

Seja como for, ao final da II Guerra Mundial, a CAC contabilizava 3.294 sócios, pujança quantitativa que se materializava no NCSC com o aumento de caminhões e pessoas ligadas a este comércio⁷⁴⁷. Tal processo, diferente daquele vivido pelos colonos nacionais, foi avaliado de maneira positiva pelo colono japonês Sussumu Sudo, que rememorava:

Quando importamos um trator americano, teve a intervenção do próprio ministro, que nos isentou dos impostos. Muitos pagaram à vista o trator, e mesmo outros conseguiram comprar dividindo em dois pagamentos.

O tomate Santa Cruz estava muito valorizado. Quatro anos após entrarmos em Santa Cruz, pudemos comprar, com o empréstimo do banco, uma caminhonete ou caminhão de duas toneladas para transportar os produtos agrícolas da região⁷⁴⁸.

Apesar do período da colonização ter sido de trabalho constante e pouco destaque político, após o fim da colonização, já na década de 1970, Sussumo Sudo foi “presidente singular associado”⁷⁴⁹, tal como um membro especial do conselho da CAC. Nesse sentido, sua entrevista para Sinvaldo Souza apresenta uma visão bastante animadora com relação às contribuições da cooperativa para os colonos. Acrescenta-se, novamente, a disponibilidade de auxílio técnico e financeiro à disposição dos colonos nipônicos, situação que diminuía consideravelmente a morosidade enfrentada pelos colonos nacionais.

Excluídos os preconceitos e receios étnicos, o poder econômico realizado na forma de barganha e pressão da CAC era sem dúvida bastante alargado, sendo capaz, por exemplo, de retirar o tomate da lista de tabelamento de preços em 1945 sob a taxativa consideração de que “ou se ampara o lavrador ou ele desiste de trabalhar, pois não lhe é interessante fazer agricultura para ter prejuízos”⁷⁵⁰. Ao que apontam relatos de Moitiro Adachi, ex-gerente da CAC, sobre o transporte da produção agrícola dos japoneses, tal processo se organizou quando:

[Conversei] com Álvaro, que tinha uma transportadora, dividiu o transporte em duas etapas. Uma do local de produção até a estação ferroviária de Santa Cruz, a outra, da estação ferroviária do Rio ao mercado. Isto funcionou tão bem que a carga embarcada numa tarde, na manhã seguinte estava na estação do Rio [Central do Brasil]. Registramos que o chefe da estação ferroviária de Santa Cruz colaborou muito para que isso se realizasse⁷⁵¹.

A figura de Álvaro, personagem narrado como uma espécie de atravessador, infelizmente não legou fontes ao trabalho do historiador; contudo, sua presença no relato

⁷⁴⁶ CORREIO DA MANHÃ. 08 de março de 1944. Edição: 15136, p.02.

⁷⁴⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. *Boletim Carioca de Geografia*. Ano XV, 1962. p.63.

⁷⁴⁸ SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p.209

⁷⁴⁹ TANIGUTI, Gustavo Takeshy. *Cotia: imigração, política e cultura*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p.325-326.

⁷⁵⁰ JORNAL DO BRASIL. 18 de maio de 1945. Edição nº 00114, p. 08.

⁷⁵¹ SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. p.156.

aponta para a condição de atravessador de mercadorias. Possivelmente com o aval da CAC, foi possível à Adachi o estabelecimento de um acordo com esse atravessador, intitulado para os nipônicos como sistema de ajuda mútua. Nesse sistema, quando das boas safras, atravessador e colono lucravam; em condições adversas, o combinado fazia com que não houvesse cobranças mútuas, obrigando ambas as partes a fazer reservas para períodos de intempéries ou eventualidades⁷⁵².

Além disso, observa-se no trecho a colaboração e parceria estabelecida com o chefe da estação ferroviária, sendo a ferrovia um dos meios pelo qual os nipônicos poderiam escoar sua produção. Destaca-se que a aproximação com os responsáveis pela estação de trens da EFCB garantia a constituição de uma rede de contatos aos nipônicos, possivelmente garantindo a qualidade e atenção no envio dos gêneros agrícolas aos centros de venda nas áreas centrais do Rio de Janeiro.

Com a segurança de espaço no mercado municipal carioca e também em São Paulo garantido pela CAC, os colonos japoneses, sem dúvida, puderam realizar à revelia do Estado planos alternativos de colonização e uso agrícola da terra, fato observado também em pesquisas de campo realizadas pelo geógrafo Roberto Corrêa, que constatou que em 1962 a produção achava-se concentrada em Piranema, onde os japoneses, perfazendo apenas 7,5% do pessoal total, produziam cerca de 25% do valor total da produção⁷⁵³.

A estratégia mercadológica da CAC se configurava na cobertura da carência de alimentos nos mercados cariocas e paulistas com a produção dos colonos nipônicos de Santa Cruz. Corrêa exemplificou tal condição a partir da produção de quiabo e jiló, os quais, plantados no inverno, conseguiam altos preços na capital paulista enquanto tinham baixas no Rio de Janeiro⁷⁵⁴. Porém, o que fazia com que fosse rentável a longa viagem entre Santa Cruz e a capital paulista em seus 310 quilômetros de distância era o transporte oferecido pela CAC.

Tal fato aponta para mais um dos desvirtuamentos da política de colonização: a venda de produtos para outro Estado, chegando a capital paulista a receber 45% dos gêneros agrícolas produzidos em 1955⁷⁵⁵. De ordem institucional e não estatal, a participação da CAC na colonização de Santa Cruz, de forma direta junto aos colonos nipônicos, além de colaborar com uma melhor experiência de colonização para esse grupo, também construiu brechas nas orientações do Estado autoritário para o projeto de colonização dirigida, haja vista que na década de 1950 foi papel da CAC aproximar e reunir agricultores de outras cooperativas e associações da zona Oeste carioca no encaminhamento de suas demandas, não contando esse movimento com a cooperativa dos brasileiros⁷⁵⁶.

Isto posto, observou-se um processo de mediação executado pela cooperativa junto aos colonos nipônicos no direcionamento e auxílio técnico em sua leitura do projeto colonizacional. Em larga medida, independente das pressões governamentais, a CAC conseguiu, por meio dos colonos japoneses através de auxílio técnico sistemático e de formação aos colonos e suas famílias⁷⁵⁷, que a colonização se realizasse da maneira esperada nos projetos de colonização.

⁷⁵² Idem, p.137.

⁷⁵³ CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. *Boletim Carioca de Geografia*. Ano XV, 1962. p.56.

⁷⁵⁴ Idem, p.56.

⁷⁵⁵ Idem, p.63.

⁷⁵⁶ A MANHÃ. 01 de julho de 1951. Edição 03041, p.02.

⁷⁵⁷ Referimo-nos ao incentivo à formação dos filhos dos colonos que, em alguns casos, foi incentivada e patrocinada pela CAC, como no caso de Shoji Tiba. Filho de colonos, na década de 1960, Tiba realizou um estágio remunerado, ao longo de um ano e meio em uma fazenda produtora de pimentões no sul do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Entrevista de Shoji Tiba para Sinvaldo do Nascimento Souza. SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado). Niterói: PPG – UFF, 2005. p.157.

Por último, interpretamos que a presença de uma cooperativa “dos brasileiros” e outra dos nipônicos sugerem, mais uma vez, a pluralidade distanciadora entre os colonos e o pouco apreço dos administradores e empregados em incentivar um cooperativismo único e horizontal entre os colonos, promovendo a um só tempo a falência de um projeto cooperativista unificado e também o distanciamento dos colonos que, por questões sociais e culturais, formavam pequenos agrupamentos cooperativos, quando o faziam.

Ademais, avaliamos a pluralidade e a descontinuidade da ação da cooperativa agropecuária como mais um dos limites do projeto de colonização em sua tentativa de estruturar uma rede de venda contínua dos gêneros agrícolas ao consumidor, medida que se encerrou com a encampação dessa cooperativa pela Prefeitura do Distrito Federal; a partir de 1960, passou para a jurisdição do recém-criado Estado da Guanabara, desvinculando-se, assim, do NCSC e passando a abranger o bairro de Santa Cruz e a região Oeste da cidade.

Nesse sentido, analisamos a cooperativização no NCSC como uma ação bipartida em que se por um lado os avanços produtivos eram notórios, por outro a gestão era deficitária e descontínua. Excluindo-se o caso de sucesso de amparo e defesa da produção dos colonos nipônicos, o que restava era uma sucessão de atividades descontínuas tendo a cooperativa Agro-Pecuária como recebedora e pouco promotora de medidas e alternativas de atuação frente ao que nos pareceu serem dois grandes entraves a ação desta: os transportes e a figura dos intermediários. O que se observou no limite foi uma fatura de repartições e organizações sem que, contudo, nenhuma delas encerrasse ou amenizasse as incertezas e demandas da maioria dos colonos no que competia ao transporte e a comercialização.

Ainda sobre as organizações nipo-brasileiras, Célia Sakurai e Magda Coelho tributam o insucesso da cooperativa agrícola “à heterogeneidade da população da colônia, formada por japoneses e brasileiros”⁷⁵⁸. Todavia, não concordamos com o argumento étnico dessa abordagem. Acreditamos que é necessário pensar nas racionalidades econômicas envolvidas e na conjuntura de construção dessa cooperativa. O aspecto da sociabilidade japonesa e a formação das cooperativas foram recuperados por nós no capítulo dois dessa dissertação.

Não se trata de considerar que a diferença entre nacionais e nipo-brasileiros reside na importância maior de um ou de outro, ou em uma suposta racionalidade econômica “vitoriosa” dos nipônicos. Tal como exposto no segundo capítulo, entre as muitas diferenças dos colonos, estavam pautados também seus percursos particulares de acumulação e organização econômica. As evidências da organização da cooperativa dos nacionais, a despeito da intervenção federal e de seus altos e baixos, demonstram a noção mercantilista e sua racionalidade capitalista a ponto de adquirirem habilidades de acumulação via trabalho e venda dos produtos agrícolas.

Igual processo esteve presente na experiência dos colonos nipo-brasileiros, com a diferença de que para esses a cooperativa, além de ser uma organização e gestão próximas dos colonos, também colaborou com o processo de assistência e financiamento para seus associados a ponto de, em muitos casos, não serem necessários apelos ao governo federal no cumprimento de suas atividades enquanto dirigente da colonização.

Todavia, tal como apontado por Lindomar Boneti, a principal diferença dos dois grupos se encontrava na não habilidade dos nacionais para a estruturação da convivência social e cultural⁷⁵⁹, exercício de sociabilidade executado pelos nipo-brasileiros como no caso da criação de clubes e torneios esportivos interétnicos, como resultado de uma integração desses grupos e fomentadora de suas relações econômicas.

⁷⁵⁸ SAKURAI, Célia. & COELHO, Magda Prates. (org). Op. Cit., 2008. p.109.

⁷⁵⁹ BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p.149.

V.III ESCREVENDO SUAS QUEIXAS: OS MEMORIAIS COMO FORMA DE LUTA POLÍTICA

"vamos segunda-feira, reclamar o pão dos filhos e dos pais que os devem criar, Mas isso é o que sempre fizemos, e os resultados, Fizemos, fazemos e faremos, enquanto não poder ser diferente, Canseira que não acaba nunca, Um dia acabará, quando já estivermos todos mortos e ao de cima vierem os nossos ossos, se houver cães que os desenterrem, Vivos haverá bastantes quando chegar esse dia"⁷⁶⁰.

A chegada da década de 1940 trouxe importantes mudanças para o Brasil e para o NCSC. Em nível nacional, ao longo do Estado Novo (1937-1945) estabeleceu-se um plano de mobilização econômica em 1942 com o objetivo de coordenar o funcionamento da economia brasileira no contexto da II Guerra Mundial com a entrada do Brasil no conflito. Baseada na forte intervenção do Estado na economia, tal programa colaborou também com o fomento ao abastecimento do mercado interno, questão latente para o NCSC, que teve no período um aumento considerável em sua produção de gêneros agrícolas.

Tendo em vista o fomento do nacionalismo e da ideia do esforço de guerra como um aspecto a ser cumprido em seu cotidiano de trabalho, os colonos não hesitaram em apresentarem-se, novamente, ao presidente. Em 1943, um novo ato do Teatro e do Contrateatro camponês realizava-se agora na forma elogiosa com que os colonos se dirigiam ao Presidente e ao administrador do NCSC. A forma escolhida? O envio de um telegrama público em que se lia:

Santa Cruz, D.F. – Os colonos do núcleo colonial de Santa Cruz em reunião, ontem realizada, delegou-nos a honrosa incumbência de comunicar a v. exc. Que vencendo todas as dificuldades que a guerra nos trouxe conseguimos elevar a nossa produção agrícola a um volume ainda não alcançado nos anos anteriores. Todavia, é de justiça assinalar que para tão promissor resultado muito concorreu a administração local com todas as providencias a seu alcance visando progresso, inclusive a recente inauguração do Entrepasto do Serviço de Alimentação e Previdência Social fornecendo-nos gêneros bons por preços acessíveis e, também, levar o nosso produto diretamente ao consumidor. Acreditamos que elevando a nossa produção agrícola nada mais temos que cumprir com o nosso dever mais isso não impede de manifestar os nossos agradecimentos a v. exc. que pode, em ação salutar, criar uma política econômica e social que tais benefícios nos proporciona. Ainda em nome e por deliberação unanime dos colonos, ousamos convidar a v. exc. para visitar este núcleo afim de constatar a realidade que o saneamento e a colonização bem orientada tem proporcionado aos homens dos campos com imediato reflexo para economia nacional. Respeitosas saudações – A Comissão: Ubaldino Palhares, Manoel Cardoso, Altamiro Bastos, Evaristo Cunha, Eduardo Almeida, Manoel Cascão, Francisco Lima, Manoel Julião Santos, José Pedro Alves e Francisco Feitosa⁷⁶¹.

Aqui temos uma forma expressiva do Contrateatro dos colonos. Consideramos os memoriais como recursos para dar visibilidade às necessidades dos colonos e um meio pelo qual buscavam sensibilizar e publicizar para o restante da sociedade, em especial os políticos, sobre a justiça de seus pleitos. Dessa maneira, de cunho elogioso e agradecido, o comunicado

⁷⁶⁰ SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 308.

⁷⁶¹ O telegrama foi publicado nos periódicos: A MANHÃ. 24 de junho de 1943. Edição n° 00575, p.07; GAZETA DE NOTÍCIAS. 24 de junho de 1943. Edição n° 00145, p.02; O RADICAL. 25 de junho de 1943. Edição n° 03832, p.05.

acima concede espaço aos colonos no esforço de guerra e dá lugar à administração do núcleo que “com todas as providências a seu alcance visando progresso, inclusive a recente inauguração do Entrepasto do Serviço de Alimentação e Previdência Social fornecendo-nos gêneros bons por preços acessíveis e, também, levar o nosso produto diretamente ao consumidor”. Tal congratulação dirigia-se à gestão de Juan Angel Solis, que comandou o núcleo colonial ao longo de boa parte da Segunda Guerra Mundial.

Interessante notarmos que o nome que encabeça a comissão de colonos é o de Ubaldino Palhares, colono que, nas administrações anteriores do NCSC, sofreu perseguições políticas e travou grandes debates nas páginas dos periódicos em favor da colonização e do saneamento. Nesse momento, sua postura era elogiosa não só ao administrador como ao presidente, a quem muitas vezes dirigiu seus pedidos, marcando uma alteração de práticas, como já citado anteriormente.

Ao lado disso, há o convite ao presidente para executar uma visita à região do NCSC para a constatação dos avanços do saneamento e colonização. Tal convite é de grande importância para o Contrateatro dos colonos. Convidar o representante máximo do Teatro do Poder a executar seu ato, postura que demonstrava deferência e consideração, poderia também representar uma forma de estreitamento de relações com o Estado e configurar-se como uma forma de Contrapoder, ainda mais se considerarmos os satisfatórios índices de produção dos colonos ao longo da Segunda Guerra.

Importa notarmos também que o mesmo telegrama foi publicado em três distintos periódicos, fato que interpretamos como uma tentativa de potencialização do agradecimento dos colonos, situação que, no limite, pode representar uma tentativa de consolidação de um suposto consenso entre colonos, administração e governo federal. Todavia, não teria vida longa tal período de consenso e tranquilidade.

Com o término da II Guerra Mundial e a redemocratização do Brasil e com a chegada do governo Dutra, toda a opinião pública voltou-se a um discurso pró-democracia em descrédito ao Estado Novo varguista. Apesar das permanências, novos projetos foram propostos para o campo e isso se refletiu também no NCSC. Em 1946, um fato alterava as condições de luta e também o Teatro do Poder. Esse fato era o fim da ditadura do Estado Novo, a qual, marcada pela vigilância e censura, pode ter inibido maiores ações coletivas de nossos colonos. Além disso, a política de colonização recebeu destaque imediato na agenda do novo governo, fato que colaborou com a aprovação do plano de colonização para a Baixada Fluminense, conforme citado no segundo capítulo. Entretanto, muitas mudanças ainda careciam de intervenção do Estado.

Assim, uma nova delegação de colonos do NCSC, da seção Piranema (porção em Itaguaí, do NCSC), dirigiu-se à redação do Correio da Manhã para a exposição de suas queixas contra a administração do NCSC⁷⁶². No referido memorial, assinado por mais de cem colonos, estes solicitavam ao Ministro da Agricultura providências com relação às dificuldades enfrentadas ao longo da gestão do engenheiro agrônomo Juan Angel Solis. Vejamos os reclames:

Os abaixo assinados, colonos do núcleo colonial de Santa Cruz, seção de Piranema, pedem encarecidamente a v. ex. que examine a situação precária que atravessa a sua administração. A nova administração não está positivamente levando em consideração as queixas diárias dos colonos sobre a invasão dos lotes pelo gado. Além disso, o núcleo se ressentia da falta de maquinário para trabalhar a terra. Assim é que a cinco tratores em serviço só podem ser cedidos por ordem cronológica, o que redundava em prejuízos para os demais que já estão com mais terras preparadas para

⁷⁶² CORREIO DA MANHÃ. *Contra a direção do núcleo colonial de Santa Cruz – apelo dos colonos ao ministro da agricultura*. 11 de agosto de 1946. Edição nº 15881, p.02.

recebê-los. Também foi suspensa a construção de cercas que marginam as estradas de coloniais, ficando as lavouras sujeitas á devastação por animais. Assim, pois, esperam os abaixo assinados nomeação de administrador capaz de lhes sentir as dificuldades e que as atenda de forma cordial e não como agora vem fazendo o atual administrador, sempre criando caso⁷⁶³.

Interessante notarmos que, diferente do memorial de 1943, nesse momento não se pronunciaram os nomes dos colonos assinantes do memorial. Logicamente, a mudança de teor das missivas, passando do agradecimento à crítica pelas carências no NCSC, fazia com que os colonos temessem retaliações e sanções com essa exposição, ainda que legítima.

Iniciemos a análise desse memorial pela ordem inversa das exposições a fim de captarmos temas já discutidos em outros momentos da dissertação. A última reivindicação acerca da melhora do tratamento do administrador para com os colonos - em que os colonos cobram uma atuação mais comprometida do administrador, que não usava de cordialidade em suas práticas com eles, “sempre criando caso” - é um interessante caso de como o paternalismo configurava-se no NCSC como um campo de disputas políticas e simbólicas.

Uma vez que interpretamos tal fenômeno como uma relação de disputa e conflito, a não atuação e o descaso de Juan Solis configuram um caso de abandono não só do paternalismo estatal, mas também do palco no qual encenava essa estratégia, situação que se configurava como uma atuação política de poder do Governo Federal, que nos fez interpretar que há na escrita dos colonos um convite e uma sugestão de remoção do administrador.

Se recorrermos à análise de Thompson acerca do paternalismo, teremos a ideia de que “o beneficiado com as ofertas não precisa sentir-se em obrigação com o doador nem reconhecer seu prestígio [...] e o grau de subordinação assegurado pela caridade pode depender de um cálculo”⁷⁶⁴. Acreditamos que a dominação do administrador Solis estava em crise, visto que a vigilância e a mobilização produtiva da guerra estavam encerradas, momento esse propício à atuação de Contrapoder dos colonos. Nesse momento, o cálculo desses colonos subtraía a figura de Juan Angel Solis e dialogava diretamente com o governo e com a opinião pública na tentativa de trazer ao NCSC um novo administrador nos termos solicitados pelos colonos.

Outro tema de queixa foi a falta de cercamento dos lotes contra a invasão do gado. Essa demanda estava diretamente ligada à manutenção de pastagens, tanto na porção Santa Cruz – emancipada em 1949 – quanto na de Itaguaí, dedicadas à invernada de gado para abate no matadouro municipal de Santa Cruz. Uma possível interpretação a falta de cercas está na ação sistemática de fazendeiros e posseiros em organizar a soltura do gado próxima a lotes cultivados, na tentativa de que isso inviabilizasse a manutenção produtiva dos colonos na região e, com isso, as terras pudessem ser encampadas por não-colonos. Tal hipótese carece de fontes e merece investigações posteriores⁷⁶⁵.

⁷⁶³ Idem.

⁷⁶⁴ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.245.

⁷⁶⁵ Além disso, apesar da concessão ter sido feita somente em 1952, sendo a distribuição de gado e novilhos para o fomento de granjas leiteiras no NCSC ocorreu no ano de 1952. A MANHÃ. 17 de maio de 1952. Edição n° 03306, p.01-08. Parte dos colonos mantinha suas cabeças de gado à revelia do plano de colonização que dispunha somente sobre a atividade agrícola, sendo a suspensão dessa atividade, antes de parte dos colonos mantinha suas cabeças de gado à revelia do plano de colonização que dispunha somente sobre a atividade agrícola, sendo a suspensão dessa atividade, antes de responsabilidade da administração do núcleo, um fator de risco ao desenvolvimento das produções dos colonos.

Em 1948, eram leiloados tratores “em bom estado de conservação e funcionando”⁷⁶⁶, 152 peças de ferro e madeiras, todos com autorização judicial e para retirada indicava-se o NCSC⁷⁶⁷. Ora, como seria possível a efetuação de leilões de material público frente à necessidade dos colonos? Trata-se de mais um dos descasos com as demandas dos colonos e com o projeto de colonização.

Não tardou para que houvesse críticas a essa medida. Anos mais tarde em entrevista à *Imprensa Rural*, o colono Francisco Adriano contou sua *via crucis* para a conquista do que, por lei, era um direito a todos os colonos⁷⁶⁸. Em 1954, o colono precisara arar alguns hectares de terra. À época, o preço do empréstimo do trator para arar 2 hectares era de Cr\$ 421,80⁷⁶⁹; assim, solicitou dinheiro emprestado ao banco⁷⁷⁰ e realizou o pedido e pagamento das diárias da máquina junto ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Seis meses mais tarde, teve de sanar a dívida junto ao banco; contudo, não teve as terras aradas. O motivo? O instituto levava, às vezes, um ano para enviar as máquinas solicitadas; como resultado, o lavrador perdera o crédito. Enquanto isso, às margens da vala do Boi⁷⁷¹, uma dessas máquinas, segundo o colono “a (sic) mais de dois meses, ao sol e a chuva, enferrujando”, encontrava-se abandonada pela administração enquanto os lavradores aguardavam o envio delas para dar início ao plantio⁷⁷².

Retornando aos memoriais, um novo foi enviado à Câmara dos Deputados em 1948. Capitaneado pelo colono José Lacerda⁷⁷³ e mais 40 colonos, esse memorial teve a divulgação coberta pelo *Diário Carioca*⁷⁷⁴ e pelo *A Manhã*⁷⁷⁵. Em suas cinco reivindicações, solicitavam a compra de maquinário – incluindo caminhões para transporte de pessoas e da produção -, solicitações por instalações de água encanada e gratificações para os profissionais de saúde ocupados das atividades junto aos colonos⁷⁷⁶. Abaixo um detalhe da visita dos colonos à redação do jornal *A Manhã*.

⁷⁶⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS. 04 de abril de 1948. Edição n° 00077, p.16.

⁷⁶⁷ Idem.

⁷⁶⁸ IMPRENSA POPULAR. *A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema*. 31 de março de 1955. Edição n° 1465, p.01.

⁷⁶⁹ GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Mirian Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional de Geografia, CNG/ IBGE, 1956, p.155.

⁷⁷⁰ O caso de Adriano é interessante, pois conseguiu o crédito mesmo sem o título de propriedade o que não era comum para a maioria dos colonos, visto ser necessário ter bens imóveis para a realização dessa transação.

⁷⁷¹ Um dos canais construídos para o escoamento das águas quando das enchentes do Rio Guandu.

⁷⁷² IMPRENSA POPULAR. *A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema*. 31 de março de 1955. Edição n° 1465, p.01.

⁷⁷³ José Lacerda Filho, mas conhecido como Servo de Deus, tratava-se de um colono reconhecido por suas aspirações messiânicas no NCSC. Nascido em São Paulo em 1907, chegou ao Rio de Janeiro em 1924 onde se ocupou de um cargo na Administração do Porto. Com o início da Guerra, passou a narrar visões sobre conversas com deuses de todas as religiões. No NCSC dizia não seguir instruções dos agrônomos do Ministério da Agricultura porque preferia esperar inspiração divina para suas plantações. Um ano após o envio do memorial, José Filho abandonou seu lote em Piranema e mudou-se para o bairro de Benfica, zona norte do Rio de Janeiro. *Diário Carioca*, 06 de agosto de 1949, Edição: 06476, p.03.

⁷⁷⁴ DIÁRIO CARIOCA. 26 de fevereiro de 1948. Edição 06032, p.01.

⁷⁷⁵ A MANHÃ. 28 de fevereiro de 1948. Edição 2.010, p.01.

⁷⁷⁶ DIÁRIO CARIOCA. 26 de fevereiro de 1948. Edição: 06032, p.01.

Figura 12: Os colonos de Piranema quando falavam ao A Manhã.



Fonte: A MANHÃ. 28 de fevereiro de 1948. Edição 02010, p.01.

A fotografia acima apresenta José Lacerda Filho na parte inferior à direita da imagem com as demandas por escrito em suas mãos enquanto apresentava ao jornalista, ambos rodeados pelos colonos de Piranema. Reiteramos a presença negra na composição racial dos colonos, e seus poucos olhares distinguíveis na imagem representam trabalhadores rurais desolados com sua situação e com suas existências atravessadas pelas dúvidas acerca da continuidade da colonização. Seja como for, como alento ou não, no mês seguinte os colonos conseguiram uma audiência com o ministro da Agricultura⁷⁷⁷. Essa conquista apontava para questões anteriormente sublimadas nos memoriais anteriores, com uma forte atenção aos problemas de assistência aos colonos.

Em meio à calamidade na assistência de maquinários diversos e às respostas lacônicas e pouco comprometidas dos administradores, em 1955, na tentativa de defesa de seus direitos, os colonos passaram a compor o Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT),⁷⁷⁸ para o qual enviaram um memorial quando da elaboração do programa do movimento. Os termos do documento eram os seguintes:

Nós, colonos do Núcleo Colonial de Santa Cruz, Estado do Rio, Seção Piranema, pedimos que nos sejam dadas, a título definitivo, as áreas de terra que temos em nosso poder e que variam de dez a doze hectares. Temos em nosso poder um termo de posse dado pelo Departamento de Terras e Colonização, que nos foi entregue nos termos do decreto-lei 6.117, de 16 de dezembro de 1943, cujos termos relativos a direitos e obrigações rezam estarmos cientes e entre os quais a obrigação de pagarmos 10 centavos por metro quadrado de terra. Muitos colonos já se quitaram com essa obrigação, mas estão encontrando dificuldades em adquirir o título definitivo. Nós os colonos queremos que essa reivindicação seja incluída no programa-mínimo do Movimento Nacional Popular Trabalhista, programa que seja apresentado aos candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República⁷⁷⁹.

⁷⁷⁷ JORNAL DO BRASIL. 18 de março de 1948. Edição: 000064, p.07; CORREIO DA MANHÃ. 18 de março de 1948. Edição:16371, p.03.

⁷⁷⁸ Criado em 1955, foi uma coalização de forças políticas entre PTB e PSD que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por Juscelino Kubitschek e João Goulart. O movimento contou ainda com a participação de sindicalistas urbanos e camponeses, além da atuação do PCB.

⁷⁷⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política no Rio de Janeiro (APERJ). Notação: 151-E. Memorial dos Colonos de Santa Cruz/ Estado do Rio de Janeiro à Comissão Executiva do MNPT. Enviado em 06 de julho de 1955.

Há na escrita desse que foi o terceiro memorial uma nova disposição dos colonos que, agora ligados a um movimento partidário, fazem solicitações de inclusão de pautas no programa de governo de um presidencialismo. Conforme análise de Clifford Welch, o uso político do termo “nós, colonos” trata de uma construção que se reafirma por projetos de existência e coexistência social em que o modo de vida é valorizado em contraposição ao processamento de espólio até aquele momento impetrado pela administração, pela desqualificação da qual política de colonização era alvo na forma de cortes e do abandono⁷⁸⁰. Parece-nos inegável a politização da constituição dos colonos e a intensificação desse coletivo como uma forma de reforçar suas lutas no âmbito do NCSC. Logicamente não tributamos esse acontecimento a uma disposição inata, ao contrário, acreditamos que ele foi resultado de um fazer-se da organização desses homens e mulheres e, muito provavelmente, estimulado por agentes políticos organizados⁷⁸¹.

Nesse momento, podemos perceber também a organização de um novo pacto de poder entre colonos e os candidatos à presidência e vice-presidência do pleito de 1955. Interpretamos essa nova ação política dos colonos como parte de um processo maior de fortalecimento dos camponeses na luta pela terra por todo o país que, em certa medida, os obrigou em muitos casos a uma participação direta e ativa nos espaços políticos formais.

Se por um lado a luta intensificava-se, as perdas também, situação que pode-se observar quando em julho de 1955, o jornal *Última Hora* denunciou a medida do Ministro da Agricultura de transformar as oficinas de manutenção de tratores do NCSC em salão de baile⁷⁸². Sobre o tema, o administrador Souto Filho se posicionara informando ao periódico que “nenhum trator ou qualquer máquina era encaminhada para Santa Cruz”⁷⁸³ e arrematara dizendo que, mesmo com o ligeiro incremento do repasse para 4.500.000 cruzeiros, proposto pelo Ministério da Fazenda, a contabilidade do núcleo atingia no período oito milhões e quinhentos mil cruzeiros, o que em suas palavras não atenderia a todas as demandas daquela repartição⁷⁸⁴. A situação dos tratores e do maquinário pertencentes ao NCSC podem ser observadas nessas fotografias:

⁷⁸⁰ WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.13.

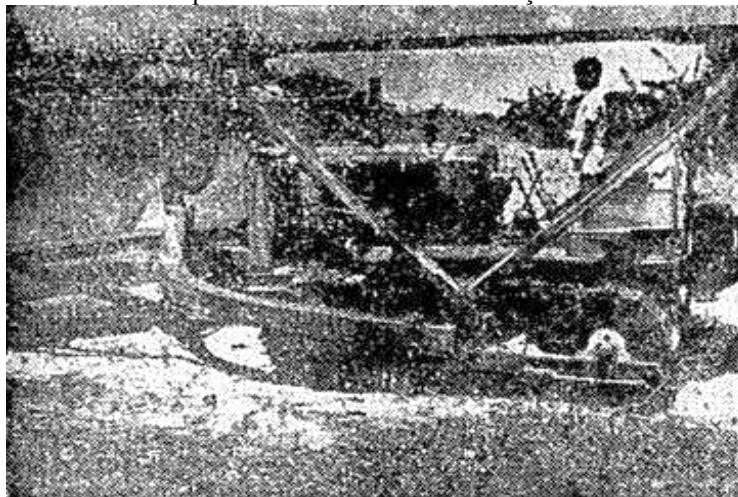
⁷⁸¹ Sugerimos aqui a hipótese, ainda a ser comprovada em trabalhos posteriores, acerca da atuação de setores de esquerda do PCB e setores progressistas de outros partidos políticos na região do NCSC com o início da década de 1950. Acreditamos que o reforço dessa hipótese pode-se encontrar na atuação parlamentar de Guilherme da Silveira e outros membros do PCB.

⁷⁸² *Última Hora*, “Em salão de baile”, 25 de julho de 1955, edição nº 1255, p.01.

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ *Correio da Manhã*, “Caricatura do binômio Presidencial”, 23 de abril de 1957, edição nº 19654, p. 12.

Figura 13: Eis a máquina de terraplenagem pertencente ao Instituto e que se encontra abandonada no matagal. Enquanto camponeses dela estão necessitando, o trator de lâmina fica enferrujado ao tempo, e só serve para os divertimentos das crianças.



Fonte: IMPRENSA POPULAR. 31 de março de 1955. Edição n° 1465, p.01.

Figura 14: Transportes JK.



Fonte: CORREIO DA MANHÃ. 23 de abril de 1957. Edição n° 19654, p.09

Na continuação, meses depois, em 18 de setembro de 1955, no lote 717, instalou-se o comitê “Interpartidário JJ de Piranema” do MNPT. Sua diretoria seria constituída pelos colonos José Tomás, José Nunes da Silva e Otávio Ferreira - respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro. Na presidência de honra, estavam Maurício Antônio da Silva e o ex-prefeito de Itaguaí, Vicente Cicarino. A representação do movimento no Piranema tinha como pauta a defesa da posse dos lotes e a reconstrução das pontes⁷⁸⁵.

⁷⁸⁵Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política no Rio de Janeiro (APERJ). Notação: 150-E.Camponeses de Piranema no MNPT. Enviado em 18 de setembro de 1955.

Assim, algumas considerações podem ser feitas a partir destas fontes. Primeiro, em mais um documento coletivo há aparição do termo “nós” como termo unificador dos colonos de Santa Cruz, o que mais uma vez nos faz acreditar em uma possível, ainda que pequena e plástica, organização de classe. Segundo, nota-se o grau de organização política em nível eleitoral dos colonos em seu atrelamento à campanha de JK/Jango através do MNPT e com a fundação de um comitê de campanha. De certo, temos consciência da possibilidade de arranjos políticos, especialmente com a presença de ex-prefeitos na organização; contudo, advogamos que esse espaço era essencialmente organizado a partir das demandas dos colonos.

Não sabemos se o memorial foi entregue aos candidatos, o que sabemos é que as demandas dos colonos não foram questões que permearam as pautas dos candidatos eleitos. O que sabemos, no entanto, é que a chapa trouxe um projeto nacional desenvolvimentista que, dentre outras características, aprofundava a industrialização capitalista mesclada a um argumento nacionalista na condução desse plano de governo.

Todavia, apesar das discussões acerca da defesa da industrialização e da crítica ao latifúndio pelos setores progressistas brasileiros no período, concordamos com Vânia Lousada Moreira no que diz respeito ao caráter liberal, burguês e capitalista do nacional-desenvolvimentismo que, voltado para as classes abastadas e urbanas, ofertava pouco aos homens e mulheres do campo⁷⁸⁶. A despeito desse debate, a posição oficial de JK foi o apoio e o financiamento a uma progressiva industrialização do setor agrícola que, em vasto crescimento desde o início da década de 1930, encontrou espaço e voz no governo JK. Conforme exposto por Vânia Lousada, Juscelino não só tratou as oligarquias rurais como atores sociais importantes em seu governo, como também incluiu e contemplou suas demandas em sua gestão, demandas essas baseadas na garantia da grande propriedade, maior integração da agropecuária com a indústria, modernização da agricultura e dos privilégios históricos dos latifundiários brasileiros⁷⁸⁷.

Sendo assim, a discussão sobre a colonização - vale destacar que a construção da nova Capital Federal no Planalto Central e as estradas que a conectaram com outras cidades abriram novas frentes de expansão agrícola - foi deixada em segundo plano em nome da manutenção das relações com os latifundiários e das suas possibilidades de expansão. Por outro lado, até mesmo junto aos grupos de esquerda, a prioridade do debate estava na reforma agrária e na reorganização sócio-política e econômica de regiões de latifúndio consolidado⁷⁸⁸.

Novamente concordamos com Lousada acerca da dificuldade teórica de distinção da colonização e da reforma agrária ao longo do governo JK, sendo o projeto colonizacional um tema pouco abordado e debatido nas esferas do governo sem a presença de propostas específicas para esse tema. Destacamos que, para os ruralistas, a colonização - discussão mais amena do que a questão polêmica da reforma agrária - era tratada como uma “batata quente” pelos parlamentares que, quando colocado o debate, propunham como alternativa o retalhamento e a divisão dos lotes desde que em estados que não fossem os seus⁷⁸⁹. Logicamente os estados aventados para receber tal política negavam-se por verem potencialidades econômicas às zonas de expansão agrícolas de seus territórios.

⁷⁸⁶MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.. p.183.

⁷⁸⁷ Por exemplo, a bancada ruralista ao longo do governo JK vetou propostas como a garantia de voto aos analfabetos, à criação de um imposto progressivo sobre as grandes propriedades e o Estatuto do Trabalhador Rural.

⁷⁸⁸ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.165.

⁷⁸⁹ Idem, p.184.

Nesse sentido, com o progressivo distanciamento da plataforma de governo das políticas de colonização e o alargamento da influência da bancada ruralista no Congresso Nacional, como ficariam os colonos de Santa Cruz? Com o início do governo JK, o corte nos gastos executado pelo então Ministro da Fazenda José Maria Alckmim⁷⁹⁰ colocaram pesadas sanções sobre a colonização no NCSC; além disso, uma série de pequenos litígios entre o INIC e os colonos gerou um novo memorial enviado ao presidente Juscelino Kubitschek e a outros agentes do Estado em 1956⁷⁹¹. Entre as questões aventadas estava a cessão das terras aos pequenos produtores e criadores já estabelecidos no núcleo; ao Prefeito do Distrito Federal, solicitava-se a continuação das obras de saneamento e a conservação das estradas nas proximidades do núcleo há tempos paradas com prejuízos para a lavoura e a pecuária da região.

Os colonos apelavam ao “elevado espírito de justiça do presidente”⁷⁹² e declaravam estar à margem do “substancial plano de desenvolvimento econômico ora em curso sob a égide do Governo Federal”⁷⁹³. Pela primeira vez advogavam incentivos à pecuária na região, alegando estarem “desejosos de ampliar suas atividades na indústria do leite, para o que necessitavam de maiores áreas, tendo em vista o pequeno espaço de que dispõem em nossos lotes”⁷⁹⁴. Por último, voltavam a frisar a necessidade de solicitar junto ao INIC a emissão dos títulos definitivos de propriedade para aqueles que haviam completado o pagamento das parcelas.

Sem solução às primeiras reclamações, foi decidido o envio de memoriais à Câmara dos Deputados e aos demais órgãos competentes do governo⁷⁹⁵. A intenção dos lavradores era divulgar a calamitosa situação que enfrentavam e reclamar ajuda técnica e financeira. Entre as pautas, a construção de duas pontes: uma fazendo a ligação entre a colônia e o bairro de Santa Cruz e uma interna no núcleo. Tendo em conta a possibilidade de um golpe ainda nos primeiros meses após a vitória de JK, os colonos enviaram um novo memorial ao general Henrique Teixeira Lott e ao exército, em que, solidarizados com o movimento democrático e pedindo providências e a punição dos culpados, mostravam-se convencidos “de que lutando em defesa das liberdades, estamos garantindo um clima mais propício para conquistar nossas mais sentidas reivindicações, como seja a reforma agrária em primeiro plano”⁷⁹⁶. Mais uma vez sem respostas, no dia 29 de janeiro de 1956, data da posse de Juscelino como novo presidente, compareceram os colonos de Santa Cruz à Câmara dos Deputados com uma faixa com os dizeres: “Queremos títulos de posse definitiva. Mecanização e irrigação para combater alto custo da vida”⁷⁹⁷.

Esse momento foi representativo, pois configurou-se como mais uma das aparições do Contrateatro do Poder sendo executado fora do espaço do NCSC e também das redações dos jornais cariocas, opção pouco escolhida pelos colonos nas décadas anteriores⁷⁹⁸. Uma delegação de colonos na posse de um presidente de República, sem dúvidas, apontava para uma espécie de cobrança de favores, tal como se os colonos solicitassem a contrapartida pelos votos depositados à chapa do PSD-PTB. No limite, a presença na posse e a faixa eram atos

⁷⁹⁰ Político do PSP mineiro assumiu o ministério de 01 de fevereiro de 1956 até seu pedido de demissão em 21 de junho de 1958.

⁷⁹¹ Entre eles o Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Bando da Prefeitura do Distrito Federal, Faustino Figueira Alvim e para o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Negrão de Lima.

⁷⁹² *Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país*. Sexta-feira, 27 de julho de 1956, p.2 (NOPH).

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ Idem.

⁷⁹⁵ IMPRENSA POPULAR. *Memorial dos colonos de Santa Cruz*. 23 de novembro de 1955, edição n° 1666.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ Idem.

⁷⁹⁸ Tal prática já havia sido utilizada nas reclamações e pedidos de auxílio quando das enchentes de 1947, ano em que uma delegação de colonos de Piranema estiveram no Palácio do Ingá e na Assembleia Constituinte Fluminense, a ação foi descrita em periódicos. DIÁRIO CARIOCA. 18 de abril de 1947. Edição 05768, p.01.

que carregavam o simbolismo de novas características de uma cultura política dos colonos, que alcançava novas formas de ação prática.

Anos mais tarde, em 1958, a tática do memorial se repetia, agora enviado ao Diretor do INIC, Walter Cechela. Em matéria da *Imprensa Rural*, o jornalista Benedito Freitas fazia uma breve exposição do memorial em que os colonos demandam a expedição das escrituras dos sítios quitados junto à União⁷⁹⁹. Queixavam-se de que, tendo pagado todas as parcelas, o instituto lavrara apenas uma escritura provisória com reserva de domínio. Essa medida do INIC era uma burla às normas que regulavam os núcleos coloniais, que mandavam fornecer os títulos definitivos quando saldadas as parcelas⁸⁰⁰.

Uma vez que encaramos os memoriais como uma tática de atuação coletiva dos colonos, algumas considerações são necessárias. Há nos memoriais um gênero discursivo próprio: são escritos no imperativo e listam uma agenda de pendências não cumpridas pelo Estado, como se coubesse aos colonos a lembrança das tarefas não realizadas pelos órgãos públicos. A menção ao coletivo demonstrava a força organizativa dos grupos subalternos que, dentro da legalidade, expunham suas demandas e convidavam o Estado a uma resposta.

Entretanto, apesar do caráter de organização política coletiva realizada na forma das visitas a redações dos periódicos *Diário Carioca* e de *O Globo*, do envio de memoriais coletivos aos representantes e até mesmo da organização do comitê do MNPT, podemos afirmar que tais opções de resistência representaram movimentos espasmódicos que não tinham por intenção a organização de uma unidade classista duradoura. Atribuímos a isso o receio de envolvimento com espaços institucionais que significassem o desenvolvimento de qualquer tipo de conflito declarado mais amplo com a ordem política estabelecida. Soma-se a isso a recusa da participação dos elementos estrangeiros, ainda que numericamente pequenos, na organização das demandas coletivas.

Todavia, o predomínio dessa visão de desagregação não representava uma vitória acachapante dos interesses dos agentes do Estado. Ao contrário, se abria um horizonte de atuações individuais na luta pela sobrevivência que precisa ser investigado a partir dos casos particulares, como também o avanço da organização coletiva, seguindo uma tendência dos movimentos sociais do campo na Baixada Fluminense naquele período.

Avaliamos os aparelhos políticos nos quais os colonos se organizaram, como as cooperativas e diretórios políticos, como veículos de expressão das demandas desses camponeses; todavia, havia limitações da atuação desses organismos. Concordamos com Edmundo Dias, que analisou a constituição desses aparelhos como instituições representantes de outras racionalidades. Dessa forma, os colonos aparecem como desorganizados politicamente porque se encontravam organizados segundo uma lógica capitalista⁸⁰¹. Para isso, partimos do princípio que o processo de constituição de classe entre os colonos somados à luta por direitos sociais transformaram os contornos da colonização. Estamos distantes, entretanto, de obter análises conclusivas sobre as relações existentes entre todos os elementos envolvidos nessa constituição, bem como de uma avaliação sobre os resultados nele alcançados.

Apesar disso, foi no sentido de fornecer elementos para a reflexão sobre essas questões que nos propusemos a estudar o processo de não formação de uma classe entre os colonos de Santa Cruz. Conforme buscamos demonstrar, este processo de não formação de classe foi atravessado por distintas noções de comunidade, que caracterizavam formações políticas e identitárias específicas e nem sempre coletivas. Essas identidades coletivas contribuíram para

⁷⁹⁹ IMPRENSA RURAL. *Os lavradores do núcleo querem suas escrituras*. 22 de novembro de 1958, edição n°75.

⁸⁰⁰ Interpretaremos mais detidamente a situação dos títulos de propriedade dos lotes no capítulo a seguir.

⁸⁰¹ Dias, Edmundo F. *A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação*. *Textos Didáticos*, n°29, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. p.56.

segmentá-las a partir da defesa de particularismos baseados em questões étnicas e questões de ordem pessoal nem sempre passíveis de averiguação ao historiador.

As décadas de 1930 e 1940, enquanto momentos históricos marcados pelo acirramento das diferenciações, colaboraram com a diferenciação imputada aos colonos estrangeiros e às diferenças culturais e de assistência; comunidades herméticas para a complexidade das identidades de classe emergentes, como temos provado ao longo da dissertação, colaboraram com um tímido processo de organização dos colonos de Santa Cruz.

A questão étnica assumia aqui uma especificidade na medida em que o núcleo abrigava, mas não integrava os distintos imigrantes, e o início da Segunda Guerra Mundial e a vigilância aos elementos estrangeiros do Eixo, decorrente do conflito, afetaram possíveis fortalecimentos de relações interétnicas em Santa Cruz, processo também análogo ao aprofundamento da construção do Estado-nação no Brasil que marcou o período expressando-se na forma de sociabilidades múltiplas e sem conexões interétnicas.

A embrionária organização coletiva dos colonos, que emergia em Santa Cruz no período, utilizou parte das possibilidades históricas ao seu alcance, lidando com as contradições e desafios abertos no contexto político do governo Vargas até a década de 1960. Nesse sentido, a cooperativa foi, sem dúvida, a experiência que mais dialogou com a questão do abastecimento da capital, um dos pontos fundantes para a experiência colonizacional do NCSC. Todavia, se por um lado ela poderia ter sido um espaço de organização e centralização das lutas dos colonos, o que percebemos ao longo do tópico foram traços de corrupção e, tal qual a administração e gestão do NCSC, constantemente atravessada pela influência do Estado em seu ímpeto de diminuição dos preços e aumento da produção e comercialização. Notadamente, nenhuma das práticas voltadas à produção e à comercialização tinham como ponto de partida os interesses e as demandas dos colonos.

Ademais, observamos certo nível de distanciamento na inserção da Cooperativa Agro-Pecuária de Santa Cruz no campo de possibilidades estatais oferecidas a esse segmento de cooperativização. Por exemplo, não foram encontradas quaisquer referências de pedido e auxílios da Caixa de Crédito Cooperativo⁸⁰², órgão responsável pelo financiamento e fomento do cooperativismo, que deveria financiar os colonos e suas cooperativas em sua carência por transporte para suas produções.

A expressão do Contrateatro coletivo dos colonos consolidou-se em movimentos coletivos na forma dos memoriais - símbolos concretos da organização coletiva, ainda que pontuais - dos colonos do NCSC. Tais escritos coletivos também se configuraram como um aprimoramento das relações entre colonos e o Estado, em especial com agentes políticos como foram alguns deputados da região.

A ação coletiva desses sujeitos, apesar de assentada em uma crescente solidariedade de classe, foi realizada a partir de uma identidade de interesses que eles experimentavam no cotidiano da colonização, e não se cristalizaram no tempo. Todavia, concluímos que os colonos aprenderam a se organizar; porém, sem nunca ultrapassar os limites da institucionalidade.

Há que se frisar a não participação dos colonos japoneses e de outras etnias na organização e nas assinaturas dos memoriais. Algumas características colaboram com isso: a primeira delas, a cultura do gamahê, que, como expresso no segundo capítulo, pautava a resistência japonesa em termos de uma resistência passiva e não em outras formas de ação; além disso, a colaboração da cooperativa agrícola de Cotia pode ter contribuído com a diminuição das demandas que afligiam a maior parte dos colonos reclamantes.

⁸⁰² Criada em 1943 a partir do decreto nº5.893, de 19 de outubro de 1943.

Por último, dialogando com as teses de James Scott, entendemos que, ainda que os administradores normalmente conseguissem impor seus desejos e projetos⁸⁰³, eles não controlavam totalmente a cena, havendo nesse momento “a deixa” para os colonos, configurando essas comunicações como uma das nuances do Contrateatro, em que eles realizavam ações legitimamente políticas, referenciando e delimitando suas alternativas de ação tendo como horizonte a garantia de seus salários, seus sítios e, por fim, de suas subsistências - e somente nesses termos podem ser assimiladas. Assim, frente ao conflito, foram construídas formas de resistência que, mesmo não ganhando batalhas premeditadas, teciam campanhas de confronto de longo prazo⁸⁰⁴.

Assim, esse capítulo colaborou com a demonstração de que a luta coletiva dos colonos, por assistência técnica ou pela titulação de suas propriedades, movida pelas comunicações através dos memoriais aos jornais e/ou direcionados ao presidente e ministros, trazia em seu cerne um questionamento das relações de dominação e poder. Nesse sentido, contribuía para o aprofundamento da luta em termos institucionais, executada pelos colonos que, apesar de “não revolucionária”, abria espaços nas estruturas do poder para se fazer expressar.

No NCSC existiram poucas formas de organização que compreenderam basicamente grupos de recreio e cooperativas de produção. Enquanto os grupos de recreio foram criados pelos colonos japoneses, conforme exposto no primeiro capítulo, outros surgiram por iniciativa governamental. Grosso modo, estas associações apresentavam uma característica formal e geralmente eram criadas por estímulo federal para atender as exigências do projeto corporativista do Estado autoritário, em especial a partir da chegada dos colonos japoneses em 1938 e 1939.

Embora estruturadas sob alianças diversas, as cooperativas no NCSC tinham por objetivo o desenvolvimento da produção agrícola e sua distribuição nos mercados consumidores. Essa frente de luta se configurava para os colonos no entorno de questões de interesse econômico-corporativos, como as negociações para venda dos cultivos da colônia.

O processo de colonização criou uma forte influência do modelo paternalista para com os colonos, expressa na relação com o presidente e mais especificamente com o administrador da colônia. Essa situação fundamentou a execução de uma hegemonia cultural do Estado, articulada por valores ligados à disciplina do trabalho, à produção e ao trabalho familiar. Avaliamos que tal configuração, ao passo que inibiu ações políticas coletivas dos colonos ao longo dos governos de Getúlio Vargas, a partir de 1954, cedeu espaço a uma intensificação das lutas coletivas dos colonos.

Em face disso, as formas de ação e de organização dos colonos revelaram limitações para canalizar a resistência dos colonos com vias de conseguir abrir brechas para uma cidadania no NCSC. Entretanto, apesar dos conflitos internos, da dificuldade de organizações formais e duradouras de luta, o período de 1932 até 1968 foi marcado por constantes lutas, com maior ou menor sucesso, que colaboraram com a conquista e efetivação das demandas dos colonos.

⁸⁰³ SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2004. p.27.

⁸⁰⁴ SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985. p. 38.

CONCLUSÃO: ENCERRANDO AS DISPUTAS ENTRE ARACNE E ATENA: PÓS-LUDIO DA COLONIZAÇÃO

A opção por investigar a história social da colonização e dos colonos se fez em função do apagamento da memória dessa experiência na Baixada Fluminense, principalmente a partir do rápido processo de expansão urbana da região a partir de 1970, e tem nos silêncios dos seus habitantes o desconhecimento e a negação dessa experiência agrícola e agrária na região. Apagamento de memória em larga medida vitorioso, ainda que o NCSC tenha sido a primeira experiência de colonização agrícola às margens da capital federal do Rio de Janeiro e, apesar dos desníveis políticos, foi expoente inicial de uma política que, na década de 1940 se tornou nacional e sistemática, sendo reproduzida no Centro-Oeste e na região Amazônica.

Isto posto, o objetivo dessa pesquisa foi voltar os métodos da História Social aos excluídos, escutando-os e deixando que falassem, por si mesmos ou através das fontes escritas. Nesse exercício, concordamos com a justificativa sócio-política de Dejalma Cremonese para quem essa tarefa trata-se do mínimo que podemos, enquanto pesquisadores comprometidos com questões do nosso tempo, para com uma forma de nos redirmos pelos erros e omissões das instituições do passado e, em certos casos, as do presente para com os vencidos⁸⁰⁵.

Passado o argumento do dever de memória, essa dissertação também comporta um nível social de recuperação desses sujeitos e de uma região que, amplamente abandonada pelo poder público, demanda reconhecimento e mudanças de ordem política e social. Nesse sentido, em tempos tão sombrios da atual política brasileira, esperamos (e lutamos) para que esse (e outros) estudos acadêmicos problematizem e exponham a sorte e as desventuras de Santa Cruz/Itaguaí e de suas gentes mais pobres, como alerta e incentivo a formas de ação mais diretas nessas localidades.

Imbuídos dessas preocupações, em nível historiográfico, nossa primeira conclusão é que a colonização dirigida pelo Estado, só pode interpretada por uma chave de leitura que privilegie seu processo. Ou seja, uma operação historiográfica que se preocupe com esse tema, deveria ser executada, antes de tudo, através de uma análise mais abrangente que reunisse *projeto* e *processo* que, com suas aproximações e incongruências, colabora com leituras mais ricas e problematizadoras sobre a colonização dirigida no Brasil.

Tendo em vista as especificidades dessa política, foi necessário executarmos um retorno ao seu passado na Primeira República, e por vezes, ao período Imperial, para uma análise mais profunda das questões políticas e sociais que ocupavam a região. Nesse sentido, às regiões de Santa Cruz/Itaguaí foram apresentadas como áreas rurais, não diferentes das pequenas cidades do interior brasileiro, contudo, com uma vida social e econômica em expansão às vésperas da colonização. Fato que colabora com a relativização de um discurso vigente nas primeiras décadas do século XX, acerca de um abandono e de um suposto estado de decrepitude da região, com o fim do Império e da escravidão. Logicamente tal argumento foi construído por uma elite local sedenta pelo fim dos aforamentos na região e a inserção daquelas áreas em um mercado de terras. A potência desse argumento, posteriormente foi mobilizada pelos engenheiros e geógrafos que creditaram às obras de saneamento, executadas pelo Estado no governo Vargas, a solução de parte dos problemas da região.

Analizadas as localidades, a que será que se destinava uma política de colonização nessas regiões? Resposta por nós encontrada em três fatores, respectivamente, o abastecimento de gêneros agrícolas, o saneamento e a propriedade da terra. Como visto essas

⁸⁰⁵ CREMONESE, Dejalma. Monges Barbudos: resistência e massacre de camponeses no sul do Brasil. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. v. II. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.113.

questões, cada qual ao seu tempo ou quando combinados, foram estruturantes para o projeto de colonização, pois, a partir desses “coelhos” pode-se estabelecer uma “cajadada” dada pelo Estado.

Historicamente a produção de alimentos para o Rio de Janeiro era deficitária e, com o aumento considerável de sua população urbana, a demanda por abastecimento, transporte e barateamento dos preços persistiam. Apesar de iniciativas na Primeira República que incidiam sobre a regulação de valores e tentativas de coibição as práticas de atravessadores, somente no governo Washington Luís, com a criação do NCSC, foi dado o primeiro passo, no sentido de fazer com que a Capital Federal alcançasse níveis de produção agrícola consideráveis em suas áreas imediatas.

Interpretamos que o NCSC, politicamente e em seu projeto, teve por missão alterar o paradigma desigual do abastecimento, localizando a colônia como interlocutora dos consumidores cariocas. Enfraquecendo, assim, a figura dos atravessadores que, em suas operações somente preocupadas com o lucro, estabeleciam uma balança comercial desigual e onerosa para produtores e consumidores.

Ao lado disso, o papel dessa produção no montante de vendas no Rio de Janeiro nos pareceu menor do que se esperava e também do que poderia, haja vista à falta de assistência técnica, a dificuldade de transporte e também de ordem ambiental, na forma dos problemas relacionados às enchentes. Ademais, as muitas frentes de produção abertas ao longo das décadas, quais sejam: agricultura, criação de aves e suínos em granjas e a produção leiteira, não foram consolidadas, crescendo em um *laissez-faire* sem respaldo técnico e ambiental, respeitando somente as flutuações dos mercados, fato que, mais uma vez, pode ter colaborado com a não efetivação do cinturão verde carioca.

Ao lado disso, no que compete ao saneamento, observamos uma forte coligação deste com a colonização, em um enlace entre dois projetos de desenvolvimento econômico regional. Nesse sentido, a expansão do saneamento da Baixada de Sepetiba gerava, por extensão, a possibilidade de fomento à agricultura dirigida; na direção oposta, entraves em sua execução geraram transtornos aos colonos e a seus sítios, vide as enchentes e problemas de ordem técnica, exploradas ao longo da dissertação. Contudo, sem dúvidas, foi na questão da saúde pública a maior conquista do saneamento na região, chegando a incríveis níveis de diminuição dos casos de malária no período entre 1947 e 1950, estatisticamente em Santa Cruz a queda foi de 9.580% e em Piranema de 15.157%⁸⁰⁶.

Ainda concebendo conexões entre os projetos, nos importa ressaltar que, apesar dos entraves, ambos foram alçados à categoria de políticas nacionais, de distintas formas, o formato da colonização foi reproduzido em diferentes áreas do país e a CSBF deu origem ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Fenômeno que sugere força, ao menos discursivamente, de tais iniciativas governamentais.

Todavia, ainda pairam dúvidas ligadas ao repasse de recursos e também acerca dos trabalhadores ocupados dessas empresas, variáveis que ainda carecem de pesquisa para o melhor entendimento desses fenômenos de alargada importância para o Estado do Rio de Janeiro. O estado atual da produção sobre o tema privilegia em especial a Baixada da Guanabara, estabelecendo relações entre saneamento, loteamento urbano e especulação imobiliária, como fenômenos específicos dessa área. Cabe ainda, e nesse eixo nosso trabalho encaixa-se, que essas conexões sejam executadas a partir da leitura das formas como o saneamento e, no limite o capitalismo em seu entorno, engendrou políticas de colonização e a ocupação agrária e agrícola do solo, não nos termos em que ocorreram na Baixada da

⁸⁰⁶ Relato do chefe do Serviço Nacional de Malária, Mário Pinotti. *Correio da Manhã*, “Prezado senhor diretor do Correio da Manhã”, 24 de março de 1950, edição nº17491, p. 03.

Guanabara, mas sim com as particularidades de Sepetiba, e de Santa Cruz e Itaguaí em específico.

Falando nas particularidades das regiões acima citadas, alcançamos o debate sobre a propriedade da terra. Terra essa que, em sua maioria no perímetro da FNESC, era regida por relações de propriedade turbulentas e indébitas entre o Governo e os múltiplos ocupantes dessa área, cada qual com lógicas e mentalidades próprias sobre a propriedade na Fazenda. Nesse sentido, por trás da instalação do NCSC, tentou-se estabelecer averiguações e novas resoluções federais sobre a ocupação na FNESC, tal como se essa nova forma de propriedade – a venda de lotes à vista ou a prazo para concessionários, selecionados por edital – fosse o estopim para uma transformação das relações proprietárias na região, muitas delas descendentes até mesmo do período colonial. Apesar dos avanços da PCRTT, a “porta aberta” pela colonização fez surgirem vendas e concessões irregulares, clientelismos e toda uma sorte de práticas de apropriação da terra. No limite, interpretamos que o NCSC, assim como a FNESC, sofreu das leituras legislativas tendenciosas sobre a propriedade e, ao passo que amparava as leituras impetradas pelos abastados, excluía aquelas feitas pelos mais pobres sobre a propriedade.

Acreditamos que todas as três questões ainda comportam zonas cinzentas em suas análises, em especial o abastecimento e o saneamento, visto que seus estudos ainda são rarefeitos. Sem dúvidas, maiores investigações sobre a ossatura dessas temáticas podem colaborar também com novas análises e novas conclusões sobre o papel do NCSC na cidade do Rio de Janeiro.

Na continuação, nesse estudo ficou evidenciado que a colonização dirigida pelo Estado exigiu dos sujeitos ali instalados certo nível de organização, pois a concessão de um lote marcava o início de uma série de lutas que o novo colono teria que travar com o Estado e seus agentes, para se estabelecer enquanto colono e futuro pequeno proprietário. Condição que representava uma continuação das incertezas da vida prévias à colonização, pois, como demonstramos tudo conspirava para a precariedade dos colonos no NCSC, a começar pelo privatismo dos administradores na implementação do projeto de colonização. Ao mesmo tempo, os colonos tendiam a reagir demarcando seu espaço em um complexo contrateatro, frente às investidas dos administradores e do Estado, que, mesmo sem ultrapassar os limites da institucionalidade, carregava o teor de uma luta pela ampliação de direitos e pela realização do projeto de colonização, e não somente uma luta individualista.

Apesar de não atravessarem as raias da institucionalidade, no contexto das lutas camponesas do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, os colonos foram construindo um sistema de práticas inscritas em um cotidiano de luta pela sobrevivência e garantia da continuidade dos projetos e promessas para a colonização. Essas formas de luta, aqui circunscritas no chamado contrateatro, basearam-se no envio de cartas, memoriais, visitas a redações de jornais e repartições públicas, geraram acúmulo e um legado de luta. Ainda que não fossem práticas inovadoras, revelam uma grande capacidade de atuação política e de ocupação de espaços que, para diversas frações do campesinato brasileiro, foram historicamente inacessíveis⁸⁰⁷. Considerando a necessidade de reconhecer e registrar micro vitórias, por mais invisíveis que sejam, esse arsenal de práticas, sem dúvida, foi o maior patrimônio simbólico construído pelos colonos do NCSC e, no limite, colaborou com a construção das feições de movimento camponês daqueles homens e mulheres.

Soma-se a essas experiências, a possibilidade de acúmulo a partir da organização de uma classe de empregados do núcleo. Estes, em posição intermediária entre os colonos e os administradores, buscaram através de reclames – utilizando-se também dos mediadores

⁸⁰⁷ WELCH, Clifford. et al. (Org.). Apresentação à coleção. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.16.

políticos – uma forma de exposição de suas lutas salariais e por melhores condições de trabalho. Nesse sentido, analisamos como potenciais da atuação dos empregados, não só suas formas de organização e luta que, posteriormente, executadas pelos colonos em seus pleitos por direitos, mas principalmente, sua resistência e denúncia, que puseram em cheque a suposta administração técnica e legalista a que, por ordens governamentais e legislativas, os administradores deveriam exercer junto a esses trabalhadores.

Nesse sentido, parece inegável que o NCSC se constituiu como lócus de processos organizativos múltiplos; em seu interior grupos de colonos, com destaque para os nipo-brasileiros, baseados no nacionalismo híbrido e em práticas decorrentes deste, desenvolveram relações produtivas e organizativas alimentadas por valores em comum. Enquanto os colonos nacionais, mesmo com menores casos de organização coletiva, souberam consubstanciar experiências do passado e da vivência adquirida no núcleo seus referenciais na construção de seu fazer político.

No que compete à organização dos colonos, assim como observou Maria Auxiliadora Botelho para uma comunidade de assentados no interior de São Paulo, os dados de nossa pesquisa também revelam que a organização, participação e representação se realizam em uma perspectiva de fortalecimento de grupos isolados - notadamente grupos com identificação étnica - e não de melhorias para os colonos como um todo⁸⁰⁸. Nesse sentido, dada à heterogeneidade e a diversidade dos colonos que compunham a base social do núcleo, construir objetivos comuns e estratégias de unificação das lutas se tornaria algo difícil, haja vista seus objetivos contraditórios – no âmbito pessoal ou coletivo – que terminaram por fragmentar as lutas e possibilidades de organização coletiva.

Com isso, rejeitamos afirmações que privilegiem o argumento da inexistência de organização e comercialização nos núcleos coloniais, pois, nos parecem construções apressadas e sem análise dos casos específicos. Sobre o tema, no NCSC o Estado lançou a prática de cooperação, logicamente com fins de estender sua rede clientelar na colônia e, por esse meio, garantir sua hegemonia e intervenção sobre esses camponeses. Entretanto, o que se observou foi um esvaziamento dos colonos no fomento a essa prática, mostrando-se resistentes em firmar compromissos dessa natureza, não estabelecendo assim a cooperativa como um palco de atuação sua no teatro do poder local.

Na consumação deste contrateatro e, por extensão, do teatro do poder estabelecido pelos poderosos, destacamos os mediadores políticos, que atuaram como veiculadores e fomentadores dessas encenações, cada qual com interesses específicos em observar nossos atores principais, os colonos e o Governo, em cena.

O primeiro e o maior deles, sem dúvida, foram os periódicos, aos quais poderíamos chamar de “contrarregras” dessas encenações. Apesar da pluralidade de linhas editoriais e perspectivas de abordagens, a alcunha cabe, visto que pertencia aos jornais à tarefa de marcar a entrada e a saída dos atores em cena, acompanhando com atenção a cada novo ato do espetáculo do NCSC. Distantes de uma comunicação neutra, felizmente, os periódicos muitas vezes trataram de marcar suas posições ora ao lado dos colonos, ora ao lado dos diferentes governos pelos quais o núcleo passou. Sendo desses periódicos também a tarefa de confrontar e expor, através de cartas e matérias, em especial no caso de Ubaldino Palhares, os discursos e estratégias de argumentação de cada grupo na tentativa de consolidação de seu projeto, individual ou coletivo, para o núcleo.

⁸⁰⁸BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a resistência e a subordinação*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas: São Paulo, 2006, p.124.

No segundo grupo, encontravam-se os parlamentares⁸⁰⁹ que, sob o pretexto de colaboração com as demandas dos colonos em suas lutas, também potencializavam/publicizavam suas legislaturas e/ou candidaturas. Segundo Leonardo Soares dos Santos, os políticos citados ao longo da dissertação, foram alguns dos que, por distintos motivos, contribuíram para acelerar votações de pautas ligadas ao zoneamento da área agrícola na cidade, angariaram recursos para os sertões cariocas entre outras medidas⁸¹⁰. Todavia, avaliamos que, nos casos observados, fosse por questões políticas ou ideológicas, suas atuações se realizaram de forma lenta e muitas das vezes com baixa efetividade na condução das demandas dos colonos.

Acrescentamos a isso que, em nossa análise essas relações se tornavam mais interessantes a esses homens quando respondiam também a suas demandas privadas. A título de exemplo os casos de Miécimo da Silva e Cesário de Melo, ambos eram proprietários de terras na região e faziam do jogo político local uma forma de perpetuar seu poder na localidade, assim como fizeram seus antepassados. Breno da Silveira nos parece distante dessa lógica visto que tem sua atuação em outras localidades e mantinha uma posição mais progressista do que os dois primeiros⁸¹¹.

Sob uma perspectiva da política nacional, inegavelmente, a política que se estruturou no Governo Vargas e foi tratada como laboratório para outras iniciativas dessa ordem, foi mantida e expandida no Governo Dutra com destacada atenção à infraestrutura. Em seguida, com o governo JK, sofreu um forte abalo político e econômico, que se pode confirmar com a queda do orçamento do núcleo, em especial com a condução do Ministério da Fazenda sob a gestão de José Maria Alckmin. Processo não alterado nas gestões seguintes, que viram gradativamente uma divisão do comando institucional do NCSC ser dividida entre os órgãos federais responsáveis pela colonização e pela Secretaria Municipal de Agricultura do Rio de Janeiro e posteriormente pelo Estado da Guanabara. Esvaziando com isso a política de colonização agrícola como um todo, enterrando com isso o projeto varguista do cinturão verde no Rio de Janeiro.

Nesse processo de encerramento do núcleo, ao fim dos anos de 1950 e 1960, o legado da falta de assistência técnica, do abandono e a morosidade com a emissão dos títulos de propriedade e com a expansão do Parque Industrial do Estado da Guanabara, foram os maiores expropriadores dos colonos e a nova realidade de Santa Cruz. Ainda segundo Leonardo Santos, os projetos de iniciativas como a extinção da Secretaria de Agricultura e o decreto de estabelecimento de que em quaisquer áreas do Estado da Guanabara, ainda que fora de áreas industriais, poderiam ser instaladas zonas industriais provisórias⁸¹².

⁸⁰⁹ Destacamos aqui os parlamentares Miécimo da Silva, Hamilton Nogueira, Getúlio de Moura e Breno da Silveira, todos em maior ou menor proporção analisados ao longo desta dissertação.

⁸¹⁰ SANTOS, Leonardo Soares dos. *O Sertão como um direito: o movimento de luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. In: Márcia Motta e Paulo Zarth. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. 1ed. São Paulo; Brasília: UNESP; NEAD, 2009, v. II, p. 175-198. p.195.

⁸¹¹ O deputado constantemente mediava encontros entre associações de moradores de diversos bairros cariocas com os representantes dos órgãos responsáveis por suas demandas entre outras práticas que o aproximavam sobremaneira dos homens e mulheres comuns. No ano de 1953, viajara o Nordeste brasileiro com a missão pessoal de conhecer as demandas dos nordestinos e conhecer de perto a seca e as privações enfrentadas pelos sertanejos, quando do seu retorno se desfilariaria da UDN passando ao PSB (?).

⁸¹² Estado da Guanabara. *Constituição da Guanabara de 1961*, p.24. Ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *O Sertão como um direito: o movimento de luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. In: Márcia Motta e Paulo Zarth. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. 1ed. São Paulo; Brasília: UNESP; NEAD, 2009, v. II, p. 175-198. p.195.

A que se considerar que, o fim do NCSC enquanto projeto e a expansão da indústria e do loteamento na região, não condenam esses camponeses à decomposição, ao contrário, colocam - aqueles que ficaram e os que saíram – a tarefa de (re) construir um modo de produzir e viver coexistente com um mundo em constante transformação.

As entrevistas de História Oral colaboraram com um levantamento preliminar que demonstra que após a emancipação do NCSC os ex-colonos de Santa Cruz e Itaguaí, passaram a compor fluxos de migração distintos: enquanto os nacionais migraram para bairros periféricos na Cidade do Rio de Janeiro (Campo Grande, São Cristóvão e Cascadura, são alguns exemplos) assim como em áreas de perfil similar nas cidades da Baixada Fluminense, em particular nos municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu e Magé⁸¹³. Enquanto a evasão dos colonos nipo-brasileiros, documentada na obra de Sinvaldo Souza, foi tributada a opções de melhores condições educacionais para seus descendentes, bem como a busca por novas oportunidades de emprego e renda⁸¹⁴.

Os nacionais em seu processo de desenraizamento deixaram poucas pistas ao trabalho do historiador que, em larga medida, só teve acesso ao elemento nacional através das fontes oficiais e dos periódicos. Na atualidade a região persiste em sua convivência entre o rural e o urbano, sem que essa dicotomia se encerre, mostrando que ainda hoje germinam sementes de resistência na terra plantada pelos colonos de Santa Cruz.

⁸¹³ A saída de colonos para o município de Magé, na proção leste da Baixada Fluminense, está descrita no artigo de: RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. “Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?”: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963). *Estudos Históricos*. [online]. 2015, vol.28, n°56, pp305-322.

⁸¹⁴ Segundo Sinvaldo Souza das famílias nipo-brasileiras que originalmente formaram a colônia, apenas cinco famílias nipo-brasileiras ainda se ocupam de atividades no campo. “No entanto, a propriedade rural dos trinta e um lotes das primeiras famílias nipônicas ocupantes permanece sob o controle da comunidade. Alguns lotes foram transformados em sítios de lazer dos proprietários, que optaram por uma vida urbana. Outros foram vendidos a integrantes da própria comunidade por proprietários que saíram de Santa Cruz. Há também casos de arrendamento.” SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005. p.140.

REFERÊNCIAS

1 – Obras de Referência:

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

GÓES, Hildebrando de Araújo *A Baixada de Sepetiba*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1942.

2 – Fontes Manuscritas

ENTREVISTAS - Autor

Iracema Cândido Ferreira da Silva

Karenina Sudo Franco

Wires Félix Pires

Phocio Miyata

3 - Fontes Impressas

ARQUIVO NACIONAL (AN)

Fundo Gabinete Civil da Presidência da República

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. DLE. 7617. – Decreto-Lei n° 7617: Transfere gratuitamente sob condições, à Paróquia de Santa Cruz, área do território nacional anterior, que menciona, situada no núcleo colonial de Santa Cruz.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. DLE. 9362. - Decreto-Lei n° 9362: Dispõe sobre a intervenção na Cooperativa Mista Agro-Pecuária Santa Cruz.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 10450/19680-1944. - Carta solicitando um lote de terras em Santa Cruz

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 11464/22769-1944. - Carta solicitando um lote de terras em Santa Cruz

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 13279/28552-1944. - Carta de Rosalino Pereira da Visitação, Rio de Janeiro, pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 13384/29024-44. - Carta de José Gomes dos Reis, Santa Cruz, ocupante do lote 260, do núcleo colonial de Santa Cruz, pedindo amparo recebeu ordem de abandoná-lo para um japonês.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 15331/35382-1944. Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz ou São Bento.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 4427/2969-1945. Carta de benedito Gonsalves Serra, Rio, pede amparo para que não seja efetivada a desapropriação de suas terras, que constituem a Fazenda da Limeira, foreiras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 9477/16968-1944. Carta de Honório Rodrigues Barreto, proprietário de terras em Piranema, Estado do Rio de Janeiro, solicitando amparo no sentido de que lhe seja concedido resgate de aforamentos dos terrenos.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 12654/26323-1944. Telegrama denunciando Juan Angel Solis, administrador do núcleo colonial de Santa Cruz, por estar sabotando o esforço de guerra.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 19866/14975-1945. Carta de José Xerez Frota, Santa Cruz, Rio, no sentido de receber indenização devido ao seu pai pelo Ministério da Agricultura, por ter sido despejado judicialmente.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 24232/25666-1945. Carta de Sebastião Rodrigues Oliveira, de Santa Cruz, lavrador, lutando com dificuldades pleiteando auxílio do senhor presidente para obter um lote de terras.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 24423/26114-1945. Carta de José Pereira Costa, Santa Cruz, pedindo um lote de terra com casa.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 24824/27018-1945. Carta de Francisco Fontes Lousada, solicitando um lote de terras na colônia de Santa Cruz, em Piranema.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 26999/32292-1945. Requerimento de Abelard Rodrigues, de Santa Cruz, solicitando um lote de terras.

BR. RJ. AN. RIO. 35. 0. PRO. 31648/44066-1945. Nota do Gabinete do Presidente da República, sobre o pedido feito por Sebastião Cândido Alves, por ocasião da viagem do senhor Presidente a Santa Cruz, DF, de passagens e ferramentas.

BR RJ. AN. RIO EH. 0. FIL, CJI. 51 Cinejornal educativo v.3, 38.

Documentação Cartográfica:

Fundo: MINISTÉRIO DA GUERRA - catálogo de documentos cartográficos (1782-1944)

Código OG / SDC. (Mapas digitalizados).

Fundo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (Código 04).

ARQUIVO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

SOUTO, FILHO. *Relatório do ano agrícola de 1955*. Arquivo Fazenda Nacional de Santa Cruz/Núcleo Colonial de Santa Cruz, INCRA.

NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO A PESQUISA HISTÓRICA (NOPH)

Fundo do Jornal Imprensa Rural

Bilhete ditado pela comissão de colonos do núcleo colonial de Santa Cruz, 23 de janeiro de 1950, Documentos avulsos, NOPH.

Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país. (27 de julho de 1956).

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Japoneses em Santa Cruz. Boletim do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH). Rio de Janeiro: NOPH, n. 7, p. 5, abr. 1984. (Fotografias)

Carta de José Monteiro Bastos ao Jornal A NOITE. Arquivo Santa Cruz, NOPH, 1955. Documentos avulsos, NOPH.

Memorial dos lavradores de Santa Cruz contra a construção de um leprosário, cópia, 12 de novembro de 1957. NOPH. Documentos avulsos, NOPH.

Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país. Sexta-feira, 27 de julho de 1956, p.2 (NOPH). Documentos avulsos, NOPH.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)

Anotações avulsas de Gentil Norberto, 30 de setembro de 1930, AGCRJ.

ACERVO O GLOBO

Edições do Jornal O Globo (1930-1939)

BIBLIOTECA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937.

Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, 1939.

Anuário estatístico do Brasil 1939/40. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, 1941.
Censo agrícola de 1950

4 – Fontes Digitais

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (BN)

Periódicos - diários

A Esquerda (Cod. TRB00279. 0072 – Label: 297984)
A Manhã (Cod. TRB00287. 0072 – Label:116408)
A Noite (Cod. TRB00101. 0171 – Label: 348970_04)
A Manhã (Cod. TRB00287. 0072 – Label: 116408)
Correio da Manhã (Cod. TRB00015. 0171 – Label: 089842_04_05_06)
Diário Carioca (Cod. TRB00254. 0072 – Label: 093092_02)
Diário da Noite (Cod. TRB00223.0171 – Label:221961_02)
Diário de Notícias (Cod. TRB00317. 0072 – Label: 093718_01_02)
Gazeta de Notícias (Cod. TRB00194. 0072 – Label: 103730_07)
Imprensa Popular (Cod. TRB00163. 0171 – Label: 108081)
Jornal do Brasil (Cod. TRB00554. 0072 – Label: 030015_04_05_06)
Última Hora (Cod. TRB00334. 0072 – Label: 386030)
O Fluminense (Cod. TRB02439.0172 – Label:100439_07_08_09)
O Imparcial (Cod. TRB00197. 0171 – Label: 107670_03_04_05_06)
O Jornal (Cod. TRB00195. 0072 – Label: 110523_04)
O Paiz (Cod. TRB00133. 0072 – Label: 178691_06)
O Radical (Cod. TRB01845. 0072 – Label: 830399)
Jornal do Commercio (Cod. TRB00743. 0199 – Label: 364568_18)
Tribuna Popular (Cod. TRB02485. 0172 – Label:154083_02)

Periódico – Mensais

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Revista de Imigração e Colonização
Revista do Clube de Engenharia
Revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)
O Observador Econômico e Financeiro (TRB00421.0072 – Label:123021)

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES / GLOBAL RESOURCES NETWORK

Relatórios de Ministros da Agricultura, anos de 1930 a 1951.

(<http://www-aps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. Acessado até 25 de janeiro de 2017)

JUSBRASIL

Repositório da legislação do Brasil Republicano (1889 - 2017) e Plataforma de Conteúdo jurídico (<http://www.jusbrasil.com.br> Acessado até 23 de abril de 2017)

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Duas visões do comportamento camponês*. Cad. Dif. Tecnol. Brasília. mai-dez, 1989.

ALONSO, Denilda Martinez. *Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí*. Revista Brasileira de Geografia: jul./set, 1960.

AMANTINO, Márcia; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

AMARAL, Luis. *Questões Agrárias*. São Paulo, Editora Eco. 1948.

_____. *Curso Intensivo de Cooperativismo*. São Paulo, Editora Eco, 1949.

ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara 1950-1964*. (Dissertação de mestrado). CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro. 1982.

AREZZO, Dryden de Castro. *Colonização*. 18. ed. Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1982. (Curso de Direito Agrário, 7).

BOURDIEU, Pierre. La maison ou le monde renversé. In: *Esquisse d'une theorie de la pratique*. LibrairieDroz, Genève: Paris, 1972.

_____ & SAYAD, Abdelmalek. A dominação cultural e o saber cultural. *Revista de Sociologia Política*, n°26, pp. 41-60, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. pp.143-159.

BORGES, Maria Cecília Mendes (Org.). *Aspectos do Capitalismo no campo Brasileiro e a Reforma Agrária*. Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. 2001.

BOURDIEU, Pierre. Dir., *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BRANDÃO, Luiz Carlos Kopes. A Colonização Brasileira, do Descobrimento ao Estatuto da Terra. In: *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, vol. 1, n° 1, 2009.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base: 1930-64. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 10, São Paulo, Difel, 1986.

CAMPHELLO, Eliane. *A Tessitura da Escrita: Do Mito à Expressão pela Arte*, In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: “Tessituras, Interações, Convergências”, 13 a 17 de julho de 2008, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. *Dados*, vol.40, n°2, Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CODATO, Adriano & MORAES, Pedro Bodê de. Apresentação: Pierre Bourdieu e a profissão do sociólogo, na prática. *Revista de Sociologia Política*, n° 26, pp.9-12, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense*. Boletim Carioca de Geografia, ano XV, 1962.

COSTA, Julio César Zorzenon. *Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2007.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Campesinato Negro no Pós-abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos*. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888- 1940). Dissertação de Mestrado, PPGHIS/UFRJ, 2008.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CREMONESE, Dejalma. Monges Barbudos: resistência e massacre de camponeses no sul do Brasil. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. v. II. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. pp.99-115.

DE DECCA, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro [online]. 2008, vol.21, n.42, pp. 220-240.

_____. *Do cativo a reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF: Tese de doutorado, 2008.

ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras: Análise simbólica sobre imigração e colonização no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional – UFRJ, 1972.

FAISSOL, Speridião. *Notas sobre o Núcleo colonial de Santa Cruz*. Boletim Geográfico: janeiro, 1950, ano VII, número 82.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*.

Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2000.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FÉLIX, MOACYR. Um grande mestre, um grande livro. In: LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERNANDES, Leonardo Jefferson. *O Remédio Amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense 1890/1950*. Dissertação de Mestrado, RJ: CPDA/UFRRJ, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaina Amado (Org.), *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 1997, v. 13, n. 02, p. 63-85.

FREITAS, Benedito. Santa Cruz: *Fazenda jesuítica, real, imperial* (3 volumes). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1985.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma historia fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz*. Cadernos IPPUR/UFRRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 311-343, 2002.

FRONTISI-DUCROUX, Françoise, *El hombreciervo y lamujeraraña*. Figuras griegas de lametamorfosis. Abada, Madrid, 2006.

GALJART, Benno. *Itaguaí: Old Habits and New Patterns in a Brazilian Land Settlement*. Wageningen, The Netherlands: Centre for Agricultural Publishing and Documentation. 1967

GEIGER, Pedro Pinchas. A respeito de produtos valorizados. *Revista Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº3 e 4, 1953.

_____; MESQUITA, Mirian Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional de Geografia, CNG/ IBGE, 1956.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (Org.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994b.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 1987. 2 v. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 1987.

HERSCHMANN, Micael Maiolino Pereira; MESSEDER, Carlos Alberto. *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. RJ: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. Peasants and Politics. *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n°1, 1973.

INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente. *Baía de Sepetiba*. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp>>. Acesso em: 16. Jan. 2015.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. *Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937)*. *Revista HEERA*. Juiz de Fora, vol. 5, n°8 jan-jun 2010.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, 1948.

LARA, Silvia; *Blowin' in the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, SP: out.1995.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983.

_____. (org.). *Direito Agrário brasileiro*. São Paulo: LTr, 1999.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

LINHARES, Maria Yeda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAIA, Altair de Souza. *Curso de Direito Agrário n°06*. Brasília: Fundação Petrônio Portela, 1928, p.21.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975

_____. *O cativo da Terra*. São Paulo Editora Hucitec, 1990.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Vol. 1 e 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *A cooperativização do Estado*. Niterói: Vício de Leitura, 2001.

_____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.

_____. *Estado, educação rural e influencia norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: UFF, 2010.

_____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010.

MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense, identidades e transformações: Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-graduação em História Social/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres & FERNANDES, Tânia Maria (Org.) *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária, 2001.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Marcelo Ipanema. *Tinguá: uma experiência de colonização orientada*. In: Anais do II Simpósio de professores universitários de História do Ensino Superior, ANPUH, Curitiba, pp. 311-318, 1962.

MOTA, Maria Sarita; PEIXOTO, Fabio Costa. *O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 9, n. 2, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “Paradigma da ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.29, nº59, p.607-626, set-dez 2016.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*. Campinas: Unicamp, v.11, n. 20/21, 2004, p.11-38.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Eletrificação e formação do patrimônio territorial da Light na cidade do Rio de Janeiro e no Médio Vale do Paraíba*, Espaço e Economia [Online], nº 03, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Luci Elena Garcia de. Algumas considerações sobre a implantação dos distritos industriais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, nº38, p.22-69, out./dez, 1976.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História, Seropédica, UFRRJ, 2015.

OTRANTO, Celia Regina. *A autonomia Universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Na beira da Estrada São Pedro: tempos da luta pela terra na Fazenda Normandia (1938-1990)*. (TCC Graduação). História, UFF, Niterói. 2000.

_____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)*. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

_____. Comendo pelas beiradas: Aforamentos e apropriação de terras públicas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1889-1930). In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de. (Org.). *Outras Histórias: ensaios em história social*. 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1962.

PRADO JÚNIOR, Caio. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº10/115, março 1944.

POPINIGIS, Fabiane. E.P. Thompson e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair Batista da. *Classes e lutas de classes: novos questionamentos*. São Paulo: Annablume, 2015.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Campinas, tese de doutorado em História, Unicamp, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. São Paulo: Martins, 1962.

REIS, José Roberto Franco. *“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”*: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Campinas, tese de doutorado, Unicamp, 2002.

REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas – A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2001.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. “Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?”: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963). *Estudos Históricos*. [online]. 2015, vol.28, nº56, pp. 305-322.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

ROCHA, André Santos. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 3, n. 4, p. 1-22, 2013.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque) colônia penal ou campo de concentração? In: *Revista Verve*, São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) – PPG em Ciências Sociais da PUC-SP, vol.4, 2003, p. 112-130.

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

_____. *Sagarana*. 38ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Clevelândia do Norte: anarquistas, repressão e exílio interno no Brasil dos anos 20*. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2000.

SANTOS, Ana Maria. *Agricultural Reform and the Idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. (Tese de doutorado). Universidade do Texas, Austin. 1984.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, PPGH/UFF, 2005.

SAKURAI, Célia. & COELHO, Magda Prates. (org). *Resistência & Integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: IBGE, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO (SEMA/RJ). *Macropiano de Gestão e Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba*, 1998.

SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven. Yale University, 1976.

_____. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985.

_____. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2004.

_____. Exploração normal, resistência normal. In: *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n.5, 2011, p.217-243.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*, Vol. 21, no. 01, jan-jun, 2002. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=7>

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Vargas e a Questão Agrária: A construção do fordismo possível*. Diálogos, Maringá, v. 2, n. 2, p. 113-127, 1998.

SILVA, Luciano Pereira da. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1961. (datilografado).

SOARES, Maria Therezinha Segadas. A integração do recôncavo da Guanabara na área metropolitana do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti e SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987. [Coleção Biblioteca Carioca – vol. 3].

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Graphia, 1990.

SOFFIATI NETO, Arthur. DNOS: uma instituição mítica da República Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 2. Rio de Janeiro: ANPUR. Nov. 2005.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *O Projeto de colonização do Estado Novo em Caxias*. (TCC Graduação). História, UFF, Niterói, 2000.

_____. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias*. Niterói: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.

_____. *Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense*. Niterói, 2005. paper apresentado em simpósio sobre políticas públicas, 2006.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Japoneses em Santa Cruz*. *Boletim do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH)*. Rio de Janeiro: NOPH, n. 7, p. 5, abr. 1984. (Fotografias).

_____. *Imigração japonesa: 80 anos de Brasil, há meio século em Santa Cruz*. Rio de Janeiro, 6 p., datilografado, s.d.

_____. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. Dissertação (Mestrado) – PPG – UFF, Niterói, 2005.

SOUZA, Antônio Nascimento. *Memória e história política de Santa Cruz – visita através dos pequenos jornais de Bairro*. Instituto Municipal de Arte e Cultura/RIO ARTE, Rio de Janeiro, 2005.

STEFANINI, Luís de Lima. O instituto jurídico da colonização. In: LARANJEIRA, Raymundo. (org.). *Direito Agrário brasileiro*. São Paulo: LTr, 1999.

TAVARES dos SANTOS, J. V., *O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo*. Brasília, Ver. Sociedade e Estado. Vol. IV n° 2 Jul-Dez, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

VERÍSSIMO, Antônio Augusto. *Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PCRJ/SMU/IPP, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica. Paternalismo, práticas culturais e representações. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, n° XXVIII, n°01, p.51-63, junho de 2002.

ANEXOS

ANEXO A DECRETO-LEI Nº 6.117, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Regula a fundação dos núcleos coloniais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais.

Art. 2º A formação de núcleos coloniais poderá ser promovida:

- a) pela União;
- b) pelos Estados e Municípios;
- c) por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares.

Art. 3º O Ministério da Agricultura reserva para si o direito de inspecionar os núcleos coloniais fundados pelos Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluviais, companhias, associações e particulares, embora os fundadores gozem ou não dos auxílios oficiais, de acordo com o decreto número 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Art. 4º Os núcleos coloniais serão estabelecidos em zonas rurais, desde que reúnem as seguintes condições:

- a) situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região;
- b) constituição física e composição natural que representem os tipos principais de terras apropriadas às culturas da região;
- c) localização em ponto próximo de centro de população servida por estrada de ferro, rodovia ou companhia de navegação;
- d) salubridade;
- e) existência de cursos permanentes d'água ou sistema de açudagem para irrigação e outros misteres agrícolas;
- f) área nunca inferior a mil hectares de terras de culturas ou cultiváveis, salvo casos especiais em que seja conveniente o aproveitamento de terras da União.

Parágrafo único. Nenhum núcleo colonial poderá ser estabelecido sem que tenha sido demarcado no todo ou na parte destinada à divisão em lotes.

Art. 5º Escolhida a localidade para o núcleo e organizados e submetidos à aprovação do Ministro o plano geral e orçamento provável dos trabalhos, serão as terras divididas em lotes e executadas as respectivas obras.

Parágrafo único. A fundação de núcleos coloniais federais será feita por decreto.

Art. 6º Se a posição e importância do núcleo exigirem a formação de uma sede, será reservada, para isso, área suficiente, bem situada, na parte mais plana da zona e que preencha as condições necessárias de salubridade, realizando-se o preparo local e as construções e obras indispensáveis, de acordo com o projeto aprovado pelo diretor da Divisão de Terras e Colonização (D.T.C.).

Parágrafo único. A sede será o ponto de convergência das principais estradas do núcleo. No caso de já existir, em terras onde se leve a efeito a fundação de um núcleo

colonial, povoação que satisfaça as exigências constantes, dêste decreto será a mesma considerada como sede do núcleo.

Art. 7º Os núcleos coloniais, além das casas destinadas à residência do pessoal técnico, administrativo e operário e de trabalhadores, terão:

- a) um campo de demonstração destinado às culturas próprias da região ou de outras econômicamente aconselháveis;
- b) escolas para ensino rural, de acôrdo com os programas estabelecidos pela Superintendência do Ensino Agrícola;
- c) pequenas oficinas para o trabalho do ferro e da madeira;
- d) serviço médico e farmacêutico;
- e) cooperativas de venda, consumo e crédito.

Art. 8º Além do que refere o artigo anterior, o núcleo colonial poderá manter:

- a) estações de monta, com reprodutores selecionados e aconselhados à região;
- b) instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas;
- c) postos meteoro-agrários;
- d) animais de trabalho;
- e) máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas, para venda aos colonos, pelo preço do custo.

Art. 9º Fundado o núcleo colonial, a D. T. C. entrará em acôrdo com o govêrno da localidade para ser estabelecida, no ponto mais conveniente, uma feira livre.

Art. 10. No projeto de organização do núcleo ficarão reservados os lotes:

- a) em que existirem riquezas naturais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo;
- b) que não possuïrem condições especiais para serem habitados, podendo, neste caso, ser oportunamente aproveitados os alienados.

Art. 11. Satisfeitas as exigências previstas no art. 23 e a legislação de entrada de estrangeiros, os lotes rurais dos núcleos coloniais serão distribuídos individualmente a:

- a) nacionais que queiram dedicar-se à agricultura;
- b) estrangeiros agricultores.

Art. 12. Ficam isentos os concessionários de lotes rurais, durante os três primeiros anos de sua localização no núcleo, de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sôbre seus lotes, culturas, veículos destinados ao seu transporte e instalações de beneficiamento de seus produtos, inclusive os impostos territoriais de transmissão inter-vivos e causa-mortis, para os lotes rurais integralmente pagos.

Art. 13. O produto da venda dos lotes, nos núcleos coloniais da União, pertencerá ao Govêrno Federal e constituirá o fundo especial a que se refere o art. 72 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938.

Art. 14. Os lotes, nos núcleos coloniais, serão classificados em:

- a) rurais, destinados à lavoura e criação, cujo limite variará entre 10 e 30 hectares, salvo casos especiais, devidamente justificados e submetidos à aprovação do Presidente da República;
- b) urbanos, situados na sede do núcleo, destinados a formar a futura povoação, tendo a sua frente voltada para ruas e praças e com uma área máxima de 3.000 metros quadrados, salvo se destinados a fins especiais.

Art. 15. Os lotes serão vendidos mediante pagamento à vista ou a prazo, na forma prevista no art. 22 e seus parágrafos.

Art. 16. Os lotes urbanos serão vendidos ao possuidor de lote rural mantido bem cultivado ou beneficiado, e ao estrangeiro ou nacional que, dispondo de recursos, se obrigue a construir imediatamente a casa para residência, estabelecimento de comércio, indústria ou oficina de trabalho, de acôrdo com a planta aprovada pela administração do núcleo.

§ 1º Os lotes urbanos serão cercados pelo adquirente, pelo menos na frente, voltada para ruas e praças, de acordo com o sistema de cercas aprovado pela administração do núcleo.

§ 2º Dentro do prazo máximo de seis meses, a partir da data da expedição do título provisório de propriedade, deverá o adquirente de lote urbano satisfazer a exigência do parágrafo anterior e concluir a construção da respectiva casa, estabelecendo-se multas de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 pela falta de cumprimento dessas obrigações.

§ 3º Para garantia das obrigações estabelecidas nos parágrafos anteriores, será expedido o título provisório de propriedade, o qual será substituído pelo definitivo, depois de satisfeitas as referidas obrigações.

§ 4º Ao adquirente de lote urbano caberá a conservação das ruas e praças da sede, bem como a limpeza das valas que existirem no lote.

§ 5º Quando o lote urbano for pretendido por mais de uma pessoa, será pôsto em concorrência administrativa o adjudicado a quem maiores vantagens oferecer.

Art. 17. O preço de venda será estabelecido por uma comissão de avaliação, composta de três funcionários designados pelo Diretor da D. T. C., para cada grupo de lotes componentes do núcleo colonial, antes de sua distribuição a colonos, por proposta da D. T. C. e aprovação do Ministro de Estado, observados os seguintes fatores:

- a) situação em relação aos mercados consumidores;
- b) distância média da sede do núcleo;
- c) vias de comunicação;
- d) salubridade;
- e) sistemas hidrográfico e orográfico, de forma a ser verificada a possibilidade da irrigação e do trabalho mecânico da terra;
- f) constituição física e composição natural, de maneira a caracterizar os principais tipos de terras apropriadas às culturas da região;
- g) florestas;
- h) culturas adaptáveis economicamente à região;
- i) preço médio dos terrenos limítrofes;
- j) finalidade social da colonização.

§ 1º Tal preço poderá ser alterado periodicamente, de acordo com o valor das terras, para os lotes vagos.

§ 2º Ao preço do lote será adicionado, quando houver, o valor venal das casas, benfeitorias e culturas, salvo quando estas já pertencerem ao respectivo ocupante, que terá preferência para a aquisição do respectivo lote.

§ 3º O valor venal, referido no parágrafo anterior, será avaliado de acordo com as instruções baixadas pela D. T. C., lavrando-se o respectivo termo.

§ 4º As culturas e benfeitorias, existentes no lote a ser vendido, serão avaliadas pelo menor preço local, pela administração do núcleo, com aprovação do diretor da D. T. C., preço que será adicionado ao valor do lote.

Art. 18. É permitido ao colono adquirir, a prazo, segundo lote rural, de preferência contíguo ou próximo, desde que obtenha o título definitivo do primeiro e tenha desenvolvido a cultura ou beneficiamento do mesmo, a juízo do diretor da D. T. C.

Art. 19. O colono não poderá, sem prévia autorização do diretor da D. T. C., vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente, o respectivo lote, a casa ou as benfeitorias, inclusive matas ou quaisquer bens no lote existentes:

- a) enquanto dever ao núcleo, mesmo que este esteja emancipado;
- b) mesmo que já possua o respectivo título definitivo de propriedade, antes da emancipação do núcleo.

§ 1º Fica vedado aos notários e escrivães passar escrituras e procurações de qualquer natureza, desde que os concessionários a que se refere este decreto-lei não exibam a autorização mencionada neste artigo.

§ 2º Os atos referidos neste artigo serão regulados em instruções especiais, baixadas pelo diretor da D. T. C. e aprovadas pelo Ministro de Estado.

Art. 20. Ao colono, a partir de um ano após a sua localização no núcleo, caberá a limpeza das valas e valetas, até dois metros de largura e a conservação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de sete metros úteis de plataforma, que atravessarem as respectivas terras.

Art. 21. Nos núcleos coloniais poderão ser mantidos armazens ou depósitos de gêneros alimentícios e outros, de primeira necessidade, para garantia do abastecimento da população, a preços módicos, por meio de cooperativas.

Art. 22. Os preços dos lotes, com ou sem casa, quando comprados a prazo, bem como quaisquer auxílios, quando não sejam remuneração de trabalho ou classificados como gratuitos, constarão de cadernetas entregues ao devedor, organizadas em forma de conta corrente, e constituirão débito dos colonos levado à conta do chefe da família.

§ 1º A amortização do débito do concessionário do lote rural ou urbano será feita em dez prestações iguais e anuais, vencendo-se a primeira no último dia do terceiro ano e a última no fim do décimo segundo ano de estabelecimento. Em falta de pagamento, cobrar-se-á o juro de móra à razão de 5% ao ano sobre as prestações vencidas, não sendo permitido atraso superior a dois anos, quando se fará a cobrança executiva, na forma da legislação em vigor, a juízo da D. T. C.

§ 2º O concessionário de lote, que solver seus débitos antecipadamente terá direito à bonificação, calculada à razão de 1% ao mês se o respectivo prazo for inferior a um ano; e no caso de ser igual ou superior a um ano o prazo do vencimento, ou a venda se efetuar à vista, o desconto será de 12% sobre a soma a ser paga na ocasião.

§ 3º Até o pagamento da primeira prestação anual, o colono será considerado ocupante do lote a título precário.

Art. 23. Só poderão adquirir lotes rurais:

- a) quem, sendo maior de 18 anos, não for proprietário de terreno rural, de estabelecimento de indústria ou de comércio;
- b) quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote que lhe for concedido;
- c) quem, satisfazendo as exigências da letra a, se obrigar a trabalhar e dirigir, no local, os trabalhos agrícolas do lote;
- d) quem, satisfazendo as condições exigidas pelas letras a, b e c, não exercer função pública, quer como funcionário, quer como extranumerário.

Parágrafo único. Serão respeitadas as concessões já outorgadas, bem como aquelas que decorrerem das legalizações e regularizações previstas no decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938.

Art. 24. Aos colonos adquirentes de lotes serão expedidos os seguintes títulos:

- a) provisório, ou de designação do lote rural ou urbano, que será entregue ao concessionário em seguida ao seu estabelecimento no lote;
- b) definitivo, ou de propriedade do lote, que será expedido depois de haver o concessionário liquidado integralmente a sua dívida, quer seja o lote adquirido à vista ou a prazo, ou quando nas condições expressas no artigo 30.

Art. 25. Os títulos provisórios e definitivos serão passados pela D. T. C., de acordo com os elementos técnicos aí existentes.

§ 1º Do título provisório passado ao adquirente do lote deverão constar o preço total do lote e as principais condições para obtenção do título definitivo.

§ 2º No verso do talão do título definitivo, tanto do lote rural como do urbano, serão anotados os números e as datas dos recibos de pagamento, o nome e a sede da estação fiscal arrecadadora, designação do livro e folha de escrituração do núcleo, onde foram lançados os pagamentos, bem como um esboço do lote extraído da planta do núcleo, com indicação dos azimutes verdadeiros e comprimento dos lados do polígono de divisas.

§ 3º Quando ocorrerem os casos previstas no artigo 30, serão os mesmos anotados, igualmente, no verso do talão do título.

§ 4º As anotações referidas nos parágrafos anteriores serão assinadas pelo funcionário encarregado da escrituração da dívida colonial e visadas pelos chefes de secção.

Art. 26. Os pagamentos de lotes, casas e benfeitorias serão feitos na estação arrecadadora mais próxima do núcleo, mediante guia do administrador ou zelador do núcleo, na qual será marcado o prazo máximo de quinze dias para o recolhimento da importância respectiva.

§ 1º Os recibos expedidos pela estação arrecadadora serão registados em livro próprio, no núcleo, designando-se o nome de quem efetuou o pagamento, importâncias pagas, discriminadamente, número e data dos recibos, nome e sede da estação arrecadadora.

§ 2º É expressamente vedado aos administradores ou zeladores dos núcleos coloniais receberem as importâncias relativas às prestações dos lotes, ou quaisquer outras, salvo casos especiais, autorizados pelo diretor da D. T. C.

Art. 27. Aos colonos poderão ser concedidas as seguintes vantagens:

- a) alimentação gratuita, durante três primeiros dias da chegada ao núcleo;
- b) trabalho a salário ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, durante o primeiro ano, a partir do dia da chegada do colono ao núcleo;
- c) assistência médica gratuita até a emancipação do núcleo;
- d) dieta e medicamentos, plantas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas e ferramentas agrícolas, gratuitos, durante o primeiro ano, a contar da data da chegada do colono ao núcleo;
- e) empréstimo, durante o primeiro ano da chegada ao núcleo, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho;
- f) transporte da estação ferroviária, pôrto marítimo ou fluvial até a sede do núcleo.

§ 1º Após o primeiro ano, os fornecimentos especificados nas alíneas d e e poderão ser feitos mediante pagamento, ou levados à conta corrente do colono até o limite estabelecido pelo diretor da D.T.C.

§ 2º Os colonos que derem grande desenvolvimento às culturas dos lotes, a juízo da administração, poderão receber reprodutores ou máquinas agrícolas, a juízo do Ministro.

Art. 28. Serão cassadas as vantagens e prêmios estabelecidos neste decreto-lei aos colonos que, nos núcleos coloniais, transgredirem ou deixarem de cumprir as disposições do decreto n. 3.010, na forma de seu art. 265.

Art. 29. Falecendo o chefe da família, em cujo nome houver sido expedido o título provisório de propriedade, o lote passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que fôra possuído.

Parágrafo único. Se o núcleo ainda não estiver emancipado, a transferência, será feita administrativamente, por ordem oficial, sem intervenção judiciária.

Art. 30. Qualquer débito que, porventura, haja contraído com o núcleo o chefe da família que falecer, deixando viúva e órfãos, será considerado extinto, salvo o proveniente da compra do lote, casa, e benfeitorias.

Art. 31. Se o lote, casa e benfeitorias tiverem sido comprados a prazo e falecer o adquirente, deixando pagas, pelo menos 3 prestações, serão dispensadas, em favor da viúva e órfãos, as demais prestações ainda não vencidas expedindo-se título definitivo de propriedade.

Parágrafo único. A requerimento dos herdeiros dos concessionários de lotes, depois de verificada a extrema pobreza, poderá o Ministro relevar a dívida total contraída, pela aquisição do lote, casa e benfeitorias, determinando a expedição de título definitivo.

Art. 32. Será excluído do lote em que estiver localizado, o colono que:

- a) deixar de cultivar o seu lote por espaço de três meses, salvo motivo de força maior, a juízo da administração do núcleo;
- b) deixar de cultivar a área mínima dentro do prazo máximo, estabelecido pela administração, de acordo com as propostas aprovadas pelo diretor da D.T.C., salvo justa causa, reconhecida pela administração;
- c) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, de acordo com o plano previamente aprovado, bem como deixar de cumprir as exigências constantes da artigo 20;
- d) por inobservância a quaisquer dos dispositivos deste decreto-lei e respectivas instruções em vigor.

§ 1º A exclusão, por motivo das alíneas a, b, c e d deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de proceder-se vistoria no lote, de que se lavrará o termo.

§ 2º Cabe no diretor da D.T.C., de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a exclusão do colono, com recurso ao Ministro de Estado.

§ 3º Autorizada a exclusão, será o colono notificado administrativamente para, no prazo de 10 dias, a partir da notificação, desocupar o lote respectivo. Se não for encontrado o colono, depois de procurado em dois dias consecutivos, será feita a notificação por edital publicado no Diário Oficial, com o mesmo prazo de dez dias.

§ 4º Se decorridos os prazos fixados neste artigo, não for o lote desocupado pelo colono, a União reocupá-lo-á administrativamente.

§ 5º As benfeitorias existentes nos lotes revertidos é União serão avaliadas por uma comissão técnica, designada pelo diretor da D.T.C., procedendo-se a respectiva venda em concorrência administrativa aprovada pela referida autoridade.

§ 6º Ao colono excluído será entregue a importância correspondente à avaliação a que se refere o § 1º, deduzido o valor do seu débito para com o núcleo.

§ 7º Do ato da exclusão do colono e da execução da respectiva decisão não caberá ação possessória, aplicando-se este dispositivo aos processos em curso em quaisquer instâncias e fases.

Art. 33. Será expulso do lote em que estiver localizado o colono que por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para o núcleo.

§ 1º A expulsão será precedida de inquérito administrativo;

§ 2º Ao colono que for expulso caberá tão somente a restituição das importâncias que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento, parcial ou total, das terras, casas e outras benfeitorias.

§ 3º Autorizada a expulsão, proceder-se-á, quanto ao colono expulso, pela forma estabelecida nos parágrafos 2º, 3º, 4º e 7º, do artigo 32.

Art. 34. A partir dos pontos marginais de estradas de rodagem, em tráfego ou em construção, ou de rios em que houver navegação, podem ser estabelecidas linhas coloniais.

Parágrafo único. A linha colonial a que se refere este artigo é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente, ou próximos uns dos outros.

Art. 35. As linhas coloniais deverão estar situadas em zonas que satisfaçam as condições exigidas para os núcleos.

Art. 36. A emancipação do núcleo colonial será declarada pelo Governo, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes, os títulos definitivos de propriedade ou antes, se conveniente.

Parágrafo único. A emancipação dos núcleos coloniais dar-se-á por decreto.

Art. 37. Emancipado o núcleo, poderá o Governo ceder à cooperativa agrícola organizada entre os colonos do núcleo, as instalações, instrumentos, máquinas agrícolas, animais de trabalho, reprodutores e material dispensável.

Art. 38. Emancipado o núcleo, ficará êste integrado na vida autônoma do respectivo município, ressalvado o disposto no art. 19.

Art. 39. Os lotes vagos nos núcleos emancipados serão vendidos separada ou englobadamente, em concorrência pública bem como as terras que forem requeridas e que estiverem por medir e demarcar, sendo as condições de venda estipuladas pelo Ministro.

Art. 40. Aos colonos do núcleo emancipado e que estiverem em dia com as prestações de seus lotes será concedida uma redução de 25% sôbre o restante de sua dívida, desde que paga de uma só vez, dentro do prazo de três meses, a contar da data da emancipação do núcleo.

Art. 41. A cobrança do débito dos concessionários de lotes dos núcleos emancipados, proceder-se-á por intermédio da coletoria federal mais próxima do núcleo, nas condições estabelecidas neste decreto-lei.

Parágrafo único. Para o fim indicado neste artigo, a D.T.C. fornecerá à coletoria respectiva, uma relação da dívida dos concessionários de lotes, da qual deverão constar as datas dos vencimentos dos débitos.

Art. 42. Havendo terras devolutas no núcleo emancipado, o Governo poderá quando entender conveniente, mandar dividí-las em lotes, promovendo para isso, os necessários meios.

Art. 43. Os casos omissos dêste decreto-lei serão resolvidos por portaria baixada pelo Ministro de Estado.

Art. 44. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o decreto-lei n. 2.009 de 9 de fevereiro de 1940.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales

Alexandre Marcondes Filho

A. de Sousa Costa

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EX-COLONOS DE SANTA CRUZ

1. Identificação inicial

- Nome
- Idade
- Onde o Sr/a Sra mora?
- Qual é sua profissão?
- Quem vivia com você na colônia?
- Foi membro de alguma cooperativa/sindicato na época da colônia?

2. Condição de Trabalho

No tempo da colônia, quando o entrevistado era jovem, criança:

- Como se fazia para conseguir terras na colônia?
- Você trabalhou na roça? Quais pessoas da sua família trabalhavam?
- Todo mundo que trabalhava vivia no sítio/lote?
- Tinha gente de fora trabalhando na colônia?

- Esses trabalhadores temporários vinham de quais lugares? Só vinham brasileiros?
- Eles vinham com suas famílias?
- Havia mulheres entre esses trabalhadores?

3. O Trabalho com a Terra

- Todo mundo que tinha sítios na colônia tinha que plantar?
- Todo mundo plantava o que queria?
- Tinha proibições?
- Onde se conseguia os materiais para arar a terra e as sementes e mudas?
- No sítio em que vivia/vive, tinha animais?

4. Relações de Trabalho

- Caso o sítio tenha tido empregados...
- Como era o acordo de trabalho?
- Recebia em dinheiro ou com parte da colheita?
- Como era o envolvimento da família com os empregados? Conversavam, eram amigos?

5. Condição de Vida

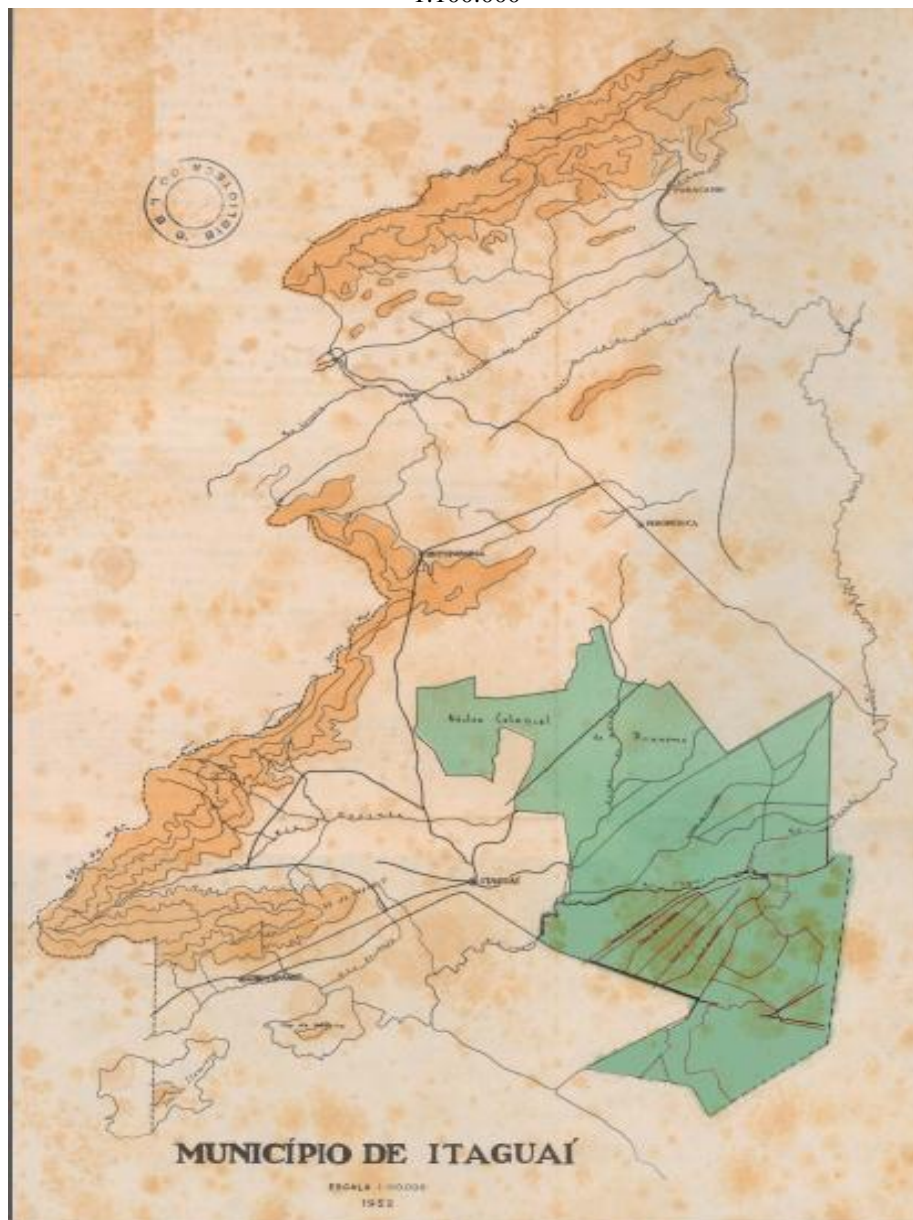
- Descrição da casa, condições dela no período...
- Como era a convivência na colônia? Como era a convivência com os brasileiros e/ou japoneses? Tinham festas na colônia?
- Saneamento: o que você se lembra sobre o saneamento? Viveu alguma enchente/inundação?
- Saúde: tinham muitas doenças? Tinha serviço médico na colônia? Como funcionava?
- Educação: tinha escola? Você estudou na colônia? Quem ia para escola?
- Tinha liberdade de religião: qual era a sua? Locais de encontro religioso na colônia?

6. Direitos e as mudanças finais no NCSC

- Sua família tem o título de propriedade? Como ela conseguiu?
- O que você se lembra e o que seus pais contavam sobre a situação da colônia, o que eles queriam que tivesse na colônia?
- Você se lembra de figuras de políticos e/ou presidentes na região naquele período?
- Desde aquele tempo até hoje as coisas mudaram? O que mudou exatamente para melhor/pior?
- Como e quando se deram as mudanças: de vez, aos poucos, por períodos?
- É melhor morar num sítio ou na periferia da cidade? Por quê?
- Perda/Venda do sítio: quem perdeu/vendeu o sítio, ficou em Santa Cruz/Itaguaí ou seguiu para outras regiões?

ANEXO B

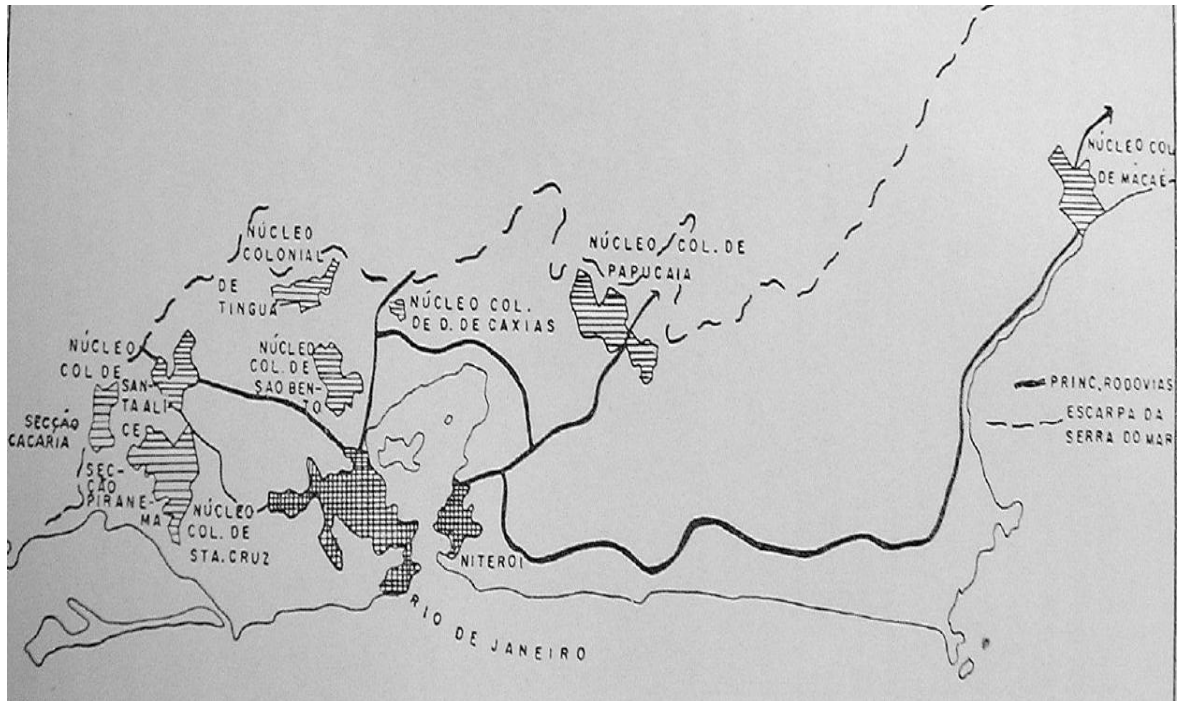
Mapa 2: Mapa do município de Itaguaí com destaque para o núcleo colonial de Santa Cruz - 1952. Escala: 1:100.000



Fonte: ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Revista Brasileira de Geografia*: jul/set, 1960. p.340-b.

ANEXO C

Mapa 3: Mapa dos núcleos coloniais na Baixada Fluminense – Escala 1: 2000.000



Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. *Boletim Carioca de Geografia*, ano XV, 1962. p.05.

ANEXO D

LISTAGEM DOS CONCESSIONÁRIOS POR EDITAL PARA ASSUMIR UM LOTE NO NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ (1930-1940)

José Santana	Edital de 04-09-1930
André Hansen	Edital de 04-09-1930
Maximiliano Sedilacek	Edital de 04-09-1930
Octávio de Gusmão Fontoura	Edital de 04-09-1930
Augusto Coelho Duarte	Edital de 04-09-1930
Attilano Esteves	Edital de 04-09-1930
Moacyr Rodrigues dos Santos	Edital de 04-09-1930
João Luiz M. Franco	Edital de 04-09-1930
Walter Volterthum	Edital de 04-09-1930
Frederico Augusto Pereira	Edital de 04-09-1930
Adalberto Vieira Ferreira	Edital de 04-09-1930
Paul Engmana	Edital de 04-09-1930
Hans Volterthum	Edital de 04-09-1930
André Kirichenco	Edital de 04-09-1930
Joaquim Baptista	Edital de 04-09-1930
Benedicto Francisco	Edital de 04-09-1930
Aprigio Goulart	Edital de 04-09-1930
João Precillano	Edital de 04-09-1930
Francisco Gonçalves da Silva	Edital de 04-09-1930
Silvestre Leão	Edital de 04-09-1930
Julio Alves de Brito Filho	Edital de 04-09-1930
Américo de Pinho Leonardo Pereira (Eng ^o)	Edital de 04-09-1930
Jacundino Barreto (Eng ^o)	Edital de 04-09-1930
Waldomiro Gonçalves da Rocha	Edital de 04-09-1930
Joaquim Coelho Meirelles	Edital de 04-09-1930
Juvenal Ferreira da Silva	Edital de 12-12-1930
Aristides Alves das Neves	Edital de 12-12-1930
Djalma Silva	Edital de 12-12-1930
Antonio José da Silva	Edital de 12-12-1930
Sebastião Ribeiro de Almeida	Edital de 12-12-1930
Mario Cordova	Edital de 12-12-1930
Manoel Alves da Costa	Edital de 12-12-1930
Emilio Pineschi	Edital de 12-12-1930
José de Souza Leite	Edital de 12-12-1930
Júlio Ferreira Serpa	Edital de 13-01-1931
Sabino Pereira dos Santos	Edital de 13-01-1931
Manoel de Carvalho	Edital de 13-01-1931
Luiz Bonfá	Edital de 13-01-1931
Ismael de Amorim Bezerra	Edital de 13-01-1931
Manoel Pita	Edital de 13-01-1931
José Benedicto Alves dos Santos	Edital de 13-01-1931
José Pedro Alves	Edital de 13-01-1931
Sebastião Baptista	Edital de 13-01-1931
Leopoldo Pedro Domingues	Edital de 13-01-1931
Benedicto Pedro de Alcantara	Edital de 13-01-1931
Julio Augusto Côrrea	Edital de 13-01-1931
Benedicto Augusto	Edital de 13-01-1931
Luis Pereira de Souza	Edital de 13-01-1931
José Baptista Ribeiro	Edital de 13-01-1931

Pedro Machado de Oliveira	Edital de 13-01-1931
Manoel Lemos do Prado	Edital de 13-01-1931
Joaquim Fausto dos Santos	Edital de 13-01-1931
Dario Rodrigues Palmeira	Edital de 13-01-1931
Arthur Coelho e Souza	Edital de 13-01-1931
Henrique Azamor	Edital de 13-01-1931
Francisco Lima Júnior	Edital de 13-01-1931
Aprigio Ignacio de Oliveira	Edital de 13-01-1931
Alvaro Rodrigues	Edital de 13-01-1931
Vicente Coutinho	Edital de 13-01-1931
José Andrade	Edital de 28-10-1931
Madame Teixeira	Edital de 28-10-1931
Pedro Martins de Souza	Edital de 28-10-1931
Francisco Ferreira Carvalho	Edital de 28-10-1931
Luiz Lemos Caldas	Edital de 28-10-1931
Orestes Hastenreiter	Edital de 28-10-1931
Liberato Azevedo	Edital de 28-10-1931
Valeriano da Silva	Edital de 28-10-1931
Francisco Pinter	Edital de 28-10-1931
Clodomiro Cunha	Edital de 28-10-1931
Melchiades de Oliveira Alvim	Edital de 28-10-1931
Albertina Crani Dias	Edital de 28-10-1931
Victor Markus	Edital de 28-10-1931
Alex Luppe	Edital de 28-10-1931
Américo Chaves de Souza	Edital de 28-10-1931
Manoel Marques	Edital de 28-10-1931
Guiomar Bottrel Monteiro	Edital de 28-10-1931
Isolino Pires	Edital de 28-10-1931
Antonio da Gama Paula	Edital de 28-10-1931
Antonio Teixeira Campochão	Edital de 28-10-1931
Ludgero Bispo	Edital de 17-11-1931
Nestor J Costa	Edital de 17-11-1931
Bernardino Manoel de Oliveira	Edital de 17-11-1931
Carolino Ferreira de Assumpção	Edital de 17-11-1931
Euclides Barbosa de Oliveira	Edital de 17-11-1931
Alfredo Pereira Monteiro	Edital de 17-11-1931
Felix Peixoto	Edital de 17-11-1931
Leovigildo Cardoso do Nascimento	Edital de 17-11-1931
José Heitor Pinheiro	Edital de 17-11-1931
Américo Reis	Edital de 17-11-1931
Oscar de Oliveira e Souza	Edital de 17-11-1931
Aulicinio Galdino da Silva	Edital de 17-11-1931
Joaquim de Souza Raymundo	Edital de 17-11-1931
Carlos Muller	Edital de 04-10-1932
Jordilau Antonio dos Santos	Edital de 04-10-1932
Nicanor Gomes da Gávea	Edital de 04-10-1932
Antonio de Souza Mauta	Edital de 04-10-1932
Luiz Ferreira da Silva	Edital de 04-10-1932

Candido Barreto dos Santos	Edital de 04-10-1932
Genésio José Ferreira	Edital de 04-10-1932
José Antonio Moreira	Edital de 04-10-1932
Antonio Maia Amaral	Edital de 04-10-1932
Zeferino Monteiro d' Aguiar	Edital de 04-10-1932
Fausto de Barros	Edital de 04-10-1932
Areurio Olivares	Edital de 04-10-1932
Mariano Vieira da Silva	Edital de 04-10-1932
José Américo de Britto	Edital de 04-10-1932
Julio Barbosa Vianna Junior	Edital de 04-10-1932
Sebastião Gomes Leite	Edital de 04-10-1932
Honório Silva	Edital de 04-10-1932
Domingos Neves	Edital de 04-10-1932
Américo Chaves de Souza	Edital de 04-10-1932
Heins Klesspies	Edital de 19-11-1932
Antonio Manoel da Silva	Edital de 19-11-1932
Henrique Oswaldo Koslowski	Edital de 19-11-1932
Florencio Antonio Feijó	Edital de 19-11-1932
José de Marins Freire	Edital de 19-11-1932
Frederico Prandi	Edital de 19-11-1932
Adolf Moser	Edital de 19-11-1932
Raul Belker	Edital de 19-11-1932
Mario Nunes Ribeiro	Edital de 19-11-1932
Germano Fru	Edital de 19-11-1932
Honório Rodrigues Barreto	Edital de 19-11-1932
João Wagner	Edital de 19-11-1932
Manoel Gonzaga da Silva	Edital de 19-11-1932
Max Helle	Edital de 19-11-1932
Joannes Hilches	Edital de 19-11-1932
Josaf Hirechi	Edital de 19-11-1932
Fritz Habestoch	Edital de 19-11-1932
Adolf Meheler	Edital de 19-11-1932
Leo Parvel	Edital de 19-11-1932
Ruy Pinto Ribas	Edital de 19-11-1932
Mario Guimarães	Edital de 19-11-1932
Carlos Sieburger	Edital de 19-11-1932
Cezar Pereira da Motta	Edital de 19-11-1932
João Rodrigues de Souza	Edital de 19-11-1932
Sebastião Machado	Edital de 19-11-1932
Francisco Cardoso e Silva	Edital de 19-11-1932
Brasiliano da Costa Andrade	Edital de 19-11-1932
Francisco Ferreira Carvalho	Edital de 19-11-1932
Prilio Brasiliano da Costa	Edital de 19-11-1932
Adelino Luiz Ferreira	Edital de 19-11-1932
Jorge Ribeiro da Motta	Edital de 19-11-1932
João Dutra Fernandes	Edital de 19-11-1932
Hygino Jungar	Edital de 19-11-1932
Hildebrando Dias	Edital de 19-11-1932

Heitor de Carvalho Rego	Edital de 19-11-1932
Innocencio Vieira Filho	Edital de 19-11-1932
Regino Ferreira de Carvalho Netto	Edital de 19-11-1932
Antonio Belarmino da Costa	Edital de 19-11-1932
Jayme Costa	Edital de 19-11-1932
Jovelino Ferreira Pinto	Edital de 19-11-1932
Frederico Urigahart	Edital de 01-03-1934
Carlos B. Urigahart	Edital de 01-03-1934
José Santa'Anna	Edital de 01-03-1934
Joaquim Lourenço de Almeida	Edital de 01-03-1934
Atilano Esteves	Edital de 01-03-1934
Heenz Kleespies	Edital de 01-03-1934
Frederico Grande	Edital de 05-05-1934
Christiano Witteman	Edital de 05-05-1934
Ricardo Mendes	Edital de 05-05-1934
Julio Alves de Britto Filho	Edital de 05-05-1934
Paul Belker	Edital de 05-05-1934
Família Ikutaro Hida	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Hajime Watanabe	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Kenzo Tiba	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Tiroo Miyata	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Masatada Togashi	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Shozo Hoshikawa	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA

Família Kiyoshi Sunata	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Mitio Kosaka	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Tokima Itihara	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Nakajima	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Osamu Tamura	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Kaoru Umehara	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Hashimoto	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Keijiro Sudo	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Sussumu Sudo	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Rikio Sudo	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE

	COTIA
Família Tamaichi Sudo	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Einosuke Togashi	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Chiomatsu Togashi	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Jugoru Yamaguchi	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Moriharu Oguro	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Jun Watanabe	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Ishizu	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Kusuhara	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Kakunoshin Takahashi	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Hisashi Suzuki	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A

	COOPERATIVA DE COTIA
Família Seiro Oki	1940 - ATRAVÉS DO ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Matsugoro Hoshina	1940 - ATRAVÉS DO ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Sensaku Fukamachi	1940 - ATRAVÉS DO ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Taketo Watanabe	1940 - ATRAVÉS DO ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
Família Mitsuho Goshi	1940 - ATRAVÉS DO ACORDO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A COOPERATIVA DE COTIA
José Avelino Gonçalves	Edital de 26 de novembro de 1945
Nelson Pereira dos Santos	Edital de 26 de novembro de 1945
José Rodrigues da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Frauzidio Correia dos Santos	Edital de 26 de novembro de 1945
Francisco Cordeiro de Freitas	Edital de 26 de novembro de 1945
Diógenes Ribeiro Guimarães	Edital de 26 de novembro de 1945
Norival Carneiro da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Antonio Rodrigues Ruis	Edital de 26 de novembro de 1945
Manoel Antonio dos Santos	Edital de 26 de novembro de 1945
Manoel Evangelista da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Olindo Cardoso da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945

Antonio Inocência Serra Neto	Edital de 26 de novembro de 1945
Edetusko Fuzyama	Edital de 26 de novembro de 1945
Eli Paz Camargo	Edital de 26 de novembro de 1945
Antonio Martins de Figueiredo	Edital de 26 de novembro de 1945
Aristo Lopes Monteiro	Edital de 26 de novembro de 1945
Florianio Dias dos Santos	Edital de 26 de novembro de 1945
José Jacinto da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Felisberto da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Joaquim Barbosa Filho	Edital de 26 de novembro de 1945
Benedito Geraldo	Edital de 26 de novembro de 1945
Firmino Alves da Silva	Edital de 26 de novembro de 1945
Francisco Holanda Lima Verde	Edital de 26 de novembro de 1945
Rosalvo de Oliveira Alves	Edital de 26 de novembro de 1945
Afonso Vieira	Edital de 26 de novembro de 1945
Antonio Ferreira Filho	Edital de 26 de novembro de 1945
Natan Velasco	Edital de 26 de novembro de 1945
José Mateus de Freitas	Edital de 12 de março de 1946
Alberto Catulino Frez	Edital de 12 de março de 1946
Alfredo Alves Pereira	Edital de 12 de março de 1946
José Ferreira de Aguiar	Edital de 12 de março de 1946
Antonio Ravaioli	Edital de 12 de março de 1946
José Domingues da Silva	Edital de 12 de março de 1946
Pedro Silva	Edital de 12 de março de 1946
Enéias Mota	Edital de 12 de março de 1946
Djalma Ferreira	Edital de 15 de

	setembro de 1950
José Gomes da Silva	Edital de 15 de setembro de 1950
Hermano Peri de Linde	Edital de 15 de setembro de 1950
João José de Souza	Edital de 15 de setembro de 1950
Antidio Coutinho de Macedo	Edital de 15 de setembro de 1950
Abraham Carneiro Campos	Edital de 15 de setembro de 1950
Masataka Hirakawa	Edital de 15 de setembro de 1950
Keikiti Sussuki	Edital de 15 de setembro de 1950
Sebastião Ribeiro dos Santos	Edital de 15 de setembro de 1950
Alcebiades Mariano de Araújo	Edital de 15 de setembro de 1950
Sebastião Silvino de Oliveira	Edital de 15 de setembro de 1950
Manuel Correia de Freitas	Edital de 15 de setembro de 1950
Manuel Couto de Oliveira	Edital de 15 de setembro de 1950
Benevenuto Rangel	Edital de 15 de setembro de 1950
José Soares Madeira	Edital de 15 de setembro de 1950
Alberto Ferreira Lemos	Edital de 15 de setembro de 1950
Manuel Marques de Oliveira	Edital de 15 de setembro de 1950
Keiso Kojima	Edital de 15 de setembro de 1950
José Eugênio da Silva	Edital de 15 de setembro de 1950
José da Silva da Ascensão Júnior	Edital de 15 de setembro de 1950